**A EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO
"PROGRAMA RENDA MÍNIMA" NA ALDEIA
INDÍGENA "MORRO DA SAUDADE" EM SÃO PAULO
NO PERÍODO - 2003-2004**

ELIZETE ANELMI FABBRI

**Dissertação de Mestrado apresentada
à Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo, para
obtenção de Título de Mestre em
Saúde Pública.**

**Área de concentração: Saúde Ambiental
Orientadora: *Prof^a. Dr^a. Helena Ribeiro***

**SÃO PAULO
2005**

A meu pai Eugênio, e minha avó Zulmira, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

A todos os membros da comunidade indígena Guarani -Mbya do município de São Paulo, em especial aos membros da aldeia Morro da Saudade, pelo carinho, disponibilidade e atenção com que sempre me receberam; por tudo que me ensinaram durante nossas conversas e reuniões, através da sabedoria das palavras; e, finalmente, pela oportunidade de poder compartilhar de seu universo tão encantador.

À minha mãe, Maria de Lourdes, que soube respeitar minhas ausências e os períodos de grande silêncio, pessoa imprescindível na minha vida sem a qual essa dissertação não seria possível.

À minha família, especialmente aos meus filhos Conrado, Gabriel e João Conrado, pela torcida e compreensão nas ausências, e pelos momentos de tensão, e explosão.

Um agradecimento bem especial ao meu filhote Gabriel, ao meu "bimbim", pela apoio e suporte nas questões de informática, as horas de desespero com a maquina e seu socorro durante algumas madrugadas, e também pela sua paciência e apoio imprescindível na composição desse trabalho

Ao meu companheiro Luiz Carlos pela possibilidade de poder compartilhar de uma vida intensa de crescimento, de aprendizagem, pelo grande estímulo e valiosas e significativas contribuições para a realização deste trabalho

À minha orientadora Professora Helena Ribeiro pelo apoio, pela dedicada orientação e por ter acreditado em mim.

Aos Professores Fernando Lefèvre, Márcia Westphal, Maria Cecília Pelicioni, Rubens Adorno, pelo estímulo e carinho com que sempre me receberam.

À querida amiga Marinilzes Mello pela paciência, estímulo, auxílio e dedicação, competência, carinho (muitos colos), atributos que foram em grande medida responsáveis pela realização dessa dissertação.

À querida e carinhosa amiga e companheira Hilda da subprefeitura Capela do Socorro, com quem pude compartilhar momentos ímpares na aldeia Morro da Saudade, e, em particular, aqueles que nos permitiram desfrutar da beleza natural, do mistério da Mata Atlântica no recanto campestre de Parelheiros. A esta querida pessoa que na condição de funcionária pública soube na sua simplicidade desfrutar do contato com a comunidade indígena, respeitando seu universo, e os respectivos aspectos culturais e históricos.

À Cristina Alves pelo apoio e pela interlocução em muitas fases da construção dessa dissertação, profunda conhecedora e uma das grandes defensoras da causa Guarani.

À Ana Fonseca, ex-coordenadora do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, que deu as primeiras sugestões e o primeiro empurrão para a imersão no mundo Guarani-Mbya.

À Maria Inês Ladeira pela importante e imprescindível colaboração e pela disponibilização de alguns documentos do Centro de Trabalho Indigenista como materiais fotográficos e mapas.

Aos amigos da extinta Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade, Evangelina Fernandes, Leila Guaraldo, Cássia Goretti, Roseli Paiva, Roseli Machado, João Paulo Loprete, Luiz Szajubok, Débora Neistein, Ediane Souza, Joana D'Arc, Kilvia Cabral, Eduardo Abud, Marcelo Phintener, Rosana Sayto, Maristela Kersul, Wasdat de Oliveira, Sandra Praxedes, Isabel Garavello, Marisa Campos, Clarinda Santos, Maria Virginia, Aleto José, Jussara Dias, Dulce Helena, Rosa Maria, ex-Secretário Marcio Pochmann, que de forma direta alguns e outros indireta torceram para que esse trabalho fosse possível.

Aos profissionais do Instituto da Criança, Dr. Renato Yamamoto, Dra. Vera Gonçalves e em especial a Ednéia Primo meus sinceros agradecimentos pela dedicação e valiosa contribuição na reflexão deste trabalho.

Aos funcionários e funcionárias do departamento de Saúde Ambiental e da Comissão de Pós Graduação pela ajuda e compreensão com que me atenderam, e aos professores e professoras da Faculdade de Saúde Pública – USP, pelas aulas e discussões imprescindíveis.

RESUMO

O estudo tem por objetivo analisar a implantação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) na comunidade Guarani do Morro da Saudade (distrito de Parelheiros), no Município de São Paulo. Concebido como uma alternativa à rede de proteção social, praticamente inexistente no país, o PGRFM foi introduzido em alguns municípios nos anos 90. Sua implantação no município de São Paulo ocorre em 2001, na gestão Marta Suplicy, sendo dois anos após estendida para a comunidade indígena Guarani-Mbya localizada no distrito de Parelheiros, zona sul da capital.

O universo da pesquisa abrangeu 67 famílias indígenas da aldeia Morro da Saudade inseridas no PGRFM entre 2003 e 2004. A metodologia empregada foi basicamente do tipo qualitativa, com aplicação de várias técnicas, entre elas o princípio da triangulação, que consistiu na observação participante, na avaliação de documentos oficiais e correlatos, na reconstituição da evolução histórica da questão indígena brasileira no tocante a temática da saúde, da educação e do território. Utilizou-se a técnica de entrevista aberta, realizada a partir de um roteiro norteador, que possibilitou a recolha de depoimentos de famílias beneficiárias do PGRFM, e de atores profissionais de outras instituições municipais e estaduais, que embasaram e enriqueceram a análise deste estudo.

A implantação do PGRFM na comunidade Guarani do Morro da Saudade não foi sem conseqüências. Desde que perderam suas terras, o povo Guarani têm encontrado dificuldades para assegurar seu modo de vida tradicional e preservar as bases de sua cultura, não mediatizada pelas relações de mercado. Além do mais, a aproximação com o meio ambiente do entorno acaba por expô-los a um processo de urbanização acelerada e agressiva e, portanto, a situações de extrema tensão.

Observa-se que, apesar de estarem inseridas na sociedade de consumo, as comunidades indígenas guardam valores coletivos e societários que se revelaram incompatíveis com as características de um programa de distribuição de renda, típico da sociedade envolvente.

Desconfia-se que, tal como vem sendo aplicada, a política de distribuição de renda pode intensificar o quadro de tensão no qual se inserem as comunidades indígenas assentadas em meio urbano, ocasionando desequilíbrios na saúde de seus membros, e alterando sua relação com o meio ambiente.

Palavras-chave: Saúde Ambiental; indígenas Guarani-Mbya; Renda Mínima.

ABSTRACT

This study aims to analyze the implementation process of the "Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima" (PGRFM), a particular Brazilian Income Distribution Policy, among the Guarani, an Indian community living in Morro da Saudade, located in a peripheral district of Sao Paulo city. Conceived as an alternative to the lack of a social protection network in Brazil, the PGRFM was introduced in the country in the 90's and in Sao Paulo City in 2001, during Marta Suplicy left wing government. Two years later the PGRFM was implemented in the Guarani-Mbya community, located in the district of Parelheiros, in the South Zone of Sao Paulo

The research focused on 67 Guarani-Mbya families living in Morro da Saudade throughout 2003 and 2004. The qualitative method was adopted in the belief it is more adequate to understand the patterns of behavior of certain cultures such as the Guarani-Mbya community. The investigation was based mainly on the principles of the research action as well as on the analyze of different sources, official or not. The use of non structured interviews has made possible to trace back histories and projects of life of the Guarani-Mbya families of Parelheiros, qualifying somehow the debate on the patterns of the Indian communities health and education and even on the occupation of their lands. Finally interviews made with different actors (researchers, public employees and the members of the community themselves) have contributed to my understanding of the object of this study, improving in a certain way its final result.

What the study reveals is that the implementation of PGRFM in the Guarani community living in Morro da Saudade was not without consequences. As it is known, the Guarani communities have been facing some difficulties to secure their traditional way of life since they had their former land illegally occupied. In addition the Guarani communities living in urban areas have to cope continually with an aggressive and accelerating process of urbanization causing extreme tense situations. Also it seeks to point out that, despite of being located in a society ruled by the market laws, the Indian communities still preserve their values based on collectivity and solidarity, incompatible with the features of an Income Distribution Policy appropriated to the western society.

Finally, the study sustains that the way the Income Distribution Policy is being developed is supposed to stress the tense situation lived by the Guarani-Mbya families, what may worsen their already precarious relation with environment and aggravate their members health.

Key words: Environmental Health; Guarani-Mbya Indian community; Income Distribution Policy "Renda Mínima".

ÍNDICE

Resumo	
Abstract	
1. Introdução	1
1.1 Metodologia da pesquisa	4
1.2 Objetivos	11
2 . Justificativa	16
3 . A população Guarani	
3.1 Introdução	35
3.2 Povo Guarani no Estado de São Paulo	39
3.3 A comunidade Guarani_Mbya em Parelheiros	41
3.4 A aldeia Tenonde Porá	49
3.5 Breve histórico – descrição da dinâmica interna da aldeia	49
4 . A questão da Terra e o Território Indígena	
4.1 Relações de contato e a população Guarani	72
4.2 Migrações Guarani e a busca da “Terra sem Males”	75
4.3 Território Guarani e a demarcação de terras	78
5. O processo de implantação do Programa Renda Mínima	
5.1 A discussão nacional do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)	89
5.2 O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM): a opção no Município de São Paulo	104
5.3 A implantação do PGRFM na aldeia Morro da Saudade	113
5.4 O perfil da comunidade indígena Morro da Saudade inserida no PGRFM	136
5.5 O PGRFM e a aplicabilidade da legislação na aldeia Morro da Saudade	144
5.6 O PGRFM e a questão da contrapartida escolar	157
6. A questão da educação indígena e o PGRFM	
6.1 A educação indígena na aldeia Morro da Saudade	168

6.2 A discussão indígena no quadro dos movimentos sociais	175
6.3 A construção do Referencial Curricular e sua aplicabilidade	179
6.4 A educação escolar indígena e o PGRFM	186
7. A saúde indígena	
7.1 A assistência à saúde indígena pelos órgãos oficiais	190
7.2 A saúde da comunidade indígena Morro da Saudade	198
7.3 A saúde indígena e o PGRFM na aldeia Morro da Saudade	217
8. Considerações Finais	231
9. Referências	242
10. Anexos	
A.1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	8
A.2- Mapa do território Guarani	41
A.3- Mapa – Área de Proteção Ambiental Municipal Capivar-Monos	48
A.4- Mapa – Fotografia área de localização das aldeias indígenas em Parelheiros, zona sul de São Paulo	49
A.5- Lei nº 10.835 – Sancionada pelo Presidente da Republica a Lei da Renda Básica de Cidadania em 08 de janeiro de 2004.	103
A.6-Texto de autoria de Eduardo Suplicy – A solidariedade como marca das comunidades indígenas.	104
A.7- Lei nº12.651- Instituição do PGRFMM de 06/05/ 1998	105
A.8- Decreto Nº40.400 de 05 de Abril de 2001 que regulamenta a Lei Nº12.651 de instituição do PGRFM	106
A.9- Lei Nº 13.265 de 02 de Janeiro de 2002 que altera as disposições sobre a Lei nº 12.651 do PGRFM	107
A.10- Decreto Nº 31.836 de 25 de Março de 2002, que regulamenta a Lei nº 13.265 de 2002 e que altera disposições Lei nº 12.651 de 1998.	107

A.11- Estratégias de Intervenção para os Programas Sociais na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade	108
A.12- Mapa de distribuição dos Programas Sociais na cidade de São Paulo durante a gestão 2001-2004.	110
A.13- Convenção da OIT nº160 que trata de povos indígenas e tribais em países independentes	113
A.14- Termo de Ajustamento e Conduta entre FUNAS e FUNAI capítulo V que trata das comunidades indígenas da aldeia Morro da Saudade	121
A.15- Convenção da UNESCO de 1960, relativa à luta contra a discriminação do ensino.	180
A.16- Ministério da Saúde/FUNASA- Assessoria de Saúde Indígena – Polo Base São Paulo (capital)– Relatório de Doenças Mais incidentes - Janeiro a Dezembro de 2002.	206
A.17. Painei Fotográfico – Fotos n. 06, 07, 08, 09, 10, 12 créditos para Maria Inês Ladeira.	

LISTA DE TABELAS

Tabela1	População Total e Taxa Anual de Crescimento Populacional no Município de São Paulo e distritos da Subprefeitura de Parelheiros, no período de 1991-2004.	43
Tabela 2	Programas de Transferência de Renda e Nº de Famílias Atendidas	112
Tabela 3	Distritos Atendidos x Nº de beneficiários PGRFM	112
Tabela 4	Distribuição de famílias indígenas cadastradas por aldeia	138
Tabela 5	Composição do Agregado Familiar	138
Tabela 6	Número de Famílias Indígenas cadastradas e selecionadas	140
Tabela 7	Distribuição das Famílias Indígenas Titulares por Situação Conjugal	141
Tabela 8	Distribuição da faixa etária dos titulares do PGRFM por sexo	142
Tabela 9	Seleção das famílias cadastradas e contempladas x Perfil do PGRFM	144
Tabela 10	Valor da renda familiar declarada x nºfamílias atendidas x nº de dependentes abrangidos pelo PGRFM na aldeia	153
Tabela 11A	Valor mensal do benefício recebido pelas famílias Selecionadas	154
Tabela 11B	Valor mensal do benefício recebido pelas famílias Selecionadas	155
Tabela 11C	Valor mensal do benefício recebidos pelas famílias Selecionadas	155
Tabela 12	Valor de renda declarada x valor da renda mínima recebida x Agregado familiar	156
Tabela 13	Situação Escolar do membro Legal x Declaração Escolar	158
Tabela 14	Nº dependentes legal (0 a 15 anos de idade) x Nº de famílias	159
Tabela 15	População residente atendida nas aldeias indígenas em Parelheiros	204
Tabela 16A	Mortalidade por faixa etária dos moradores da aldeia Morro da Saudade/SP/2001	204
Tabela 16B	Mortalidade por faixa etária dos moradores aldeia indígena Krukutu/SP/2001	205
Tabela 17	Doenças incidentes na população das aldeias Guarani Morro da Saudade e Krukutu/São Paulo - 2001	206
Tabela 18	Casos de desnutrição ocorridos nas aldeias indígenas do Município de São Paulo em 2002.	207

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Distribuição por sexo	140
Figura 2 Estado Civil dos Titulares das Famílias Selecionadas	141
Figura 3 Distribuição dos Titulares x Grau de Escolaridade	142
Figura 4 Situação dos Titulares por região de naturalidade	143
Figura 5 Ano de chegada em São Paulo	143
Figura 6 Distribuição de membros legais entre 07 e 15 anos de Idade , e o nível de escolaridade	158

RELAÇÃO DAS SIGLAS UTILIZADAS

SIGLA	NOMENCLATURA
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
APA	Área de Proteção Ambiental
CECI	Centro de Educação Cultural Indígena
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CIMI	Conselho Missionário Indigenista
CONDEPHAAT	Conselho do Desenvolvimento do Patrimônio – Conselho De defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
COSAI	Coordenadoria da Saúde Indígena
CMMAD	Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conselho das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT)
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
DSEI	Distritos Sanitários Especiais Indígenas
EVS	Equipe Volante de Saúde
FFM	Fundação da Faculdade de Medicina
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HC	Hospital das Clínicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICR	Instituto da Criança
INSS	Instituto Nacional Serviço Social
IRN	Imposto de Renda Negativo
ISA	Instituto Sócio Ambiental
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAR	Marsilac
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEI	Núcleo de Educação Escolar Indígena
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não-Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PLH	Parelheiros
PGRFMM	Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal
PRM	Programa Renda Mínima
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PT	Partido dos Trabalhadores
SAS	Secretaria de Assistência Social
SDTS	Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade
SEE	Secretaria de Educação Estadual
SF	Senado Federal
SES	Secretaria Estadual da Saúde
SEMAB	Secretaria Municipal do Abastecimento
SEMPA	Secretaria Municipal do Planejamento
SIL	Sociedade Internacional de Linguística

SME	Secretaria Municipal da Educação
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Médio Ambiente
SPI	Serviço de Proteção Indígena
UBS	Unidade Básica de Saúde
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas
SUS	Sistema Único de Saúde
SDTS	Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNI	União das Nações Indígenas
UNISA	Universidade de Santo Amaro
USP	Universidade de São Paulo

A EXPERIÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO “PROGRAMA RENDA MÍNIMA” NA ALDEIA INDÍGENA “MORRO DA SAUDADE” EM SÃO PAULO NO PERÍODO - 2003-2004

1- INTRODUÇÃO

A intenção de trabalhar a temática indígena e, especialmente a comunidade Guarani, no Município de São Paulo, localizada no distrito de Parelheiros, está ligada, em primeiro lugar, a uma experiência anterior de mais de 10 anos na África, durante os quais participei de projetos destinados às populações excluídas ou em condições de vulnerabilidade social, vítimas de ações da guerrilha urbana e rural, na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Foi uma longa convivência com comunidades denominadas pelo contexto histórico daquele período de “populações vulneráveis”, afetadas por situações de guerrilhas, guerras, violência, genocídio, que possibilitou o aprendizado da diversidade cultural de diferentes sociedades existentes naquele continente.

A minha experiência profissional na África estendeu-se aos domínios de gerenciamento de projetos, apoio à organização de associações femininas e de educação de seus membros. Também trabalhei: com programas de gestão de microcrédito voltado para mulheres; com a difusão de programas com enfoque nas questões de gênero; na construção e organização de infra-estrutura social, com a implantação de centros de saúde, creches e centros culturais; com a inserção social de crianças de rua; preparação de projetos de desenvolvimento; e no

programa "Saúde Materno-Infantil", em especial na reforma de parte da Maternidade Hospital Geral José Macamo.

Tive igualmente a oportunidade de participar das transformações do sistema econômico e político da África Portuguesa, em especial de Moçambique, que, saindo do modelo de desestatização da economia, iniciou as primeiras reformas econômicas em direção à economia de mercado, avançando no campo político para a construção de uma nova Constituição e do multipartidarismo. Finalmente, presenciei um dos processos históricos africanos mais preciosos do século passado, a saber, o término da apartheid na África do Sul.

O trabalho com as populações vulneráveis africanas levou-me a um processo interno de desconstrução, sem o qual não teria sido possível apreender toda a riqueza, profundidade e complexidade da diversidade e heterogeneidade, concreta e histórica, dos diversos grupos sociais com os quais convivi.

Ao retornar ao Brasil, senti necessidade de reencontrar uma linha que desse continuidade à essa vivência anterior e que, ao mesmo tempo, pudesse contribuir para a sistematização desse processo de vida pessoal. Fiz, então, cursos de extensão oferecidos pela Faculdade de Saúde Pública atraída, primeiro pelo contexto de saúde que já vinha me inquietando desde os primeiros projetos nos quais ingressei em África, e, segundo, pela nova oportunidade de retomada de contato com o meio acadêmico. Conclui dois cursos de especialização por essa Faculdade, o de Promoção de Saúde, e o de Educação Ambiental. Este último curso despertou o interesse em concorrer a uma vaga para o Mestrado em Saúde Ambiental, ao deparar-me com a elaboração da monografia, que exigiu um processo de intervenção educacional numa dada comunidade da periferia da zona norte do município de São Paulo, com a temática de saúde ambiental.

Assim, ao ingressar no Mestrado, a intenção era dar continuidade ao estudo desenvolvido na monografia. Contudo, um fato inesperado mudaria o plano inicial. Ocorre que, em função da intervenção realizada para a monografia, passei a trabalhar na prefeitura de São Paulo (gestão 2001-2004), lotada na Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS), como assessora técnica de programas sociais implementados por essa secretaria. Nesta função, fui designada para representar a Secretaria junto ao governo local da Subprefeitura de Parelheiros, para colaborar na implementação do Programa Social de Renda Mínima. Foi então que travei contato com as aldeias indígenas Guarani Morro da Saudade e Krukutu.

Durante a primeira reunião na aldeia Morro da Saudade com lideranças e comunidade, decidi-me a mudar o foco do estudo e direcionar meu olhar para a nova realidade que tinha diante de mim de forma inesperada, surpreendente. As falas daquelas pessoas, o ambiente que nos cercava, a forma como se comunicavam entre si em Tupi, com intervalos de longo silêncio tão inusitado para nós da sociedade não-indígena, me reportaram a um mundo, a uma realidade, com a qual eu já tinha uma certa similaridade, um pouco de conhecimento. Foi como entrar num túnel do tempo.

A reunião de que participei ficou gravada durante algumas semanas no meu pensamento e, na visita seguinte, vi-me totalmente envolvida com aquela comunidade, não sendo mais possível ficar insensível aos problemas que certamente emergiriam com a aplicação de um programa daquela natureza. Ocorre que o Programa Renda Mínima foi construído tendo como parâmetro e público-alvo a sociedade não-indígena, constituída por uma estrutura política, econômica e social distinta da sociedade indígena Guarani, cuja organização social é regida por articulações sócio culturais, com predominância do coletivismo.

Inicialmente nossa idéia era a de acompanhar a implantação do Programa tanto na Aldeia Morro da Saudade como na Krukutu. Com o decorrer do tempo, compreendemos que era inviável realizar o estudo concomitantemente nas duas aldeias. Optamos então pelo estudo da aldeia Morro da Saudade, pelo fato de esta aldeia reunir certas características, como o fato de se encontrar encravada no interior do bairro Barragem e ter a vizinhança, moradores da sociedade envolvente, transitando pelo interior da aldeia.

1.1 Metodologia da pesquisa

Esclareço que o estudo repousa em pressupostos da pesquisa social qualitativa, segundo a qual é possível obter novos conhecimentos no campo da realidade social por meio da metodologia científica (GIL, 2002). Assim compreendida, o trabalho teve por objetivo estudar os “fenômenos humanos e sociais, procurando as significações dos fatos no contexto concreto em que ocorrem” (CHIZZOTTI, 2000), junto aos beneficiários indígenas do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima localizados na aldeia Morro da Saudade no distrito de Parelheiros, zona sul de São Paulo.

Com a mesma concepção, MINAYO (1992), citado por GRAVINA (2002), coloca que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo, tendo em vista que ele é histórico, ou seja, possui consciência histórica, tem a característica da identidade entre sujeito e objeto; além de ser intrínseca e extrinsecamente ideológica. (p.70).

Dentre os vários tipos de abordagens que a pesquisa qualitativa pode assumir, optou-se pelo estudo de caso. As pesquisadoras LÜDKE e ANDRÉ (2004) identificam algumas características pertinentes ao estudo

de caso das quais destacamos: i) *visam à descoberta*: mesmo que o investigador parta de pressupostos teóricos iniciais, novos aspectos poderão ser identificados como valiosos para o estudo; ii) *ênfatisam a interpretação em contexto*: para melhor compreender a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem, ou à problemática determinada a que estão ligadas; iii) *buscam retratar a realidade de forma completa e profunda*: o pesquisador deve enfatizar a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes; iv) *variedade de fontes de informação*: o pesquisador recorre a uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de informantes; v) *revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas*: o pesquisador procura relatar as suas experiências durante o estudo de modo que o leitor ou usuário possa fazer as suas generalizações naturalísticas. vi) *procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social*: a realidade pode ser entendida sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira; vii) *relatos utilizam uma linguagem e forma acessível*: a preocupação é com uma transmissão direta, clara e bem articulada do caso e num estilo que se aproxime da experiência pessoal do leitor. (p.20).

Ainda, segundo as pesquisadoras, a preocupação central do estudo de casos é a compreensão de uma instância singular em que o objeto estudado é tratado como único, uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada (LÜDKE e ANDRÉ p.21). Apoiando-se nessa concepção, GRAVINA (2002) conclui que o estudo de caso parte do princípio de que o leitor terá acesso a um conhecimento que lhe permitirá desenvolver novas idéias.

O trabalho de pesquisa teve início em dezembro de 2003 quando ocorreu a primeira transferência de renda para os beneficiários indígenas com seu término em dezembro de 2004, após o cadastramento destas famílias e o cadastramento de outras famílias da aldeia. Este período nos permitiu estabelecer relações com as lideranças indígenas da aldeia, e com diferentes atores que também realizavam atividades no interior da aldeia representando diretrizes de outras instituições municipais, estaduais ou de organizações não governamentais. Nosso espaço de observação correspondeu, portanto ao território indígena onde está inserida a aldeia Morro da Saudade

Uma primeira etapa da pesquisa foi realizada durante as visitas de campo e algumas ações pontuais desenvolvidas para monitoramento do Programa Renda Mínima. Entendendo monitoramento como “uma atividade gerencial interna que se realiza durante o período de execução ou de operação” (COHEN e FRANCO R, 1994), fizemos a observação, o registro em forma de diário de campo de fatos e de situações importantes, reuniões com beneficiários indígenas e instituições que operam nas aldeias, além de revisão bibliográfica sobre a cultura Guarani Mbya.

No primeiro semestre de 2003, foram produzidos relatórios de visita de campo, e realizados contatos com lideranças, FUNAI, e outras instituições parceiras. Foram também realizadas inúmeras reuniões, encontros, discussões informais, e pesquisa bibliográfica. Nesta fase houve a coleta de dados sobre a região e o grupo alvo através de publicações, estudos e estatísticas. A fase culminou com uma exposição sobre a Cultura Guarani no Museu da Cultura da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com duração de uma semana. Como destaque, cite-se a oficina sobre a questão de terra, que nos levou a compartilhar com outras instituições indigenista essa problemática e compreender, de forma mais apurada, certas práticas da sociedade Guarani.

Em uma segunda fase, que chamamos de intermediária, procedemos à elaboração de entrevistas abertas, junto a algumas lideranças da comunidade indígena Morro da Saudade que se encontravam na situação de beneficiários do PGRFM com o objetivo de resgatar a história da comunidade e propiciar a reflexão sobre a implementação do programa. MINAYO (1994), ao se referir ao uso de entrevistas abertas, não estruturadas, diz que esta técnica é válida por “compreender os valores culturais e as representações de determinado grupo sobre temas específicos” (p.134). Na concepção de NOGUEIRA (1968), a entrevista constitui o instrumento mais adequado para “conhecer opiniões, atitudes e crenças”. (p.118).

A opção da entrevista apenas com membros da liderança indígena ocorreu pelo fato de na sua maioria expressarem-se com maior fluência no português, e, portanto, prescindir da utilização de tradutor, além de serem as pessoas designadas pelo cacique para tratar das questões do PGRFM. Das seis entrevistas que propusemos realizar com membros indígenas da aldeia, apenas uma não foi feita pois uma liderança negou sua participação. Entrevistamos quatro indígenas do sexo masculino e uma do sexo feminino. Não houve a preocupação de critérios com relação a sexo, faixa etária, nível de escolaridade, ou posição desempenhada no interior da aldeia. Para desenvolver a etapa de entrevistas, alugamos uma casa localizada muito próxima da aldeia pelo período de uma semana, com o objetivo de estabelecer contato de maior duração na aldeia e observar mais perto aspectos do cotidiano de seus membros. As entrevistas foram gravadas, e os entrevistados falaram livremente sobre os temas propostos, tendo por base um roteiro de questões que eram pontuadas durante o processo de entrevista, a qual procurou respeitar a proposta de comunicação dialógica. As entrevistas foram transcritas na íntegra. Antes de iniciar a pesquisa, obtivemos através do Cacique da aldeia Morro da Saudade, autorização para desenvolver o trabalho de pesquisa, bem como

para a participação de membros da comunidade em atividades de entrevistas, reuniões, oficinas de trabalho, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (ver anexo 1).

De extrema relevância foram os momentos compartilhados com profissionais do Instituto da Criança, os agentes de saúde indígena, que prestam atendimento médico na aldeia, com a liderança local e com o próprio cacique, na discussão de propostas de ações e atividades educativas que pudessem contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela comunidade. Algumas possibilidades foram identificadas quanto à mudança de hábitos alimentares da comunidade, tendo como base a problemática da desnutrição em crianças menores de cinco anos. Foi observada também a necessidade de organizar a comunidade para “compras coletivas de bens industrializados” no mercado atacadista, de forma a fazer frente à relação de subordinação econômica na qual as famílias se encontram submetidas há muitos anos. Com a aplicação do PGRFM, aumentou o número de famílias reféns dos comerciantes e dos mascates que circulavam pela aldeia, submetendo-os a uma dependência econômica pelo uso do sistema de “cadernetas”. Uma outra observação foi o desconhecimento por parte de alguns membros da comunidade sobre o valor do dinheiro. De grande valia foram as informações colhidas durante entrevista que realizamos com profissionais de outras instituições que atuam na aldeia.

A participação da indigenista da FUNAI responsável pelas aldeias de Parelheiros foi fundamental em todo o processo. Apesar de não falar a língua Tupi, a indigenista é muito respeitada pelos indígenas de Parelheiros, e goza da confiança das lideranças e dos respectivos membros. No período do cadastramento, desempenhou papel importante entre o corpo técnico e lideranças indígenas designadas pelo cacique para acompanhar o processo, desempenhando o papel de tradutor e de

intérprete, tanto para as famílias Guarani, como para a equipe de trabalho. Em diversos momentos atuou com sensatez dirimindo dificuldades de entendimento de algumas questões por parte dos cadastrados e, portanto, de obtenção de respostas. No período seguinte, de acompanhamento do PGRFM, foi a assessoria incansável da indigenista que norteou muitas das ações e propostas contidas neste estudo.

Ambas as fases foram contempladas com pesquisa documental e revisão bibliográfica, necessárias à compreensão dos fatos e eventos analisados. E, embora inicialmente a pesquisa não tenha assumido uma abordagem de caráter etnográfico, o rumo que ela acabou tomando revelou-se enquanto tal, dada a riqueza de relatos e das participações “em tempo” dos atores.

Os relatos são decorrentes de entrevistas realizadas com lideranças indígenas da aldeia Morro da Saudade, com técnicos de instituições estaduais e municipais que atuam no interior das aldeias indígenas e técnicos da FUNAI. Também foram utilizadas narrativas extraídas de documentos, atas e relatórios oficiais institucionais, além de estudos e relatórios de antropólogos sobre a aldeia Morro da Saudade, no âmbito do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima.

É importante mencionar que grande parte da coleta das informações utilizadas para construção de gráficos, tabelas ou quadros apresentados em nosso estudo foi retirada das fichas cadastrais utilizadas durante a fase de cadastramento na aldeia indígena em 2002, especialmente para o PGRFM. Construimos um cadastro onde registramos as seguintes informações: localização do domicílio; informações sobre a composição familiar (nome dos membros da família e relações de parentesco entre cada um destes membros); nível de escolarização do cidadão cadastrado; idade; situação no mercado de trabalho; rendimentos individuais e

familiares do cidadão cadastrado; informações sobre contrapartidas exigidas do cidadão; informações sobre expectativas de cursos que gostariam de freqüentar; e informações gerais sobre membros legais (no caso crianças entre 0 a 15 anos de idade) sob o âmbito do PGRFM.

Outras informações mais específicas, ligadas ao benefício monetário de cada família da aldeia Morro da Saudade inserida no PGRFM, foram obtidas através do Banco de Dados do Cidadão da SDTS, que fornecia mensalmente aos assessores técnicos responsáveis um quadro sobre a "situação do benefício monetário recebido pelo cidadão cadastrado"¹. O setor responsável pelo Banco de Dados dentro da Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS) era denominado de Gestão de Informação e tinha a responsabilidade de gerar informações necessárias ao planejamento, implementação e acompanhamento dos programas sociais e, ao mesmo tempo, propor soluções informatizadas, viabilizando um tratamento ágil, impessoal, legal e transparente aos milhares de munícipes que se inscreveram nos programas coordenados pela SDTS. (SDTS, Cadernos Temáticos nº1, 2004).

Finalmente, algumas questões, não necessariamente respondidas, balizaram todo o processo de observação e acompanhamento da implantação do PGRFM. Foram elas:

- a) Qual o grau de integração da sociedade indígena na economia monetária?
- b) Qual o grau de autonomia cultural dessa sociedade indígena, isto é, conserva ela ainda certa força ou resistência em relação à sociedade envolvente?

¹ A gestão de informação encaminhava mensalmente uma informação contendo os seguintes campos: valor pago ao cidadão ; data de pagamento; nº de pagamentos já recebidos, nº pagamentos previstos, nº de pagamentos temporariamente suspensos e o motivo; nº pagamentos cancelados e a razão pela qual isso ocorreu; denominada de Ficha de Crédito para cada programa.

- c) O benefício da renda mínima não poderia afetá-la, causando a desestruturação de sua organização social?
- d) O fato de a população indígena estar integrada na economia monetária justifica que ela seja igualada à população pobre urbana, e que, nessa condição, seja alvo de política pública cujos objetivos não levam em consideração sua condição particular?

1.2 Objetivos

- a) Compreender a dinâmica da implantação do Programa de Transferência de Renda Mínima na aldeia indígena "Morro da Saudade".
- b) Descrever como se deu o processo de implantação do Programa de Transferência de Renda Mínima para a comunidade Guarani objeto deste estudo, com ênfase nas alterações comportamentais da referida população, especialmente no tocante às questões relativas à saúde ambiental.
- c) Formular algumas questões que possam nortear o aprofundamento do presente estudo, na forma de avaliação e melhoria da política de distribuição de renda para a comunidade indígena Guarani-Mbya da aldeia Morro da Saudade.

Este estudo está organizado em oito capítulos, além da introdução e justificativa, considerações gerais e referências bibliográficas do tema.

No capítulo 3, procuramos destacar a ocupação territorial Tupi-Guarani por meio da abordagem de autores clássicos da etnografia Guarani e de pesquisadores contemporâneos que, engajados no movimento pró-indígena, atuam junto a essa sociedade no Brasil, apoiando-os nas questões relativas a saúde, educação, cultura, demarcação de território, etc. Neste capítulo procuramos ainda identificar aspectos específicos da população Guarani em geral, suas respectivas subdivisões e a distribuição de sua espacialidade em território nacional. Num outro momento tentamos inserir a comunidade indígena, objeto do estudo no contexto do território do litoral paulista, tecendo considerações sobre os preceitos míticos na busca da terra sem mal, busca de uma terra de abundância e a vinculação intrínseca com a natureza. Ainda neste capítulo, foi realizada uma tentativa de explorar aspectos etnográficos da comunidade indígena estudada. Não foi nossa intenção realizar nessa dissertação um estudo etnográfico. Houve, porém, a tentativa de através da descrição e elaboração de alguns dados, trazer à tona aspectos que julgamos importantes para a compreensão da sociedade indígena em questão, e para a reflexão das consequências da ação pública sobre ela.

No Capítulo 4, nossa preocupação foi a de tecer informações sobre as relações de contato desse grupo Guarani Mbya ao longo da história, e o importante papel que instituições voltadas à causa indígena têm dedicado no sentido da coleta e da produção de dados e de informações relevantes desse grupo étnico. Dedicamos também algumas linhas sobre a dinâmica de deslocamento da população Guarani Mbya, que se estende do oeste para o leste em direção ao mar, baseada na motivação religiosa e na tradição guarani. Finalmente, tentamos abordar a questão do território indígena como espaço físico onde as sociedades desenvolvem relações

sociais, políticas, e econômicas, definidas por suas tradições, culturas e cosmologia, na visão de que os Guarani-Mbya “mantêm a configuração de seu território tradicional através de suas inúmeras aldeias distribuídas entre vastas regiões no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, e no Brasil, constituindo-se o mar seu limite terreno” (LADEIRA, 2004b, p.8). A questão da demarcação de terras é emblemática para essa sociedade indígena, pois o conjunto de espaços geográficos destinados a essa população retalhou o seu território, confinando as diversas comunidades Mbya em áreas de vizinhança com a sociedade envolvente. Essa questão jurídica trouxe impacto no acesso às condições ambientais necessárias para a reprodução de sua cultura e tradição.

O capítulo 5, aborda os aspectos legais que estruturaram o programa de transferência de renda mínima aplicado na aldeia Morro da Saudade pela prefeitura do município de São Paulo, destacando elaborações produzidas pelas lideranças indígenas. A discussão teve como parâmetro a legislação que regula as ações do programa de renda mínima, municipal, nacional e internacional, que asseguram aos indígenas o reconhecimento jurídico de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam e que, necessariamente, têm de ser respeitados. Ainda nesse capítulo, introduzimos uma discussão central sobre a “questão da contrapartida” do programa renda mínima - a “frequência escolar da criança” - para a sociedade não indígena e sociedade indígena, ressaltando a divergência entre os consultores do programa. Também nesse capítulo introduzimos um perfil das 67 famílias inseridas no PGRFM e tentamos produzir uma discussão sobre a introdução da transferência de renda e o impacto causado na organização social daquela comunidade.

No Capítulo 6, tentamos abordar a questão da educação indígena recuperando a história das relações entre o Estado brasileiro e os povos indígenas que, desde o período colonial até meados de 1980, impunha-se como política integracionista. Para o avanço da temática indígena do país foi relevante o papel de lideranças indígenas, da expressiva organização desses povos, e do apoio da mobilização de vários segmentos da sociedade brasileira. Foi mencionada a importância de organismos internacionais na defesa de interesses e direitos indígenas que, através de instrumentos e convenções internacionais, estabeleceram compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro no reconhecimento dos direitos específicos das populações indígenas. Com a Constituição Federal (CF), uma nova perspectiva se colocou para os povos indígenas com a inserção de um capítulo específico voltado à proteção dos direitos indígenas, ficando assegurado o direito à diferença, e ao reconhecimento da diversidade cultural do país, atribuindo-se ao Ministério Público o dever institucional de defender os interesses e direitos dos indígenas. Foram elencados alguns dos dispositivos legais conquistados na Carta Magna, cujos princípios foram contemplados em várias legislações brasileiras específicas. Dos desdobramentos do texto constitucional em vigor, coube ao MEC o papel de integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular. Neste capítulo procuramos analisar a adequação da política pública de transferência de renda com os direitos legais conquistados pela CF pelos povos indígenas. De entrevistas realizadas com lideranças e parceiros de outras instituições que atuam na aldeia, tentamos refletir o impacto do PGRFM na questão da educação diferenciada.

No capítulo 7 detivemo-nos com a questão da saúde indígena, recuperando o histórico da ação da saúde nos povos indígenas em geral através dos órgãos oficiais desde 1910. Procuramos ressaltar a política de intervenção sanitária em momentos de surtos epidemiológicos devido à situação de contato, passando pela criação da FUNAI em 1967 que, muito

embora tenha iniciado ações de saúde voltados para a assistência, não se preocupou em produzir dados epidemiológicos dos grupos que estavam sendo assistidos, nem tampouco, devido à ausência de recurso orçamentário, não construiu uma rede eficiente de atendimento, de infraestrutura adequada e de recursos humanos com perfil para atender uma sociedade de especificidade cultural tão impar. Apontamos o marco da década de 80 para a saúde dos povos indígenas que, através da Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, promoveu as primeiras discussões para a construção de uma política de saúde voltada às populações indígenas. Uma questão importante foi o reconhecimento através da Constituição Federal de 1988 do respeito às práticas culturais e aos saberes tradicionais das comunidades e também da criação de uma comissão para assessorar a elaboração de políticas governamentais voltadas à saúde indígena, incorporando o trabalho de instituições governamentais e não governamentais bem como o de antropólogos vinculados a universidades. Em seguida nos situamos na aldeia Morro da Saudade, recuperando a história da criação do posto de saúde daquela comunidade e os serviços de saúde realizados naquela aldeia. Através de entrevistas com algumas lideranças e atores parceiros daquela aldeia, tentamos problematizar a aplicação do PGRFM com a questão da saúde nutricional e verificar possíveis mudanças provocadas pelo programa no seio daquela comunidade.

No capítulo 8, procuramos produzir uma discussão levando em conta os aspectos da educação, da saúde e do meio ambiente numa ação de política pública de proteção social para uma sociedade indígena cuja organização social, baseada nos preceitos míticos, estabelecem uma relação simbólica com a Mata Atlântica, espaço geográfico onde estão inseridos, e que condicionam a sobrevivência dessa comunidade.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade foi criada em 2001 pela Prefeitura do Município de São Paulo com objetivo de coordenar políticas de geração de ocupação e renda, e dessa forma romper com o ciclo estrutural da pobreza e da exclusão social no Município de São Paulo. Foram implementadas e coordenadas nove políticas públicas articuladas e integradas entre si que representam uma expressiva iniciativa de combate à exclusão, em investimentos e famílias atendidas. O projeto da SDTS foi pensado a partir de uma primeira linha de políticas "horizontais" com foco na redistribuição de renda, cortada por uma segunda linha de políticas verticais, focadas na autonomização da população em situação de vulnerabilidade social, sendo ambas linhas de políticas horizontais e verticais circundadas por uma terceira, voltada à recuperação do espaço econômico no município, denominada de políticas desenvolvimentistas. (POCHMANN, 2002).

A implantação dos programas sociais ocorreu obedecendo à estratégia do atendimento das zonas periféricas para os bairros mais centrais da cidade. A definição das regiões do município foi baseada em estudo no qual as variáveis de análise utilizadas foram: a escolaridade, o nível de emprego, a renda da população e a violência da região. A partir dos dados obtidos por essas variáveis, construiu-se um indicador que possibilitou apontar o grau de exclusão social nos 96 distritos paulistanos² e assim ordenar os distritos que apresentavam índices de maior exclusão social. A distribuição geográfica da implementação dos programas sociais obedeceu a um cronograma para 2001 e 2004, respeitando a ordenação

² Para uma discussão sobre áreas de vulnerabilidade ver Amorim R.(org).Atlas da Exclusão Social no Brasil.SP:Cortez; 2003.(vol2); e SPOSATI A Mapa da Exlusao/Inclusão Social na Cidade de São Paulo:dinâmica social nos anos 90. São Paulo:NEPSS-PUC-SO/INPE/PÓLIS;2000.

dos distritos que nortearam a identificação das áreas de maior exclusão social.

Em 2001, ao implantar os programas sociais de transferência de renda a SDTS na área administrativa de Parelheiros, a SDTS deparou-se com a questão de que apesar do município apresentar índices importantes de urbanização, a cidade caracteriza-se também pelos contrastes de paisagens nas quais se identificam áreas de ocupação que utilizam a tecnologia mais moderna, e áreas como Parelheiros (zona Sul), de grande concentração de zona rural, que incluem trechos da Mata Atlântica e duas comunidades indígenas Guarani-Mbya.

Para a inclusão da comunidade indígena nos programas sociais foi necessária assessoria antropológica para conciliar o direito ao acesso a programas oficiais municipais com o direito constitucional dos índios de terem seus costumes e tradições respeitados. Da análise realizada pela assessoria em conjunto com a comunidade indígena, concluiu-se que, dos programas sociais de transferência de renda, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM) era o que mais atendia às expectativas daquelas comunidades.

As famílias indígena Guarani-Mbya que residem nas aldeias situadas em Parelheiros, no município de São Paulo, vivem coletivamente numa Terra Indígena (patrimônio da União), de espaço geográfico reduzido, numa área que não contém recursos ambientais naturais suficientes ou apropriados para o desenvolvimento de suas relações sociais, políticas e econômicas definidas por tradições, culturas e cosmologia. A subsistência dessas famílias está baseada em recursos obtidos com a venda de artesanato, ou de aposentadorias e pensões dos mais velhos, ou doações que não suprem as necessidades da comunidade. As atividades tradicionais como a caça, a coleta e a pesca estão bastante

comprometidas pela quase total ausência de áreas de floresta, e rios. A atividade agrícola, que é a expressão da sua cultura é dificultada pela redução de área e pelo desgaste e pobreza do solo.

A ação da política pública municipal de transferência de renda também deparou-se com o fato de a região de Parelheiros, onde estão inseridas as aldeias indígenas Morro da Saudade e Parelheiros, abrigar a Área de Proteção Ambiental (APA) Capivari-Monos, cuja criação teve como objetivo: a promoção do uso sustentável dos recursos naturais; a proteção da bacia dos rio Capivari e Monos; a proteção da biodiversidade; a proteção do patrimônio histórico e cultural; e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Embora inserida no ambiente da Mata Atlântica, a comunidade Guarani-Mbya do Morro da Saudade possui espaço geográfico de ocupação atual que apresenta problemas de escassez de terra, devido ao excessivo número de famílias indígenas que compõem o conjunto de seus moradores, o que altera anualmente aquela densidade populacional. Este fator, aliado à escassez de área para produção agrícola, conjugado com a má qualidade do solo para produção do sistema agrícola guarani, e a diminuta disponibilidade de recursos naturais para desenvolverem as atividades de caça, coleta de recursos materiais utilizados na fabricação do artesanato, impedem o efetivo desenvolvimento de atividades econômicas necessárias para a sobrevivência dessa sociedade. “O Guarani é um povo que vive na mata, que precisa da floresta, e a mata atlântica compõe o seu acervo cultural, simbólico e prático” (LADEIRA 1997b, p.36). Portanto, a redução de seus espaços físicos de ocupação impede a reprodução das condições ambientais necessárias para viverem de acordo com sua cosmologia.

Nossa preocupação com a aplicação da política de transferência de renda na sociedade indígena Guarani de Parelheiros guarda relação com os elementos que compõem a subsistência das aldeias Guarani do município que, no seu conjunto, são: as roças; a confecção e venda de artesanato; a coleta de materiais para construção de casas, produção do artesanato e de elementos religiosos; e a pesca pela ausência de rios ou a sua poluição. Para o desenvolvimento dessas atividades, a comunidade indígena depende em grande medida de espaços territoriais adequados, de forma a permitir a sua reprodução física e cultural de maneira sustentável, como garantido pelo artigo 231 da Constituição Federal. No restrito território onde está inserida a aldeia de Parelheiros Morro da Saudade, além das dificuldades já mencionadas para o desenvolvimento de suas atividades econômicas de subsistência, há dificuldades para a produção de roças também pelo desconhecimento de tecnologia adequada para a irrigação e pela presença de pragas e doenças. Estes fatores, conjugados com dificuldades de saneamento básico e abastecimento de água limpa, comprometem a qualidade sócio-ambiental da aldeia. Entendemos estes fatores como condicionantes para a necessária manutenção do modo de vida Guarani.

Compreendendo que para o Guarani o território é sua base de sustentabilidade, e que modo de vida sustentável seria a “interação sociocultural e econômica dos membros de uma coletividade indígena num espaço amplo o suficiente para que possam exercitar as atividades econômicas tradicionais que são passadas historicamente de geração a geração” (PAULA, 2004), nossa inquietação se coloca quanto à aplicação de um modelo de redistribuição de renda no seio dessa população que poderá, ao contrário do desejado, comprometer ou agravar as condições de dependência e de subordinação à sociedade envolvente.

Abordar a realidade indígena Guarani residente no município de São Paulo sob a ótica de uma política pública de transferência de renda não é tarefa fácil, devido, sobretudo, à complexidade dessa sociedade que, em situação de contato com a população não indígena, desde às frentes de expansão, desenvolveu uma estratégia de relacionamento com o outro, que é a de concordar, de se amoldar às coisas, aparentando na maioria das vezes ser impenetrável, o que impede o desenvolvimento do papel do interlocutor. Por outro lado, são ainda escassos dados sobre os povos indígenas, em geral, e, em particular, os que dizem respeito às populações que vivem em cidades, num meio urbano como São Paulo.

Ao fazer uma análise sobre a vida e morte do índio, no período colonial em São Paulo, MONTEIRO (1984) conclui que a identidade indígena, ao longo do tempo, mudou radicalmente. Essa identidade, definida tanto pela auto-imagem quanto pelo ponto de vista dos brancos, evoluiu conforme a direção dominante das relações interétnicas. O indígena, de início membro de uma etnia relativamente independente, passou, com a colonização dos portugueses, a ser integrante da camada inferior de um sistema escravista que o caracterizava como dependente de um branco particular. Mais tarde, transformou-se em um aldeado pobre, dependente de um Estado distante e bastante diferente. Nessa condição final, a pobreza não era apenas material, mas cultural e espiritual também(p.43).

Assim, todas as fases de contato vivenciadas pelos povos indígenas do Brasil promoveram incorporação de novos elementos culturais, econômicos e sociais, decorrentes desse processo que, por ser dinâmico, "definiu e redefiniu formas e condições de vida diferenciadas para nações indígenas, no Brasil, com possíveis implicações para a preservação das tradições culturais de algumas nações, que passaram a constituir desde comunidades "possuidoras" de terra a comunidades desprovidas de terra.

O que se observa hoje, no país, é uma representativa população indígena buscando a sobrevivência nas periferias das grandes cidades. Esse é o caso dos Guarani, nação espalhada em vários estados brasileiros, e em outros países sul americanos” (Azevedo 2004, p.2), que vivem uma situação de contato sistemático desde a conquista, e que desenvolveram formas muito específicas para preservarem suas tradições culturais e religiosas, “garantindo sua reprodução enquanto povo e etnia e, ao mesmo tempo, estabeleceram relações com a sociedade dominante, com quem sempre procuraram manter um relacionamento amistoso” (LADEIRA 1997).

A cultura e modo de vida dos indígenas estão em grande medida determinados pela relação que mantêm com o meio ambiente. A sua preservação, em termos de espaço territorial, tem constituído um eixo articulador das políticas indigenistas no Brasil. Tal é a situação dos grupos indígenas referenciados na aldeia objeto deste estudo. No entanto, tratando-se de aldeias inseridas na megalópole urbana de São Paulo, a execução de políticas, e, em particular, a preservação do território e o equilíbrio entre esses grupos humanos e o seu meio, tornam-se extremamente delicados. Influências e pressões produzem um efeito desagregador sobre a cultura, a organização social e a economia destes grupos, tornando-os vítimas da exclusão social e da carência de recursos que acometem as camadas mais pobres da população da cidade. Nessas circunstâncias, um dos problemas que se manifesta é o de como incorporar na política voltada para as sociedades indígenas, que vivem em São Paulo, conceitos e instrumentos que permitam evitar que os indígenas se mesquem, de maneira indiferenciada, aos pobres da cidade, de forma a garantir a preservação do seu modo de ser bem como a sua via civilizatória. Um efeito perverso dessa situação consiste nos processos de desestruturação da saúde ambiental, nos seios das comunidades

indígenas, como resultante do abandono ou da concorrência de praticas, sob a influência da sociedade envolvente.

Segundo trabalhos realizados pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI), para o Guarani, o conceito de natureza tem como tradução ka`aguy (floresta, matas ), ka`a (mato) e guy (sob). Dessa forma a floresta é, em sua essência (natureza), a entidade maior que reúne todos os elementos naturais em profunda simbiose, o que implica uma relação direta entre os seus povoadores. Para essa comunidade, um rio é "natureza" junto com a vegetação que o envolve, com os minerais e a fauna que abriga, com suas vazões e os solos que as suportam. Os morros, por sua vez, são natureza enquanto abrigo e sustento das plantas e dos animais, das cabeceiras dos rios, lugares dos "donos" que cuidam de cada um dos seres que nós (juruá)³ dividimos em diferentes áreas do conhecimento: flora, fauna, reino animal e vegetal. O conceito de "natureza" representado pelo termo Ka`aguy, revela-a como um conjunto indissociável de espécies em sua diversidade. (CTI, 2004)

Ao nos deslocarmos da sociedade que é regida por uma economia mediatizada e dirigirmo-nos para sociedade indígena, deparamo-nos com o fato de que, embora inserida na sociedade nacional e sofra influências da sociedade envolvente, ela ainda conserva aspectos que a caracterizam como uma sociedade particular. Essas sociedades apresentam certo grau de autonomia, de endogenia. E porque apresentam certa autonomia, não partilham dos mesmos valores da sociedade envolvente, ou, pelo menos, apresentam valores da sociedade envolvente e da sociedade indígena. A conciliação da economia tribal coletivista com o sistema de economia individual, altamente competitivo e movido pela busca de lucro, foi sempre o mais grave problema da proteção ao índio.

³ Homem branco.

Assim, a economia monetária atual, na qual a relação entre as pessoas é mediada pelo dinheiro, pelo ato de compra e venda de mercadoria, faz com que cada indivíduo assuma implicitamente um conjunto de fundamentos, de valores, que estão na base dessa economia. Podemos intuir que, nas relações entre as pessoas, esses fatores não se tornam explícitos, acabam gerando comportamentos naturais óbvios. As relações sociais são, portanto plasmadas por esses valores que se tornaram hábitos naturais.

Para a sociedade indígena, a renda, o dinheiro pode ter um caráter de exterioridade não natural, mas que ao mesmo tempo se combina com certos valores nos quais essa sociedade acredita. Para entender comportamentos frente à moeda temos que evidenciar, explicitar esses valores, que para a sociedade envolvente são naturais e que, por isso, se confrontam com os valores da sociedade indígena. O fato de o PGRFM atribuir uma renda individual a uma parcela da comunidade indígena de Parelheiros, conduz, de certa forma, essa comunidade a entrar na economia de mercado, o que pode acabar gerando comportamentos que não podem ser explicados pelos nossos valores.

Embora as famílias Guarani residentes na aldeia Morro da Saudade vivam em contexto diferenciado e específico, a situação em que se encontravam no período de implantação dos programas de transferência de renda municipal era a de absoluta precariedade nas condições de vida, similares às das famílias não indígenas do distrito de Parelheiros e que foram inseridas anteriormente no Programa de Garantia de Renda familiar Mínima Municipal (PGRFM), cumpridas todas as formalidades da legislação vigente. As famílias indígenas, embora aldeadas, estão inseridas no tecido urbano da cidade e compartilham com a população vizinha de necessidades monetárias, tecnológicas, acesso ao sistema educacional e

cultural, como quaisquer cidadãos, necessidades estas que não são atendidas em sua totalidade.

Uma das pessoas mais importantes e prestigiosas do cenário político brasileiro, o senador Eduardo M. Suplicy, afirma, em sua análise sobre renda básica como um direito à cidadania, no capítulo dedicado às sociedades indígenas, que a solidariedade é a marca das comunidades indígenas, pois vivem em sociedade sem mercado, sem dinheiro, com pouca acumulação material e um padrão de consumo que compreende um número limitado de bens. Em sua reflexão, SUPPLY (2002) reforça a idéia de que a “chave da sociedade é a reciprocidade e não o coletivo”. Essa é uma das questões centrais para nós neste trabalho: até que ponto, ao individualizarmos o coletivo, não estaríamos interferindo nessa estrutura tradicional de relativa igualdade social e econômica?

Ainda emergiu a questão de que, com a renda mínima assegurada, os beneficiários passaram a incorporar bens de mercado que trazem efeitos perniciosos, sobretudo à saúde. Assim, passou a ser fundamental compreender a dinâmica de implantação do programa de transferência de renda mínima e, na medida do possível, apontar as possíveis influências verificadas no modo de vida Guarani, bem como descrever como se deu o processo de implantação do programa de transferência de renda para a comunidade Guarani do Morro da Saudade.

Como observadora, identificamos que, embora existam ações de outras instituições, elas são na verdade fragmentadas, não dando conta de abarcar os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais característicos daquelas comunidades. A maneira de agir fragmentada das instituições públicas dificulta, por exemplo, uma visão mais profunda dos problemas gerados pela situação de contato, dos impactos sobre o meio ambiente, que causam a degradação, e provocam, por exemplo: a falta de

matéria-prima para a produção de artesanato; o surgimento de doenças; invasões freqüentes em suas terras, resultando na redução dos territórios; a incorporação de outros hábitos alimentares ou de comportamento, que gera, enfim, o estabelecimento da dependência em relação à nossa sociedade. O conjunto dessas situações decorrentes da proximidade de contato pode ser causador do estado de sedentarização desse grupo em especial, cujo processo tem levado muitos dos seus membros a uma situação de dependência química por álcool ou a outras alterações de comportamento.

Cabe ainda esclarecer que o trabalho se insere no quadro da linha de pesquisa do departamento de saúde ambiental. A abordagem da temática indígena relacionada à questão ambiental está baseada no entendimento de que, a degradação ambiental, tem relação direta com a saúde humana. Para HOGAN (2000), a relação saúde/ambiente abrange quase a totalidade do campo da saúde, e a preocupação com as conseqüências da degradação ambiental no organismo não está relacionada apenas à identificação de elementos ambientais na etiologia de uma determinada doença, mas diz respeito hoje ao nosso modo de vida.

A problemática ambiental quanto à poluição e degradação do meio, à crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. (LEFF 2001, p.59).

A questão ambiental, portanto, corresponde à emergência no cenário internacional de um "conjunto de problemas ambientais"⁴ que

⁴O conjunto de problemas ambientais a que se refere a questão ambiental pode ser resumido como: o problema da poluição (efeito estufa, mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, acidificação e poluição tóxica); o problema da degradação dos recursos naturais renováveis (extinção de espécies e ecossistemas, desmatamento, degradação do solo, da água e dos recursos pesqueiros); o problema do esgotamento dos recursos naturais não

estariam associados ao processo de crescimento econômico e populacional de concentração industrial, e de urbanização, cujas características podem ser identificadas quanto à dimensão espacial, econômica, temporal e científica. Quanto à questão de problemas ambientais locais, os efeitos produzidos são sentidos pelas populações ou pelos agentes econômicos, daí a importância sobre a formulação de políticas públicas locais que insiram as questões ambientais em seus diagnósticos. (SOUZA 2000, p.43-5).

Ampliando a discussão, PALOS (2004), através da visão de outros autores (SANTOS BS 1995; SANTOS M 1995; e BECK 2000), enfatiza que a poluição do ar nas grandes cidades, a devastação das florestas, a contaminação dos mares, os acidentes nucleares, as alterações climáticas, o rompimento da camada de ozônio, o efeito estufa e as inundações são riscos que afetam a sociedade como um todo, produzindo insegurança, comprometendo, dessa maneira, o campo da pscicosfera⁵, o que resulta num grande mal estar civilizatório.

Um outro fator a ser levado em conta na questão ambiental é o acelerado processo de urbanização nas cidades nas ultimas décadas. Estudos realizados sobre o aumento demográfico em áreas urbanas projetam para "o ano 2025, que quatro bilhões de pessoas, no mundo em desenvolvimento, serão classificadas como urbanas". (PENNA 1999, p.102).

renováveis (fontes de materiais e energia). Souza R. **Entendendo a questão ambiental**. Santa Catarina: Ed. EDUNISC; 2000. p. 43.

⁵Segundo SANTOS M. (1997), trata-se do campo das idéias, crenças, paixões, comportamentos, sentidos que decorrem da interação do ser com o meio criado pelo próprio engenho humano, o que se pode chamar de espaço do cotidiano. In: **A natureza do espaço: técnica e tempo- razão e emoção**. Santos M. 2ª ed. São Paulo:Hucitec; 1997.

Por outro lado, é necessário observar conforme nos indica SOBRAL (1996), que em países pobres o ritmo de urbanização provoca grandes desafios para a gestão ambiental de suas cidades, cujos obstáculos agravam-se em virtude da concentração de riqueza no nível internacional e nacional provocando grandes desigualdades. Segundo PALOS (2204), é consenso entre diversos autores que um dos problemas ambientais mais emblemáticos na América Latina é o intenso processo de urbanização que impõe novos desafios, novas situações que podem ter impacto negativo sobre a saúde e a vida das populações num contexto urbano. Nas grandes cidades a qualidade de vida da população encontra-se mais prejudicada pelas dificuldades de transporte urbano, pela degradação do meio ambiente natural, pela poluição do ar, pela contaminação das águas, pela falta de moradia, pelo crescente desemprego, por agravos à saúde pública causados pela propagação de doenças infecto-contagiosas. (p.60).

No caso brasileiro, podemos tomar como exemplo a Cidade de São Paulo que está inserida no quadro de metrópoles latino-americanas que, ao longo de seu crescimento e, pelo fato da inexistência de lei ou qualquer regulação, seja urbanística seja nas relações sociais, foram produzindo bombas socioecológicas no seu interior. (MARICATO, 2001).

Assim, segundo PENNA (1999), nota-se nas cidades com grandes núcleos urbanos o acirramento de problemas como violência, alienação, desconfiança, solidão e indiferença social. E também acentuada competição entre as pessoas, poluições diversas, maior exposição a vírus e bactérias, condições sanitárias deficientes, custos mais elevados para produtos primários, etc. O custo da expansão urbana tem um preço elevado por levar à ocupação de valiosas terras agriculturáveis e a impactos negativos em regiões vizinhas, pela demanda crescente de recursos naturais e do aumento (entrada e saída) de materiais, produtos, energia, água, resíduos e pessoas, além de dificuldades no trânsito.

MARICATO (2001), ao analisar o processo de urbanização no Brasil a partir de alguns indicadores demográficos, observa que no país ao longo dos últimos 50 anos houve uma significativa evolução de indicadores sociais, destacando o da mortalidade infantil e o da taxa de natalidade. Dentre os fatores que contribuíram para a melhoria da dinâmica demográfica destaca a extensão dos serviços de vacinas, e de água potável, acesso a antibióticos, melhoria do atendimento médico ao parto e à gestante, o aumento da escolaridade, entre outras condições que são mais acessíveis em meio urbano. Entretanto, alerta-nos a autora, que, paralelamente a esses indicadores positivos, há indicadores negativos relacionados com a evolução de dados socioeconômicos e urbanísticos, que marcam significativamente a forte desigualdade social. Tomando a periferia da cidade de São Paulo como exemplo considera que a “concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), agravada pela ociosidade, ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita nos bairros, aliado a evolução crescente do desemprego, que, entre outras consequências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, e constituem elementos importantes na fórmula das bombas socioecológicas, sendo impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência”. (p.36).

Entendendo “território como um conjunto de lugares” (SANTOS, 2001), os espaços urbanos ocupados socialmente na cidade de São Paulo têm sido, a partir de 1940, de contínua expansão da mancha urbana para a periferia. Essa periferização, segundo IANNI (1999), é distribuída social e geograficamente de forma diferenciada em diversas áreas da grande São Paulo, gerando uma conformação de bolsões ou manchas intercaladas no espaço urbano da cidade (p.12). Nesse sentido, é no território das cidades que podem ser observadas as inúmeras contradições sociais.

Desde os anos 80 a periferização da população metropolitana já era percebida, acentuando-se a partir dos anos 90 quando os moradores mais pobres foram obrigados a procurar regiões mais distantes para morar. As precárias condições de vida a que está submetida ampla parcela da população da periferia têm inegavelmente repercutido em seus níveis de saúde. Para SACARDO (2001), na área da saúde a medicina tem avançado e se sofisticado com o auxílio da tecnologia, porém esses benefícios não estão sendo traduzidos em melhoria da qualidade de vida e saúde de grande parcela da população que continua sem acesso a esses serviços.

Artigo publicado pela American Scientist sobre doenças novas e ressurgentes (1994), e elaborado pelo Grupo de Trabalho de Harvard, informa que alterações provocadas pelo homem nos ecossistemas contribuem para um quadro sanitário mundial preocupante. A destruição dos *habitats* de organismos patogênicos, ou de seus vetores, onde eles se encontravam em estado de equilíbrio, favorece sua transferência para o ambiente humano, e caso encontrem condições favoráveis de colonização, esses organismos tem um poder devastador na saúde humana. A formação de novos *habitats*, em consequência da destruição de florestas e dos danos causados a outros ambientes naturais, permite que microorganismos remotos ou raros tornem-se abundantes e terminem por atingir grupos humanos. As moléstias migram de insetos e outros animais para os seres humanos, devido à destruição dos *habitats* locais pelo próprio homem. A baixa prioridade concedida ao saneamento e à saúde pública, principalmente nos países em desenvolvimento, assolados por elevada dívida externa e crise econômica, pela urbanização e favelização aceleradas facilita o caminho para as epidemias (PENNA, 1999).

Retomando o pensamento de HOGAN (2000), a mensuração e a análise comparativa do impacto ambiental na saúde, visando identificar as suas coordenadas espaciais e temporais, é bastante complicada pela

inexistência de um sistema de informações sobre a saúde. Entretanto, a demografia tem desenvolvido conceitos e técnicas apropriadas que os dados de mortalidade, e especialmente de mortalidade por causa, continuam sendo um caminho para a apreensão do impacto ambiental na saúde. As doenças diarréicas, por exemplo, são relacionadas às condições socioeconômicas das famílias, mas também à qualidade da água. O declínio dessas doenças entre os anos 70 e 80 pode ser explicado pela melhoria na cidade do saneamento básico. O câncer e as doenças cardíacas são relacionados à exposição a um sem-número de substâncias químicas, naturais e artificiais, através da alimentação, dos processos produtivos no lugar de trabalho e da poluição da água, do ar e do solo. O sistema respiratório é particularmente sensível à poluição atmosférica e o seu estudo revela as dificuldades de trabalhar com essa questão. Outros fatores também são importantes como o estudo da distribuição populacional na cidade e sua precária infra-estrutura ambiental e o estudo de segmentos populacionais por sexo e idade. (HOGAN 2000, p.38-40).

Outros autores como SALDIVA et al (1997, 1998), CORRAL (1997, 1998), NASSER (1997, 1998) e ADORNO (1997), citados por SACARDO (2001), são unânimes ao afirmarem que a situação epidemiológica revela o aumento de doenças infecto-parasitárias e crônico-degenerativas, as primeiras sendo transmitidas por meio da água e decorrentes da forma predatória de intervenção no meio ambiente e as segundas, principalmente as neoplasias, sendo relacionadas, entre outros fatores, à poluição ambiental, à qualidade dos alimentos e ao estresse da vida moderna. Uma outra indicação importante está relacionada com os números de óbitos por causas externas, que são em geral decorrentes dos acidentes com automóveis, da violência urbana e do consumo de drogas entre jovens, fruto da degradação social e econômica pela qual a população dos grandes centros urbanos está submetida (SACARDO 2001, p.2).

Concebendo “meio ambiente como um *habitat* socialmente criado, configurado enquanto um meio físico modificado pela ação humana” (JACOBI,1999), podemos entender que dessa relação podem resultar sérios agravos a saúde, tanto de populações miseráveis fruto de um desenvolvimento insuficiente, como de populações abastadas fruto de um desenvolvimento e consumo inadequados e desarmônicos, em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, meio ambiente e saúde são questões de natureza multidimensional e funcionam como variáveis interdependentes do desenvolvimento da sociedade (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO, 1992).

Essa relação é bastante complexa no caso brasileiro, onde convivem ambos estágios de desenvolvimento da produção e, sobretudo, de consumo, definidos tanto por uma relação de mercado que proporciona acesso limitado a bens e serviços a certas camadas da população, como por políticas públicas que não operam a redução das desigualdades sociais. (CAPUCCI, 2000). Segundo SZWARCOWALD et al. (1992) e MALIK e SCHIESARI (1998), citados por CAPUCCI (2000), esse quadro tem claros reflexos no perfil epidemiológico da população brasileira, que transita das enfermidades infecto-parasitárias-contagiosas, cujas características historicamente são determinadas pelas relações em uma sociedade rural e agrária no que diz respeito às doenças crônicas degenerativas de características próprias de uma sociedade industrial-urbana. Essa transição aponta para a diminuição da mortalidade infantil, a queda de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento dos agravos à saúde por causas externas e pelas doenças crônico-degenerativas, e dessa forma, tem forçado mudanças no modo de pensar a agenda do setor saúde (CAPUCCI, 2000).

Segundo PELICIONI (1999), o Ministério da Saúde tem reconhecido que os modelos econômicos adotados no Brasil ao longo da história têm provocado fortes concentrações de renda e riqueza com exclusão de expressivos segmentos sociais, resultando em grande parte nos problemas que o país enfrenta. Ao mesmo tempo em que degradam o homem, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, esses padrões de desenvolvimento vêm favorecendo a degradação ambiental por meio da exploração predatória de recursos naturais e poluição, às quais por sua vez têm gerado grandes impactos nas condições de saúde e qualidade de vida da população.

As relações conflitivas entre o processo de crescimento econômico e o meio ambiente estão baseadas na degradação dos recursos naturais renováveis e não renováveis pela geração de poluição (na água, solo, ar e produtos a serem consumidos), e pela produção de situações de risco, de risco à saúde, e, de desastres ambientais (SOUZA 2000).

Para a sociedade indígena Guarani as relações que estabelecem com o meio ambiente (natureza) são essenciais para o desenvolvimento do seu modo de ser, uma vez que o espaço geográfico onde procuram formar seus assentamentos obedece a determinantes ambientais e a uma sistemática ordem mítica. A busca de local adequado para a formação de suas aldeias passa a ser um espaço de sobrevivência não apenas biológico, mas principalmente cultural.

De acordo com DIEGUES (1994), as sociedades indígenas desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; assim como percepções e representações em relação ao mundo natural marcada pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos. O autor dá ênfase à noção de "território" como elemento extremamente

importante na relação entre populações tradicionais e a natureza, utilizando-se da concepção de GODELIER (1984), que entende território como uma “porção da natureza⁶” e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (DIEGUES 1994, p72-5).

Nesse sentido, o enfoque da saúde ambiental é de suma importância para a compreensão dos efeitos de programas sociais como o PGRFM implementado nas aldeias Guarani Mbya. Na medida em que a questão da terra e das relações próprias com a natureza que conformam o modo de vida indígena não é levada em conta, a aplicação do programa acaba por contribuir para a modificação do universo cultural indígena, amplificando a mediação do dinheiro para a obtenção dos bens úteis e mesmo de bens supérfluos para a comunidade.

O meio ambiente pré-existente como condição de reprodução material e pleno de significações culturais sofre um processo de degradação, com conseqüências para a saúde e o bem estar da população. Longe de preencher as funções e de poder prestar os serviços ambientais que são requeridos para a tekoa⁷ em sua plenitude, o ambiente da aldeia

⁶ Essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, mas também os meios de subsistência; os meios de trabalho e produção; os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, aqueles que compõem a estrutura determinada de uma sociedade IN: DIEGUES AC. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB; 1994.p. 74-5.

⁷ Tekoa segundo Montoya, significa “modo de ser, de estar, sistema de lei, cultura norma, comportamento, costumes. Tekoa seria o lugar onde existem as condições físicas, geográficas e ecológicas de se exercer o “modo de ser” Guarani, que permite compor, a partir de uma família extensa com chefia espiritual própria, um espaço político-social fundamento na religião e na agricultura de subsistência. IN: PMSP. Implantação do Programa de garantia de Renda Familiar Mínima nas aldeias indígenas Guarani situadas no âmbito da Administração Regional da Capela do Socorro: Relatório Antropológico: São Paulo; 2002.p.14

acaba se restringindo e oprimindo a comunidade e comprometendo a um só tempo os ecossistemas e a “psicoesfera”, pois tende a sobrepor-se à comunidade indígena como um mero ambiente urbano, fazendo da aldeia uma simples mancha urbana sujeita às mesmas ações predatórias que as que ocorrem no entorno, desagregando-a como *habitat* propício à reprodução da cultura indígena. Por isso, a questão ambiental e os seus reflexos sobre a saúde indígena constituem um eixo incontornável de qualquer política pública voltada para a comunidade Guarani. Ou seja, não somente não é possível recortar a realidade da tekoa e imprimir ações parciais, na perspectiva de melhoria das condições de vida dos indígenas, como faz-se necessário compreender a relação entre as condições ambientais e o bem estar psíquico e físico da comunidade, ou seja, tomar a saúde ambiental da comunidade como um ponto de amarração de toda e qualquer política pública adequada e coerente para os Guarani-Mbya.

Diante do exposto, não é demais reiterar que o cenário em que essa população se encontra hoje é incompatível com suas especificidades sócio-culturais. É necessário, então, estabelecer “as bases para o conhecimento dessa realidade, identificando as transformações ocorridas pós-contato e estabelecendo ações possíveis de serem implementadas, *com* a comunidade, com soluções conjuntas que apresentem maior eficácia e abrangência significativa aos membros da comunidade” (PAULA, 2004). Esperamos que este estudo venha a contribuir para o aprofundamento do debate acerca das necessidades sociais das populações indígenas residentes no espaço urbano e, possivelmente, para o aperfeiçoamento das políticas públicas a elas destinadas.

Finalmente, cabe dizer que, embora o programa de renda mínima tenha sido implementado em 2003, simultaneamente nas aldeias Krukutu e Morro da Saudade, este estudo contempla apenas o processo ocorrido na aldeia Morro da Saudade.

3. POPULAÇÃO GUARANI

Neste capítulo tentamos recuperar a história da presença Guarani no Brasil, Paraguai e Argentina, bem como entender a dispersão dessa população indígena nesses territórios em face da ocupação, e da adoção de modelos de desenvolvimento pelas diferentes sociedades nacionais, o que provocou uma desestruturação de seus espaços geográficos. Em outro momento destacamos o movimento migratório efetuado pelo povo Guarani com forte presença no Estado de São Paulo no início do século XX, basicamente no litoral sudeste. Registros, estudos etnográficos realizados por instituições de pesquisa, por antropólogos, revelam a existência de aldeias indígenas Guarani na cidade São Paulo, constituída pelo subgrupo Guarani-Mbya. Do material coletado durante a observação de campo, das entrevistas realizadas e da pesquisa bibliográfica tentamos realizar uma descrição de como é a vida interna dessa comunidade indígena, procurando esclarecer minimamente a dinâmica interna desse grupo alvo

3.1 Introdução

Antes da chegada dos europeus, a grande família, a nação Tupi-Guarani ocupava uma vasta região que, de maneira descontínua descia pelas costas do Oceano Atlântico desde a desembocadura do Amazonas até o estuário Platino, estendendo-se rumo ao interior até os contrafortes andinos, especialmente em volta dos rios. A família Tupi-Guarani habitava, pois, grande parte dos atuais territórios do Brasil, Paraguai, Argentina, Uruguai, Guayana Bolívia, Peru, Equador. O núcleo Guarani propriamente dito se centrava entre os rios Paraná e Paraguai com certas prolongações; pode-se dizer que os Guarani habitavam a atual região oriental do Paraguai, o estado de Mato Grosso e parte da costa Atlântica, no Brasil, e

a província de Misiones na Argentina, com algumas fixações em território Boliviano pelo noroeste, e Uruguai pelo sudeste.(LADEIRA 1992, p.47).

Para SCHADEN (1974), informações obtidas através dos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina davam conta de que a maioria das populações indígenas encontradas nesse território falava dialetos do idioma Guaraní, estreitamente afim ao linguajar das chamadas tribos Tupi, que dominavam quase todo o litoral brasileiro e grandes extensões do interior. A esta unidade lingüística daquelas tribos meridionais corresponde relativa unidade cultural. Entretanto, a existência de diferentes denominações para os subgrupos regionais e, talvez, a grande mobilidade espacial, produzindo notável dispersão, são os principais fatores responsáveis pela opinião, bastante comum, de que se trata de outras tantas tribos distintas". (p.2).

Prosseguindo em sua análise, o autor enfatiza ainda que, se houve em outros períodos diferenciação cultural entre os vários grupos de fala Guaraní, nos últimos quatros séculos as diferenças originais foram anuladas. Parte dessa nova configuração em subgrupos regionais está relacionada pelas práticas das reduções jesuíticas expandidas por toda a bacia da Prata, como também pelos efeitos da colonização ibérica que colaboraram para a desintegração de primitivas configurações comunitárias, provocando reagrupamentos diferenciados que, por sua vez, resultaram em forte nivelamento e homogeneização culturais.

Concluindo, o autor assinala que: "em que pese a desintegração cultural em conseqüência do convívio com gente civilizada, as dissensões tendem a dar lugar à consciência do "índio" em face do "brasileiro" (português) ou do "paraguaio" . Assim, sobre a base da inegável similitude étnica e da situação comum de ambivalência em face do homem branco, chegam a desenvolver-se, por vezes, certos padrões de

solidariedade e cooperação, sobretudo em se tratando de pequenos bandos reduzidos a pequenas áreas de terra. De qualquer forma, os Guarani constituem uma unidade apenas no sentido de “tribo-nação”, e não como “tribo-estado”, segundo a terminologia de Malinowski. Conforme a situação em que se encontre um subgrupo, considera ou não os representantes de um dos outros como indivíduos de igual estirpe” (SCHADEN 1974,p.2)

Apesar de manterem contato antigo e intenso, desde a conquista da América, os Guarani, são portadores de uma unidade lingüística e cultural, constituindo-se numa das maiores etnias indígenas do Brasil. A rede de parentesco e as relações de reciprocidade entre as várias comunidades Guarani são responsáveis pela comunicação e pelos “intercâmbios econômicos”. “O controle desse amplo território Guarani, fragmentado em razão da ocupação e do modelo de desenvolvimento das diferentes sociedades nacionais incidentes, acontece através das dinâmicas sociais e políticas e dos movimentos migratórios realizados ainda hoje por famílias do subgrupo Mbya (CTI, 2004)”

Segundo LADEIRA (2001, p.35), “a população Guarani estimada no Brasil é de aproximadamente 33 mil pessoas, entre os Kaiowá (20 mil), Nhandeva (7 mil) e Mbya (6 mil). No Paraguai, calcula-se que vivam cerca de 21 mil, entre os *Pai Tavyterã/Kaiowa* (9 mil), Nandéva (7mil) e Mbyá (5mil). Na Argentina, a população Guarani é exclusivamente Mbyá e concentra na província de Misiones em torno de 4 mil pessoas. Caracterizar o território Tupi Guarani não tem sido tarefa fácil para diversos autores. Em geral a nação Guarani é articulada em função da grande dispersão da família Tupi Guarani e das migrações na região meridional. De tal forma o fator “movimento está embutido na definição desse território que é impossível caracterizá-lo sem se remeter aos movimentos migratórios desses grupos”.

Para BRANDÃO (1990), citado por MORAES (2002), os Guaraní do litoral paulista são provavelmente provenientes das grandes migrações que Kurt Nimuendaju informou em 1824, 1879 e 1912, vindo do Paraguai, Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul), e da região sul do Brasil. Em anos posteriores, houve uma significativa redução dos grupos que passaram a realizar o processo de migração. (MORAES 2002, pg.14).

Os Guaraní que vivem no litoral do Brasil junto à Mata Atlântica identificam-se como Mbya. Estão presentes em várias aldeias no leste do Paraguai, norte da Argentina e Uruguai, no interior e no litoral dos estados do sul do Brasil-Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Podem também ser localizados no litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Alguns agrupamentos são notados também no Maranhão numa área das reservas Guajajara, no Tocantins na aldeia Karaja do Norte (em Xambioá), e no Posto Indígena Xerente (em Tocantins).(LADEIRA 1992, p.25)

Ainda sobre o tema, LADEIRA (1996) relata que “o povo Guaraní contemporâneo que vive no Brasil foi classificado, a partir da década de 50, por Egon Schaden, em três grupos: Kaiova, Nhandeva e Mbya (este último, grupo de interesse do nosso estudo), de acordo com as diferenças de dialeto, de costumes e de rituais. Esta é a classificação utilizada para definição do grupo a ser estudado, e não corresponde apenas a um formalismo classificatório, mas relacionado a uma definição de diferença apontada e vivida pelos próprios indígenas” . (p. 23-24).

Para a autora, estudiosos dos Guaraní parecem convencidos que os Mbya atuais descendem daqueles grupos que não se submeteram aos “encomenderos” espanhóis e tampouco às missões jesuíticas, refugiando-se nos montes e nas matas subtropicais da região do Guairá paraguaio e dos Sete Povos. No século XIX, surgem na literatura com o nome genérico

de "Caingá", corruptela do nome depreciativo que lhes aplicavam os outros subgrupos Guarani: Ka'aguyguá, que significa "habitantes da mata". (LADEIRA 1992, p.13).

3. 2 O Povo Guarani no Estado de São Paulo

SCHADEN (1974) ressalva que a história do povo Guarani em território paulista é bastante conhecida, graças aos trabalhos de Nimuendajú e de outros investigadores. Sabe-se que neste grupo não há remanescentes dos antigos Tupi da costa, desaparecidos já no período colonial. Ligam-se às correntes migratórias, provenientes do Oeste, que se vêm sucedendo desde o primeiro quartel do século passado. O motivo das jornadas é o *yvy opa*, "*o fim do mundo*", profetizado pelos chefes religiosos da tribo. (p.4.)

Aponta o autor que, no passado, as tribos Guarani dominaram quase todo o litoral brasileiro, e grandes extensões de terras do interior, e foram expostas às mais variadas formas de contato cultural, estando atualmente confinadas a pequenas reservas ou aldeias, sob a proteção, ou mesmo administração oficial. Nos "últimos 130 anos, os movimentos migratórios de uma série de hordas Guarani em direção ao litoral brasileiro vieram aumentar ainda mais o número das modalidades de experiência cultural, levando mesmo alguns grupos da tribo a contactos mais ou menos freqüentes com a moderna civilização urbana, estando longe de apresentar homogeneidade cultural, nestes quatro séculos, pois sofreram influências de variadas situações interculturais". (SCHADEN 1974, p.10-11).

Em 1947, o autor, realizando uma pesquisa de campo encontra famílias Mbüá na região de Xapecó, no oeste catarinense, que estavam

decididas a se locomoverem até o litoral, com o propósito de reunirem-se a seus parentes e amigos, aguardando a ordem divina para a deslocação. Disseminados em pequenos núcleos numa extensa área, os Guaraní existentes naquele período em território nacional se caracterizaram pela multiplicidade de situações de contato interétnico, o que leva a compreender mudanças provocadas na alimentação, nas técnicas, na organização social, na religião, etc. (SCHADEN 1974, p.5-6).

Concluindo, SCHADEN considera que as migrações mais recentes foram as de algumas levas de Mbyá do Leste Paraguaio e Nordeste Argentino que, atravessando o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e o Paraná, chegaram ao litoral de São Paulo. Ressalta ainda a chegada de três grupos em 1924, outro em 1934, e um terceiro em 1946, respectivamente. Esses grupos vieram do Paraguai meridional, território contíguo à província Argentina de Misiones. Os dois primeiros já tinham estado no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Araribá (junto ao rio Batalha, a pouco mais de 30km da cidade de Bauru), sendo que uma parte destes viviam na aldeia do Rio Branco e outros remanescentes no Estado do Espírito Santo. Com relação ao grupo de 1946, após terem vivido por um período com os companheiros do Rio Branco (proximidades da Praia Grande, ao sul de Santos, 13 km do mar), e com os do Itariri (na serra dos Itatins, entre Peruíbe e Juquiá, próximo do km 105 da via férrea Santos-Juquiá), retiraram-se para o Rio Comprido, na Serra do Itariri. (SCHADEN 1974, p.5).

Uma outra fonte revela que são escassas as notícias sobre os Mbya em território brasileiro. Dados disponíveis ajudaram na formulação de duas rotas de penetração dos Mbya em solo brasileiro, que corresponderiam a subgrupos Mbya, diversamente distribuídos em seus *habitat* originais; i) uma que, através da Argentina, adentraram o

território brasileiro no Rio Grande do Sul e que, mais tarde, deslocaram-se para o norte, formando os aldeamentos de Rio Branco (SP), e de Boa Esperança (ES), e parte do aldeamento de Boa Vista em Ubatuba (SP); e ii) esta outra que saindo do Paraguai atingiram o Estado do Paraná, onde formaram vários aldeamentos (Palmeirinha, Rio das Cobras, etc..) e que, posteriormente, deu origem à população Mbya dos aldeamentos de São Paulo e Rio de Janeiro. São escassos os documentos históricos e registros sistemáticos sobre os Mbya em território brasileiro devido às imprecisões daqueles que entraram em contato com os grupos Guarani no século XIX, notadamente no Paraná, e que englobaram a todos os grupos como Guarani, sem especificar diferenças dialetais, não diferenciando os Mbya dos outros subgrupos Guarani Nhandeva e Kaiowa. (AZANHA e LADEIRA 1988, p.14).

No início do século XX, conclui LADEIRA (2000), a literatura etnográfica passa a registrar a presença dos remanescentes Guarani no litoral sudeste. Em 1902, Benedito Calixto identifica a presença Mbya no planalto paulista, na atual região de Parelheiros, e descreve as trilhas e caminhos utilizados em seus deslocamentos pela Serra do Mar e para as aldeias no litoral sul de São Paulo.(LADEIRA 2000,p.40). Desde 1980, o Centro de trabalho Indigenista está coletando registros em aldeias Guarani no litoral do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina com objetivo de identificar outros movimentos originados no Paraguai, a partir da Guerra do Paraguai, e da Argentina até recentemente. (ver mapa sobre Território Guarani em Anexo 2).

3.3 A comunidade Guarani-Mbya em Parelheiros

O Distrito de Parelheiros, criado por Decreto-Lei Estadual nº. 13.334, em 11 de novembro de 1944, passou a integrar o município de

São Paulo com uma superfície com um pouco mais de 153,5 km². A área "é composta, atualmente por 75 bairros com a densidade média de 1,05 habitantes" (SPOSATI, 2000). A região engloba os distritos de Marsilac (MAR) e Parelheiros (PLH), e sua área corresponde a 24% do território do Município. (PMSP, 2004). O distrito de Parelheiros limita-se ao sul com o distrito de Marsilac, ao norte e à leste com o de Grajaú, e a oeste com os de Cidade Dutra e Jardim Ângela. O distrito de Marsilac contíguo à Parelheiros tem uma superfície de cerca de 200,0 km², e congrega 17 bairros

Em 10 de agosto de 2002, foram criadas, pela Lei Municipal 13.339, as Subprefeituras, que se referem a uma forma de gestão pautada pelo modelo intersetorial e descentralizado, no território, que leva em conta os aspectos culturais e as necessidades específicas de cada região. Assim, as antigas administrações regionais passaram a ter uma nova divisão territorial com maior autonomia e intituladas de Subprefeituras.

Em janeiro de 2003, a Subprefeitura de Parelheiros (PLH), ganhou autonomia administrativa. A subprefeitura está localizada na Avenida Sadamu Inoue, nº 90, no bairro conhecido por Papai Noel. Ambos distritos, Engenheiro Marsilac e Parelheiros apresentam características predominantemente rurais, com baixo padrão econômico e escassos recursos sociais.

A região de Parelheiros, situada na Zona Sul "S2 (sul2)", denominação dada no "mapa da exclusão", contava, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo realizado em 1991, com cerca de 61.360 habitantes, (sendo PLH com 55.390, e Marsilac 5.970). Um estudo, divulgado pela Fundação SEADE em 2004, revelou nessa região, expressivo aumento da taxa de densidade demográfica para um território que contém grande parte de mananciais da

cidade, e se insere em área de proteção ambiental. A taxa de crescimento para a subprefeitura de Parelheiros observada por aquele órgão entre o período de 1991/2004 foi de 6,0% ao ano, totalizando para o conjunto de dois distritos, uma população em torno de 130.587 mil habitantes, conforme dados apresentados na tabela 1. abaixo:

Tabela 1- População Total e Taxa Anual de Crescimento Populacional, no Município de São Paulo e distritos da Subprefeitura de Parelheiros, no período de 1991-2004

Subprefeituras e Distritos	População Residente 1991	População Residente 2004	Taxa Anual de Crescimento 1991 – 2004 (em %)
Município de São Paulo	9.610.659	10.679.760	0,8
Parelheiros	55.390	121.422	6,2
Marsilac	5.970	9.165	3,4

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (1991 e 2000)/Fundação SEADE (2004).

Nota:População em 1º de julho

A taxa de crescimento nos distritos que compõem o território de Parelheiros indica que o adensamento populacional na área continua. Para TASCHNER (2004), a análise de dados demográficos revela que as regiões onde houve expressivo aumento de população concentram-se nas áreas periféricas da capital; já nas áreas centrais é nítida a queda do número de residentes e de domicílios. Nota-se assim uma “continuidade do processo de periferização” da cidade. (p.24).

Essa situação é preocupante porque a área que abrange a aldeia indígena da Barragem, e que, originalmente, foi coberta pela Mata Atlântica, sofreu com o avanço desordenado da ocupação pela população de baixa renda, que se assentou em loteamentos clandestinos e de construções precárias. As razões se devem à condição de desvalorização

das terras e à escassez de outras opções de moradia, o que provocou desmatamento na área, dando lugar à urbanização predatória e periférica.

A região de Parelheiros concentra os piores índices de exclusão social, e constitui uma área de rota de tráfico, onde os índices relacionados à violência são expressivos, sendo os seus moradores as principais vítimas. O Núcleo de Estudos e Pesquisas de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP observou no ano 2000, que a taxa de incremento populacional nos distritos da cidade no período de 1991-96, conjugada com a taxa de incremento da violência mais o índice de exclusão/inclusão social, possibilitou identificar 46 distritos em São Paulo apresentando maior índice de risco social, encontrando-se o distrito de Parelheiros na faixa de “+ de 75% de risco social” (SPOSATI, 2001). Uma outra pesquisa realizada pela Fundação SEADE em agosto de 2004 e divulgada pelo jornal Folha de São Paulo (Folha on-line em 19/08/2004), apontou que em Parelheiros o risco de um jovem com idade entre 15 e 24 anos morrer assassinado na região de Parelheiros é 21 vezes maior do que um jovem da mesma faixa etária, morador na zona oeste, na região de Pinheiros. A pesquisa identifica que, entre o período de 2000/2002, morreram em Parelheiros 463,3 jovens para cada grupo de 100 mil habitantes.

A produção do solo urbano, em especial a formação de espaços habitacionais em Parelheiros, é constituída por bairros pobres, habitados pela população não-indígena, contígua à aldeia indígena Morro da Saudade. Essa população vizinha é carente de saneamento básico e sofre pela insuficiência de equipamentos sociais para atender às suas necessidades. Informações obtidas através da Fundação SEADE em agosto de 2004 davam conta de que na região de Parelheiros, das 28.074 residências registradas, cerca de 57,47% (16.135) não possuíam nenhum tratamento dos resíduos sanitários. Com relação ao abastecimento de

água o distrito de Parelheiros também apresentou o maior índice de moradias sem água encanada, cerca de 45,23% ou 12.666 domicílios. A pesquisa do SEADE apontou também desigualdade na distribuição geográfica da cidade com relação aos equipamentos culturais públicos ou privados na região na subprefeitura de Parelheiros, registrando ausência de espaços culturais como bibliotecas, teatros, salas de cinemas, ou qualquer outro tipo de equipamento cultural, que seja um pólo de atração da juventude, um espaço de encontro social, de expressão artística e de práticas esportivas.

Nessa região, apesar da vocação rural, moram pessoas de hábitos urbanos, onde a carência de infra-estrutura e de saneamento básico pode ser observada na disposição do lixo e esgoto a céu aberto, com impacto sobre o ambiente de mananciais e risco de contaminação das fontes e poços utilizados para abastecimento. A situação é particularmente grave nos assentamentos realizados nas bacias do Guarapiranga e da Billings.

Pelo fato de a região conter as represas Billings e Guarapiranga, toda a região está inserida em Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, regida pela Lei Estadual 9866/97 – Diretrizes e Normas para a Proteção e Recuperação das Bacias Hidrográficas dos Mananciais de Interesse Regional. É no interior desse distrito no extremo sul, que foi criada, pelo município de São Paulo, a primeira Área de Proteção Ambiental Municipal (APA), denominada de Capivari-Monos, através da Lei Municipal nº 12.136/2001. Essa área abrange cerca de 251km², e situa-se entre o Parque Estadual da Serra do Mar (Decreto Estadual 10.251/77), e a cidade, sendo considerada, portanto uma zona tampão.

Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é um dos tipos de Unidades de Conservação que difere das Unidades de Conservação Integral (parques), pois, na APA, a propriedade das terras pode ser pública ou

privada, daí a razão de encontrarmos muito próximo à Aldeia Morro da Saudade, loteamento de classificação rural/condomínio, como o Clube Campestre São Paulo, local bastante preservado e destinado à classe média alta, que ocupa grandes lotes que, segundo a SMVMA, é de uso compatível desde que a taxa de ocupação permaneça controlada. Um outro tipo de loteamento é o de classificação de chácaras de recreio (nomenclatura utilizada pela Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPLA), destinadas à segunda residência, com casas, pequenos pomares e hortas que não se destinam à venda dos produtos, mas ao consumo da própria família e empregados.

A área proposta para a APA engloba os bairros de: Barragem, Cidade Nova América, Vargem Grande, Engenheiro Marsilac, Evangelista de Souza, Jardim dos Eucaliptos, Gramado, Ponte Seca, Ponte Alta e Embura do Alto. Compreende, também, uma estação de trem, a Evangelista de Souza, algumas unidades de conservação, de caráter mais ou menos restritivo, que abrange o Parque Estadual da Serra do Mar, as áreas tombadas pelo CONDEPHAAT: as da Serra do Mar; e da Cratera de Colônia, além de três Reservas indígenas Guarani: Morro da Saudade, Krukutu, e Rio Branco. Além das unidades de conservação, a área está inserida na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (ambas declaradas pela UNESCO).

A APA de Capivari-Monos compreende também parte da bacia hidrográfica do Guarapiranga, parte da bacia hidrográfica da Billings e toda a bacia hidrográfica do Capivari-Monos. Esta última, onde a Mata Atlântica predomina, é uma bacia de vertente marítima, considerada como reserva estratégica de água potável para a Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente, “as águas do rio Capivari contribuem para o Sistema Metropolitano de Abastecimento, através da reversão de parte de sua vazão, com cerca de 1m³/segundo, para o reservatório Guarapiranga. A

APA abriga também as cabeceiras do rio Embu Guaçu, maior formador do reservatório de Guarapiranga” (SVMA, 2005).

Na área da bacia de Capivari-Monos ainda não é grande a presença de loteamentos irregulares, mas, ao norte das áreas limítrofes das bacias hidrográficas de Guarapiranga e Billings, o vetor expansão se apresenta em acelerado processo de adensamento, o que exerce uma pressão sobre os recursos hídricos, a fauna e flora.

Tomando em conta todos os problemas acima elencados, a criação da APA de Capivari Monos teve como fundamento: i) a promoção do uso sustentável dos recursos naturais; ii) a proteção da biodiversidade; iii) a proteção dos recursos hídricos; iv) proteção do patrimônio histórico e a melhoria da qualidade de vida das populações. O diferencial dessa proposta foi o desafio do gerenciamento de uma região com atributos naturais importantes para o município, através da promoção de usos sustentáveis tendo a população moradora como sujeito do processo de gestão ambiental (com a criação do Conselho Gestor em 2003), em consonância com as diretrizes da Agenda 21. (Relatório Área Capivari-Monos 1997, p.17-18).

Para subsidiar a proposta de criação da APA foram elaborados um conjunto de mapas temáticos e de base de dados georeferenciadas, bem como informações importantes extraídas de dados secundários referentes à fauna, flora, meio físico, e histórico da ocupação da região a ser abrangida. Das informações geradas, destaca-se que a APA de Capivari Monos corresponde a 1/6 da área total do município e contém, além da vegetação nativa da Mata Atlântica em diferentes estágios sucessionais, e campos naturais associados, a presença de usos como: agricultura (principalmente horticultura e floricultura), reflorestamento, piscicultura,

clubes e chácaras de recreio, e as reservas indígenas. (Relatório Área Capivari-Monos 1997, p.15). (ver Anexo 3 APA M. Capivari-Monos)

A população envolvente vizinha à aldeia indígena ocupou esse território de maneira desordenada e caótica, através de loteamentos irregulares, vivendo em moradias precárias, sem regularidade urbanística, sendo ainda marginalizados do trabalho. Para PASTERNAK (2003), o processo de periferização na cidade de São Paulo continua em franca expansão, “os moradores mais pobres são impelidos para regiões cada vez mais distantes, tanto para o entorno da capital como para as cidades limítrofes, assim a pobreza se espalha para todo o tecido municipal, enquanto que as classes mais abastadas se concentram em enclaves de riqueza, sobretudo na região sudoeste da capital. As demais camadas sociais se distribuem de forma espalhada, empobrecendo na direção da periferia” (PASTERNAK 2004, p.81-100).

É no quadro desse cenário que se insere a aldeia indígena Morro da Saudade, no bairro da Barragem, constituída predominantemente por membros do subgrupo Mbya que, ao longo do tempo, têm realizado movimento migratório junto à Mata Atlântica, local onde formam seus assentamentos, na perspectiva de alcançar a “Terra sem Mal” (a que se encontra além do oceano). “Essa busca por locais adequados para formação de suas aldeias obedece a uma sistemática ordem mítica. Desse modo, dificuldades tais como indisponibilidade de matas preservadas e a precariedade dos recursos naturais das áreas que lhes são hoje destinadas, contribuem, ao contrário do que alguns estudos mencionam, para uma acentuação das manifestações tradicionais de religiosidades”. (LADEIRA 1996, p.22).

AZANHA e LADEIRA (1986) destacam em relatório antropológico, que os aldeamentos do Morro da Saudade, Krukutu, Jaraguá e M'Boi -

Mirim (no planalto paulista) foram ocupados por famílias do subgrupo Mbya. Comentam que estudos etnográficos revelaram que se pode considerar que, a partir das primeiras décadas do século XX, os núcleos Nhandeva do litoral passaram a receber o reforço de outros grupos, também Guarani e classificados na literatura etnográfica como Mbya. Esse grupo passa, a partir das décadas de 1950 e 1960, a se constituir na população dominante no litoral. Distinguem-se dos moradores mais antigos – a quem chamam de Tupi-Guarani ou Xiripã – dizendo-se “Guarani”.(p.13).

3.4 A aldeia Tenonde Porã

Tenonde Porã significa “luz e esperança” ou “aliança para o futuro” e guarda relação com o nome do grupo cultural de canto e dança formado por crianças da aldeia. A aldeia está localizada no distrito administrativo de Parelheiros, bairro da Barragem, e grande parte da área indígena está às margens da represas Billings. A comunidade Guarani está concentrada numa área de cerca de 26,30ha de área demarcada e homologada conforme decreto nº. 94223 de 14/04/87(DOU 15/04/87). Proc.SPU 23917/87-39 (ver Anexo nº 4 (foto aérea) localização das aldeias indígenas em Parelheiros)

3.5 Breve histórico – descrição da dinâmica interna da aldeia

Segundo relatos colhidos pela antropóloga LADEIRA (1986), a presença de Guarani na região é percebida desde o início do século passado. Um dos primeiros moradores Odair de Castro é originário do Paraná, porém foi criado nas aldeias do litoral de São Paulo. No início dos anos 50, quando fica viúvo, seguiu para o bairro Barragem, em

Parelheiros, com seus filhos e outros membros de sua família, permanecendo no local até o final daquela década, quando então retornou à aldeia do Bananal (Peruíbe-SP). Durante o tempo em que sua família, a de Joaquim e a de Ramiro permaneceram em Parelheiros, trabalharam para suas famílias e para as de sítiantes da região na agricultura. Além de plantarem árvores frutíferas, ajudaram no represamento de um açude que ainda hoje é utilizado pelos habitantes da aldeia.

Na década de 1960, um outro grupo familiar, sob o comando espiritual de Dona Vitalina M.Silva (falecida em 1979), originária também do Paraná (da aldeia Palmeirinha), chega a São Paulo. Este grupo, descontente com as normas do posto da FUNAI em Palmeirinha, recusa-se a submeterem-se àquela situação e parte em direção ao litoral paulista. Permaneceram alguns meses nas aldeias de Itariri, em Rio Branco, Silveira e Serrinha, retornando em seguida ao Paraná. Nesse momento algumas mulheres são agregadas ao grupo de Dona Vitalina ao se casarem com seus netos, aumentando o número de membros dessa família.

Dona Vitalina decide retornar a São Paulo com sua família, filhos, cônjuges e descendentes, vivendo por um período de tempo na casa de um primo de Xapé, o Joaquim, no distrito de Cidade Dutra, zona sul de São Paulo, vizinho de Parelheiros.

Através da indicação de Joaquim sobre o local no bairro da Barragem, onde a família de Xapé havia morado e trabalhado, é que Dona Vitalina desloca-se para lá, fixando-se com toda sua família. A partir de 1965, outros grupos familiares, originários do estado do Paraná das aldeias de Palmeirinha, Rio Branco e Rio das Cobras, deslocaram-se para São Paulo e juntaram-se à comunidade guarani da Barragem. Em 1983, Xapé retornou ao Morro da Saudade, fixando moradia.

O grupo familiar liderado por Dona Vitalina seus filhos, cônjuges e descendentes foi um grupo dominante (1965/1980) da aldeia Morro da Saudade. Por volta de 1980, teve início o deslocamento de parte dessa parentela para a aldeia Krukutu. E, em 1991, outra parte da família desloca-se para a aldeia de Aguapeu. A partir de 1980, a chefia política e religiosa foi destinada a um membro de outro grupo familiar, José Fernandes, que permaneceu na aldeia até 1997.

A importância da aldeia Morro da Saudade pode estar centrada na sua localização geográfica, sendo ponto de passagem obrigatório dos Guarani de outras aldeias da periferia de São Paulo e do sul do país que se dirigem ao litoral. O trajeto histórico dos Guarani rumo ao litoral é realizado pela estrada da Barragem até a localidade de Engenheiro Ferraz, seguindo-se pela Trilha dos Índios até a aldeia do Rio Branco de onde estão relativamente próximas as aldeias de Itariri e do Bananal. As aldeias do litoral norte também podem ser atingidas partindo de Engenheiro Ferraz até Santos e Bertioga e através da estrada velha chega-se às aldeias do Silveira, em Barra do Una, e de Boa Vista em Ubatuba.

3.5.1 População

Em janeiro de 2002, com a realização do cadastro das famílias para o Programa Renda Mínima, foram identificadas cerca de 130 famílias nucleares residindo na aldeia, totalizando 560 pessoas, naquele momento totalizando 140 mulheres, 120 homens e 300 crianças. Desse total 53% da população pertenciam à faixa etária entre 0 a 14 anos.

As famílias ocupam uma área de 26 hectares, insuficiente para o provimento de todos. Interessante observar que a disposição das casas e das roças segue uma ordem e lógica determinada pelos moradores mais

antigos, ao contrário da disposição nuclear própria das populações que vivem no Xingu. Observa-se que as famílias se articulam em torno de pequenos núcleos formando a família-extensa, composta pelos filhos, genros ou netos de um homem em posição de pai ou sogro.(LADEIRA, 1986, p.27).

Como já foi explicado anteriormente, é grande a mobilidade dos Guarani entre suas aldeias. O deslocamento constante reforça a noção de território Guarani, que transcende o limite de suas aldeias. Conhecidos pelo movimento migratório que realizam, os dados estatísticos sobre essa população no Morro da Saudade são oscilantes.

Em levantamento elaborado pelo CTI em 1997, para as Secretarias de Educação Estadual e Municipal, haviam 366 pessoas moradoras na aldeia; em outro relatório produzido em janeiro de 2000 para o Ministério da Saúde/FUNASA, o número encontrado foi de 511 pessoas; e no mesmo ano, em outubro, um outro levantamento para o relatório de FURNAS, identificou a presença de 574 pessoas.

Apesar da escassez de terra, dados estatísticos relativos à aldeia vêm demonstrando expressivo crescimento populacional entre a população moradora e a flutuante (parentes e amigos). Com localização geográfica privilegiada, tornou-se ponto de passagem obrigatório dos Guarani de outras aldeias da periferia de São Paulo, e do sul do país, que se movimentam em direção ao litoral e vice-versa.

É importante destacar que, nos últimos anos, com o aumento do número de famílias de composição e procedências diversas na aldeia, houve necessariamente um crescimento demográfico. Essa dinâmica possibilitou, por exemplo, ao jovem, encontrar parceiros para casamento no interior da própria aldeia, sem a necessidade de realizar deslocamento

em direção a outras aldeias, e transferir sua residência. Pelas regras sociais e de consangüinidade, cabe ao jovem procurar esposas em outras aldeias, onde passam a viver, integrando-se no núcleo residencial do sogro.

A proposição deste trabalho não era a de realizar um estudo genealógico tampouco etnográfico, mas há relatos por observação, realizados por antropólogos que mantêm contatos e estudos freqüentes da aldeia, de que a interligação de parentesco após 1988 está sendo realizada com as aldeias do Paraná (Palmeirinha e Rio das Cobras) e São Paulo (Krukutu, Jaraguá, Itaoca e Capoeirão).

3.5.2 Organização política

LADEIRA (1986) destaca que os Guarani mantêm, no Estado de São Paulo, a mesma organização social tradicional já descrita por outros pesquisadores, a saber, a família extensa.

A família extensa é a unidade social e econômica básica da sociedade Guarani e dispõe de autonomia política e em geral de território próprio. Em alguns casos, e na dependência do prestígio do líder político religioso, a uma mesmo tekoa (aldeia-grupo local), podem estar vinculadas outras "família-extensa". Nesse caso, a família-extensa dominante (e a parentela a ela ligada) é aquela que "primeiro chegou" ao local. E como a escolha do local é feita através do contato de Nhanderu com os deuses, é desta família que chegou primeiro que sairá o líder político-religioso do tekoa.

O cacique representa a autoridade maior na aldeia, e precisa expressar os interesses gerais da comunidade, perante a própria

comunidade e junto a diversos setores da sociedade nacional. O cacique pode inclusive delegar funções ou fazer-se representar através de outros membros da aldeia.

No Morro da Saudade, o cacique é eleito, e atualmente exerce apenas chefia política. Com relação à chefia espiritual, essa é desempenhada por uma mulher a Sra. Virginia Veríssimo (Kunhã Karai) e pelos pajés José Fernandes (Guirapepo Karai da aldeia do Jaraguá), e por Adão Benites (Papa, que vive na aldeia Krukutu).

No passado, desde o início da década de 1980, a chefia espiritual e política da aldeia foi desempenhada por José Fernandes Soares (conhecido como Guirapepo Karai). Em 1997, deslocou-se para o município de Ubatuba na aldeia Boa Vista. Nesse momento, antes de sua viagem foi realizada uma eleição no Morro da Saudade e indicado como cacique (chefe político), um membro casado com a filha de uma das famílias tradicionalmente reconhecida como fundadores da aldeia. A nomeação foi conduzida pelo líder espiritual Zé Fernandes. Foi eleito o Manoel Lima que permaneceu cacique até março de 2003.

O cacique anterior Zé Fernandes retornou a São Paulo e fundou no distrito de Jaraguá a segunda aldeia indígena da região oeste da cidade, onde desempenha até o momento a função espiritual e política. Este cacique é um grande líder espiritual, e exerce sua influência às aldeias urbanas do município. Conhecedor de todas as aldeias do litoral, seus territórios de ocupação, a origem e composição dos grupos locais e respectivas divisas, é Zé Fernandes quem conduz uma das cerimônias mais tradicionais em quase todas as aldeias o “nemongarai”, batismo das crianças, quando recebem nome indígena. Sua presença é solicitada em casos delicados de saúde e de feitiçaria e, em questões políticas, ou sociais que exigem seus conselhos.

Em março de 2003, já com o desenvolvimento do programa de transferência de renda, ocorreu nova mudança de liderança política. Para desempenhar o papel de chefia política nessa aldeia, foram observadas e respeitadas características tradicionais que levaram em conta o fator de antiguidade na aldeia. O novo eleito é descendente de uma das famílias antigas na aldeia, com boa desenvoltura no português, e com grande capacidade de articulação com atores da sociedade nacional. Desenvolveu a função de vice-cacique na anterior gestão, e de presidente da Associação Indígena Guarani Aldeia Morro da Saudade (AIGAMS).

Essa associação foi fundada em 1996, com propósito de dinamizar atividades culturais Guarani. Registrada em cartório e constituída nos moldes das organizações civis, tendo sua mesa diretora composta por vários membros da aldeia. Também faz parte de sua estrutura organizacional indicar corpo de representantes para atuar junto às esferas institucionais governamentais tais como Saúde, Educação, Cultura, que implicam em intermediações constantes com as diversas instituições governamentais.

Com relação às questões internas, os Guarani da Barragem preservam e respeitam papéis e funções relativos aos costumes e tradições, existindo a chefia espiritual da aldeia (já mencionada), pelos pajés que se encontram nas aldeias Jaraguá e krukutu, os guardiões da comunidade (xondaro ruvixa), guardião da casa de rezas (xondaro ruvixa opy).

3.5.3 A religiosidade

A pesquisadora GODOY (2003), em seu trabalho sobre o misticismo Guarani Mbya, enfatiza que alguns estudiosos da cultura guarani fazem referências sobre a alma como expressão da vida humana. CADOGAN (1959), citado por GODOY (2003), chama a atenção para a palavra ***neé***, que em Guarani (paraguaio) significa linguagem humana, aplicada também ao cantar das aves e ao chiado de insetos, etc. Refere-se à porção divina da alma, ou palavra-alma, que significa o espírito que os deuses enviam para que se encarne nas criaturas prestes a nascer. Outros autores, citados pela pesquisadora como SCHADEN (1986), concluem que a função primordial básica da alma é a de conferir ao homem o dom da linguagem, na sua concepção está é a razão pela qual os Guarani estabelecem como primordial a comunicação. Meliá (1986), outro autor pesquisado, afirmou que para o Guarani a palavra é tudo. A natureza Guarani da palavra passa pelo sentido da experiência religiosa e tem fundamentos sociológicos, psicológicos e teológicos. (p.51-8).

Todo o exercício religioso, em reuniões formais conhecidas como reuniões de aconselhamento, acontece na casa de rezas (opy guaxu), que é o espaço religioso sagrado onde se reúnem todas as famílias da comunidade. Nesse local, são realizadas reuniões coletivas, rezas, rituais de cura, cerimônias tradicionais. De acordo com GODOY (2003 p.173), é neste espaço religioso que os chefes espirituais e chefes políticos formam a consciência coletiva de seus membros, através da moralidade. Estes encontros reúnem jovens e adultos da aldeia e podem ocorrer de modo mais informal ou integrando-se ao contexto das rezas, com horários específicos. Os dirigentes espirituais, os *xamãs*, tomam a palavra e fazem discursos religiosos, em seguida outros líderes também podem fazer uso da palavra. Os discursos dos diversos oradores assumem uma forma apelativa, com tendência à reflexão, tendo como base o valor de

moralidade, é uma forma de controle que impõe-se por meios de advertências. O sucesso do controle ocorre pela capacidade de impor temerosidade no ambiente.

É enfatizado por GODOY (2003), que o sentido não é enfatizar o castigo e culpa, mas sim direcionar a adesão pessoal contra, segundo a própria autora, o pecado e o erro. Frente aos discursos marcados pela repreensão, o respeito toma a forma de seriedade, as vítimas atingidas pelo clima moral coletivo demonstram vergonha, o que produz efeitos subjetivos na direção com que o líderes tramam o aperfeiçoamento. Na *opy*, as concentrações, as reuniões se desenvolvem por um consenso absoluto entre os adeptos. A adesão à moralidade, à sabedoria e ao aconselhamento pelo uso da palavra não produz dúvidas e nem exprime discórdias. As vítimas nesses casos não são identificadas e há consenso quanto ao efeito preventivo dessas reuniões sobre a conduta moral. Em situações de discórdia, quando a palavra do *xamã* não tem como se impor hierarquicamente, o meio contestatório ganha ênfase e a reunião se desenvolve fora da casa das rezas, na *oka*, no pátio. Os motivos dessas reuniões podem ser roubo, separação de casais, acusações injustas, brigas e desentendimentos. Nestes casos, mais que um aconselhamento os líderes espirituais agem como juízes para resolver a contenda e propor rumos de reparação e decisão. (p.176-183)

Até maio de 2004, o espaço religioso na aldeia Morro da Saudade foi usado para recepção, encontros, reuniões com atores da sociedade nacional em geral, principalmente gestores de instituições governamentais, e não governamentais. Com a construção do CECI (Centro de Educação da Cultura Indígena), pela administração municipal (gestão 2001-2004), reuniões, visitas da sociedade nacional às lideranças estão sendo realizadas em espaços no interior do CECI. Dessa forma, a casa de rezas ficou mais protegida, passando a funcionar apenas para as

atividades religiosas internas. É no interior da casa de reza que as crianças praticam o *xondaro okayguá*, pratica da religião Guarani, e através da dança e do canto aprendem os preceitos de *Nhanderu* (o criador), recebem os ensinamentos de *Nahnde Reko* (a vida sagrada), e a de *Ywy marae`y* (a terra sem-mal).

A opy é considerada o centro da aldeia por sua definição de espaço comunal, local onde as pessoas se comunicam e se integram. A opy é construída onde o sol nasce, o altar (amba) é onde o sol (Kuaray) coloca o seu raio.

De acordo com GODOY (1995), a festa do batismo "*nheemongarai, yy karai*, que ocorre no mês de janeiro, é a festa de maior destaque, após a colheita do milho e tem o seu ciclo religioso ligado ao do milho. À época da colheita do milho tradicional (*avaxi etei*), é realizada a cerimônia do batismo do milho que coincide com o "ano novo". Na festa do milho as mulheres preparam pamonha, beiju, xixa (bebida de milho afermentado) , e os homens trazem mel. Com essa cerimônia, espera-se obter maior produtividade nas roças futuras. Batizam-se também, na mesma ocasião, as folhas de erva-mate, colhidas no ano novo, e são atribuído nomes às crianças. Este ritual é precedido pelas danças "*xondaro*" realizada pelos homens, e a comemoração é realizada no interior da "*opy*".

3.5.4 Meios de subsistência

Devido à restrição de terras, os meios de subsistência dessa aldeia são precários: a venda de artesanato se configura como a principal fonte de renda, seguida da coleta de palmito que é realizada nas aldeias do litoral (esse dado foi obtido do cadastramento realizado junto as famílias contempladas pelo PGRFM). A matéria prima para confecção do artesanato

é quase inexistente na área da aldeia, por essa razão, deslocam-se, continuamente descendo por trilhas, para as aldeias do Rio Branco, Itariri e Rio Silveira, junto à Serra do Mar para a extração desses materiais.

A venda do artesanato é feita, em geral, no centro da cidade de São Paulo, pelas mulheres, que podem ser vistas junto às suas crianças pequenas em pontos dispersos como: Largo de São Francisco, Praça das Bandeiras, Viaduto do Chá, e Praça da Sé. O deslocamento para a venda do artesanato também é direcionado ao Largo 13 de Maio, no distrito de Santo Amaro. A oferta dessa arte tradicional, também ocorre no interior da própria aldeia, em barracas onde os materiais são expostos. Sempre que é esperada a presença de visitante, em razão de algum evento ou comemorações, que possam atrair público, os materiais também são expostos.

Estudo realizado pela pesquisadora GODOY, em 1995, dão conta de que o trabalho indígena predominante está intrinsecamente relacionado com a fabricação de artesanatos para a venda. Esta atividade comercial é que possibilita o consumo de bens industrializados e a “proteger o ambiente mítico tradicional, ligado à vida na floresta” (p.152).

A agricultura também é escassa, e a pequena produção de alimentos é destinada exclusivamente para consumo interno, não suprimindo a demanda alimentar dos integrantes da aldeia, por isso dependem quase que exclusivamente de produtos industrializados comprados nos mercados locais. Das espécies cultivadas no Morro da Saudade, destacamos feijão, mandioca, batata doce, milho, aipim (mandioca), amendoim, abóboras. Em geral, essas espécies são intercambiadas entre as aldeias.

De acordo com LADEIRA (2001), a importância dessa atividade não está apenas ligada à qualidade da produção, que pode variar de ano para

ano dependendo de uma série de fatores. O verdadeiro sentido reside na sua prática, nas possibilidades que são geradas através de uma organização interna, da reciprocidade, de intercâmbios de espécies, de experimentos, de rituais, e renovação dos ciclos. Entendida dessa forma, a agricultura se insere num sistema mais amplo que envolve aspectos da organização social, de princípios éticos e simbólicos, sendo uma atividade integradora no tekoa, o que supõe um estado de identificação dos grupos familiares com o lugar, permitindo cumprir um calendário das atividades e dos ciclos rituais. (p.201).

Das árvores frutíferas, ao longo do território onde estão localizadas suas casas, há somente bananeiras. Embora sejam abundantes na área, a qualidade da banana existente não figura na hierarquia de valores míticos Guarani, sendo difícil sua introdução na dieta alimentar Mbya. Por outro lado, também não utilizam dessa produção como uma proposta econômica de comércio local.

Na lavoura Guarani, o cultivo do milho assume importância crucial, superior a de qualquer outra espécie vegetal (SCHADEN, 1974.p.40), além de ser uma das principais fontes de alimento. Há uma grande variedade de tipos de milho, mas cultivam o milho tradicional Guarani, conhecido como milho mole, e denominado pelos caboclos de "milho soboró". O cultivo do milho tradicional (avati etei) tem uma função religiosa e social. Em geral, o milho é plantado uma vez ao ano, entre os meses de agosto e outubro, de preferência na primeira lua minguante de agosto, e a colheita ocorre em janeiro, momento da festa do avatí-mongaraí (batismo de nomes). Para o grupo Guarani-Mbya, a festa do batismo deve coincidir com a época dos "tempos novos" que coincide com o verão e os fortes temporais. Dessa forma a "relação entre a colheita de milho e o

benzimento (atribuição dos nomes-almas “nhemongarai”⁸), impõe o calendário agrícola, sendo este o fator que define o tempo de permanência das famílias nas aldeias” (LADEIRA 2001, p. 205-6).

A coleta do palmito está relacionada ao ritual de líeres religiosos, que utilizam esse produto como consumo alimentar tradicional acrescido do mel. No consumo doméstico caseiro, esse produto não é evidenciado nem nos momentos de escassez de alimentos. Os moradores indígenas das aldeias de Parelheiros coletam o palmito quando se deslocam para as aldeias do litoral em direção a Itanhaém, com objetivo específico da comercialização. É interessante, como aponta GODOY (2003), que a coleta e a venda de palmito estão associadas ao valor social ligado ao indivíduo, em que os feixes dos palmitos são identificados pelos nomes de seus donos, o palmito pertence a quem o cortou. A comercialização do palmito promove a obtenção de alimentos industrializados pela prática individual de obtenção de dinheiro. Essa modalidade é praticada por líderes das parentelas que praticam o ritual da distribuição e consumo de alimentos e que, de certa forma, conferem à coleta e comercialização do palmito o reforço da tradição ao manter o sistema tribal. Para LADEIRA (2001), quando o corte do palmito passa a ser controlado e proibido, e adquire um valor de mercado para os próprios índios, ele deixa de ser consumido. Para os Guarani, o que foi criado por Nhanderu e produzido para ser alimento (roças), não se vende e quando há a prática da comercialização destes produtos, o dinheiro obtido é utilizado com supérfluos (bebida, jogos, doces). (p.159).

⁸ Nheemongarai, ritual que determina a renovação dos ciclos de vida e produção no tekoo, o nascimento de crianças, a proximidade dos Nheeru kuéry (os pais das almas reunidos), que se fazem mais presentes na opy nessa época. Plantar na época certa as variedades do milho sagrado leva-os a mais de uma tentativa para garantir a colheita antes das tempestades mais fortes que acontecem no verão. (LADEIRA 2001 p.207)

A coleta e a comercialização do palmito é aconselhada religiosamente pelos *xamãs*, uma vez que a consideram como uma solução específica, pois essa atividade é entendida como uma infração ao reino da natureza. Sabedores da escassez desse tipo de produto há uma prática entre alguns indígenas cortadores de palmito de replantarem várias mudas após o corte. É mencionado por GOGOY (2003) que a aldeia indígena de Ubatuba organizou um palmital nas imediações da aldeia, com objetivo de suprir futuras necessidades e também de valorizar essa forma de plantio.

Na aldeia Morro da Saudade não existe, entre as numerosas famílias, o hábito de criação de aves para consumo interno. Pode-se identificar uma ou outra família criando patos, gansos, mas essas espécies fazem parte do contexto do embelezamento da aldeia. Observamos que poucas famílias tentaram a prática de criar galinhas, mas sem confiná-las em capoeiras. Esse sistema acarreta a necessidade de compra de ração, o que já é um impedimento para a continuação da criação. Ao optar por deixar a galinha à solta, correm o risco de: ou ela ser agarrada por algum vizinho, ou a ave distanciar-se o bastante em busca de alimento e acabar penetrando em territórios de vizinhança e desaparecer; ou ser caçada por gambás ou ter seus ovos por eles comidos. Para GOGODY (2003), *"as aves fazem parte do meio ambiente, raramente são usadas na alimentação, sendo avaliadas para o artesanato"* (p.149)

A atividade da caça para alimentação não é realizada no sentido de uso alimentar, é uma prática que obedece a ciclos derivados dos calendários lunar e agrícola, precedida de rituais religiosos. Na aldeia da Barragem, devido à inexistência de animais para caça, a possibilidade de exercê-la hoje em dia é um privilégio, possibilitando aos meninos a iniciação, o aprendizado do uso do arco e da flecha. No Relatório Preliminar da Apa de Capivari Mono, faz-se menção ao "registro em 1994,

a ocorrência de uma onça parda (puma concolor) entre a Reserva Indígena Krukutu e a do Morro da Saudade capturada pelos índios, cuja pele pode ser vista no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo".(p.8). Embora haja restrições de animais para caça, informalmente pudemos perceber que há o hábito da caça de gambá, isso não ocorre com frequência, mas quando caçado sua carne é utilizada na alimentação.

Em geral, os peixes de água salgada não são utilizados para consumo de forma regular, são considerados "*angue`i*" que comem carne de mortos. A aldeia da Barragem, pela sua localização natural às margens da represa Billings e pela existência de um açude no seu interior, tem como prática a utilização do peixe na dieta alimentar. É comum o exercício das crianças na atividade da pesca, ligada à prática educativa aliada ao alto teor valorativo da ingestão desse alimento.

GODOY (2003), em seu estudo, registrou a existência de alguns mamíferos em aldeias indígenas Guarani, que não pertencem às tradições, mas que foram incorporados às aldeias e domesticados, tais como vaca, cabra, ovelha e cachorro e que não se destinam à alimentação. Na aldeia da Barragem é comum a existência de um grande número de cachorros

3.5.5 A Produção

A economia social está fracionada em pequenos grupos domésticos independentes, tradicionalmente, desenvolvem uma economia destinada apenas a prover a subsistência do grupo, não se verificando a necessidade de produção de reservas, não ocorrendo acumulação de excedentes. A comercialização de artesanato concentra-se na família conjugal.

Segundo os padrões tradicionais Guarani, a família extensa é composta pelo casal, filhos solteiros, filhas, genros e netos, comportando variantes na sua composição em decorrência do contexto em que se desenvolve a dinâmica social do grupo local, e constitui-se numa unidade de produção e consumo. A "propriedade" das roças e o consumo dos produtos são da família elementar, depois do nascimento dos filhos do casal. Isso não exclui os serviços nas roças do sogro e a realização de mutirões entre as famílias. O relacionamento entre sogro e genros pode influir na divisão das áreas de roças, no trabalho e nos sistemas de reciprocidade e mobilidade.

A família extensa (grande) é a unidade social e econômica básica da sociedade Guarani e dispõe de autonomia política e, em geral, de território próprio. A relação de parentesco tem um papel preponderante na organização social dessa sociedade indígena.

A organização dos espaços para o desenvolvimento da atividade agrícola, numa comunidade com mais de uma família extensa, depende da composição dos grupos familiares (famílias extensas e/ou nucleares) e de sua força de trabalho, o que vai determinar também o lugar das residências. As roças são feitas no entorno dos núcleos residenciais, a localização de áreas disponíveis pode influir na disposição das residências dos grupos familiares e essa distribuição pode estar atrelada a alianças ou a cisões internas.

Conhecedores de que o meio ambiente é a garantia de sua continuidade e que por isso deve ser preservado, extraem da natureza apenas o necessário para cumprir ritos alimentares, ou para as trocas necessárias, uma vez que dependem essencialmente dos biomas onde vivem.

3.5.6 O Trabalho

A confecção de artesanato para comercialização é a atividade indígena mais predominante. CHEROBIM (1986), citado por GODOY (1995), registrou em seu trabalho que a vida econômica Guarani, na sua totalidade, direta ou indiretamente, está voltada para a comercialização de seus produtos artesanais. O trabalho de confecção de artesanato fortalece os costumes Guarani, "a dedicação e o capricho na confecção artesanal como reflexo da convicção de agradar e de conviver com as divindades, de estar bonito e alegre, projeta-se como meio de distintividade étnica. Obediência e participação no meio místico determinam o valor artístico das obras do grupo Guarani-Mbya". (p.162).

GODOY (2003) destaca ainda que as peças e as técnicas de fabricação, a matéria-prima utilizada, o desenho são distintos nas diferentes comunidades indígenas Guarani. Na aldeia Krukutu destaca-se a confecção de colares com contas cinzentas e pretas, que são raros nas aldeias do litoral, pela falta de conta preta e de um tipo de pulseira também quase que inexistente em outras localidades. Na aldeia da Barragem, é mais difícil a presença de matérias-primas para o artesanato, embora seja o espaço onde transitam muitos indígenas de outros locais, existe uma produção diferenciada de produtos com desenhos "*mbopara*" que marcam a mesma tradição de diferentes maneiras.

Não existe uma divisão rígida de sexos na confecção do artesanato e os homens, com maior frequência, vão em busca de matéria-prima. O artesanato é confeccionado nas aldeias. Dos artefatos comercializados confeccionam miniaturas de animais silvestres, arcos, flechas, zarabatanas, cestas, pulseiras, chocalhos, flautas, colares que podem ser complementados com cordão para contas, e com penas de galinhas ou aves-silvestres, e dentes de animais silvestres. As mulheres são

responsáveis pelas vendas, tanto internamente, quanto fora da aldeia. Aos homens cabe a coleta do material a ser utilizado para a realização desses trabalhos.

A mobilidade entre os diversos tekoea (aldeias) é realizada em geral pelos homens, especialmente os solteiros que se deslocam mais intensamente fortalecendo a troca de informações, ou então à procura de cônjuges. O deslocamento espacial Guaraní-Mbya é importante para a manutenção das relações sociais, econômicas, e políticas, sendo, portanto de caráter masculino. Mas, o deslocamento pela via de migração inclui necessariamente a presença feminina, uma vez que o sentido de fixar-se a um lugar pressupõe a produtividade, que é alcançada com as roças de milho, e com o nascimento de crianças.

O ciclo de atividades para o grupo Mbya está baseado nas diferentes fases da lua, assim várias atividades a partir do quarto dia do desaparecimento da lua não podem ser realizadas, principalmente as de corte, essa suspensão entra na fase crescente, e perdura até a lua cheia.

Esse período conhecido como lua nova (jaxy pyay) é bom para preparar a terra para o plantio, ou carpir, confeccionar artesanatos se os materiais necessários já foram colhidos, construir casas, se as madeiras já estiverem cortadas. Pode-se caçar e pescar. Não é permitido plantar, cortar madeira para construção de casas ou de artefatos, nem sapé ou folha de palmeira para cobertura, nem cipó ou taquara para artesanatos. Não se deve colher contas e sementes para os artesanatos, nem colher os produtos da roça. No período da lua escura (jaxy pytu), lua mingüante, até o quarto dia após seu desaparecimento, os Mbya podem dedicar-se a todas as atividades, plantar, cortar madeiras, taquaras, cipós, sapés e folhas de pindó. Podem colher os produtos da roça e matéria-prima para o artesanato. Podem cobrir as casas, caçar e pescar.

As roças para plantio em geral são feitas próximas às casas, principalmente o plantio do milho. Os casais planejam o plantio em conjunto: a mulher planta, após o marido abrir uma cova. Algumas famílias se dedicam ao plantio do avati karepeì (milho pequeno), e outros semente do milho sagrado (*avati ete i*). A colheita ocorre entre os meses de novembro a janeiro. (GODOY, 2003). De acordo com LADEIRA (2001), das atividades entre os membros da família, e entre homens e mulheres, de modo geral cabe aos homens o preparo da terra, e o plantio dos grãos: a mulher desempenha a atividade do plantio dos tubérculos e da colheita, a limpeza das roças envolve os dois elementos da família.

3.5.7 Saneamento

A comunidade indígena dá uma importância grande ao território onde vive, mas sofre continuamente influências do meio externo com os projetos de: saneamento que lançam o esgoto (tratado) nos rios que banham as aldeias; construção de represas que afetam os ciclos dos rios e da fauna; construção de estradas e rodovias cortando as áreas e os caminhos indígenas; projetos de eletrificação no entorno de suas áreas; invasão de terras para moradias irregulares.

As aldeias de Parelheiros também sofreram agressão territorial nas “áreas demarcadas e nas demais áreas utilizadas como: coleta caça, trilhas de coleta e áreas de matas que ou são utilizadas para subsistência, ou servem como caminhos de ligação em direção a outras aldeias no litoral. Com a implantação da Linha de Transmissão de 750 KV Itaberá-Tijuco Preto III (Torres 642 à 674), do sistema de Transmissão de Itaipu” (LADEIRA, 2000 p.7), estando a área de ocupação Guarani afetada por interferência indiretamente e direta, e em área diretamente afetada que incide em restrições ao uso do solo.

A aldeia contava até a década de 1970 com água proveniente de um açude, que está sendo recuperado. Existem quatro minas de água usadas para consumo pela comunidade, e que se encontram fora da área demarcada. O CTI custeou aberturas de poços comuns na aldeia, entretanto a água sempre que analisada demonstrava conter alto índice de contaminação decorrente da poluição da represa Bilings.

A FUNASA, após a eletrificação na aldeia pela Eletropaulo, construiu um poço artesiano, que possibilitou água canalizada pelo menos na entrada de quase todos os domicílios, sendo ela responsável pela manutenção do sistema de quadro das bombas, que depende de mão de obra especializada.

A água da represa Bilings, nas imediações da aldeia, foi utilizada, até meados dos anos 1980, pelas crianças como lazer, e pelos adultos para pesca. Em razão de advertência pelos técnicos de saúde sobre contaminação, as famílias indígenas deixaram de utilizar a água da Bilings para as atividades de pesca e lazer. Em 1989, a Constituição paulista proibiu o bombeamento, para fins de produção de energia elétrica, do Rio Pinheiros, um dos principais agentes contaminadores da Billings, revertendo na melhoria parcial da qualidade da água.

A água do açude, segundo entrevista realizada com lideranças indígenas *"foi recuperada e atualmente 70% da água é razoável e 30% é de sujeira. Nós temos planos de fazer mais dois açudes, mais para baixo, e criar mais peixe"*. Entre julho e agosto de 2003, a equipe do Instituto da Criança fez uma doação de alevinos de Tilapia do Nilo colocados no açude, que quando atingirem a idade adulta poderão prover cerca de 30 kilos de peixe por mês.

A aldeia dispõe de energia elétrica desde 1991, quando a Eletropaulo, a partir de um projeto de eletrificação na região de Parelheiros, instalou postes de iluminação dos caminhos internos da aldeia. A distribuição e instalação da rede nas casas foram realizadas pelos próprios índios, que pagam a cada três meses, a tarifa mínima no valor de R\$ 14,00 por residência.

A FUNASA também construiu, entre 1999/2000, cerca de 33 módulos sanitários coletivos, e que funcionam para algumas famílias que estão mais habituadas a freqüentar o meio urbano, e que conhecem alguns cuidados com higiene. O grande problema observado é que as instalações infelizmente não são muito adequadas, a construção é precária, o mofo está acumulado nas paredes internas e externas. Segundo informação recolhida informalmente, faltou um trabalho de orientação, de mostrar a importância do uso do sanitário. Os profissionais do ICR, em um determinado momento, tentaram desenvolver uma ação nesse sentido, mas profissionais da área de saneamento da FUNASA se posicionaram de forma contrária, alegando a existência de um programa dessa natureza na instituição voltado especificamente para população indígena. O que ocorre de fato é que muitas famílias recusam-se a utilizar o sistema instalado na aldeia para as necessidades individuais, por ser um local fixo e de uso comum, a maioria continua usando o mato.

Para a coleta de lixo, foram disponibilizadas algumas caçambas em pontos estratégicos da aldeia, por uma empresa prestadora de serviço (na época era ENTERPA), que recolhe o lixo duas vezes por semana, nesta aldeia.

3.5.8 Habitação

Segundo LADEIRA (julho 1997), os grupos indígenas Mbya do litoral são extremamente tradicionais do ponto de vista da religião e procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, condicionando assim sua sobrevivência entorno desse símbolo. Os espaços geográficos onde costumam formar suas aldeias devem apresentar elementos da flora e da fauna, típicos da Mata Atlântica, considerados como locais eleitos, constituem a simbologia de estar mais perto do mundo celestial. É no interior desses espaços, que se organizam e vivem segundo seus costumes e leis.

Em geral, as habitações são simples, retiram madeiras dos escassos recursos naturais da Serra do Mar próximo que são extraídas para a construção de “casas”, e sapé para a cobertura. As casas são construídas com barro batido. É muito raro encontrar, nessa aldeia casas com cobertura de sapé, o material bastante utilizado é telha de Eternit. Existem algumas poucas casas de alvenaria, sem divisões internas, sendo, em geral de, um ou dois cômodos. As casas têm uma ligação entre si, através de trilhas, de caminhos que são abertos respeitando o conjunto da flora existente no terreno. Encontramos, também, poucas casas antigas (cerca de três), construídas em alvenaria, e que aparentemente possuem divisões internas. A maioria das casas atuais é idêntica à da população pobre vizinha.

A disposição das casas no território não segue nenhuma lógica no plano espacial, dando a impressão de um certo “caos ambiental e espacial, que não deixa de revelar, entretanto, o modo Guarani de viver em sociedade: convívio estreito da família conjugal, com uma distância entre elas proporcional ao afastamento do grau de parentesco, pelo fato de a

base estar centrada na autonomia econômica da família conjugal. As casas são dispersas, sem um centro que as ordene espacialmente. O centro da aldeia Mbya é a opy, esse é considerado o centro tekóa.

3.5.9 Comunicação

Na área de comunicação, existe um telefone público comunitário localizado no pátio da escola estadual e é comum a chegada do serviço de correio de uma a duas vezes por semana, realizada por viatura. Durante os horários de aula das escolas públicas voltadas para sociedade não indígena vizinha à aldeia, é comum verificar-se a presença de viaturas da ronda escolar da polícia militar, que, respeitosamente, circulam no local.

4. A Questão da Terra e o Território Guarani

No capítulo anterior, localizamos os Guarani-Mbya, no Estado de São Paulo, destacando a comunidade de Parelheiros e a aldeia Tenonde Porá. Neste capítulo, abordaremos a questão da demarcação de terras indígenas que, se por um lado se configura como uma retaliação do território Guarani, por outro remete à perda de ambientes importantes que impedem o sustento da comunidade pela reprodução de seus hábitos e costumes tradicionais.

4.1 Relações de contato e a população guarani

A política oficial para a questão indígena desde o descobrimento foi, segundo SANTILLI (2000), “a de extermínio, físico ou cultural, civilizar e evangelizar, tutelar, e ao mesmo tempo massacrar quando preciso” (p.21). A pesquisadora CARVALHO (1997), por outro lado, menciona que, “historicamente, a chegada dos europeus ao território americano em 1492, dá início a uma guerra pela soberania, que assume contornos étnicos. Este enfrentamento ocorre entre a sociedade nacional e os grupos indígenas, persistindo até hoje, conformando várias modalidades de expansão e de pressão dos primeiros contra os últimos (p.54)”.

Na fase da colonização, muitos grupos indígenas foram dizimados, e tiveram seus territórios e espaços geográficos, que eram utilizados apenas para produzir alimentos para subsistência, para a reprodução da espécie e como espaços mantenedores de cultura e da identidade das sociedades que ali viviam, apropriados pelos colonizadores e transformados em espaços geográficos organizados para produção como fonte de lucro, sempre subordinados às necessidades e exigências dos centros de decisão localizados no exterior.

A história revela que a partir de 1890, com o Marechal Rondon, a estratégia política brasileira com a questão indígena foi integracionista, ou seja, a de abrir espaços para que os indígenas fossem paulatinamente se incorporando à vida nacional. Marechal Rondon lutou contra os métodos violentos de apressar esse processo, mas a perspectiva era de que os índios iriam se integrar à vida nacional, e com o tempo, iriam desaparecer como povos. Esta foi a política empregada durante a fase do Serviço de Proteção ao Índio, que “chegava ao cúmulo, em sua prática positivista, de imaginar que garantindo-se pequenas frações do território indígena, era o suficiente para manter a população, pois consideravam que estes grupos estavam numa fase histórica transitória, em evolução, e que ajudados por eles, funcionários dos Postos Indígenas, através de proteção contra os invasores e através do oferecimento de tecnologias, os índios passariam de uma fase de nômades, caçadores e coletores, para de exímios agricultores, assimilados à sociedade nacional” (Carvalho 1997, p.97).

Este processo de relações de contato ao longo da história do país teve como consequência a redução da população indígena, por morte de muitas comunidades indígenas provocadas por enfrentamentos com armas, por epidemias e pela desorganização social e cultural. Este fator deve ser analisado respeitando-se as características internas e a história de cada uma destas sociedades. Para SANTILLI (2000), a maior parte dos grupos que sobreviveram, especialmente se atendidos, passaram a crescer demograficamente, após superar o trauma dos primeiros contatos. Estes grupos acabaram por desenvolver novas imunidades e, por obra da natureza, ou expressa deliberação estratégica, voltaram a crescer. (p.23).

Segundo AZEVEDO (2000), estimativas sobre a quantificação de dados brutos da população indígena no Brasil nem sempre são confiáveis, e variam de acordo com os interesses políticos de seus autores. Ao contrário, dados populacionais das sociedades indígenas devem também

levar em conta fatores históricos. Sabe-se que a partir de análises demográficas e antropológicas de populações autóctones de diferentes regiões colonizadas pelos europeus, e após um longo período de perdas populacionais causadas por guerras, epidemias e pelos processos de escravização, os povos indígenas iniciam um processo de recuperação demográfica, muitas vezes consciente. Alguns estudos exemplares demonstram essa tendência de recuperação e, depois, de crescimento acelerado dessas populações, quando se tomam por base fontes de dados com séries históricas.

Dessa forma, enfatiza AZEVEDO (2000), estimativas feitas por diversos estudiosos, antropólogos, demógrafos, ou profissionais de saúde, constataam que a maioria dos povos indígenas tem crescido, em média, 3,5% ao ano, muito mais do que a média de 1,6% estimada para o período de 1996 a 2000, para a população brasileira em geral.

A autora também informa que os dados estatísticos existentes pelos censos oficiais disponíveis, como o realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), são considerados inconsistentes pelos diferentes agentes, estudiosos, demógrafos e profissionais de áreas afins. Preferem utilizar dados gerados por instituições como a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e o Instituto SócioAmbiental (ISA) que fazem uso de metodologias e objetivos distintos. A FUNAI realiza levantamentos populacionais, embora sem introduzir muitas variáveis que possam ajudar na análise de diferentes componentes demográficos. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tem realizado levantamentos em diferentes regiões do país, mas não leva em conta variáveis como idade, sexo, nascimento e mortes em um mesmo período de tempo para diferentes povos (p.79-82).

4.2 Migrações Guarani e a busca da “terra sem males”

Dados de um Relatório Antropológico do CTI, datado de 1986, fazem menção a registros de migrações Guarani em direção à costa Atlântica, procurando se fixar na Serra do Mar. Esses registros foram coletados por diversos autores da literatura etnográfica, mas foi Nimuendajú (funcionário do Serviço de Proteção aos Índios-SPI), citado pelos autores que, por volta de 1905 intrigou-se com a contínua migração dos Guarani para o leste. Seu questionamento baseava-se em explicar a razão pela qual um grupo agricultor e caçador deslocava-se para o litoral, se do mar não tiram absolutamente nada para a subsistência. O pesquisador concluiu, através de fatos históricos, que a marcha para o leste não estava relacionada com a pressão de tribos inimigas, tão pouco na esperança de encontrar melhores condições de vida do outro lado do Paraná, mas sim o medo da destruição do mundo e a esperança da “Terra sem Mal” (AZANHA e LADEIRA 1986, p.20).

Segundo AZANHA e LADEIRA (1988), o estudo de Nimuendajú abordou o deslocamento Guarani sob a ótica do caráter religioso, segundo versões míticas tratadas na lenda de “**Guyrapoty**”, “desmoronamento” da Terra que aconteceria a partir do oeste, através de um fogo subterrâneo, que alcançando a superfície avançaria em direção à margem leste da Terra. De acordo com a exposição de LADEIRA (1992), foi através do terremoto que abalou a primeira terra, antes da geração da humanidade, que foram criadas as formas da terra com vales e montanhas (p.130).

Em outro ponto de seu estudo, LADEIRA (1986) avança trazendo como embasamento da predileção pelo Guarani a Serra do Mar, em detrimento da orla marítima, o mito da “terra em que vivemos” (**yvu pyau**). Uma versão deste mito transcrita por P.Clastres (1980:77), conta que esta terra (a terra imperfeita) foi criada por Tupã, ou “Nandeu Papá

Mirín”, (“nosso pequeno pai primeiro”), em meio ao oceano, constituindo-o como resultado da inundação que destruiu a “primeira terra” (**yvy tenondé**). Esta terra, como a primeira, está fadada à destruição: diz o mito que tal irá ocorrer quando o criador, ateando fogo a terra (no oeste), destruirá o seu suporte (de madeira) provocando assim sua inundação. Acreditam os Mbya que somente aqueles que, mediante as orações, os cantos e danças e abstinência alimentar, conseguirão alcançar o “**aguvie**”, isto é a plenitude. Segundo Nimuendajú é o medo desta inundação catastrófica, o motivo das migrações Guarani para o leste, assim a Serra do Mar para os Guarani se apresenta como o “dique do mar”. (p.20-22).

Conforme CLASTRES (1978), os deslocamentos migratórios realizados por diversos grupos guaranis, a partir do século XIX, em direção à “Terra sem Mal”, teve como motivação os mitos e lendas que prediziam a destruição da Terra. Lideranças religiosas anunciavam que a “única maneira de escapar do desastre era a busca para a “Terra sem Mal”, situada no centro da Terra, segundo uma tradição, e a leste, do outro lado dos mares, de acordo com outras”. (p.79). Para a sociedade guarani, a região da Serra do Mar no litoral paulista, é considerada lugar sagrado para moradia (CLASTRES, 1990).

Para os Mbya, as terras do leste foram habitadas por seus antepassados, e os nomes encontrados nos lugares confirmam a tradição: Camburí, Boiçucanga, Picinguaba, são nomes deixados por gerações anteriores. As terras que buscam ocupar, e que gera as migrações, são os seus “**tekoa**” (lugar), onde é possível manifestar a maneira de ser (**teko**). E o lugar para os Guarani do subgrupo Nandeva e Mbya, onde é possível tal manifestação, é nas proximidades do mar.

A dinâmica de ocupação territorial dos Guarani-Mbya mostra que esse grupo vem dando continuidade aos movimentos migratórios em

direção ao leste, “constituindo-se, atualmente, na maioria da população indígena da costa sudeste/sul do Brasil” No litoral do Brasil, entre os estados do Rio Grande do Sul (RS) e o Espírito Santo (ES), cerca de 40 aldeias encontram-se ocupadas por famílias Guarani. Estas aldeias situam-se junto à Mata Atlântica, preferencialmente em regiões montanhosas: Serra do Mar (SP), Serra da Bocaina (RJ), Serra do Tabuleiro (SC). Alerta-nos LADEIRA (1997), de que embora a literatura etno-histórica considere a costa Atlântica como parte do território ocupado pelos Guarani antes da conquista, via de regra a presença Guarani no litoral é considerada “recente”, pelo fato da região receber famílias Guarani procedentes de outras regiões (p.2).

No início do século XX, a literatura etnográfica iniciou o registro dos remanescentes Guarani no litoral sudeste. Em 1902, Benedito Calixto, segundo LADEIRA (2000), identificou a presença Mbya no planalto paulista, na atual região de Parelheiros. Documentos históricos e registros pouco sistemáticos sobre a presença Guarani Mbya e Nhandeva no litoral sul e sudeste não abarcam a realidade vivida por esses grupos indígenas, onde a ausência de fontes é quase total, sobretudo nos séculos anteriores.

Nas duas últimas décadas do século XX, o trabalho sistemático realizado por alguns pesquisadores e principalmente por técnicos do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), utilizando a técnica de registros e depoimentos de histórias de vida nas aldeias Guarani no litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, e Santa Catarina, contribuíram para corroborar a existência de grupos Mbya mencionados por outros autores, bem como apontar a existência de outros movimentos com origem no Paraguai, a partir da Guerra do Paraguai, e da Argentina, até recentemente.

Sobre esse aspecto é interessante se reportar à fala do cacique da aldeia Morro da Saudade para quem, *"... a discussão sobre a origem do povo Guarani tem sido tema de debate para muitos estudiosos que falam, que os Guarani não são originários de São Paulo, que eles são originários do Paraguai e da Argentina, mas nós, Guarani, somos originários desses sudeste e do sul do Brasil, nós ocupávamos esse espaço tão imenso,.... e como eu falei não existia divisão geográfica, isso você só vê no mapa, uma linha imaginária. Se o Guarani vier do Paraguai, ou ir para a Argentina, jamais ele vai ver, marcado na terra, uma linha dizendo que aqui é o limite do Brasil, ou o limite da Argentina"* [CTI, 20040].

São esses novos deslocamentos e a obtenção de relatos atualizados dos movimentos, que vão enriquecendo o conhecimento sobre esses grupos, com informações sobre os caminhos que percorrem, os pontos de parada, e de passagem, até a formação de novas aldeias.

4.3 Território Guarani e a demarcação de terras

Da fase colonial até a década de 50 no século XX, o desenvolvimento econômico no Brasil foi baseado em grandes latifúndios, que exerceram papel significativo no processo de produção e na organização dos espaços geográficos, antes habitados por grupos indígenas. A partir da consolidação da industrialização no Brasil, e com a abertura do país ao capital estrangeiro nas décadas de 1950 a 1960, é que a colonização dirige-se para o interior, dando início ao chamado "milagre brasileiro", período em que o país contraiu a elevada dívida externa. Nessa fase, houve uma enorme concentração da propriedade fundiária, exploração de recursos naturais existentes, com a formação de grandes fazendas agroindustriais destinadas a monoculturas diversas ou a pastagens para a criação de gado, exploração de madeiras nobres, minérios, todos investimentos financiados por capitais de grande porte, com a finalidade

de exportar para abastecer os mercados mundiais. Com os militares no governo, o capitalismo avança em direção à Amazônia, com grandes projetos governamentais, com a construção de rodovias para o escoamento dos produtos, de hidrelétricas, de redes de comunicação e de aeroportos. Para viabilizar o projeto desenvolvimentista, o apoio do autoritarismo da ditadura militar então vigente durante as três décadas seguintes foi fundamental. (CARVALHO 1997, p.55). A instalação de empresas agropecuárias e mineradoras nas grandes regiões Norte e Centro-Oeste do país implicou em avanço sobre as terras indígenas, originando choques e conflitos entre as partes.

Para LADEIRA (2000), o território Guarani abrange no Brasil o litoral sul e sudeste, o interior do sul do Brasil, parte do estado do Mato Grosso do Sul, o leste do Paraguai e a província de Misiones na Argentina. O desenho espacial do território Guarani é emblemático, pois compreende vários Estados nacionais, com diferentes instancias de poder, políticas agrárias, legislações distintas sobre direitos territoriais, diferentes e complexos contextos regionais, econômicos e ambientais, mas o povo Guarani continua mantendo até hoje a configuração de seu mundo, através das diversas aldeias distribuídas no interior desses limites.

A ocupação do território Guarani de forma não contígua ocorreu com a expansão das sociedades nacionais em seus diferentes períodos históricos. Assim, a delimitação da área indígena e de seus limites foram impostos, em função da invasão desenfreada, promovida pela sociedade envolvente. Segundo LADEIRA (2001), o conceito de território não é próprio das sociedades indígenas Guarani, e as delimitações de áreas são impostas historicamente, norteadas por estratégias de poder e de controle político do Estado. Dessa forma, os territórios e as terras indígenas são espaços dominados, que inevitavelmente obrigam aos indígenas a celebrar um pacto eterno de dependência com o Estado. A dinâmica expropriação

versus concessão de terras e limites, através da qual se supõe, ou se induz a crer, estar propiciando aos índios a liberdade e o exercício da gestão (dentro dos limites impostos e fixos), é a contradição inerente e latente do conceito de território indígena, bem como das políticas e legislações indigenistas (p.89).

O cacique da aldeia Morro da Saudade, ao falar do território Guarani em uma mesa redonda que discutiu a questão de terras indígenas, em 2004, denota clareza de pensamento sobre o processo de ocupação do território Guarani e a marcação de limites ao dizer que *"os antropólogos e estudiosos consideram que os Guarani são nômades, mas antigamente não existia divisão geográfica como hoje. Quem dividiu o território foram os não índios (os juruá), por exemplo, se a gente falar dos países: Uruguai, Argentina, Brasil, Bolívia, quem inventou foram os não índios, os não Guarani, e todo o meridional do continente era dos índios. Muitos falam que os Guarani migravam, mas os guarani viviam de amplitude, para ele não existia limite da área, do território, ele ocupava essa imensidão".* e como nós temos xe ramói (pajé), e eles orientados por Nahnderu, são porta voz de Nahnderu para a comunidade Guarani... E a partir do momento que xe ramói disser que realmente na história o Guarani vivia e caminhava, mudava para outros lugares, de fato acontecia isso, como eu falei não tinha limite, não tinham territórios demarcados, por isso o Guarani ocupava a faixa litorânea, desde o Uruguai até o Espírito Santo, tinha essa ocupação. [CTI, 2004].

A regularização das terras ocupadas pelos Guarani_Mbya no litoral teve sua origem através de ações e projetos da CTI (Centro de Trabalho Indigenista), a partir de 1979, com a proposta inicial de promover o reconhecimento oficial e a demarcação das aldeias situadas no litoral de São Paulo e Rio de Janeiro, ameaçadas pela especulação imobiliária e turística adjacentes. A duplicação da rodovia BR 101, no litoral sudeste e sul, provocou valorização imobiliária nessas áreas que, conjugadas com agressões ambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento nessas regiões acarretou uma série de litígios envolvendo, num primeiro

momento, comunidades indígenas de São Paulo, e posteriormente, as do Rio de Janeiro e de outros estados do sul (LADEIRA julho 1997, p.19-21).

A Constituição Federal de 1988 reconhece aos índios os “direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo e dos rios nelas existentes), competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens”. Segundo LADEIRA (1997) o reconhecimento dos direitos indígenas sobre suas terras, portanto está subordinado ao conceito de ocupação tradicional, e da “comprovação da tradicionalidade”. A concepção de tradicionalidade da ocupação indígena está definida no artigo 231, parágrafo 1º da CF de 1988 com o seguinte texto: “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos e costumes e tradições”.

Para OLIVEIRA (2004), “terra indígena” é uma categoria jurídica definida pela Lei nº 6.001 de 10 de dezembro de 1973, conhecida como o Estatuto do Índio, incorporada às práticas administrativas da FUNAI, que deve criá-las e protegê-las através do ato da demarcação. O Estatuto do Índio em seu art.2º § 9, arts.17 a 38, art.62 afirma que :*“é direito dos grupos tribais de ter acesso à terra, ficando igualmente explicitado que não se trata apenas de resguardar o local de moradia ou outros de significação simbólica (cemitérios, lugares míticos, etc.), mas de garantir a terra como um meio de produção necessário”* (p.18-20). No entender de LADEIRA (2001), o ato demarcatório estabeleceu uma nova relação dos indígenas para com a terra que ocupam, provocando o afastamento das comunidades do processo, o que contribui muitas vezes para inviabilizar a proteção pretendida e definida pela legislação indigenista.

DALLARI (1984), citado por LADEIRA (2001), comenta que “o direito indigenista não foi criado pelos índios, mas lhes foi imposto pelos brasileiros não índios e se define como um conjunto de regras pelas quais a sociedade brasileira enquadrou os povos indígenas dentro do seu sistema jurídico” (p.97). Desde a chegada dos portugueses que os espaços habitados anteriormente pelos indígenas foram desestruturados, devastados e usurpados pelos conquistadores. AZANHA (2001), ao tratar sobre a Lei de Terra de 1859 e as Terras dos Índios, faz menção ao fato de que desde o Segundo Império há uma prática de confinamento dos povos indígenas em pequenas glebas de terras, que foram posteriormente concedidas pelos Estados ao extinto SPI (1920-40), para o projeto de Reservas Indígenas integradas na concepção do projeto de frente de expansão no sertão mato-grossense e amazônico. Na década de 1960 empresas agropecuárias e mineradoras instalaram-se em regiões do norte e centro-oeste do país, resultando numa nova ocupação e avanço sobre terras indígenas.

Juristas como DALLARI e SILVA citados por LADEIRA (1997), contestam a aplicação dos conceitos “tradicional” e “ocupação”, pelo fato de não contemplarem as diversas características inerentes aos povos indígenas. Para MENDES JUNIOR (1992), citado por LADEIRA (2001), o processo de aldeamento, ao prever áreas consideráveis para o sustento das comunidades indígenas, já visava a atração e o confinamento dessa população e a apropriação (confisco) das suas terras “no sertão”, então por eles abandonadas. LADEIRA, reflete que através da ação de aldeamento tiveram início as políticas e ações obrigando os índios a uma integração não desejada, sendo objeto de programas econômicos e educativos que negam sua identidade étnica, fomentando a sua dependência com a sociedade nacional. Outro autor, também citado, CARLOS MARÉS FILHO (1994), acrescenta que as análises do Direito Indígena não levam em consideração a existência de cerca de 180 grupos

étnicos distintos que são caracterizados por profundas diferenças sociais e culturais entre as várias nações indígenas, concluindo que o direito indigenista nega o princípio da diversidade dos povos, promovendo a integração das várias nações indígenas.

Uma área indígena, segundo CARVALHO ((1997), não se reduz apenas ao espaço da aldeia, existem os espaços de roças, na maioria das vezes pequenas unidades familiares, que se espalham pelo território conforme a adequação do local para o cultivo e as necessidades do grupo familiar. E também espaços míticos - os cemitérios, locais sagrados e mitológicos, ancestralmente construídos – que oferecem um significado particular à ocupação. Por fim, há os espaços de perambulação comuns que o grupo indígena utiliza para pesca, caça e coleta de produtos alimentares; de vestuário, de lazer, de habitação, de transporte, de matéria prima para a produção de utensílios e adornos, todos adaptados às determinações e necessidades de cada cultura indígena específica". A ocupação de uma área indígena está relacionada a fatores culturais, sendo composta de uma aldeia ou um grupo de aldeias de mesma filiação étnica (p.15-16).

Resistentes, os grupos Guarani vivem hoje em espaços de terra cada vez mais exíguos, junto às poucas áreas de mata preservada nas chamadas Áreas de Proteção Ambiental, "mas continuam fiéis na identificação de seu território, elegendo seus lugares dentro dos mesmos limites geográficos observados pelos cronistas durante o período da conquista"(LADEIRA 1992, p.590)

O espaço de uso da aldeia é definido respeitando os divisores naturais, que incluem as matas e as nascentes dos rios. Os Guarani concebem o ambiente enquanto totalidade, e entendem as agressões à natureza como definitivas e extensivas ao mundo como um todo. As

transformações ocorridas nas ultimas décadas são entendidas como um processo de destruição do mundo, sobretudo nos espaços onde vivem, em especial na Mata Atlântica.

Segundo MELIÀ citado por LADEIRA (1996), "os locais onde os Guarani formam seus assentamentos familiares são identificados como Tekoa. Teko, segundo MONTROYA, significa modo de ser, de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, costume. Tekoa seria o lugar onde existem as condições de se exercer o "modo de ser guarani". (p. 22).

Para que os Mbya possam exercer o seu "modo de ser", e seus intercâmbios entre os diversos tekoa, é preciso que estes apresentem, em conjunto, algumas constantes ambientais e sociais. O espaço ocupado pelos Mbya deve ter água pura, terra para plantar, montes. O estado da mata indica se há variedade de animais e dos pássaros. Para os Mbya a existência da diversidade das espécies é significativa da qualidade e propriedade do Tekoa.

Com a mesma concepção, a indigenista Maria Lucia Brant de Carvalho (1997) reitera que o "território indígena não se caracteriza fundamentalmente por um estatuto de produtividade". Os fatores que consideram essenciais para integrá-los decorrem de coordenadas culturais particulares, oriundas das relações sociais de parentesco e organização social. Sobre esse pilar, seus ancestrais construíram sua história e seus referenciais mitológicos, que se refletem no modo como as sociedades indígenas se relacionam com o meio ambiente e no modo como seu sistema econômico é organizado.

SCHADEN, citado por LADEIRA (1992), verificou na década de 1960, ao realizar pesquisas junto aos Guarani, que o mito continua como

objetivo na vida dos Mbya. O autor pondera ainda que dentre os fatores da contemporaneidade do mito do paraíso entre os Mbya situam-se o apego aos “usos e costumes” dos antepassados e a não aceitação de mestiços. Pelo fato de preservarem e conservarem esses hábitos, constituem-se em comunidades de “culto fechadas”, onde a realização de cerimônias ligadas ao mito é uma constante, apesar do intenso contato sistemático com a sociedade cristã dominante. O cacique Timóteo Verá ao discutir sobre a cultura e religião diz que: *“no passado, falavam que o Guarani não existia mais, e porque diziam isso? Porque os Guarani, os mais velhos são conservadores e não queriam mostrar a dança, a reza para não índios, porque os não índios quando vê o índio dançando quer saber de tudo: o que está fazendo, o que está dizendo, e já começa a anotar. Por isso os mais velhos não queriam falar da religião, não queriam aproximar, não queriam aproximação na Casa de rezas. Agora no século XXI, estamos encurralados, não tem mais saída. estive conversando em várias aldeias já algum tempo e dizia: nós temos que mostrar porque o não índio não vai acreditar que nós existimos, e os mais velhos não queriam mostrar mesmo assim. Eu fui insistente, daí eles deixaram mostrar somente o canto das crianças, tem coisas que nós não revelamos até hoje, mesmo depois de 500 anos, nenhum antropólogo sabe tudo dos Guarani”...[CTI 2004 p.60]*

Os Mbya do litoral são extremamente tradicionais do ponto de vista da religião e procuram fundar suas aldeias com base nos preceitos míticos que fundamentam especialmente a sua relação com a Mata Atlântica, à qual, simbólica ou praticamente, condicionam sua sobrevivência. No plano simbólico, consideram que em alguns pontos do litoral se originou a construção do mundo pelo “criador”. Esses lugares, procurados ainda hoje pelos Mbya, apresentam, através de elementos da flora e da fauna típicos da Mata Atlântica, de formações rochosas e mesmo de ruínas de edificações antigas, indícios que confirmam essa tradição. Formar aldeias nesses lugares “eleitos” significa estar mais perto do mundo celestial, pois, para muitos, é a partir desses locais que o acesso a “yvy marâey”, a “terra sem mal”, é facilitado. Este é o objetivo histórico perpetuado pelos Mbya

através de seus mitos. “Donos” de um vasto território, que compreende parte do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, os Guaraní conseguiram manter a configuração de seu mundo através de inúmeras aldeias “espalhadas” nesses limites (LADEIRA julho 1997)

As migrações ocorreram sucessivamente, e de modo coletivo, sempre em busca da “Terra sem Mal”, os Guaraní guiados pelas visões dos pajés, seguem pelos caminhos rumo ao Leste, em direção à costa do Oceano Atlântico (SACHADEN, 1974). Para o cacique Timoteo Verá da aldeia Morro da Saudade...*“os Guaraní respeitam os pajés porque eles são porta vozes da comunidade...”* (CTI 2004, p. 59).

Para LADEIRA (1992), análises sobre os movimentos migratórios recentes dos Guaraní ignoram o caráter mítico e religioso, e quando alguns estudiosos levam em conta esse fator, suas análises sugerem no médio prazo, o desaparecimento das aldeias do litoral. Uma das hipóteses para essa concepção está centrada na presença Guaraní no litoral, que habitam atualmente um meio ambiente cujo cenário está longe das sugestivas montanhas, florestas e rochas, sendo que nos atuais deslocamentos são obrigados a fazer suas paradas à beira das estradas, embaixo de pontes e viadutos, levando sempre consigo as sementes do milho original (*avaxi etei*) para plantar nos “verdadeiros lugares”. (p.58).

A ocupação do território tem uma dinâmica que está diretamente ligada às relações de parentesco, sendo esta a base de sustentação da sociedade Guaraní, daí sua constante mobilidade de uma aldeia para outra. O sistema de reciprocidade envolve famílias de diferentes aldeias, pois uma unidade familiar precisa estabelecer vínculos de parentesco e de reciprocidade para manter o elo territorial.

De acordo com LADEIRA, os Guarani mantêm precisa e vividamente o contorno de seu território tradicional, através da distribuição de várias aldeias em seu interior, superando os limites físicos das aldeias e trilhas . O domínio de seu território, por sua vez, se afirma no fato de que, definitivamente, para os Guarani-Mbya, suas relações de reciprocidade não se encerram exclusivamente em suas aldeias, nem em complexos geográficos contínuos, ocorrem no âmbito do mundo, onde se configura este seu território. A manutenção e o descobrimento de suas aldeias estão dispersas e a ampla extensão geográfica produziu novos modos de resistência e de certa forma impossibilitou o seu total controle, devido a ocupação discreta das aldeias formadas por pequenos grupos familiares. O domínio de um amplo território pelos Guarani ocorre através das dinâmicas sociais e políticas e dos movimentos migratórios realizados ainda hoje por famílias do subgrupo Mbya.

Deste modo, pode-se concluir que a questão do confinamento a que foram submetidos os Guarani-Mbya é de uma complexidade tal que não se resolve somente pela demarcação de novas terras e a criação de novos aldeamentos, por mais amplos que sejam. A demarcação de terras pode ser uma necessidade do ponto de vista defensivo, para assegurar um espaço próprio de existência e reprodução cultural, contra as agressões e ocupações da sociedade não indígena, ou seja, uma fronteira para a sociedade envolvente, porém não uma fronteira para os indígenas. Estes, de uma forma ou outra, vão continuar deslocando-se pelas suas terras ancestrais, de um tekua ao outro, sem limites nem restrições. As pequenas aldeias a que hoje estão reduzidos, como a do Morro da Saudade e Krukutu, e os mecanismos de assistência e os projetos que possam beneficiá-los, poderão quando muito, se tiverem sucesso, integrar ou assimilar as comunidades que nelas vivem, evitando uma nova dizimação física, porém jamais permitir a sua reprodução social. Neste sentido também, a concessão ou extensão das terras existentes deverá

ser vista sempre como um mal menor, necessário para evitar uma total dependência da sociedade envolvente e a queda numa situação de indigência potencial.

Além da amplitude da ocupação primitiva num território hoje abrangendo vários Estados e regiões, também incide sobre a visão do espaço no mundo Guarani a sua migração para o Leste, a Serra do Mar, e outras cadeias montanhosas em outras áreas, como materialização da “Terra sem males”, componente central de sua mitologia. Ou seja, existe um vasto território, dotado de uma dinâmica espacial, o que deveria ser tomado em conta nos processos de reprodução social e cultural desta comunidade indígena sobrevivente. Evidentemente que estes processos estruturais, desenvolvendo-se no tempo histórico longo, devem ser reconhecidos e estudados, e as políticas públicas resultantes não deveriam implementar-se sem uma participação ativa da sociedade indígena, como sujeito histórico, e um diálogo intercultural que valorize e busque formas de convivência respeitadas da diversidade cultural e dos tekoa de cada povo.

Programas de transferência de renda, como o PGRFM, deveriam também ter esta abrangência e operar de maneira intersetorial, tanto em sua concepção como implantação. Ao mesmo tempo, a dinâmica de desdobramento e desenvolvimento destes programas se fazem tão mais necessários, para evitar o efeito meramente paliativo.

5 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA RENDA MÍNIMA

No capítulo anterior analisamos um traço marcante da cultura Guarani-Mbya, a saber, o contínuo deslocamento desse povo rumo ao litoral, como se fora uma marcha messiânica em direção à Serra do Mar, à Mata Atlântica, considerada pelos Guarani como lugar sagrado de moradia. Neste capítulo, vamos expor a concepção do Programa Renda Mínima, sua inserção na cidade de São Paulo enquanto política de governo da gestão Marta Suplicy (2001/2004), e a implantação deste programa na aldeia indígena Morro da Saudade.

5.1 A Discussão Nacional sobre o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)

Segundo SOARES (2003), o surgimento e a constituição do Estado de Bem-Estar Social acompanham a história do capitalismo do século XX, e suas diferentes formas e ajustes obedecem a distintos arranjos político-sociais. (p.34). As discussões e as experiências sobre a renda mínima nos países desenvolvidos tiveram como concepção a criação de uma rede de proteção social para as populações mais pobres, através da transferência de renda complementar. Em meados da década de 1970, quando os empregos passaram a se tornar escassos na Europa, alguns governos passaram a adotar políticas compensatórias, implementando a transferência de renda (pelo programa salário-desemprego) através de transferências aos desempregados.

No Brasil, a construção da proteção social estatal tem seu marco nos anos 1930, com o início da regulação do Estado brasileiro no campo das

políticas sociais, através da implantação de programas e ações fragmentadas, eventuais e descontínuas, marcados pelo padrão intervencionista do Estado.

No período compreendido entre 1970-1980, a “questão social transforma-se em fato político, e as sugestões para solucioná-la constituem-se em elementos definidos de projetos e partidos políticos” (LAURELL, 1997). Os movimentos reivindicatórios tornam-se, portanto, cada vez mais presentes e a sociedade passa a se estruturar através de movimentos (sociais) populares, organizações sociais e outras formas de mobilização comunitária, ao mesmo tempo em que se deflagra uma ampla discussão sobre a enorme dívida social para com a população excluída no país. Este processo de transição foi marcado pela construção de espaços de cidadania, através da luta política por direitos sociais básicos que culminou com a nova Constituição Federal de 1988, a qual introduziu um capítulo sobre os novos direitos sociais, com a noção de Seguridade Social, com o discurso da universalização de direitos sociais básicos, com garantia de mínimos sociais.

Nos anos 1990, a grave crise fiscal do Estado, a imobilização do governo na área social e a opção do governo brasileiro pelo projeto neoliberal no plano de intervenção estatal, imprimiram grandes limitações para o desenvolvimento de programas sociais, desestabilizando o sistema de proteção social e garantias vinculadas ao emprego, com impacto nos diversos setores da vida social (SILVA E SILVA & YAZBECK & GIOVANNI , 2004).

Assim, com o estabelecimento da hegemonia de um projeto neoliberal, pelo governo brasileiro, temos, a partir de 1990, sob a orientação de organismos internacionais como o Banco Mundial (WB) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a adoção de uma série

de medidas de ajuste visando à estabilidade econômica, entre essas destacando-se: i) redução das despesas públicas (essencialmente nos serviços e subsídios sociais); ii) privatização das empresas estatais ou instituições que prestam serviços sociais (educação, saúde, fundos de pensão, construção de habitações, etc.).

Nesse sentido, as questões sociais recebem outro tratamento, cabendo ao Estado o papel de intervir, minimamente somente quando as questões sociais assumem proporções preocupantes através de programas sociais focalizados nos pobres, com objetivo de reinseri-los no mercado. Esta é a proposta das “redes de proteção social”, criadas no país a partir de 2001, com os programas de transferência direta de renda a famílias pobres. São programas contidos nos documentos sociais do Banco Mundial em que as políticas sociais passam a ser substituídas por “programas de combate à pobreza”, que pretendem “minimizar os efeitos do ajuste econômico sobre os mais pobres, ou os mais frágeis”(SOARES 2003).

Dos programas de alívio à pobreza, temos o programa de renda mínima, que, para SPOSATI (1997), é parte de uma política de garantia de padrões básicos de cidadania, ou seja, uma política de discriminação positiva. Este programa surgiu num momento em que o modelo político de regulação social do Estado de Bem Estar entrou em crise. O programa se constituiu como uma alternativa neoliberal frente ao desmonte da oferta de serviços sociais estatais que, ao transferir um valor monetário à população, confere a esses indivíduos a possibilidade de reinserção ao consumo de mercado, desestimulando a demanda por serviços estatais. É, portanto, no quadro do sistema de proteção social que os programas de transferência de renda têm sido implantados, como estratégias para o enfrentamento da crescente desigualdade social e pobreza, formas próprias do processo de exclusão social.

Neste sentido, julgamos importante recuperar o histórico da discussão da implantação do programa de garantia de renda mínima, entendido este programa como instrumento no enfrentamento aos mais diversos graus de desigualdade de renda no país. Em seu primeiro momento, a discussão sobre programas de transferência de benefícios monetários foi voltada para os pobres, sem qualquer tipo de discriminação. Propostas posteriores foram introduzindo limites como corte por idade, o foco na família e não no indivíduo, ou outros condicionantes, ao eleger apenas famílias pobres e com filhos entre 07 e 15 anos, estudando em escola pública; limite de renda a meio salário mínimo *per capita* na família, e culmina com a sanção, em janeiro de 2004, da Lei “Renda Básica de Cidadania” que prevê o repasse de benefícios que atendam despesas mínimas de cada pessoa residente no país com alimentação, saúde e educação, priorizando sua implementação gradual a partir de 2005, voltada primeiramente para a população mais carente.

Autores como SILVA & YAZBECK & GIOVANNI (2004), SUPPLY (2002) e FONSECA (2001) são unânimes ao apontar o professor Antonio Maria da Silveira como o pioneiro, no Brasil, na discussão da temática, ao propor uma intervenção governamental para o enfrentamento da pobreza através de um Programa de Transferência de Renda, por meio do imposto de renda negativo. O professor Silveira publicou na Revista Brasileira de Economia, em 1975, um artigo com o título de “Redistribuição de Renda”, defendendo a idéia de que a forma básica de distribuição de renda da economia capitalista não atende necessariamente à sobrevivência de todos, mesmo aqueles inseridos no mercado de trabalho, não se verificando uma relação adequada entre crescimento econômico e bem-estar.

A proposta apresentada por Antonio Silveira estava fundamentada nas teses de Milton Friedman sobre o Imposto de Renda Negativo. Em 1962, o livro "Capitalismo e Liberdade" de Friedman colocou o debate internacional sobre o objetivo do programa de distribuição de renda, argumentando que, se a proposta estava direcionada no alívio à pobreza, em ajudar o pobre diretamente, este deveria ser tratado como um indivíduo e não como membro de um segmento diferenciado, seja ele ocupacional, salarial, etário, sindical ou industrial. O programa, nesta concepção, estava direcionado aos indivíduos pobres, transferindo recursos monetários (respeitando as escolhas individuais) e operando fora do mercado. O imposto de renda negativo deve ser entendido como uma espécie de extensão lógica do imposto de renda progressivo. Assim como um cidadão, com renda líquida superior ao nível máximo de isenção, paga imposto de renda, o cidadão com renda líquida inferior ao nível mínimo de isenção recebe o imposto de renda negativo (FONSECA 2001, p.93-5).

Para SILVEIRA (1975), citado por FONSECA (2001), o valor monetário a ser transferido seria proporcional à diferença entre um nível mínimo de isenção e a renda auferida pelo pobre, tomando por base um nível de subsistência como referência para fixação do nível de isenção. Lembra SILVA (2004) que se trata de um programa destinado a trabalhadores que estejam auferindo alguma renda do trabalho. Ademais, o montante transferido deverá ser o mínimo possível para não desestimular, segundo seus idealizadores que se orientam por uma perspectiva de caráter liberal, o indivíduo na busca de se inserir no mercado de trabalho (p.87-88).

Segundo Suplicy (2002), a proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, elaborada pelo professor Silveira, criticava a ineficácia dos métodos adotados até aquele momento para combater a pobreza (p.119), e, segundo FONSECA (2001), abarcava como estratégia de implantação do

programa de erradicação da pobreza a seleção dos mais idosos da população de pobres, caminhando progressivamente ao longo da distribuição etária, até atingir os mais novos (p.95-6). A originalidade da proposta de Silveira estava centrada na possibilidade de abrir um debate nacional sobre o direito à proteção, por meio da garantia de pelo menos um piso de renda, a qualquer indivíduo, independente de vínculos empregatícios, da renda do trabalho, do estado civil ou da descendência do cidadão.

Em 1978, Edmar Bacha e Roberto Mangabeira Unger propuseram, em "Participação, salário e voto", um projeto de democracia, em que analisam a sobrevivência da democracia da sociedade brasileira, à luz da redistribuição de renda⁹. As idéias contidas nesse trabalho estão fundadas no princípio de que a condição para estabilidade política está intrinsecamente relacionada com a redução dos graus extremos da desigualdade e da erradicação da miséria (SUPLICY 2002, p.120).

Segundo SILVA (2004), SUPLICY (2002) e FONSECA (2001), a alternativa de complementação de renda apresentada pelos autores Bacha e Unger, também é baseada no Imposto de Renda Negativo, (tese defendida por M. Friedman), e que deveria ser financiada pelos 10% das pessoas mais ricas da população. O cálculo para essa complementação deveria considerar um nível mínimo de renda, sendo observado o conjunto do agregado familiar. Dessa forma, caberia ao Governo Federal a responsabilidade pelo pagamento da diferença entre a renda auferida pela

⁹ A fundamentação das propostas apresentada pelos autores estava pautada em dados do Censo de 1970, que indicou para aquele período, 36% do total da renda das pessoas concentrava-se nas mãos de 5% das famílias mais ricas do país, e que 10% de famílias mais abastadas, detinham 49% da renda do país, ou seja, 90% das famílias brasileiras retinham praticamente a mesma fração de renda total que os 10% no topo da pirâmide social. Bacha EL. E Unger RM. Participação, salário e Voto: um projeto de democracia para o Brasil. RJ: Paz e Terra:1978. In: Fonseca AM. Família e Política de Renda Mínima. São Paulo: Ed.Cortez; 2001. p.97

família e um nível mínimo estabelecido, sendo considerado público alvo dessa proposta, as famílias que auferissem um valor de renda abaixo desse mínimo. Segundo FONSECA (2001, p.99), Bacha e Unger recomendam que a taxa de subsídio seja uma proporção constante do hiato de renda, no caso de 50%¹⁰.

FONSECA (2001) aponta ainda que o programa de renda mínima garantida, elaborado pelos autores, continha também a apresentação da proposta de seu financiamento, baseada na reforma fiscal apoiada em três pilares: i) revisão do imposto de renda; ii) criação do imposto sobre a riqueza líquida; iii) implementação do imposto sobre doações e heranças. Papel relevante foi dado à Receita Federal na proposta do “projeto de democracia” no que concerne a operacionalidade tanto do programa, quanto da implementação da proposta da reforma fiscal.

O debate nacional sobre a importância e a legitimidade de programas de garantia de renda mínima ganhou visibilidade no início dos anos 1990, quando o Senador Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou junto ao Senado Federal (SF), um Projeto de Lei nº 80/91 que instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), baseado na concepção do imposto de renda negativo (IRN), “conferindo à proposta uma forte marca de redistributividade” (SPOSATI 1997, p.115). A proposta do PGRM apresentado pelo Senador Suplicy tem como objetivo assegurar direitos mínimos ao cidadão, e tem como base a renda do cidadão (a renda do indivíduo), e não da família, permitindo assim, que mais de um membro de uma mesma família receba a renda mínima.

¹⁰ Nestas condições, por exemplo, se o mínimo prefixado for igual a 1.000 por família/mês, e se a renda mensal da família for de 400, tal família receberia um subsídio de: $0,5 \times (1000 - 400) = 300$. Deste modo, a renda familiar depois do subsídio seria de $400,00 + 300,00 = 700,00$ por mês.

Este projeto foi apresentado à Comissão de Assuntos Econômicos junto ao Senado Federal e sofreu algumas mudanças em relação à proposta original, pela inclusão elaborada pelo Senador de um projeto substitutivo que foi posteriormente aprovado na íntegra em dezembro de 1991, por unanimidade com 81 votos favoráveis e 04 abstenções (SUPLICY, 2002).

Segundo FONSECA (2001), este Projeto de Lei foi debatido pelo então senador Mauricio Corrêa (PDT), designado como relator, que elaborou um minucioso parecer sobre a proposta. No Projeto de Lei aprovado, o "indivíduo" é portador de direitos (sendo a renda um destes direitos), e a política social o reconhece como tal, independentemente do seu estado civil, da sua descendência e da natureza de seus vínculos com crianças e adolescentes e do tempo que resida em algum município do seu País. Contempla ainda que todo cidadão brasileiro, residente no país e maior de 25 anos, que tenha uma renda menor que um certo valor terá direito a 30% da diferença entre a sua renda e o mínimo estabelecido, e como tal, tem direito a uma renda mínima e de usá-la como bem quiser (direito à autonomia), aumentando à sua maneira o seu nível de bem-estar (p.97).

É importante destacar que o Projeto de Lei 80/91 aprovado guarda relação com a proposta do professor Antonio Silveira na forma gradual de implantação com a cobertura também direcionada inicialmente à população maior de 60 anos, atingindo anualmente outras faixas etárias, até que ao final de oito anos, a cobertura seria universal, sem estipular prazo para sua duração.

FONSECA (2001), ressalta que, no Projeto de Lei do PGRM, sua implantação estaria condicionada à supressão da maioria dos programas assistenciais existentes, diagnosticados como ineficientes e fonte de

desperdícios, cujos recursos seriam transferidos para o custeio do PGRM, conforme prevê o artigo de nº 9 do projeto, onde está registrado que “à medida que o PGRM for sendo implementado serão desativadas as entidades de política social compensatória, no valor igual ao seu financiamento”. O projeto aprovado previa: i) a definição de um nível de renda abaixo do qual o indivíduo teria direito ao complemento de renda; ii) um nível garantido de renda mínima para os indivíduos com renda zero, doentes e incapazes; iii) manutenção do estímulo ao trabalho pela aplicação de uma alíquota de 30% sobre a diferença entre a renda do indivíduo e o nível de renda estabelecido.

Segundo SUPLYCY (2002), após aprovação no Senado Federal (SF) em 1991, o projeto recebeu parecer favorável na Câmara dos Deputados em 1992, do deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), indicado como relator do projeto. A proposta foi encaminhada no mesmo ano para a Comissão de Finanças e Tributação para aprovação. Em 1996, o senador Suplicy apresenta um substitutivo garantindo que a implantação gradual do PGRM a ser adotada, respeitaria a lógica dos Estados de menor renda *per capita*, para os de maior renda *per capita*, e que os beneficiários que não tivessem crianças não seriam excluídos, e para aqueles com crianças em idade escolar seria necessário demonstrar a frequência escolar das crianças. (p. 125).

Com o projeto do Senador Suplicy aprovado pelo SF em 1991, o tema sobre políticas de transferência de renda ganha expressão na grande imprensa, e através do artigo do economista José Márcio de Camargo inicia-se, no mesmo ano, uma discussão através de outra abordagem que tomou em conta o baixo valor da renda auferida pelas famílias e a existência de um número considerável de crianças no mercado de trabalho, cujo rendimento tem grande importância na composição da renda familiar.

Dessa forma a “pobreza familiar pode determinar um ingresso precoce no mercado de trabalho, que afetaria a escolaridade das crianças, reduzindo drasticamente as possibilidades desta geração de sair, no futuro, das condições de pobreza, devido à baixa qualificação, e conseqüentemente baixa remuneração” (FONSECA 2001, p.103). O economista Camargo abre, portanto, uma nova discussão para a questão da abrangência de programas dessa natureza, valorizando sua cobertura não focada no indivíduo, e sim na família, particularmente em seus dependentes (crianças de 07 a 14 anos), em idade escolar. Argumenta que o benefício do PGRM ao aumentar a renda familiar, pode vir a quebrar o círculo vicioso de reprodução da pobreza, desde que observados os critérios de ingresso dessa família em comprovar ter filhos dependentes em idade escolar, com a exigência como contrapartida da respectiva freqüência escolar de seus dependentes. O PGRM passa a ser concebido “como complemento de renda às famílias pobres desde que suas crianças e adolescentes freqüentassem escola pública” e conhecido como Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM).

A tônica introduzida pelo economista Camargo trouxe para o debate novas análises em artigos publicados na Folha de São Paulo em 1991 e 1993, mas vários autores que se dedicaram a estudar o tema de PGRM são unânimes ao afirmar que dois argumentos introduzidos na nova concepção possibilitaram maior adesão na aplicação de programas dessa natureza. Os focos de argumentação estavam baseados na vinculação da educação com a transferência de renda, e a cobertura estar centrada na família.

Os primeiros programas de transferência de renda que foram implantados no país, a partir de 1995, respeitaram essa estrutura, tendo como referencias experiências municipais em Campinas, Ribeirão Preto,

Santos (São Paulo), e em Brasília (Distrito Federal), que foram reproduzidas posteriormente em outros municípios e estados brasileiros. Em Brasília, foi implantado um programa estadual no ano de 1995, denominado Bolsa/Escola com critérios de ingresso para famílias com renda familiar de até meio salário mínimo mensal *per capita*, constituída por crianças entre 07 e 14 anos de idade como dependentes, e residindo no Distrito Federal há pelo menos cinco anos. A contrapartida exigida para ingresso foi 90% de frequência escolar das crianças em escolas públicas. O diferencial dessa proposta de iniciativa do governador Cristovam Buarque era a transferência mensal de um salário mínimo para essas famílias, objetivando não apenas o aumento da renda da família, mas a preocupação estava centrada na escolaridade, no aumento da qualificação de seus filhos. Este programa de Brasília passou por mudanças na gestão posterior de 1999-2002, transformando-se, segundo SILVA (2004), em outro programa substituto e com outras características, apesar dos "efeitos positivos do programa anterior Bolsa/Escola e do reconhecimento por parte dos meios de comunicação, e de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)". (SUPLICY, 2002 p.133).

Como resultado da redução da evasão escolar nos municípios e estados que optaram por programas de transferência de renda como o PGRFM, outros municípios em vários estados introduziram o programa associado à frequência escolar, com algumas variações em sua formatação, mas priorizando a sua essência. Nesse sentido, "a Política de Renda Mínima ultrapassa o patamar de mera utopia, para se constituir numa alternativa concreta de política social". (SILVA e col. 2004, p.38).

Ao mesmo tempo em que proliferava a adoção, em vários municípios, da transferência de renda associada à educação no país, na Câmara Federal e no Senado, entre o período de 1995 e 1996, deputados

e senadores aprovam novas propostas de projetos de lei para municípios que introduzissem programas de transferência de renda associados à educação. Em 1997, o presidente da República sanciona a Lei nº 9.533, destinando apoio financeiro de 50% dos gastos, aos municípios que instituíssem programas de renda mínima associados a ações socioeducativas.

FONSECA (2001) critica a lógica do Projeto de Lei n 9.533, sancionado em 1997, devido à imposição de restrição da legislação quanto a elegibilidade dos municípios a serem atingidos, pois exclui cerca de 40% dos municípios, mesmo que estes tenham maior numero de famílias carentes. Indica também que o valor do benefício a ser pago é muito pequeno, alertando que os recursos previstos em lei haviam sido cortados drasticamente.

Outro ponto levantado pela autora, quanto aos critérios básicos de seleção das famílias, nas metas estabelecidas pelo governo, foi de iniciar em 1998 para 711.700 famílias abarcando 600 municípios, e para o ano de 1999 a meta foi pensada em 1.254 municípios, para um total de 1.400.000 mil famílias. Entretanto, com os cortes orçamentários federais ocorridos no período, as metas atingidas ficaram muito aquém da proposta original, sendo que, em 1998, nenhum município implantou o programa e, no ano seguinte, as metas foram corrigidas para atender 237 mil famílias, distribuídas entre 211 municípios que deveriam reunir condições para bancar a contrapartida de 50% dos custos do programa.

A formatação do PGRFM aprovado pelo então presidente da República, para ser aplicada nacionalmente, continha na sua lógica constrangimentos, por estar focado em estratégia de combate à pobreza no plano local, com a obrigatoriedade de os municípios se responsabilizarem pela metade dos recursos orçamentários, o que, de

certa forma, restringiu o nível de cobertura na focalização para população pobre residente em alguns municípios e com dependentes menores de 14 anos.

No final do ano 2000, o governo federal tinha conseguido aprovação pelo Congresso Nacional de orçamento para um programa denominado Fundo de Pobreza, a ser gerido pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2001, cujo valor de R\$ 1,7 bilhão estava destinado a programas de transferência de renda associados à educação.

Em março de 2001, foi também aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) uma nova Lei, a de nº 10.219/2001 autorizando o governo federal a realizar convênios com os governos de todos os municípios brasileiros para adotarem o programa renda mínima associado à educação, ou Bolsa Escola. A importância dessa ação está no seu caráter descentralizado e de acesso nacional, que transformou o PGRM em “Programa Nacional de Renda Mínima”, apesar do valor do benefício ser muito modesto.

Diferentemente da Lei anterior de 1997, essa nova proposta conferiu certas facilidades, como a do simples credenciamento de prefeituras junto ao governo federal, baseado na descentralização. Aos municípios coube a responsabilidade pela administração do programa e ao governo federal a responsabilidade direta de transferir os recursos financeiros para as famílias beneficiárias, por meio de um cartão magnético, via instituição econômica Caixa Econômica Federal. O mecanismo da transferência direta ao beneficiário, via cartão magnético, possibilitou inserção de uma grande parcela da população pobre no acesso a novas tecnologias e, ao mesmo tempo, contribuiu para conter desvios de recursos em determinadas prefeituras (SILVA e col 2004) e (SUPLICY 2002).

Em 2001, o Senador Eduardo Suplicy trouxe novamente para a discussão nacional, a instituição de um programa de transferência de renda com foco no indivíduo e não na família, sem condicionantes ou contrapartidas, através de um Projeto de Lei nº 266/2001 apresentado ao Congresso Nacional. Esta nova proposta inovadora estava baseada na instituição de transferência de uma renda básica incondicional para todos os brasileiros, sem restrição, incluindo estrangeiros, desde que comprovassem residir no país por cinco ou mais anos, e sem atrelar a qualquer exigência. Suplicy publica o livro “Renda de Cidadania: a saída é pela porta”, no ano de 2002, que serviu de instrumento para o amplo debate que ocorreu no cenário nacional sobre esse tema. Em dezembro de 2002, o Senado aprova por unanimidade o Projeto de Lei 266/2001, sendo em seguida aprovado também pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2003.

Segundo SILVA e col. (2004), com a posse do novo governo federal (2003-2006), sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, novas medidas são implementadas, tendo como resultado mudanças qualitativas e quantitativas na direção da construção de uma Política Pública de Transferência de Renda no país, de abrangência nacional. Das propostas colocadas em prática destacamos: elevação de recursos orçamentários voltados para programas de transferência de renda; unificação de quatro programas de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão-Alimentação) num programa único denominado Bolsa-Família; criação em janeiro de 2004 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (unificação do Ministério da Assistência Social e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome), com a elevação de dotação orçamentária; em 08 de janeiro de 2004, o presidente da República sanciona o Projeto de Lei 266/2001 de autoria do senador E.Suplicy, como “Lei nº 10.835 de Renda

Básica de Cidadania” (ver Anexo nº5), com previsão de implantação a partir de 2005.

SUPLICY (2002), demonstra que houve pelo governo federal, a partir de 2001, a implantação de uma série de programas de transferência de renda de âmbito nacional que guardam relação com o PGRM, coordenados por diferentes ministérios, por exemplo: Ministério da Previdência e Assistência Social, programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), aposentadorias aos trabalhadores rurais, Benefício de Prestação Continuada (BPC) que são transferência monetária no valor de um salário mínimo pago aos portadores de grave deficiência, e aos idosos com mais de 67 anos pertencentes às famílias com rendimento abaixo de um quarto do salário mínimo, este programa é assegurado pela LOAS e previsto na Constituição de 1988; Ministério da Saúde o programa Bolsa Alimentação que apóia famílias com crianças de 06 meses a 6 anos e 11 meses com benefícios de no máximo R\$ 60,00 (o valor aplicado pelo PGRM do MEC), e o Ministério da Integração Regional com o programa Bolsa Renda, destinado às vítimas da seca e que foi extinto em 2003 por seus constrangimentos eleitoreiro, sendo substituído pelo programa Cartão - Alimentação.

Para SILVA, YAZBECH e GIOVANNI (2004), a partir de 2001, programas de transferência de renda estão sendo reproduzidos em todos os 5.561 municípios brasileiros, com ampla cobertura no atendimento e nos recursos orçamentários disponibilizados para essa implantação. Entretanto, ressaltam que o valor monetário pago pelos benefícios em geral são extremamente baixos, “insuficientes para atender necessidades básicas que ultrapassem a necessidade biológica das famílias, aliado aos critérios de elegibilidade desses programas que tem o caráter restritivo e focalizador”.

Em seu livro, "Renda de Cidadania: a saída é pela porta", Suplicy (2004), evoca algumas características das comunidades indígenas brasileiras de grande relevância para a discussão que faremos a seguir sobre a aplicação dos programas de renda mínima em São Paulo (ver texto "A Solidariedade como marca das Sociedades Indígenas em Anexo nº 6). Destaca o autor que a reciprocidade e cooperação baseadas em laços de parentesco, bem como a relativa igualdade social e econômica constituem os aspectos essenciais para compreender estas sociedades. As políticas públicas voltadas para os indígenas deveriam, conseqüentemente, procurar combinar estas formas de existência comunitária, que se baseiam na tradição, com os direitos de que gozam todos os cidadãos brasileiros, sem distinções de qualquer espécie. Isto significa que, como as transferências de renda, no entender de Suplicy (2002), significam um reconhecimento do direito à vida de todas as pessoas, as políticas de renda mínima devem inserir-se num quadro de respeito à integralidade de todos os aspectos que dão sentido à vida nas comunidades indígenas.

5.2 O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM): a opção no município de São Paulo

O projeto do Senador Suplicy, sancionado em 2004, prevê como beneficiários adultos de 25 anos ou mais, cuja renda não atinja certo patamar, (configura como uma linha de pobreza no país). Essas pessoas terão direito a uma complementação monetária (que poderá ser gasta segundo sua própria deliberação), disponibilizada pelo governo federal, que corresponderá a um terço da diferença entre sua renda e o patamar definido como linha de pobreza. A implementação se daria, iniciando pelo cidadão de 60 anos de idade ou mais, e aproximando-se a cada ano dos mais jovens. Propõe ainda que, ao final de oito anos, a abrangência para

todos os adultos brasileiros, (e sua continuidade assegurada enquanto durassem as situações que o Programa se propõe a corrigir).

O projeto de lei apresentado em 1991 ao Senado Federal pelo senador Suplicy abriu novas perspectivas para a compreensão de programas de transferência de renda, como a Renda Mínima, possibilitando a sua aplicabilidade pelas políticas públicas estaduais e municipais no país. Diversas cidades como Belém, Campinas, Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santo André, Vitória e Distrito Federal aprovaram leis e implementaram projetos semelhantes, disponibilizando um benefício monetário às famílias que, como contrapartida, mantivessem suas crianças nas escolas. Em alguns casos além do acompanhamento escolar da criança, o benefício à família estava condicionado ao monitoramento nutricional e de saúde das crianças. A característica principal dos programas de garantia de renda mínima no Brasil tem sido a transferência monetária para famílias pobres com dependentes menores de 14 ou de 16 anos (SOUSA e col. 2002, p-85.)

Em São Paulo, a Câmara de Vereadores aprovou, em 1998, o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, Lei Nº 12.651, que tinha sido apresentado à Câmara como Projeto de Lei 467/95, de autoria do vereador Arselino Tatto (PT-SP). No período da aprovação, o então prefeito Paulo Salim Maluf, "vetou o projeto aprovado em 1996, alegando que o legislativo não poderia ser autor daquela iniciativa, e apresentou simultaneamente o Projeto Sobrevivência-Programa de Complementação de Salário" (SOUSA e col. 2002; p.85).

Na gestão sucessiva, entre o período de 1998 a 2000, tendo como prefeito Celso Pitta, a Câmara Municipal decidiu derrubar aquele veto, promulgando, a Lei nº. 12.651 em 6 de maio de 1998 (ver Anexo nº 7). Pitta resolveu argüir, perante o Tribunal de Justiça, a inconstitucionalidade

da iniciativa. Em 1999, após gestões de vários parlamentares, inclusive do senador Eduardo Suplicy junto ao Executivo municipal, o prefeito desistiu de sua ação de inconstitucionalidade, tendo o Tribunal de Justiça, considerado promulgada a referida lei. Neste ano, Pitta chegou a prever R\$ 78 milhões (ou seja, 1% do orçamento de 2000) que seriam destinados à Renda Mínima. Em 2000, porém, o prefeito resolveu remanejar para outros fins aqueles recursos, e a Lei nº. 12.651 sequer foi regulamentada (SOUSA e col, 2002 p.87-88).

Apesar da Lei de autoria do vereador Arselino Tatto ter sido promulgada em 1998, só foi regulamentada através do Decreto nº. 40.400, em 05 de abril de 2001 (ver Anexo nº 8). A implantação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (doravante denominado PGRFM), na cidade de São Paulo ocorreu na gestão da prefeita Marta Suplicy entre o período de 2001 a 2004, e sua gestão ficou a cargo da Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade, criada especialmente para promover a redução da pobreza e da desigualdade social no município de São Paulo, por meio de políticas de redistribuição de renda, da emancipação da população-alvo dos programas redistributivos através de um conjunto de atividades direcionadas à capacitação dos beneficiários com a proposta de estimular a geração de renda e ocupação através do desenvolvimento de cooperativas, dos micro e pequenos negócios, do acesso ao microcrédito, e da alocação de trabalho e intermediação de pequenos negócios, especialmente nos distritos onde se localiza a população-alvo dos programas redistributivos.

A inserção de famílias ao programa renda mínima, em 2001, seguiu os critérios de inclusão previstos na lei: i) residir em São Paulo há dois anos ou mais, ii) ter filhos ou dependentes legais entre 0 até 14 anos de idade, iii) atender aos pontos estabelecidos num Termo de Compromisso e Responsabilidade, incluindo a retirada das crianças de quaisquer situações

de risco, como trabalho nas ruas, e a sua frequência na escola (público alvo direto) e, por último, iv) o rendimento bruto mensal de todos os membros da família ser inferior a três salários mínimos mensais. O benefício pago correspondia a 33% da diferença entre o rendimento bruto mensal total e três salários mínimos, sendo válido pelo período de 12 meses, e renovável se mantidas as condições que haviam proporcionado a inclusão da família no programa, e uma vez cumpridas as cláusulas do Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Em 2002, ocorreram mudanças na legislação anterior tendo sido promulgada em janeiro a Lei nº 13.265 (ver Anexo nº 9), e a regulamentação através do Decreto nº 41.836 de 25 de março de 2002 (ver Anexo nº 10), que modificaram alguns critérios de inserção das famílias no programa renda mínima: i) ampliou-se a faixa etária de crianças a serem atendidas para até 15 anos de idade (16 anos incompletos); ii) estabeleceu-se rendimento familiar bruto mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo nacional. O cálculo do benefício a ser pago também foi alterado correspondendo a 66% do resultado da multiplicação de meio salário mínimo pelo número de membros familiares e da subtração do rendimento bruto mensal total dessa multiplicação. Por força de legislação, o menor benefício pago pelo programa era de um décimo do salário mínimo, e o maior valor de benefício corresponderia a um salário mínimo.

A novidade no novo desenho para pagamento do cálculo do benefício é considerar a renda familiar, e o “número de pessoas da família” (o agregado familiar).

Os objetivos do Programa Renda Mínima estão focados na melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes, através da complementação de renda para suas respectivas famílias, de modo a

atender as necessidades básicas de seus membros, tendo como contrapartida a permanência de seus filhos ou dependentes legais na escola. Essa lógica busca contribuir para o aumento do número de anos das crianças e adolescentes na escola e tem como preocupação romper no longo prazo com a reprodução do ciclo da pobreza, através das gerações, a qual é marcada pela baixa escolaridade.

A concepção do Programa Renda Mínima foi definida no quadro de uma estratégia de intervenções (ver quadro anexo nº 11) destinadas ao enfrentamento da pobreza, do desemprego e da desigualdade, e que foram conduzidas pela Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. Os objetivos do PGRFM são:

- contribuir para a erradicação do trabalho infantil;
- contribuir para a redução da evasão escolar, da repetência e para elevação do nível de escolaridade
- propiciar o ingresso dos membros das famílias beneficiadas em programas de formação e/ou de aquisição de habilidades, como o Começar de Novo, voltados à inclusão social;
- contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias possibilitando-lhes o ingresso em programas como: Bolsa Trabalho, Começar de Novo, Oportunidade Solidária e São Paulo Confia
- aumentar o nível de escolaridade dos jovens entre 16 a 20 anos de idade, por meio de programas como o Bolsa Trabalho, e ao mesmo tempo inseri-los em atividades de interesse público, desenvolvidas na própria comunidade;
- favorecer o acesso dos membros das famílias a programas desenvolvidos pela SDTS, como Oportunidade Solidária e o São Paulo Confia, que estimulam o empreendedorismo, e possibilitam a independentização das famílias;

- possibilitar o acesso dos membros das famílias à rede de informática, contribuindo, dessa maneira, para diminuição da exclusão digital;
- estimular a participação dos membros das famílias na vida comunitária, buscando alternativas coletivas no enfrentamento de seus problemas.

O PGRFM, assim como outros três programas do bloco redistributivos concebidos e geridos pela SDTS, chamados de programas sociais, tiveram como meta o atendimento nos 96 distritos administrativos que compõem o conjunto do território do município. Estes programas sociais foram introduzidos por etapas, no período de 4 anos, tendo como ferramenta de seleção, critérios previamente estabelecidos. Estes critérios tomaram por base os distritos que apresentaram níveis críticos de indicadores sociais tais como: maior concentração de baixa renda, de desemprego, menor acesso à escolarização, maior exposição de crianças e adolescentes a fenômenos relacionados à violência urbana.

No caso da renda mínima, a implantação do programa conferiu inclusive prioridade às famílias em situação agravante de pobreza, observando critérios tais como: i) famílias com menores faixas de renda *per capita* ii) filhos ou dependentes com até 23 meses de idade, e em estado de desnutrição; iii) filhos ou dependentes menores de 15 e portadores de necessidades especiais; iv) famílias monoparentais; v) maior número de filhos e/ou dependentes menores de 15 (quinze) anos; vi) filhos ou dependentes menores de 15 (quinze) anos, sob medidas específicas de proteção ou sócio-educativas, previstas, respectivamente, nos artigos 99 a 102 e 112 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990; vii) dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais; viii) condições de moradia.

Os 96 distritos atendidos pelos programas sociais foram, após estudo, elencados numa ordem crescente do pior para o melhor, seguindo a lógica do grau de exclusão social caracterizada pelos indicadores no conjunto de distritos da cidade. Os programas sociais foram implantados da periferia para o centro de São Paulo, e a distribuição geográfica da implementação dos programas sociais entre 2001 e 2004 pode ser observada através do mapa 1 (em anexo nº 12).

A SDTS, na formulação de sua proposta de programas sociais e na concepção do PGRFM, levou em conta na sua análise pesquisa da Fundação Seade que, em 2000, estimou para a cidade de São Paulo, o contingente populacional de 10,4 milhões de pessoas, o que correspondeu para aquele período a cerca de 3,1 milhões de famílias. Dados da mesma pesquisa informavam que aproximadamente 10,1% dessas famílias (o que equivaleria a 309 mil famílias) com crianças de até 14 anos de idade, recebiam até três salários mínimos para o conjunto do agregado familiar. E que do total destas 309 mil famílias, cerca de 167 mil recebiam até meio salário mínimo *per capita* por mês. Esses dados, bem como outros indicadores e outras fontes de pesquisa, foram importantes para a formulação de uma política pública voltada para a questão social, tendo como um dos objetivos a implantação de um programa de garantia de renda familiar no município pela prefeita Marta Suplicy, na gestão 2001-2004.

É importante mencionar que durante os primeiros dois anos de gestão da prefeita Marta Suplicy houve tentativas junto ao governo estadual e federal de evitar a superposição do atendimento ao público alvo no recebimento de recursos públicos. Essa ação foi realizada pelo conhecimento de que pelo governo estadual havia o programa Renda Cidadã que incluía todas as famílias com renda mensal de até um salário

mínimo pagando um benefício no valor de R\$ 60,00 por mês, pelo período de 12 meses, com a condição de crianças em idade escolar estarem freqüentando escolas, e as crianças entre 0 e 5 anos estarem em dia com as vacinas. Excepcionalmente, famílias com renda de até dois salários mínimos e com dois ou mais filhos entre 0 e 16 anos também poderiam ser incluídos. Para participar deste programa os municípios deveriam estabelecer convênios com o Governo do Estado de São Paulo. E com o Governo Federal, o convenio foi realizado com o Programa Nacional de Renda Mínima ou Bolsa Escola (2001) já explicado anteriormente.

No final de 2001, entendimento entre o Governo Federal e a Prefeitura de São Paulo na busca da racionalidade da aplicação dos programas no município, culminou com a celebração de convênios entre o MEC e a Prefeitura de São Paulo. Uma das cláusulas acordadas entre as partes mencionava que o público-alvo comum (entre os programas) receberia recursos orçamentários dos dois programas. Para o recebimento do benefício foi estipulado o valor pago segundo calculo observado pela legislação do PGRFM do município, descontado valor pago segundo legislação pelo MEC. No caso das famílias do município de São Paulo inseridas no PGRFM e cuja faixa etária ultrapassasse os critérios do programa Renda Cidadã, a prefeitura do município assumiria a responsabilidade pelo pagamento integral do valor do benefício.

No final da gestão 2001-2004, informações obtidas pelo banco de dados da Prefeitura de São Paulo, elaborados pelo setor de gestão de informação da Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade foram disponibilizadas pelo site eletrônico da SDTS, relacionando o atendimento nos programas de distribuição de renda implementados por essa secretaria.

Estes dados referem-se a famílias com filhos entre 0 a 15 anos de idade, e que foram incluídas no Programa de Garantia Renda Familiar Mínima (SDTS), ou famílias incluídas no convênio entre o PGRFM da prefeitura municipal de São Paulo com o governo estadual no Programa Renda Cidadã, e posteriormente outro convenio entre o PGRFM da prefeitura municipal e o governo Federal com o Programa Bolsa Família e Bolsa Escola (2004). A cobertura do numero de famílias abrangidas, entre os programas implantados pela prefeitura, pode ser observada na tabela 2, abaixo:

Tabela 2- Programas de Transferência de Renda e Nº Famílias Atendidas

Finalidade dos Programas de Transferência de renda	Programas Sociais	Nº de Beneficiários
Programas destinado a famílias pobres com dependentes entre 0 a 15 anos de idade	Renda Minima	270.591
	Bolsa Família/ Bolsa Escola Renda Cidadã	53.201
Total de atendimento	Todos os programas	323.792

Fonte: Pochmann M. (org). Políticas de Inclusão Social. SP: Cortez; 2004.p. 144

A seguir, a título de exemplificação pode-se observar a tabela 3, que contém dados específicos do Programa Social Renda Mínima (sem os convênios), identificando número de distritos atendidos, ano de execução e população abrangida:

Tabela 3.- Distritos atendidos x Nº beneficiários

Ano de implementação	Nº de distritos atendidos	Nº de Beneficiários*
2001	13	68.800
2002	37	125.548
2003	04	15.726
2004	42	60.517
Total	96 distritos	270.591

Fonte: Pochmann M. (org). Políticas de Inclusão Social. SP: Cortez; 2004.p.142-44

*entende-se como beneficiários, cidadãos que se cadastraram nos programas sociais da SDTS atenderam aos critérios legais de inserção e receberam benefício monetário ou capacitação ocupacional/comunitária.

5.3 – A implantação do PGRFM no Morro da Saudade

A implantação do programa social de transferência de renda pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) para a população indígena da região de Parelheiros foi bastante complexa e sua implantação não ocorreu em 2001, como se deu com a população não-indígena.

Inicialmente, havia clareza de que era necessário, pela própria especificidade da população indígena, buscar orientação antropológica e articulação com a Fundação Nacional do Índio (doravante FUNAI), a fim de adequar os critérios e regras do Programa a ser implantado, aos parâmetros sócio-culturais específicos da comunidade Guarani. O estudo foi realizado pela renomada especialista em povo Guarani, Maria Inês Ladeira, que confirmou a necessidade de adequação da legislação municipal, de 2001, salientando o direito constitucional dos indígenas de terem respeitadas suas tradições, crenças, costumes e organização social, bem como levar em consideração os dispositivos legais relativos aos povos indígenas presentes tanto na CF de 1988, como na Convenção 160 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em junho de 1989 e subscrita pelo Brasil. (ver Anexo 13).

Chamo a atenção para o fato de que o período que antecedeu a implantação dos programas sociais nas aldeias foi de quase um ano e meio, gasto com contratação de consultoria, trabalho em campo, preparação de relatório, discussões internas com a SDTS, relatório final, discussões com a FUNAI de Bauru e de Brasília, e também com a preparação das etapas que antecedem normalmente a implantação dos programas nos distritos objeto da ação municipal.

Assim, o cadastro nas aldeias Morro da Saudade e Krukutu, ambas no distrito de Parelheiros, realizado no final de 2001 e início de 2002, só

levaria à implantação do programa em janeiro de 2003, ou seja, os beneficiários contemplados das duas aldeias só receberam o valor monetário do benefício renda mínima em janeiro de 2003, cerca de 16 meses após o primeiro contato dessas populações com o poder municipal, o que reforça a idéia de que o tempo da administração pública é muito excessivo para responder às demandas das comunidades em questão.

Minha participação no processo iniciou-se no mês de dezembro de 2002, quando fui informada por uma outra assessora técnica de que as etapas para liberação de transferência de renda, confecção de cartões magnéticos a serem distribuídos aos cadastrados selecionados das aldeias, e conferência de documentação estavam na fase final operacional, e que só estavam aguardando data precisa a ser divulgada pelo Banco do Brasil para a liberação de pagamento para as famílias indígenas. A informação desse fato ocorreu porque eu havia sido designada para representar a SDTS na subprefeitura de Parelheiros, e era minha responsabilidade comunicar ao subprefeito e respectivas coordenadorias locais a ação que seria implementada junto ao território indígena.

Uma outra situação verificada foi o fato de que a coordenadora do programa renda mínima estava, naquele momento, fazendo parte da equipe de transição do novo governo federal (gestão 2003-2006), desde novembro 2002. O posto foi assumido interinamente por outra pessoa, que por sua vez também não tinha todo o histórico do processo de introdução da sociedade indígena no programa de transferência de renda. Durante a ausência da coordenadora, o Secretário da SDTS foi consultado para avaliar as propostas apresentadas pela assessora técnica. A coordenadora do programa reassumiu o cargo efetivamente em meados de dezembro de 2003.

A distribuição do benefício ocorreu em janeiro de 2003, mas o período que antecedeu a operacionalização não foi sem problemas. Pelo fato de a política pública desenhada pelo município estar voltada para a cultura da população não-indígena, os técnicos envolvidos não se aprofundaram, apesar de algumas ações bem intencionadas, nas questões específicas da cultura Guarani.

Com relação ao recebimento do benefício monetário é sabido que a transferência se dá por meio de transação bancária, e saque pelo beneficiário, através de cartão magnético, com utilização de senha. Neste caso, era de se esperar que as comunidades indígenas, objeto da ação, fossem preparadas para o uso dessa tecnologia, e para outras dificuldades inerentes à própria rotina do programa, o que infelizmente não ocorreu, conforme relatamos a seguir.

Primeiramente, havia o problema de a agência bancária designada para atender a população indígena estar localizada em outro distrito relativamente longínquo da aldeia, e com certa precariedade para um atendimento tão específico. Havia também a necessidade de se introduzir junto aos beneficiários, antecipadamente, a idéia do uso da tecnologia do cartão magnético requer que o titular elabore uma senha de seis dígitos, que deveria ser operacionalizada na agência bancária, para poder ter o cartão liberado. Essa operação em geral é rápida, mas para pessoas não habituadas ao uso de teclado de computador isso poderia causar transtornos e dificuldades tanto para o funcionário da agência, como para o usuário do cartão, além do fato de muitos indígenas não falarem, ou falarem muito pouco, o português. Em geral, o Banco do Brasil, ao designar a agência bancária para o atendimento do público dos programas sociais, impunha uma cota de atendimento diário com restrições de horário, de forma a não interromper o atendimento do fluxo normal com correntistas daquela agência. Isso constituiu um problema considerável,

pois a dificuldade de locomoção dos indígenas de um distrito para outro, aliada a outras dificuldades de cunho operacionais e lingüísticos, acabaria por gerar desgastes para ambos os atores.

Vale ressaltar que, via de regra, as localizações das agências bancárias do Banco do Brasil de modo geral não coincidiam na cidade com a distribuição territorial da população mais carente do município. Essa situação foi superada ao longo da implantação dos programas sociais nos 96 distritos da cidade, devido à instalação, pelo Banco do Brasil, de agências em espaços cedidos no interior de algumas subprefeituras. (FONSECA, 2002).

Durante a fase do processo de entrega de cartões e implantação de senhas, funcionários bancários eram deslocados para essas agências e conduziam o processo interno. À SDTS restava o papel de apoio aos funcionários do banco na organização de filas, de verificação de documentos em casos duvidosos, da organização da logística com prestação de socorro com ambulância municipal, guarda civil metropolitana, fornecimento de água, material de escritório e material de limpeza, atuando como facilitador, com a comunidade beneficiária, que em geral identificava e reconhecia os quadros da SDTS, como prefeitura.

Outro constrangimento que atesta não ter sido adaptado, suficientemente, o PGRFM à especificidade da cultura indígena é que a entrega do cartão magnético ao titular se fazia mediante a apresentação pelo beneficiário do documento de identidade (RG) e, no entanto, grande parte dos indígenas selecionados para ingressar no programa não tinha esse documento. Para completar, a unidade regional da FUNAI, responsável pelas aldeias em questão, localiza-se em Bauru e nem sempre participou como devia no processo.

Fica claro que a presença da FUNAI era mais que necessária. Foi então sugerido que a instituição FUNAI se responsabilizasse perante a agência bancária nos casos de comprovada inexistência do documento, uma vez que já era responsável pela emissão de certidões de nascimento e outros documentos indígenas (cartório indígena das aldeias do município).

O fato é que, em se tratando de uma primeira ação municipal dessa natureza, voltada para a comunidade indígena, era necessário escutar os atores, respeitar seus valores e tradições, dando-lhes condições de acessar o benefício sem agredir sua cultura. É o que procuramos fazer, desde o início da ação, com o apoio de outros profissionais, como o da indigenista da FUNAI, que aceitou gentilmente ao nosso convite para participar da implantação. O processo demonstrou, efetivamente, como se verá ao longo deste trabalho, que foi importante discutir previamente com o grupo alvo todas as etapas do processo de recebimento do cartão magnético e do valor monetário, as implicações desta ou daquela situação, que permitiu atenuar o surgimento de fatores inesperados, obter a confiança e o respaldo do grupo para enfrentar os obstáculos, possibilitando, assim, a efetiva concretização desta etapa.

Ou seja, desde o início preocupava-nos o fato de a sociedade indígena não estar sendo consultada sobre questões que lhes diziam diretamente respeito: a localização da agência era a mais adequada para eles? As famílias selecionadas eram portadoras de documentação de identificação pessoal necessária para a retirada do cartão no banco? Todos os beneficiários selecionados já tinham conhecimento do montante em dinheiro que iriam receber? E sabiam identificar o valor em papel do montante a ser recebido? E quanto a senha, tinham a informação de que deveria ser elaborada individualmente e que deveria ser digitada em um teclado de computador na agência bancária por cada titular individual?

Como iriam realizar o deslocamento até a agência bancária? Iriam ou não realizar alguma cerimônia no âmbito da cultura Gurani-mbya? Se sim, que parceiros deveriam convidar para esse momento? Poderia a SDTS participar enquanto poder público? O que deveriam esperar do poder municipal para essa etapa? Tinham conhecimento da necessidade de funcionários da FUNAI estarem presentes nessa ação?

Foi com esse propósito que nos dirigimos, juntamente com a indigenista da FUNAI, às aldeias Morro da Saudade e Krukutu para a primeira reunião com as principais lideranças locais. Nesta reunião fiquei sensibilizada com a situação de penúria das comunidades, e o despreparo de algumas famílias para enfrentar todas as etapas relativas ao recebimento da primeira parcela de transferência da renda do programa renda mínima. Nesse dia também foi possível perceber o grau de desconfiança quanto à realização dessa ultima etapa, devido ao tempo efetivamente longo entre o primeiro contato, a definição do programa a ser implementado e a sua concretização.

Durante a reunião, lideranças da aldeia e a representante da FUNAI nos recomendaram o acompanhamento da ação do programa, com a realização, a cada dois meses, de uma reunião com todos os beneficiários do programa e participação das lideranças. O objetivo era identificar a evolução ou entraves à ação, levando em consideração os dispositivos legais relativos aos povos indígenas, presentes tanto na Constituição Federal Brasileira de 1988 como na Convenção nº. 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em junho de 1989 e subscrita pelo Brasil. Foi posteriormente refletindo sobre o acontecimento dessa reunião, sobre as dificuldades e sugestões apontadas pelas lideranças e por algumas famílias das aldeias que decidimos fazer desse processo nosso objeto de estudo de mestrado.

Ainda no mês de dezembro de 2002, com o retorno da coordenadora do programa renda mínima à SDTS, organizamos com sua autorização os preparativos para o evento junto às comunidades indígenas. Ficou também decidido, por meio de acordos realizados pela coordenadora, que a agência bancária que atenderia as famílias indígenas seria a localizada no interior da subprefeitura da Capela do Socorro, considerado local mais próximo da aldeia e com a possibilidade de atendimento exclusivo aos indígenas. A cerimônia protocolar foi marcada para ser realizada no período da manhã na aldeia Morro da Saudade, sendo que a partir das 13h dois ônibus foram colocados à disposição para deslocar os beneficiários das duas aldeias para o bairro Socorro até a subprefeitura Capela do Socorro, retornando posteriormente com os beneficiários às respectivas aldeias. A Administração Regional da FUNAI em Bauru foi consultada e acertou que, na data da cerimônia, um representante de Bauru estaria reconhecendo, perante o Banco do Brasil, as famílias que por ventura não estivessem portando documento de identificação pessoal, e que a indigenista da FUNAI em São Paulo, auxiliaria na identificação das famílias.

Foi assim que, no início de janeiro de 2003, foi realizada uma grande cerimônia na aldeia Morro da Saudade para a entrega dos cartões magnéticos de ambas as aldeias. A imprensa nacional, alguns jornalistas representantes de órgãos internacionais, autoridades da prefeitura municipal como a prefeita Marta Suplicy, secretário Marcio Pochmann (SDTS), subprefeitos da Capela do Socorro e de Parelheiros, senador Eduardo Suplicy, FUNAI/BAURU, parceiros da SMVMA, SME, SEE, SDTS, ICR, lideranças e comunidade indígena Guarani das aldeias de Parelheiros estavam presentes. Após a cerimônia, os ônibus levaram as famílias selecionadas pelo programa renda mínima até a subprefeitura da Capela do Socorro. Podemos considerar que durante a retirada do cartão e do valor do benefício na agência do Banco do Brasil não houve nenhum

atropelo, os titulares do cartão magnético puderam retirar as duas primeiras parcelas do PGRFM. Apesar de todo o cuidado que tivemos com relação à necessidade de senha para retirada do cartão, percebemos que houve um acordo geral entre os indígenas de adotarem o mesmo procedimento para utilização da digitação de senha. Apenas quatro titulares é que tiveram uma autonomia maior para definirem uma senha com 06 dígitos sem auxílio da FUNAI ou de alguma outra liderança.

Durante o ano de 2003, fizemos o acompanhamento do programa mensalmente, juntamente com a indigenista designada pela FUNAI/Bauru para a atividade, o que nos propiciou contato mais estreito com a população indígena e especialmente com as lideranças locais. Também travamos conhecimento com técnicos e especialistas do Instituto da Criança que realizavam o atendimento a saúde indígena, bem como profissionais da área da educação responsáveis pela gestão da escola estadual no interior da aldeia, com técnicos da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que desenvolvem uma proposta de educação ambiental na escola; e com os gestores de uma associação denominada Sociedade Brasileira de Interlagos (SOBEI), responsáveis pelo aprimoramento dos artefatos tradicionais produzidos pela maioria dos indígenas ali residentes.

Nos primeiros quatro meses daquele ano (fevereiro a maio de 2003), realizamos várias visitas de campo sempre na companhia da indigenista, com objetivo de ir acompanhando o desenvolvimento do programa nas aldeias, e em especial na Aldeia Morro da Saudade.

Este primeiro período foi o da fase de aprendizagem, do conhecimento de ambas as partes e da construção da confiança. Nessa fase foi possível, pelo contato contínuo, conhecer as dificuldades, as necessidades daquela comunidade, e explorar com mais cuidado as ações,

e programas já implementadas anteriormente por outras entidades parceiras e pela própria prefeitura municipal. Tomamos conhecimento também da existência de um convenio denominado Termo de Ajustamento e Conduta (TAC) entre FURNAS e FUNAI devido à linha de transmissão de energia colocada por FURNAS através de torres que cortam parte das terras indígenas. Neste acordo, no capítulo V (ver anexo nº 14), está proposto FURNAS destinar recursos para um “Projeto de Recuperação Ambiental e de Subsistência” junto às aldeias Guarani Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá. Das ações propostas destacamos a implantação do sistema de agrofloresta, de pomares de frutos silvestres e exóticos que fazem parte da dieta Guarani das três aldeias mencionadas; povoamento das áreas das aldeias com vegetação nativa, sobretudo das mais utilizadas pelos índios como fonte de alimento, saúde e em sua cultura material; aquisição de adubos orgânicos, sementes, mudas, ferramentas, para utilização de cultivos tradicionais, além de outras ações, definidas no documento.

Nossa primeira visita após a entrega dos cartões magnéticos e recebimento do pagamento de dezembro 2002 e janeiro 2003 nas aldeias de Parelheiros ocorreu em 31/01/2003, não tendo sido possível naquela data estabelecer um diálogo com as lideranças, em razão de estarem envolvidas em outras atividades.

Uma nova tentativa foi feita na visita seguinte (em 14/02/03), tendo sido possível, desta vez, conversar apenas com lideranças da aldeia Krukutu que sugeriram a data de 19/02 para a reunião com o cacique. No entanto, encontramos na aldeia Morro da Saudade o pessoal técnico do Instituto da Criança (contratado pela FUNASA para prestar atendimento médico, nos postos localizados no interior das aldeias), que naquele momento estava prestando assistência odontológica à aldeia. Aproveitamos à oportunidade e indagamos se tinham percebido

modificações no comportamento dos membros das aldeias, após o recebimento do benefício, em janeiro passado, ou se haviam notado algumas transformações importantes. O comentário do corpo de técnicos presentes naquela data foi a de que haviam notado o aumento do consumo de álcool e, como consequência disso, alguns casos de violência à mulher, além do aumento de consumo, pelas crianças, de refrigerantes e salgadinhos diversos.

Efetuamos posteriormente contato com a indigenista e discutimos os relatos dos técnicos de saúde. Agendamos uma visita para o dia 19/02 às aldeias, ficando Cristina encarregada de solicitar a presença dos caciques e lideranças das aldeias para uma reunião.

Nessa reunião, o cacique da aldeia Morro da Saudade confirmou a ocorrência do aumento do consumo de álcool, informando ainda que as lideranças já haviam decidido em reunião interna pela retirada do cartão magnético de alguns beneficiários com problemas com álcool. O cacique solicitou então nossa intervenção, indicando uma liderança para nos acompanhar até a moradia dessas famílias e iniciarmos a retirada do cartão, casa a casa, família por família. Para o cacique isso era necessário uma vez que as pessoas envolvidas com alcoolismo titular ou não do cartão do banco, estavam deixando de comparecer às reuniões na Casa de Rezas, o que tornava difícil para as lideranças conversar com essas pessoas. Nessa aldeia, oito famílias tiveram seus cartões retidos.

Na aldeia Krukutu, a orientação foi semelhante. Ressalta-se a retenção de um cartão magnético em uma loja comercial local, tendo sido necessária nossa intervenção para a recuperação do cartão. Segundo relato da proprietária, o cartão foi dado como garantia de pagamento de dívida de bebida. Nessa aldeia, foram oito os cartões recolhidos.

Além dos fatos acima descritos, o que nos chamou a atenção foi a fala de uma liderança da aldeia Krukutu ter manifestado preocupação com outros desmembramentos. Referia-se ao fato de que membros da comunidade, então beneficiários do programa renda mínima, estavam se recusando a participar de algumas atividades coletivas de trabalho da aldeia pelo fato de já terem uma renda. Essa observação nos levou a indagar até que ponto a implantação do programa não estaria alterando a estrutura interna daquela organização social.

Uma outra questão emblemática foi colocada para nós, o PGRFM prevê na sua concepção autonomia das famílias quanto aos gastos a serem realizados com o valor monetário recebido e assim era aplicado na sociedade não indígena. A solicitação das lideranças indígenas para retirada dos cartões magnéticos das famílias com problemas sérios de alcoolismo feria o princípio do programa, entretanto na discussão com o cacique pudemos compreender que talvez a aplicabilidade estrita do PGRFM nas aldeias poderia levar a um comprometimento da organização social interna daquelas comunidades. Após uma troca de considerações com a indigenista (FUNAI), achamos prudente atender o pedido do cacique e na companhia de uma liderança indígena, e da indigenista, estivemos casa a casa conversando com as famílias, e retirando os cartões bancários.

Antes da retirada do cartão dessas famílias beneficiárias das duas aldeias, ambas as lideranças solicitaram a realização da reunião de avaliação conforme havia sido combinado em dezembro de 2002. A proposta era dar um tempo para que as famílias envolvidas em alcoolismo retornassem à Casa de Rezas, e se aproximassem novamente das lideranças. A reunião foi marcada para 03 de março na aldeia Morro da Saudade.

Nesse mesmo dia, o cacique da aldeia Morro da Saudade, marca uma outra reunião com a indigenista com objetivo de discutir mudanças de poder no interior da comunidade. Percebia-se uma tendência para a renovação política nas duas aldeias, o que exigiu nova reunião (24/02) com as atuais chefias políticas para discussão dos passos seguintes com relação ao PGRFM.

Enquanto as lideranças das aldeias se articulavam internamente, optamos por organizar um encontro com técnicos de outras instituições (municipais, estaduais, federais) e entidades sociais que estavam atuando nas aldeias, com objetivo de conhecer as ações de cada instituição, na perspectiva da elaboração de um programa conjunto. A reunião ocorreu em 21/02/03, foi sediada na SDTS e conduzida pela subcoordenadora do PGRFM, contou com a presença de técnicos da FUNASA; do Instituto da Criança; da Secretaria de Assistência Social Municipal (SAS); da Secretaria de Educação Estadual; da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SMVM); da Fundação Nacional do Índio (FUNAI); da Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade (SDTS), com ausência sem justificção da Secretaria Estadual da Cultura. Como encaminhamento foi decidido que seria necessário que cada instituição produzisse um documento definindo os objetivos e ações dos projetos desenvolvidos nas aldeias, o qual seria pauta da reunião seguinte, e que a representante da FUNAI assumisse a coordenação. Infelizmente, essa proposta não foi adiante, as agendas das organizações estavam sempre desencontradas e as articulações institucionais também eram frágeis o que inviabilizou essa proposta. Foi discutido entre a técnica da SDTS e a indigenista FUNAI que na próxima reunião solicitada pela comunidade indígena de Parelheiros com o Ministério Público marcada para junho, na aldeia Morro da Saudade, a questão poderia ser colocada perante a promotoria e talvez assim fosse assumido um compromisso entre as várias instituições.

Dando seqüência às reuniões na aldeia Morro da Saudade, conforme agenda previamente combinada com lideranças indígenas e FUNAI, dirigimo-nos às aldeias de Parelheiros, no início do mês de Março de 2003. Durante o trajeto, fomos informadas pela indigenista, das alterações de poder nas duas aldeias, o que foi avaliado como positivo pela indigenista, pois algumas ações como certas práticas e costumes tradicionais estavam sendo, novamente retomados e priorizados. Foi-nos relatado que a liderança anterior ausentava-se da aldeia por períodos relativamente longos, devido a compromissos externos assumidos, e que essa ausência poderia estar afetando, no entender da indigenista, negativamente, na estrutura e organização das aldeias.

Realizamos uma grande reunião em cada aldeia, na aldeia Morro da Saudade foi na **Casa de Rezas**, com todos os membros, mesmo com os que não eram beneficiários do programa. O objetivo da reunião foi explicar novamente, as propostas e as regras do programa. Nessa data, além do cacique, teriam direito à palavra a Funai, a SDTS e lideranças responsáveis pela transmissão dos costumes e da tradição. Após a explicação, a idéia inicial seria escutar a comunidade sobre o que fazer com os cartões magnéticos tendo como propostas: a) devolver aos respectivos titulares; b) deixar em poder dos respectivos caciques e eles serem os gestores do benefício com o intuito de evitar a compra de bebida alcoólica. Como consenso a comunidade sugeriu entregar os cartões aos respectivos titulares, ou beneficiários e estes serem acompanhados na Casa de Rezas pelas lideranças.

Na aldeia Morro da Saudade, a reunião foi realizada na Casa de Rezas com a participação de cerca de 100 adultos, sendo 70 homens e 30 mulheres. Participaram das intervenções várias lideranças sendo importante relatar a maturidade com que o fato foi tratado, culminando com a decisão conjunta acordada, de escolher uma liderança para

acompanhar os beneficiários com problemas de dependência química nas compras domésticas. Destacamos a intervenção do mestre xondaro “*que ao falar da questão territorial da aldeia, de não possuírem quantidade de mata para poderem usufruir e desenvolverem atividades tradicionais como culturas, plantação de árvores frutíferas, trabalho de apicultura ou psicultura, lembrou da importância hoje do benefício da renda mínima para a sobrevivência de muitas famílias, e que a retirada dos cartões do banco das famílias envolvidas com alcoolismo ocorreu a pedido das lideranças que decidiram isso junto com o cacique e que foi para lembrar a comunidade da necessidade de se trabalhar no coletivo e, desenvolver as relações e vivências definidas pelas tradições*”.. [reunião realizada em março de 2003].

Na aldeia Krukutu, a reunião aconteceu na sede da Associação, tendo comparecido, apenas, as famílias cujos cartões haviam sido recolhidos. O discurso, as falas da comunidade indígena, principalmente das lideranças foi bastante contundente com relação à retomada das atividades coletivas, ao envolvimento de todos os membros, inclusive dos que recebem o benefício da renda mínima.

No final do mês de abril, a técnica da Funai elaborou um relatório informando à FUNAI e a SDTS que a partir do mês de maio estaria retirando-se da aldeia, pois legalmente estava lotada como funcionária da FUNAI prestando serviços junto à loja Artíndigena em São Paulo, não podendo legalmente estar dando assistência às aldeias indígenas do município. O trabalho desenvolvido junto às aldeias de Parelheiros e do Jaraguá pela indigenista não era oficial e sim de caráter temporário de apoio ao escritório regional de Bauru. A técnica retornou ao seu posto de origem, a partir da primeira semana de Maio.

Devido ao contato quinzenal estabelecido com os indígenas, pudemos observar com maior intimidade a prática daquele cotidiano, do modo de pensar, agir e sentir dessa comunidade. Compartilhamos

também da vivência do trabalho incansável da indigenista sempre cuidadosa, atuando com muita precaução nas ações, no encaminhamento das questões com a comunidade, apesar do pouco, e praticamente precário, apoio do escritório regional da FUNAI para o Estado de São Paulo, localizado em Bauru. (Observe-se que as aldeias localizadas no município não têm representação com posto indígena da FUNAI).

Durante o mês de maio nossa atuação junto às aldeias ficou extremamente reduzida. Uma das razões foi a ausência da indigenista, o apoio dado pela profissional muito respeitada pelas lideranças e pela comunidade indígena Guarani da cidade de São Paulo. Sua larga experiência como indigenista promoveu um efeito facilitador nas ações com o nosso grupo alvo. O programa renda mínima nas aldeias não estava limitado unicamente ao pagamento do valor do benefício, já estávamos tentando trabalho conjunto interligado com as ações de outras instituições.

No momento da saída da indigenista, estávamos construindo uma proposta educativa envolvendo representantes do ICR responsáveis pela saúde indígena na aldeia, e com profissionais da educação que prestam assessoria voluntária às aldeias indígenas, tendo a indigenista da FUNAI como coordenadora. Essa proposta foi fruto de reuniões estabelecidas entre os diversos técnicos das instituições que desenvolviam atividades e lideranças indígenas. Das alternativas identificadas, verificou-se que as informações trazidas pelo pessoal da saúde, inclusive dos agentes indígenas de saúde com alguns casos de desnutrição em mães gestantes beneficiárias do PGRFM, e de crianças menores de cinco anos (cuja família também era beneficiária do PGRFM) também apresentando quadro de desnutrição. Seria necessário implantar uma ação educativa com vistas a fornecer às famílias indígenas da aldeia informação sobre a adequação de dietas e conteúdo nutricional dos alimentos. Uma oficina sobre “Hábitos

alimentares e consumo” estava sendo planejada para ser implementada a partir de final do mês de junho ou meados de julho. Essa atividade contava com a participação da equipe do ICR (saúde), da educação (professor indígena) local e de uma profissional da área de educação com experiência no Xingu, (assessora voluntária na área educacional com as lideranças locais de Parelheiros).

Esta proposta tinha como articuladora entre as diversas instituições presentes e a comunidade guarani a indigenista da FUNAI. Com sua ausência, nossa intervenção junto aos moradores das aldeias ficou reduzida a reuniões apenas com as lideranças, o que caracterizou fragmentar as ações propostas inicialmente, reproduzindo o que já era desenvolvido pelos outros parceiros.

Em meados do mês de maio, a coordenadora do PGRFM pela SDTS realizou contatos com a FUNAI de Brasília, ressaltando a importância da presença da indigenista junto às aldeias indígenas, especialmente em Parelheiros, aldeias que estavam sendo alvo de uma política pública municipal e que era essencial o acompanhamento, a participação da indigenista, como articuladora da instituição municipal.

Apesar da turbulência que nos atingiu, com a perda da indigenista, tentamos dar continuidade naquele mês a outras possibilidades que haviam sido identificadas em conversas com algumas famílias beneficiárias do PGRFM e que poderiam ser retomadas e construídas conjuntamente. Nesses encontros já tinha sido abordada a necessidade de fortalecer as famílias quanto ao poder de compra para aquisição de produtos de bens industrializados, numa tentativa de fazer frente à especulação de comerciantes locais que superfaturavam os produtos adquiridos pelos indígenas daquela localidade, além de os submeterem à utilização do

sistema do uso de cadernetas, sem a devida discriminação do produto, das quantidades, e do valor unitário do produto adquirido.

No final do mês de Junho, a indigenista retorna às aldeias tendo como suporte uma portaria da FUNAI de Brasília, indicando-a como responsável pelo acompanhamento do projeto contido no TAC entre FURNAS e FUNAI. Com o seu retorno, e sua colaboração em assessorar os diferentes atores dentro da aldeia Morro da Saudade, novas saídas foram gestadas, e discutidas conjuntamente com as lideranças.

Naquele mês, foi realizada uma grande reunião na aldeia Morro da Saudade por solicitação das lideranças indígenas das duas aldeias com a presença da promotoria pública, e as lideranças convocaram todos os parceiros. A reunião teve como objetivo principal preparar as lideranças para uma audiência pública que ocorreu no final daquele mês com o tema da educação diferenciada e a escola indígena no município. Entretanto, a promotora pública federal designada para o caso, quis ouvir também todos as organizações que desenvolviam ações nas aldeias, suas propostas, os objetivos, resultados, confrontando com as percepções das lideranças. No encaminhamento, ficou entendido que a forma mais adequada de trabalhar no interior da aldeia, seria a de todas as instituições estabelecerem suas metas e atividades de forma bem clara, e a FUNAI assessorar as lideranças para acompanhar o desenvolvimento de cada projeto ou programa nas aldeias.

Ainda em junho de 2003, uma reunião realizada com a participação de algumas lideranças e pessoas da comunidade indígena, discutiu-se propostas para preparar uma avaliação de impacto do programa renda mínima na aldeia, do ponto de vista da comunidade indígena. Nossa preocupação nessa reunião foi focar a dívida de algumas famílias beneficiárias do PGRFM em estabelecimentos comerciais populares da

cidade que, por não exigirem nenhum comprovante de renda, facilitaram a utilização do sistema de crediário, e muitos membros da comunidade indígena estavam endividados.

Uma pesquisa realizada pela SDTS, anteriormente, através de informações dos programas sociais voltados a sociedade não indígena, já tinha identificado que alguns comerciantes do município localizados na grande periferia leste e sul da cidade, conhecedores do programa de transferência de renda mensal a famílias inseridas nos programas sociais da prefeitura (famílias não indígenas), promoveram descontos para quem apresentasse o cartão magnético dos programas sociais. A preocupação era se por um lado isso dava uma certa força aos beneficiários em termos de negociação no momento da compra (embora discutível a capacidade de uma família ter essa força), também tinha o risco do endividamento das mesmas famílias pelas facilidades promovidas pelos lojistas na venda de produtos de bens duráveis, e não os de primeira necessidade. A preocupação da SDTS para com as famílias beneficiária foi no sentido de iludidos pelas baixas prestações, não avaliavam o numero de prestações a serem pagas, com o número de parcelas do benefício da renda mínima de no máximo 12 meses (a ser recebida), podendo ou não haver prorrogação. Nos casos de prorrogação e após recadastramento e análise das novas condições familiares essa família poderia ou não continuar inserida no programa e no caso afirmativo o valor do benefício poderia ser alterado para um valor maior ou menor do que aquele recebido nos primeiros 12 meses de inserção no programa.

Quando tudo parecia estar retornando ao seu eixo, a equipe do Instituto da Criança (ICR) começou a ter dificuldades para dar continuidade ao nosso trabalho de planejamento das ações educativas devido a questões mais gerais envolvendo a parceria do ICR com a FUNASA, e a Secretaria da Saúde do Estado (SES), que culminou no final

de junho na interrupção do Programa de Assistência à Saúde Indígena Guarani do município, desenvolvido nas aldeias de Parelheiros. A retomada do ICR junto às aldeias tem início a partir de agosto.

Frente a esse novo desafio, retomamos nossa proposta de focar as ações no fortalecimento de atividades já desenvolvidas pela comunidade, e descobrimos que na aldeia Krukutu tinha havido anteriormente uma experiência de cozinha comunitária e que essa experiência poderia ser resgatada e difundida no Morro da Saudade, caso houvesse interesse. Também obtivemos informação da existência de uma associação na aldeia Morro da Saudade que estava desativada e cuja experiência deveria ser recuperada e apoiada com ações de capacitação para os respectivos membros.

Uma outra preocupação que já havia sido discutida em reuniões anteriores com vários atores parceiros e as próprias lideranças estava relacionada com o fortalecimento das atividades coletivas, e de que forma a proposta da renda mínima poderia apoiar a comunidade valorizando e promovendo o fortalecimento de sua associação.

Das propostas debatidas nessa reunião de junho, foi acolhida a sugestão de organizar a comunidade beneficiária numa compra coletiva em algum supermercado ou estabelecimento que trouxesse vantagens para a comunidade em termos de descontos, uma vez que o poder de compra coletiva em termos de valores a serem gastos em um único estabelecimento os colocariam em vantagem, e essa seria uma forma de estar mostrando à própria comunidade a importância de inserir a prática de ações coletivas já exercidas pela organização social da relação de parentesco, numa situação típica de mercado .

Havíamos identificado também a venda de cesta básica realizada por mascates no interior da aldeia a preço abusivo, e que incluía dentro dos 30 itens oferecidos, produtos que não necessariamente faziam parte da dieta ou do uso cotidiano daquelas famílias. A cesta básica oferecida com 30 itens custava em 2003 R\$ 150,00, era vendida à vista ou a prazo em três prestações com 50% de acréscimo, com o custo total de R\$225,00, sendo pago nessa opção R\$ 75,00 mensais em três vezes, além da venda de outros produtos vendidos também a prazo como panelas, cobertores, roupas, etc.

Outra proposta aventada pelas lideranças foi a de discutirem com a comunidade, alternativas para a formação de um Fundo Comunitário na aldeia, através da associação. Como prioridade colocaram que esse fundo poderia ter como primeiro objetivo a compra de um veículo para a aldeia, que seria utilizado exclusivamente para as questões coletivas como a coleta de materiais nas aldeias do litoral sul, para a compra coletiva de produtos, e também para deslocamento da comunidade na venda de produtos artesanais a serem comercializados. Nessa reunião, o cacique da aldeia Morro da Saudade comentou *"que essas idéias seriam colocadas para a comunidade nas reuniões internas e esperar pela decisão coletiva. É preciso mostrar para a prefeitura que a comunidade indígena sabe utilizar o dinheiro que é transferido mensalmente para algumas famílias, que não é gasto só na compra de bebida alcoólica ou de salgadinho, refrigerante. Com a aproximação da eleição no final do ano é preciso preparar a comunidade. Não sabemos quem vai ganhar, e se for outro partido se irá continuar com o programa para nós, e outra coisa é que em dezembro tem recadastramento e precisamos preparar as pessoas que tem dividas nas lojas e que podem não continuar no programa ou ele acabar, as pessoas precisam aprender a gastar o dinheiro"*. [reunião em junho de 2003].

Durante os meses de julho, agosto e setembro ocorreram vários encontros com as lideranças para preparar a proposta da compra coletiva de alimentos, mas encontramos uma certa dificuldade para operacionalizar

a proposta. A comunidade não estava convencida de que essa ação seria benéfica para todos. Estava havendo desconfiança em entregar um valor em dinheiro para alguém da aldeia comprar alimentos para as famílias. Além desse problema percebemos que outras famílias estavam com dívidas nas casas de comércio local, não tendo como disponibilizar qualquer quantia para essa atividade conjunta.

Foram realizados vários encontros nesses meses e entre os temas debatidos a comunidade indígena de Parelheiros questionou a razão da prefeitura de São Paulo não ter incluído a comunidade Guarani moradora no distrito de Jaraguá no programa de transferência de renda mínima, alegando que nessa aldeia a sobrevivência é até mais difícil devido ao pequeno tamanho do território, e que até mesmo as menores roças são impraticáveis. Foi também lembrado que as famílias do Jaraguá embora não recebam a renda mínima, perderam muito das doações, pois muita gente que ajudava, soube através da imprensa que os Guarani recebem a renda mínima, mas não sabem que a comunidade do Jaraguá não foi incluída pela prefeitura nos programas sociais.

Uma outra colocação bastante interessante nessas reuniões que partiu de lideranças e considerada como encaminhamento foi a análise das dificuldades que algumas famílias estavam encontrando nas compras de produtos junto aos comerciantes locais, relataram que *"como foi a primeira vez que aconteceu um programa como este para nós, para que melhore, a comunidade deve aprender com os erros, e temos que educar a minoria que ainda não aprendeu"*. Como encaminhamento foi sugerido *"a participação de todos no curso de alfabetização de adultos que já está acontecendo na escola, e que nesse curso se faça um trabalho de informação especial sobre os recursos, sobre a utilização do valor das parcelas, o que é pagar prestação, se é bom, da necessidade de pesquisar bem antes de comprar alguma coisa"*. [diretor da escola indígena em agosto de 2003].

No mês de outubro foi formalizada a data para a compra coletiva para o final do mês, com a adesão de quase todas as famílias beneficiadas pelo PGRFM. Houve um consenso de que cada família iria contribuir proporcionalmente ao valor recebido no cartão magnético. As lideranças iriam fazer uma lista de produtos que as famílias mais consomem, e depois iriam pesquisar nos atacadistas da região e negociar o melhor preço. Esse processo da compra coletiva foi acompanhado pela indigenista da FUNAI.

Após a compra coletiva foi feita uma reunião de avaliação do programa renda mínima no Morro da Saudade, sob a orientação da indigenista. A responsabilidade da elaboração do relatório ficou a cargo da indigenista que, no mês de novembro, o entregou à SDTS. O relatório continha uma reflexão do ponto de vista da comunidade da aldeia Morro da Saudade e uma avaliação da indigenista. Desse relatório destacamos alguns aspectos comentados pela comunidade indígena que julgamos importantes:

- *antigamente nossa situação era triste, a desnutrição era grande, ninguém tinha alimento em casa, depois da renda mínima melhorou um pouco, as crianças ficaram felizes e crianças que são amamentadas estão melhorando pois as mães estão se alimentando;*
- *tivemos problema de compra de bebida alcoólica, de muito refrigerante para as crianças, salgadinho, tudo coisa que nunca a gente ia poder comer, agora já sabemos o gosto que tem, e precisamos melhorar nossa dieta, saber gastar nosso dinheiros; em coisas sadias, tem alguns que sabem fazer boas compras, usando primeiro para a comida e depois se sobrar alguma coisa, compram roupa, calçado, brinquedos, gás, tanquinho, televisão, som, relógio;*
- *uma outra coisa é que aqueles que não sabem comprar gastam mais porque compram as coisas mais caras e depois não podem pagar o que comprou; e*

também os que comprem nos locais aqui perto não usam a caderneta de controle para a família, vai lá na loja e manda por tudo na caderneta”;

- *redução da saída de mulheres e crianças da aldeia para a venda do artesanato (é importante analisar essa observação do ponto de vista da não exposição de crianças as intempéries climáticas, à má alimentação, ausência escolar e de creche).*

[narrativas de relatório de novembro de 2003].

A indigenista observou que *“para os Guarani, o crescimento da cidade e suas decorrências constituem forte impacto à manutenção do seu modo de vida tradicional, afetando atividades que lhes garantiam o sustento como a caça, a pesca, e os roçados tradicionais. Ao distanciarem-se de suas atividades tradicionais de subsistência, tornam-se mais dependentes de um modelo econômico exterior necessitando elaborar novas estratégias de sobrevivência. O PGRFM sem resolver definitivamente a questão constitui um hiato, um ganho de tempo, para que os Guarani possam elaborar seus próprios projetos com tranquilidade encontrando soluções mais adequada ao seu modo de vida tradicional”.* *[técnica da FUNAI em relatório novembro de 2003].*

Como encaminhamento para a continuidade do programa, após a elaboração do cadastramento a indigenista sugere: *“ao inserir no universo do consumo pessoas que antes dele encontravam-se excluídas, o PGRFM deveria atentar para a elaboração de um programa educativo conjunto”.* Referiu-se também à questão do alcoolismo entre os Guarani, situação identificada logo nos primeiros meses do primeiro anos do programa como *“uma questão que não é nova entre os Guarani e muitos outros povos indígenas, e não tem relação com a implantação do PGRFM, inicialmente essa foi uma preocupação da FUNAI e da SDTS, mas ao longo do desenvolvimento da proposta, percebemos que a valorização dos resultados junto às mulheres e crianças desenvolveu na comunidade a necessidade de discussão e busca de medidas para resolver o problema, o efeito do programa portanto foi positivo no que diz respeito a esta questão”.* *[técnica FUNAI relatório de novembro de 2003].*

E por fim termina sua avaliação fazendo uma crítica à SDTS pela não inserção no PGRFM das famílias indígenas Guarani localizadas no distrito de Jaraguá, subprefeitura de Pirituba, no mesmo período que as aldeias de Parelheiros. Do ponto de vista da indigenista cerca de 60 famílias moradoras nas aldeias em Parelheiros não realizaram o cadastramento em 2002, e as aldeias de Jaraguá não estavam contempladas para serem abrangidas pelo programa no curto e médio prazo. Sua observação está calcada no fato de que o *"povo Guarani, como os demais povos indígenas, constitui uma sociedade de iguais, que tradicionalmente desconhece diferenças econômicas fundamentais entre seus membros, e que a não inclusão das aldeias do Jaraguá e a realização do recadastramento abarcando famílias que ficaram à margem do programa, estaria indo ao encontro da adequação do programa à especificidade cultural indígena, passando a considerá-los enquanto povo, independentemente da localização das aldeias"*. [técnica FUNAI relatório de novembro de 2003].

5.4 O perfil da comunidade indígena do Morro da Saudade inserida no PGRFM

A partir da inclusão de Parelheiros no PGRFM em 2001, a PMSP decidiu estender o Programa às comunidades indígenas residentes nesse território. Nesse sentido e ciente da especificidade da cultura indígena, a PMSP contratou a antropóloga e coordenadora do Centro de Trabalho Indigenista, Maria Inês Ladeira, para conciliar o direito ao acesso a programas oficiais com o direito constitucional dos índios de terem seus costumes e tradições respeitadas, "sem desconsiderar as suas próprias regras e sistemas de autoridade". (LADEIRA 2002, p.4).

Pelos termos de referência a consultora teve como uma das atribuições, assessorar a SDTS em reuniões, e na discussão pela implementação da estratégia de desenvolvimento dos programas sociais de inclusão social, nas aldeias indígenas localizadas no distrito de

Parelheiros. Uma outra atribuição foi a da responsabilidade pela elaboração de uma ficha cadastral simplificada, que pudesse servir de banco de dados para a SDTS no que tange à sociedade indígena especificamente. É importante salientar que a ficha cadastral foi elaborada em consonância com lideranças indígenas, e que “fichas testes” foram deixadas na aldeia para exercício, como também para inclusão de outros itens, ou mesmo a liberdade para proceder a alterações. Durante todo o trabalho de campo, a consultora teve acompanhamento da representante da FUNAI no município, o que garantiu a incorporação da política indigenista desse órgão na discussão, além da presença constante das coordenações dos programas renda mínima, e oportunidade solidária.

Os resultados obtidos, a partir das discussões realizadas com a comunidade pela consultora, levaram a considerar que do leque de programas sociais apresentados e debatidos com as lideranças, o programa de transferência de renda mínima era o programa social “que mais se adequava com os princípios de vida coletiva das comunidades indígenas” (Ladeira 2002, p.28), sendo este o programa escolhido pela comunidade.

A seleção e ingresso das famílias indígenas Guarani-Mbya do Morro da Saudade no programa renda mínima aconteceram em janeiro de 2003. Embora o contato que desencadeou o processo da consultoria e produção de relatório tenha sido iniciado em setembro de 2001, o cadastramento foi realizado em janeiro de 2002 (de 7 a 11), utilizado como instrumento de análise a ficha cadastral simplificada, elaborada pela consultora, durante o processo de trabalho de campo. Na fase do cadastramento, uma equipe da SDTS, composta por uma assessora técnica e três estagiários, foi nomeada pela coordenadoria do programa para realizar esta etapa no interior da aldeia Morro da Saudade.

O número de famílias cadastradas entre as aldeias indígenas de Parelheiros, Morro da Saudade e Krukutu no programa de transferência de renda familiar mínima em 2002, foi de cerca de 118 famílias, distribuídas conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Distribuição famílias cadastradas por aldeia indígena/2002

Aldeia	Nº de famílias cadastradas	Nº de crianças até 15 anos de idade
Morro da Saudade	89	260
Krukutu	29	70
TOTAL GERAL	118	330

Fonte: SDTS/Banco de Dados do Cidadão/2002

Neste ponto é importante atentarmos para informações contidas na ficha cadastral referente ao campo do agregado familiar indígena da aldeia Morro da Saudade no quadro do PGRFM, que apontou a abrangência para 359 pessoas da aldeia e cujas informações foram sistematizadas e indicadas na tabela 5 abaixo;

Tabela 5 – Composição do agregado familiar/ 2002

Composição Agregado Familiar	Nº de membros
Nº Titulares	67
Nº membros por Situação Conjugal	48
Membros Legais de 0 a 06 anos	113
Membros Legais de 07 a 15 anos	82
Nº de Membros entre 16 A 22 anos	14
Outras pessoas do agregado familiar	35
TOTAL	359

Fonte: Fichas Cadastrais/SDTS/PMSP/2002/2003

O processo de análise para inclusão no programa respeitou os critérios de elegibilidade contidos na legislação oficial de 2002, Decreto Lei nº 41.836, que previu para a inserção no programa famílias que atendam as seguintes condições: i) renda familiar bruta mensal inferior per capita inferior a ½ salário mínimo nacional; ii) residam em São Paulo , no mínimo, dois anos; iii) tenham filhos ou dependentes , sendo pelo menos

1 (um) deles com idade inferior a 16 (dezesseis) anos; estejam os filhos e/ou dependentes com idade entre 7 (sete) e 15 (quinze) anos de idade matriculados em escola pública, com frequência; iv) atendam às obrigações estabelecidas no Termos de Responsabilidade e Compromisso que tem como condições a serem observadas pelas famílias a assiduidade à escola para as crianças e os adolescentes, e a retirada destes das situações de risco (trabalho nas ruas, por exemplo).

A legislação concebia, também, que a constituição da família beneficiária seria formada por, pelo menos, um dos pais das crianças e/ou adolescentes na faixa etária de 0 a 15 (quinze) anos, ou por responsável legal formalmente designado pelo juízo competente. A família beneficiária poderá ser constituída por outras pessoas que com ela possuam ou não laços de parentesco, formando um grupo doméstico com relação de interdependência, mantendo sua economia pela contribuição de seus membros. Ponderamos que não foi mencionado no relatório antropológico, em análise realizada pela consultora Maria Inês Ladeira, nenhuma informação sobre a impossibilidade de adaptação dessa legislação com relação à organização social Guarani, baseada na relação de parentesco que, por sua vez, está imbricado na relação existente entre a família extensa (grupo local formado por sogros, genros, cunhados, netos) e a família elementar (casais novos com ou sem filhos).

Após a fase de cadastramento, os dados registrados na ficha cadastral foram enviados para o setor de gerenciamento de informações dos programas sociais na SDTS, e, após digitação, essas informações foram processadas em um banco de dados criado especialmente para selecionar as famílias cadastradas com o perfil legalmente exigido pelo PGRFM. A utilização do sistema de banco de dados garantiu “a possibilidade de soluções informatizadas capazes de viabilizar um tratamento, por um lado, flexível, ágil e eficaz, e por outro, impessoal,

legal, transparente aos milhares de cidadão que procuraram os programas coordenados pela SDTS”, (SDTS- Cadernos Temáticos nº1, 2004), bem como a isenção e a fidedignidade da ação política. Após esse processo, foram incluídas no PGRFM 95 famílias, reunindo-se as duas aldeias, conforme tabela 6 abaixo:

Tabela 6- Número de famílias indígenas cadastradas e selecionadas

Aldeias	Nº. Famílias Cadastradas	Nº. Famílias Selecionadas	Nº. Famílias não selecionadas (*)
Morro da Saudade	89	67	22
Krukutu	29	28	01
TOTAL GERAL	118	95	23

(*) Não atendiam aos critérios
Fonte: Arquivo de crédito- SDTS/2004

Dos dados coletados durante o cadastramento de 2002, na aldeia, pudemos identificar o seguinte perfil dos beneficiários selecionados e contemplados pelo programa de transferência de renda mínima. Do conjunto de 67 famílias da aldeia Morro da Saudade aproximadamente 54% são chefiadas por pessoas do sexo feminino, e 46% por famílias do sexo masculino, conforme se pode observar na Figura 1. abaixo:

Figura 1- Distribuição por sexo

Fonte: Fichas Cadastrais/ SDTS/PMSP/ 2002/2003

Da situação familiar, identifica-se uma composição de famílias biparentais sendo 72% representantes do sexo masculino e 28% do sexo feminino. Do ponto de vista da titularidade do Programa Renda Mínima para a comunidade indígena da aldeia Morro da Saudade em 2002, é expressiva a participação de uniões consensuais, o que pode ser observado na tabela 7. abaixo:

Tabela 7. Distribuição das Famílias Titulares por Situação Conjugal

Situação Conjugal	Nº	%
Com Cônjuge/Companheiro	19	28,35
Sem Cônjuge/Companheiro	48	71,65
Total	67	100,00

Fonte: Fichas Cadastrais/SDTS/PMSP/2002/2003

Da situação familiar de famílias monoparentais (situação conjugal sem conjugue ou companheiro) é quase em 100% a participação do sexo feminino na titularidade do PGRFM, cabendo ao sexo masculino uma única situação monoparental dentro da aldeia, ver figura 2 a seguir:

Figura 2.- Estado Civil das Famílias Titulares Selecionadas

FONTE: Fichas Cadastrais/SDTS/PMSP/2002/2003

Com relação à escolaridade dos titulares do PGRFM (Figura 3), observa-se que das declarações espontâneas obtidas no cadastro 9,0% são analfabetos, e 85,0% não concluíram o ensino fundamental.

Figura 3.- Distribuição Titulares x Grau de escolaridade

Fonte: Fichas Cadastrais- SDTS/PMSP/2002/2003

Com relação à faixa etária dos titulares do PGRFM (tabela 8 abaixo), observa-se que a distribuição dos membros de 18 até 35 anos é de 70% para um total de 47 membros nessa faixa etária.

Tabela 8.- Distribuição por Faixa Etária dos Titulares do PGRFM por sexo

Faixa Etária	Feminino	Masculino
18 até 29 anos	15	16
30 até 35 anos	7	9
36 até 41 anos	6	3
42 até 50 anos		
51 até 59 anos	1	4
60 anos ou +	2	4
Total	31	36

Fonte: Fichas Cadastrais/SDTS/PMSP/2002/2003

Do registro indicativo da região de naturalidade que pode ser observada na Figura 4. abaixo, temos que do total entre masculino e feminino, originários da região sul, cerca de 90% deslocaram-se do estado do Paraná. Provenientes da região sudeste, 34% deslocaram-se do interior do Estado de São Paulo, havendo uma incidência de famílias nascidas no município de São Paulo, na aldeia Morro da Saudade (55%),

Figura 4.- Titulares por região de naturalidade

FICHAS Cadastrais- SDTS/PMSP- 2002/2003

Em cumprimento às formalidades da legislação do PGRFM foi introduzido um campo na ficha cadastral sobre o ano de chegada no município (ver Figura 5 abaixo), de forma a assegurar-se da permanência no município no mínimo de dois anos. Pela leitura das fichas, podemos deduzir que o maior percentual de famílias cerca de 43% já estava no município anterior a data limite. Nascidas no município de São Paulo foram observadas 22% das famílias. Do grupo que declarou ter chegado ao município no ano 2000, na sua maioria são jovens entre 18 e 30 anos.

Figura 5- Ano de chegada no município São Paulo

FONTE: Fichas Cadastrais/SDTS/PMSP/2002/2003

5.5 O PGRFM e a aplicabilidade da legislação na aldeia Morro da Saudade

Ainda com relação ao sistema de informações geradas pela fichas cadastrais é necessário esclarecer a razão pela qual na Aldeia Morro da Saudade do total das famílias cadastradas (89 famílias), cerca de 25% (22 famílias) não foram inseridas no PGRFM, ver tabela 9. abaixo:

Tabela 9. - Seleção de famílias cadastradas x Perfil PGRFM

Situação Cadastral	Nº	%
Total cadastradas e contempladas no PGRFM	67	75
Total cadastradas não contempladas pelo PGRF	22	25
TOTAL	89	100%

Fonte: Fichas de Crédito/PMSP/SDTS/2002/2003

Com relação às 22 famílias da aldeia Morro da Saudade não selecionadas e apenas cadastradas, fomos informados pelas lideranças, posteriormente, que, embora no momento do cadastramento essas famílias estivessem realmente na aldeia, algumas estavam apenas de visita, vindas do Paraná, outras do Espírito Santo, Ubatuba, Litoral Sul de São Paulo, e que cerca de 10 famílias estavam naquele momento transferindo-se para a aldeia do Jaraguá para acompanhar o líder religioso José Fernandes. Nota-se que não houve constrangimentos por parte das lideranças para que estas famílias fizessem o cadastramento, entretanto, no final do processo, houve uma reunião entre a técnica responsável pelo cadastro indígena da SDTS e as lideranças indígenas que participaram da fase do cadastramento para “confirmar alguns dados de algumas famílias que estavam na condição de pendência por não apresentarem os requisitos necessários ao ingresso no PGRFM”¹¹.

¹¹ É importante registrar que a seleção de famílias nos programas sociais para a sociedade não indígena foi realizada após a digitação das fichas de cadastramento em

As lideranças identificaram as famílias que não preenchiam os requisitos contidos na legislação do programa (famílias sem filhos, ou filhos acima de 15 anos de idade ou fora da escola), e outras que não deveriam ingressar no programa pelo fato de não morarem na aldeia por mais de dois anos. O total de famílias na aldeia Morro da Saudade anterior ao cadastramento, registrado em relatório antropológico no ano de 2003 informava a existência na aldeia de 130 famílias. Desse total sabemos que 89 famílias foram cadastradas e outras 41 famílias não o foram por não terem comparecido. Uma das razões pode ter sido o fato de não preencherem algum critério, não terem filhos na faixa de idade exigida, ou eles não estarem estudando, ou ainda estas famílias estarem em deslocamento para outras aldeias, ou alguma outra situação. Ao perguntar para a liderança indicada pelo cacique para acompanhar o PGRFM na aldeia a razão pela qual essas famílias não mostraram interesse em realizar o cadastramento, fomos surpreendida com a seguinte resposta: *"às vezes é muito difícil para algumas famílias acreditarem que vão ganhar alguma coisa, são muito desconfiados. A gente falou, falou, explicou lá na Casa de Rezas do programa, mas não teve jeito. E depois você sabe, você tem vindo aqui, e sabe que demorou muito essa coisa do renda mínima vir pra gente. Muitas pessoas aqui já nem acreditava mais que ia conseguir ganhar mesmo alguma coisa como haviam falado aqui com a Maria Inês. É isso que eu posso dizer não sei mais nada"*. [liderança cultural, entrevista realizada em fevereiro de 2004].

formato eletrônico pelo sistema de gerenciamento dos programas sociais. Posteriormente essas informações depois de armazenadas, eram processadas segundo uma linguagem especificamente criada com objetivo de atender as exigências legais dos diferentes programas redistributivos levados a cabo pela prefeitura municipal de São Paulo entre 2001 - 2004 através da SDTS. A partir de 2002, foi implantado o sistema de cadastramento eletrônico dos habitantes da cidade, através de postos fixos ou mesmo volantes, compostos de computadores interligados localmente e conectados a um servidor central. Entretanto pela especificidade da sociedade indígena abrangida, no recadastramento, e cadastramento de outras famílias ocorrido em 2003, e 2004, foi utilizada a mesma ferramenta de ficha cadastral do ano de 2002, com a introdução de alguns novos campos de informação. Pochmann M. Diagnóstico da situação socioeconômica e medidas de enfrentamento da exclusão. In Pochmann (org). **Outra cidade é possível**. Ed.Cortez: São Paulo ;2003.p.40-43

Em outro momento, uma segunda liderança teceu o seguinte comentário para a mesma questão: *"eu acho que nós fizemos um bom trabalho com as famílias na Casa de Reza, porque a gente explicou muito essa coisa da lei do programa se eu mudar para outro local, para o Rio de Janeiro, para Ubatuba, sei lá... eu fiz a renda aqui na aldeia, que a prefeitura pode cancelar . Porque nesse caso não estou respeitando a aldeia. Eu estou aqui estou dando trabalho para os caciques, para as lideranças, e não estou parando, e se eu for embora, não estou respeitando ninguém, tenho que perder o benefício. Então muitas famílias entenderam e não se cadastraram". [vice-cacique, entrevista realizada em fevereiro de 2004).*

Ao perguntarmos para a mesma liderança se esse critério trouxe algum constrangimento para a comunidade indígena Guarani, ou se no quadro da prática Guarani do deslocamento de famílias, de estar aqui hoje, amanhã em outro lugar, se o critério de fixação na aldeia estaria interferindo na própria autonomia Guarani, a liderança respondeu que *"para nós isso é bom, faz as pessoas estarem presentes na aldeia, a participarem das atividades. Nós já conversamos, e o cacique também pode falar que está decidido que aquele que saiu da aldeia, que vai embora para outro lugar, a gente vai pedir para vocês cancelarem. A gente está lutando, as famílias chegam aqui sem documento, a gente sai correndo atrás, fazemos encaminhamento deles tudo direitinho, e depois vão embora, dizem agora temos dinheiro podemos sair, vou passear. Isso não está certo. A gente procura trabalhar direito para a comunidade e as famílias precisam respeitar as lideranças também. Por isso vamos mandar cancelar o benefício dessas pessoas, isso aqui é lei agora aqui dentro. A gente consegue coisas boas para as pessoas, e elas vão embora, não está certo". [liderança indígena, entrevista realizada em fevereiro de 2004]*

No nosso entender aconteceram várias coisas ao mesmo tempo. No momento do cadastramento estava ocorrendo no interior da aldeia discussões para alternância de liderança política, o que veio se concretizar logo nas primeiras semanas de fevereiro de 2003, e isso pode ter gerado impacto junto aos membros daquela comunidade. Acreditamos que esse

fator está relacionado com a saída de algumas famílias para a aldeia do Jaraguá, e devido à dificuldade de acomodação na aldeia do Jaraguá, as famílias foram se retirando aos poucos da aldeia Morro da Saudade para recompor o ciclo da relação de parentesco como família extensa. Pela fala dessa liderança nota-se a utilização de alguns critérios do programa como força política para alcançar a autoridade. Ocorre que o nomadismo é intrínseco à cultura Guarani-Mbya, contribuindo para manter a relação de parentesco, preservar sua religiosidade, expandir, de certa forma o espaço em que vivem, escapando ao confinamento em que vêm sendo submetidos desde os primórdios de nossa história, garantindo, enfim, os laços de solidariedade que é a base de sua cultura, bem ao contrário das características de competitividade que fundamentam a sociedade envolvente. Observa-se então, com a implantação do PGRFM, uma alteração de um traço marcante da cultura Guarani-Mbya, identificada na fala do vice-cacique, ou seja, o nomadismo passa a ser identificado como uma característica negativa, contrariando as tradições da própria comunidade. Sem contar que serve de fundamento para reforçar a autoridade de lideranças, não necessariamente reconhecidas como tal pela comunidade.

Para a indigenista *“o fato de um número bastante expressivo de famílias não terem se candidatado no cadastramento em 2002, pode ser interpretado como uma opção. Houve um tempo muito longo entre as reuniões que antecederam todo o processo e a sua concretização. Demorou demais, e aí entra a questão assim da nossa burocracia que faz com que a gente seja lento demais nas ações, e na aldeia o ritmo é outro, embora lá pareça ser lento, mas o ritmo é outro e constante. No tempo de Juruá e de órgão público, a gente às vezes anda muito depressa e de repente, pára e fica tudo paralisado. E o que pode ter acontecido também é que quando estávamos na aldeia para realizar o cadastro, muitas famílias não acreditaram nem nas suas próprias lideranças, nem nos técnicos que estavam lá representando as instituições. As famílias podem não ter se apresentado, porque não acreditaram que isso fosse funcionar. Por diversas vezes tentei alertar a Secretaria que não podia lidar de qualquer jeito com a comunidade porque eles perdem a confiança. É muito melhor você falar que vai demorar um pouco e com prazos, mas cumprir sua fala, isso é muito importante. Ao mesmo*

tempo internamente estava ocorrendo um processo de transição de liderança política, em decorrência de desgastes com a liderança anterior, o que pode ter ampliado o nível de desconfiança para com as novas lideranças que já estava prejudicado, interferindo também na credibilidade das negociações com a Secretaria para trazer a renda mínima na aldeia". [técnica FUNAI, entrevista realizada em março de 2004].

Durante o cadastramento houve uma série de dificuldades em conciliar as exigências da legislação com a realidade daquela comunidade, na questão de documentação. Pela legislação, a família postulante ao ingresso no programa devia apresentar para efeito de cadastro, xérox ou cópias dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento ou documento de identidade dos pais; certidão de nascimento ou documento de identidade das crianças; atestado escolar comprovando a matrícula da criança e a série; declaração de renda dos membros que auferem algum rendimento através de holerites ou de declarações efetuadas de próprio punho; conta de luz, ou de telefone ou de água, IPTU, ou de algum outro documento em nome da pessoa que comprovasse moradia de dois anos no município de São Paulo. Nos casos em que o (a) requerente não se configurava na documentação como pai ou mãe das crianças apontadas em seu núcleo familiar, era necessário apresentar declaração de guarda, ou na ausência, carta do conselho tutelar, ou declaração em cartório, esclarecendo que a guarda estaria sendo providenciada.

Para as famílias indígenas, não houve tanta rigidez da parte da SDTS na exigência de alguns documentos, como foi o comportamento habitual para com as famílias da sociedade não indígena no município. A documentação relativa à comprovação de permanência no município em mais de dois anos não foi exigida, bastando para isso a indicação pelas lideranças indígenas das famílias que se enquadravam nesse critério.

Essa exigência foi aplicada rigidamente à sociedade nacional e configurando a fixação de residência de dois anos, como um dos documentos de maior dificuldade para a população comprovar. Essa exigência foi importante por dois fatores: primeiro pelo recurso orçamentário ser referente ao município de São Paulo e a cobertura do programa abrangente, relativa aos 96 distritos. Em determinadas regiões do município, existem áreas que são zonas de fronteira com outros municípios da região metropolitana, e a proposta do programa de transferência de renda era atingir a população moradora no município com os recursos captados dentro do município (distribuir a renda), e, segundo, pelo número crescente de população moradora na região metropolitana que diariamente acede ao município de São Paulo para desenvolver alguma atividade de trabalho formal ou informal, e que poderia eventualmente estar se candidatando para o ingresso junto ao programa.

Assim, para as famílias indígenas, a maior dificuldade foi na documentação de identidade, como certidão de nascimento ou documento de identidade, tanto dos adultos como das crianças. Em geral quem fornece essa documentação é a FUNAI de Bauru, mas notamos que existe muita morosidade nesse processo, e que os indígenas do município têm muita dificuldade de relacionamento, com os funcionários da FUNAI no quesito de documentação. Essa documentação, em geral, é solicitada pelas lideranças da aldeia para FUNAI Bauru que tem um cartório especial para os indígenas. Pela legislação, os indígenas podem também requerer em cartórios do município a certidão de nascimento, mas ocorre que, em geral, os próprios pais não possuem sua própria documentação, inviabilizando esse caminho. Notamos que algumas famílias já utilizam cartórios da cidade para realizar a documentação das crianças.

As lideranças indígenas designadas para acompanhar o cadastramento tinham a função de confirmar a veracidade ou não das

informações fornecidas pelas famílias que não apresentavam documentos comprobatórios. De grande valia foi o apoio, o suporte, dado ao pessoal da SDTS durante a fase do cadastramento pelo corpo de profissionais do Instituto da Criança que desenvolve o atendimento à saúde daquela comunidade. Foram disponibilizadas aos cadastradores, as cadernetas de vacina das crianças onde estão registrados dados como filiação e idade das crianças. Dessa forma, nos casos de dúvidas ou de ausência de documentos, foi possível completar a informação da ficha cadastral com os dados registrados nas cadernetas de vacina.

No processo do diagnóstico, em 2001, em uma das reuniões, foi abordada a questão da identificação pessoal dos índios Guarani, que foi apontada como um problema, havendo a necessidade de facilitar e agilizar a elaboração de documentos de identidade pessoal apropriados aos indígenas. A indigenista da FUNAI em uma entrevista (março/2004), comentou que *“naquele momento, embora muitas famílias tivessem essa dificuldade, ela própria sugeriu às lideranças que o cadastramento das famílias interessadas no PGRFM poderia servir de base para um levantamento interno das famílias com essa dificuldade, e posterior encaminhamento para a FUNAI/BAURU, solicitando rápida providência”*. [técnica FUNAI, entrevista realizada em março de 2004].

Para a indigenista, a FUNAI/Bauru, de posse desse levantamento, deveria providenciar a documentação necessária, num tempo relativamente curto, de forma a não causar impedimento a nenhuma família da aldeia no ingresso ao PGRFM. Na mesma entrevista a indigenista fez um desabafo dizendo *“em que pese todas as dificuldades da FUNAI/BAURU para o correto atendimento dos indígenas do município e do litoral sul de São Paulo, existe também por parte do poder público desconhecimento sobre o papel da FUNAI. Se estou participando desde o primeiro momento das discussões que ocorreram nas aldeias indígenas em Parelheiros sobre este programa, a minha presença como FUNAI nesse processo ocorreu em função da consultora Maria Inês Ladeira ter colocado para a SDTS, a*

necessidade do acompanhamento institucional na implantação do programa junto às aldeias indígenas do município”.[técnica FUNAI, entrevista realizada em março 2004] Foi por orientação da antropóloga que houve o desenvolvimento de uma relação entre a SDTS com a FUNAI em Bauru, posteriormente com os técnicos da FUNAI em Brasília, o que culminou com a indicação da indigenista para o acompanhamento dessa política pública junto às aldeias em Parelheiros.

Em outra reunião, ainda no quadro da elaboração do relatório antropológico, foi discutido o critério renda familiar para o acesso ao PGRFM. Era necessário equacionar a legislação do programa com a realidade das comunidades Guarani de Parelheiros, no esforço de manter a integridade dos padrões culturais dessas comunidades.

A coordenadora do programa expressou, na reunião, a importância de se definir um teto mínimo para o valor da renda familiar, e indagou se esse número poderia ser estudado através de outros fatores não monetários. Fez menção ao fato de que as famílias Guarani da aldeia possuíam pequenos cultivos para alimentação, recebiam algumas doações, e que talvez fosse possível traduzir esses fatores em valores monetários. Lembrou também que a prática da venda de artesanato poderia ser considerada avaliando-se um teto mensal de produtos vendidos.

LADEIRA (2002), avaliou que os primeiros recursos apontados eram eventuais, tornando impossível definir um valor financeiro médio de arrecadação mensal através desses meios. Entretanto, considerou que somente a venda do artesanato embora não produza ganhos relevantes e regulares para as famílias, é que poderia ser qualificado como um meio comum a todas as famílias para obtenção de renda, sendo esta uma prática controlada pela unidade familiar. Ficou também definido que para efeito de declaração de renda, as famílias que recebem salários ou aposentadorias deveriam declarar seus rendimentos.

Das declarações espontâneas durante o cadastramento para o critério renda pudemos observar que, do conjunto das 67 famílias selecionadas na aldeia Morro da Saudade, 08 famílias eram beneficiárias de programas oficiais por pensão ; e 08 trabalhavam no interior da aldeia no momento do cadastramento, recebendo salário. Dessas famílias identificamos: dois agentes de Saúde e um auxiliar de limpeza, contratados pela Fundação Rondon; um agente de saneamento pela FUNASA; um professor indígena pela Escola Estadual; um funcionário da ENTERPA; duas merendeiras contratadas pela entidade SOBEI (Sociedade Brasileira do Equilíbrio de Interlagos), que atua na aldeia através de convênio com a Secretaria de Assistência Social.

Dos registros acerca do “valor da obtenção de renda familiar” encontrados nas fichas cadastrais, e da leitura do relatório antropológico de 2002, supomos que não houve consenso sobre o valor médio da renda familiar a ser definida para a comunidade indígena. Ao analisar os dados, desconfia-se que durante a fase do cadastramento cada família teve autonomia para declarar a renda familiar obtida na sua maioria, pela venda de artesanato, sendo identificadas algumas famílias que declararam inexistência de renda.

Por outro lado, é interessante observar a avaliação de LADEIRA (2002) que alertou para a dificuldade em definir um valor mínimo de renda familiar para essa comunidade indígena restrita à venda de artesanato por ser uma atividade cujos rendimentos são eventuais. Das 67 famílias selecionadas, cerca de 51 encontravam-se nessa situação, correspondendo em torno de 76% a dependência em relação à venda de artesanato e apenas 23% (16 famílias) estavam naquele momento auferindo renda através de trabalho no interior da aldeia ou pelo recebimento de aposentadorias ou pensões, ver tabela 10 abaixo;

Tabela 10.- Valor da renda declarada x nº famílias atendidas x nº de dependentes abrangidos pelo PGRFM

Valor em R\$ da renda declarada	Nº Famílias Beneficiárias	%	Nº de Dependentes abrangidos PGRFM	%
0 a 50,00	42	62,7	209	58,2
51,00 a 100,00	5	7,4	33	9,1
101,00 a 150,00	3	4,5	24	6,7
151,00 a 200,00	11	16,4	50	14,0
201,00 a 250,00	1	1,5	8	2,2
251,00 a 300,00	3	4,5	19	5,3
+ 300,00	2	3,0	16	4,5
TOTAL	67	100%	359	100%

Fonte: Fichas de Crédito/PMSP/SDTS/2002/2003

Na tabela acima, observa-se que mesmo considerando as limitações de um inquérito sobre renda no seio de uma comunidade cujas atividades não são plenamente monetarizadas, assim como o caráter mais ou menos eventual da venda de artesanato, ou mesmo das transferências em benefício das famílias, pode-se afirmar que o nível de renda na aldeia é extremamente baixo. Porém, esta informação possui, na verdade, um certo artificialismo, resultante da exigência do programa aplicado mecanicamente. Em vez da renda, teria sido mais profícuo analisar o acesso das famílias a bens, e o nível de satisfação de suas necessidades.

Do total de 67 famílias selecionadas da aldeia Morro da Saudade para o PGRFM, foram abrangidas cerca de 359 pessoas. Para calcular o valor da renda familiar foram computados os rendimentos dos membros que residem no mesmo teto, e que pela contribuição de seus integrantes mantém a unidade doméstica. O valor a ser pago mensalmente como complementação da renda familiar, segundo Decreto Nº 41.836 de 25 de março de 2002, foi calculado da seguinte forma: i) obtém-se a renda base pela multiplicação do número de todos os componentes da família pelo valor de ½ salário mínimo nacional; ii) do valor da renda base obtida, subtrai-se o valor da renda familiar bruta mensal efetivamente auferida

pela família; iii) multiplica-se essa importância por 0,66 (sessenta e seis décimos), obtendo-se o valor do benefício a ser percebido.

O pagamento do benefício foi mensal entre o período de dezembro 2003 a dezembro de 2004, por meio de cartão magnético, que poderia ser retirado pelo titular do cartão em qualquer agência do Banco do Brasil no município.

A seguir estruturamos algumas tabelas, tendo como base o valor de benefício pago pelo programa renda mínima para o conjunto das 67 famílias selecionadas. Na tabela 11A abaixo, do conjunto das famílias abrangidas pelo PGRFM na aldeia Morro da Saudade, cerca de 67% receberam pelo período de 12 meses, o teto máximo do valor pago da renda mínima naquele período, e seu agregado familiar era composto entre 4 até 11 dependentes.

Tabela 11A– Valor mensal do benefício recebido pelas famílias selecionadas

Dependentes	Valor benefício recebido p/ família	Famílias	Valor benefício pago em 2003
Nº	R\$	Nº	R\$
4	220,00	9	1.980,00
5	220,00	7	1.540,00
6	220,00	9	1.980,00
7	220,00	7	1.540,00
8	220,00	5	1.100,00
9	220,00	5	1.100,00
10	220,00	2	440,00
11	220,00	1	220,00
TOTAL	1.760,00	45 famílias	9.900,00

Fonte:Ficha de Crédito – SDTS dezembro/2003/PMSP

Num outro extremo temos um segundo grupo de cinco famílias (ver tabela 11B abaixo), que receberam pelo mesmo período de 12 meses o

valor mínimo de R\$ 20,00. Desse grupo, três famílias estavam naquele momento inseridas com emprego formal e duas recebiam algum tipo de pensão.

Tabela 11B - Valor mensal do benefício recebido pelas famílias selecionadas

Nº	Valor benefício	Nº	Valor do beneficio
Dependentes	Recebido por família	Famílias	Pago em 2003 / R\$
2	20,00	3	60,00
3	20,00	1	20,00
7	20,00	1	20,00
TOTAL	R\$ 60,00	5 famílias	R\$ 100,00

Fonte: Fichas de Crédito/SDTS/dezembro 2003/PMSP

Um terceiro grupo de 17 famílias, com número de dependentes menor que três, passou a receber mensalmente valores diferenciados, variando de R\$ 99,00 até R\$ 188,10. Fazem parte desse grupo o restante das famílias que tinham algum tipo de emprego formal (cinco famílias), e aquelas que recebiam pensões (seis famílias). Ver tabela 11C a seguir:

Tabela 11C - Valor mensal do benefício recebido pelas famílias selecionadas

Nº dependentes por família	Valor beneficio Renda mínima R\$	Nº famílias atingidas	Valor recebido para o conjunto de 17 famílias R\$
3	99,00	1	99,00
2	105,60	1	105,60
2	112,20	1	112,20
2	125,40	1	125,40
4	135,30	1	135,30
4	145,20	2	290,40
4	164,34	2	328,68
3	165,00	1	165,00
3	174,90	1	174,90
3	178,20	2	356,40
3	181,50	2	363,00
3	188,10	2	376,20
TOTAL	R\$ 1.774,74	17 famílias	R\$ 2.632,08

Fonte: Fichas de Crédito/SDTS/dez 2003/PMSP

Com as informações acima, podemos concluir que, durante o ano de 2003, o conjunto das 67 famílias inseridas na Aldeia Morro da Saudade obtiveram pelo PGRFM uma renda mensal, acrescida da renda familiar declarada, circulando no interior da aldeia junto às famílias beneficiárias o montante mensal de R\$ 18.023,08 para 359 pessoas do agregado familiar declarado, conforme pode-se identificar na tabela 12. abaixo;

Tabela 12- Valor de renda declarada e renda mínima x agregado familiar x renda per capita.

Renda / agregado familiar (359 pessoas declaradas)	Valor em R\$	Aumento da renda per capita mensal
Renda pré- existente mensal declarada	5.931,00	16,52%
Renda mensal auferida pelo PGRFM	12.632,08	35,18%
Total Renda circulando Mensalmente na aldeia	18.023,08	50,20%

Fonte: Fichas de Crédito/SDTS/dez 2003/PMSP

A introdução do PGRFM no Morro da Saudade trouxe um significativo e abrupto aumento da renda das famílias indígenas. Tomando como parâmetro as rendas pré-existentes (declaradas no cadastramento), no valor médio de R\$ 5.931,00 por mês para a totalidade das 67 famílias selecionadas podemos concluir que houve um aumento superior ao dobro para o total da renda das famílias selecionadas , e também para a renda per capita no seio dessas famílias. Se considerarmos que o conjunto das famílias vivendo na aldeia tivesse o mesmo padrão de renda declarada que as famílias selecionadas, o aumento da renda seria relativamente menor, porém, ainda expressivo. Isso significa que a circulação de receitas de posse das famílias integrantes do PGRFM aumentou substancialmente e que a circulação de bens na aldeia também aumentou. Significa, também, em termos qualitativos, que o PGRFM provavelmente introduziu algumas diferenças sociais importantes ao nível da renda das pessoas, o que, na

ausência de uma política intersetorial para o conjunto da população da aldeia, pode ter contribuído para colocar em questão tanto as relações igualitárias entre seus membros como a própria relação das famílias com as lideranças indígenas.

5.6 PGRFM e a questão da contrapartida escolar

Do conjunto do agregado familiar correspondente a faixa etária entre 07 a 15 anos, que segundo as regras do programa estariam obrigadas a apresentarem a declaração escolar foram identificadas pela documentação 82 pessoas, entre jovens e crianças. Desse total, procuramos examinar, na ficha cadastral, se no conjunto da documentação coletada havia a declaração escolar, (documento necessário para o ingresso no PGRFM). Ao analisar os registros, identificamos que dessa população, apenas 15% não estavam freqüentando escola e também não tinham entregado a declaração. E que 85% das famílias haviam entregado a documentação da declaração de freqüência escolar por cada criança.

A existência da declaração escolar no conjunto de documentos exigidos por Lei para o ingresso no PGRFM dá indicações de que, apesar do caráter emblemático da contrapartida escolar pelos indígenas, esse critério foi respeitado pela comunidade (ver tabela 13 abaixo). Das 13 crianças identificadas como não inseridas em escola, aproximadamente 08 delas estavam na faixa de idade entre 11 a 15 anos de idade, 05 tinham completado 07 anos de idade.

Tabela 13 - Situação escolar do membro legal x Declaração Escolar

Situação Escolar	Nº	%
Apresentaram documentação e freqüentam escola	57	70
Não apresentaram documentação e freqüentam escolas	12	15
Não estudam	13	15
TOTAL	82	100

Fichas Cadastrais: SDTS/PMSP/2002/2003

Com relação ao agregado familiar identificado como “membros legais” (faixa etária entre 07 a 15 anos de idade), a situação de escolaridade das 82 crianças e jovens pode ser observada na Figura 6 abaixo;

Figura 6. - Membros Legais de 07 a 15 anos de Idade e o grau de escolaridade

Fonte: Fichas Cadastrais: SDTS/PMSP/2002/2003

Ao introduzirmos a questão da relação benefício renda mínima e família beneficiada é importante retomar os objetivos do PGRFM voltado para famílias com filhos entre 0 a 15 de idade. O PGRFM, ao garantir o pagamento do benefício monetário mensal à famílias cadastradas e selecionadas, esperam que essas mesmas famílias zelem pela condição de saúde e pelo bom aproveitamento escolar de suas crianças entre 07 a 15

anos de idade. Assim é importante identificar o numero de crianças abrangidas segundo as regras do programa no interior da comunidade indígena Morro da Saudade, conforme tabela 14. abaixo;

Tabela 14 – N° dependentes entre 0 a 15 anos de idade X N° de Famílias

N° de Famílias	Valor Recebido (R\$)	N° dependentes 0 a 15 anos	Total de pessoas Abrangidas
45	R\$ 9.900,00	163	290 pessoas
05	R\$ 100,00	10	16 pessoas
17	R\$ 1.774, 74	22	53 pessoas
67	R\$12.632,08	195	359 pessoas

Fonte: Fichas de Crédito/SDTS/dez 2003/PMSP

Dos critérios de acesso ao PGRFM a apresentação da contrapartida freqüência escolar para crianças foi a questão mais polemica debatida pela liderança indígena na fase de construção do diagnostico antropológico. Em uma reunião onde foi debatida a contrapartida do programa, apresentação de declaração de freqüência escolar (faixa de idade entre 07 e 15 anos) das crianças, houve um impasse, e as lideranças recusaram-se a princípio a atender esse critério, mesmo com a solicitação da coordenação do PGRFM para que as ausências, ou faltas às aulas decorrentes de aspectos culturais fossem justificadas, visando assim atender às regras do PGRFM. Consideramos importante relatar que a contrapartida “freqüência escolar” foi apontada no relatório antropológico como uma situação constrangedora ao contrapor-se às conquistas obtidas pela sociedade indígena na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases de 1966, que garantiram a existência de ensino diferenciado para as populações indígenas, com calendário e conteúdo curricular específicos em todo o território nacional. Entretanto, durante o cadastramento, cerca de 85% das famílias do Morro da Saudade apresentaram a referida declaração de

freqüência escolar. Naquele momento uma das lideranças indígenas, que estava como diretor da escola “Guyra Pepo”, vinculada à escola estadual de 1º Grau Belkice Magalhães Reis, no interior da aldeia, forneceu todas as declarações às famílias interessadas.

A discussão construída por LADEIRA (2002) para a implantação do programa de renda mínima nas aldeias guarani, deparou-se com a complexidade do contexto atual das condições daquelas famílias e da situação escolar indígena. A questão que se colocava a priori pela SDTS era de: como aplicar um direito sem desrespeitar outros? A importância desse questionamento está intrinsecamente ligada às Convenções Internacionais da UNESCO (na luta contra a discriminação no campo do ensino), e da OIT nº 169 (povos indígena e tribais em países independentes), das quais o Brasil é signatário, além de dispositivos legais inscritos na Carta Constitucional, com desdobramentos tanto na área da saúde como da educação. (ver Anexo 5 referente a UNESCO, e Anexo 15 referente à OIT).

As lideranças e membros da comunidade indígena que participaram das reuniões realizadas pela consultora fizeram observações e sugestões que estão registradas no relatório da antropóloga, os quais relacionamos a seguir:

- 1 o controle da situação das famílias beneficiárias do Programa renda mínima deve ser de responsabilidade das comunidades guarani, através de suas representações, sendo os seus caciques autoridade máxima;
- 2 regras que, eventualmente e/ou futuramente, forem alteradas no programa, também devem ser estendidas e adequadas às comunidades guarani;

- 3 viabilizar oportunidades de aquisição de novos conhecimentos, visando melhorar as atuais condições e relações de contacto, respeitando os princípios de vida coletiva das comunidades;
- 4 dificuldades de apresentar documento de identificação pessoal para muitas famílias da aldeia, sendo essa exigência um dos itens do Termo de Compromisso e Responsabilidade e inserido na legislação do programa renda mínima, o cadastramento poderá funcionar como facilitador no levantamento de dados para elaboração de documentos de identificação das famílias Guarani;
- 5 questionada pelos representantes Guarani a exigência de um controle oficial de frequência escolar das crianças. Para o Guarani, ausência na escola da aldeia , e sua justificativa são de responsabilidade das comunidades indígenas e devem ser por elas controladas.
- 6 apontados os motivos da falta as aulas, e das justificações como:
 - Motivos de saúde
 - Resguardos e recolhimento durante a puberdade;
 - Viagens familiares por motivos comerciais (intercâmbio entre aldeias), religiosos (participação em rituais);
 - Apresentações culturais coletivas (grupos infantis de canto e dança);
 - necessidade de ajudar em casa, por motivos familiares.

A questão mais polêmica para as comunidades Guarani, no que diz respeito ao programa de transferência de renda mínima, está relacionada à obrigatoriedade da frequência escolar, e ao controle do número de faltas das crianças.

No relatório para SDTS (2002, p.24), a consultora adverte que “essas questões são equacionadas no interior das comunidades e das famílias que as compõem, são instâncias legítimas, e as tentativas externas de ingerência, só conseguem desestruturar a organização e as relações internas”. Além disso, para a sociedade indígena guarani todas as crianças são consideradas estudantes, mesmo que não estejam na escola, porque são aprendizes. O ato de ensinar que compõe o sistema da tradição Guarani é realizado pela transmissão de palavras. O ato de dizer as mensagens é entendido como ensinamentos. A transmissão oral de conhecimentos e valores Guarani é fundamental para a manutenção do sistema apreender, estudar, refletir e, do ensinar, do aconselhar.

No quadro das responsabilidades e especificidades da educação escolar indígena contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), está acentuada a diferenciação da escola indígena em relação às demais escolas dos sistemas pelo bilingüismo e pela interculturalidade. Outros dispositivos da LDB fazem referência à elaboração do calendário escolar, que deve estar adequado às peculiaridades regionais e locais da cultura, da economia, inclusive o respeito às diferenças climáticas, e da clientela de cada escola. “A escola pode organizar-se segundo as conveniências culturais, independentemente do ano civil” (MEC/SEF/DPEF 1998, p.33). Para o Guarani, a obrigatoriedade da presença escolar e do controle de frequência é uma questão emblemática, uma vez que o período e ano letivo das escolas oficiais estão relacionados a fatores de ordem cultural. As fases da vida de um indivíduo condicionam o comportamento, como por exemplo, os ritos da puberdade à completa maturidade que é partilhada com um período sistemático de instrução, que para a sociedade Guarani seria análogo ao período escolar da sociedade não indígena.

Ladeira que realizou o primeiro trabalho de investigação dessa política pública indicou a rejeição pelos indígenas do controle da “presença escolar da criança ou do adolescente”, pela prefeitura. “Os indígenas consideram que o controle e justificativa da frequência escolar devem ser feitos pela própria comunidade”. (SDTS 2002, p.24). Alegam que as crianças e adolescentes são envolvidos em atividades de ordem cultural tradicional como o ciclo de produção agrícola, caça, e pesca, resguardos femininos, viagens familiares, apresentações dos grupos de canto e dança de crianças, rituais masculinos para os jovens, e não aceitam a ingerência nas suas regras, sendo esse fator emblemático pois se defronta com a questão da autonomia, e da autoridade dessa sociedade, com sistema organizacional distinto.

Entretanto uma outra consultoria realizada pelo antropólogo Luis Roberto de Paula, contratada pela SDTS em 2004, para realizar uma avaliação do programa renda mínima para os Guarani de Parelheiros (após um ano de implantação do programa), abordou a questão da contrapartida, da exigência da “criança na escola” sobre um outro ponto de vista, alertando que o obstáculo não reside no fato das crianças e adolescentes estarem envolvidas em atividades tradicionais cotidianamente, mas na ausência destas atividades tradicionais estarem devidamente incorporadas ao calendário escolar como é garantido por lei, há pelo menos cinco anos. “... *tanto a Constituição de 1988, como a LDB de 1996 garantiram a existência do ensino diferenciado para as populações indígenas situadas no Brasil. Mais do que isso, o Parecer 3/99 do MEC garantiu em caráter definitivo que toda população indígena tem direito em seu território a implementação de uma escola indígena, com calendário e conteúdo curricular específicos*”.

O relatório antropológico de L. R. de Paula sugeriu que frente à inadequação da escola formal no interior da aldeia e seu currículo não

indígena, uma possibilidade de “contrapartida provisória” a ser exigida pela coordenação do programa renda mínima aos indígenas não devia ter como concepção “criança indígena na escola”, e sim “mobilização decidida dos Guarani no processo de implementação da escola indígena em seus territórios”. (SDTS 2004, p.16).

Aqui é importante observar, mais uma vez, a importância da assessoria antropológica em trabalhos com populações tão diferenciadas. O enfoque dado na segunda consultoria deixa transparecer a necessidade de que os gestores de política pública (em qualquer instância), ao se depararem com comunidades tão específicas, devem introduzir em suas ações de planejamento, mecanismos e estratégias que possam de alguma forma contribuir, e fortalecer as legislações existentes, a fim de que estas se configurem em práticas político administrativas, favorecendo a comunidade indígena.

Embora essa sugestão tenha sido introduzida em relatório produzido para a SDTS em março de 2004, uma reunião ocorrida na aldeia Morro da Saudade em junho de 2003, tinha discutido a educação indígena com objetivo de preparar uma pauta para a audiência pública que aconteceu no mês de agosto daquele ano. Essa reunião no Morro da Saudade, contou com a presença de lideranças das duas aldeias de Parelheiros, da representante da procuradoria geral da república, de uma antropóloga funcionária da promotoria na condição de assessora, da técnica indigenista pela FUNAI; de profissionais atuantes nas aldeias pelo Instituto da Criança; da diretoria da SOBEI; e técnicos de várias secretarias municipais, e estaduais, convidados pelos caciques.

Das questões mais prementes abordadas destacamos o tema da educação, que segundo os indígenas “*embora exista uma legislação em vigência, o calendário indígena não é respeitado, não é posto em prática*”

no currículo da escola na capital". Uma outra liderança comentou que "as escolas indígenas são criadas com tipologia de escola indígena, mas até o momento não participamos da gestão das escolas, continuamos apenas a sermos clientes da escola estadual tradicional". As lideranças solicitaram às representantes da procuradoria geral da república que no dia da audiência pública introduzissem na pauta com a Secretaria de Educação Estadual a discussão sobre a autonomia da escola das aldeias "a vinculação ainda das escolas das aldeias indígenas do município com a rede estadual, e que o pedido de reconhecimento de escola indígena autônoma já havia sido feito há mais de três meses, sem qualquer resposta daquela Secretaria até aquele momento".

O que queremos demonstrar aqui é que a preocupação apontada pelo consultor De Paula, em seu relatório de março de 2004 para a SDTS, acerca do fortalecimento da comunidade Guarani de Parelheiros em torno da implantação da escola indígena, era já verificada no seio das inquietações da comunidade indígena, e que os inúmeros órgãos parceiros poderiam contribuir para uma agilização dos constrangimentos burocráticos, através de condicionantes positivos e pró-ativos, em suas ações, na luta pela implementação formal e legal das questões relacionadas à educação indígena diferenciada.

Por outro lado, os encontros anuais regionais promovidos por instituições indigenista (no caso dos Guarani, o CTI, o CIMI), tem funcionado como um grande articulador, possibilitando a essas sociedades troca de experiências e conhecimentos contribuindo para a elaboração de uma proposta de mudança da educação escolar indígena no município de São Paulo.

Essa articulação é importante, uma vez que naquele momento já estava havendo reuniões entre lideranças indígenas e a Secretaria

Municipal de Educação, com objetivo de debater as diretrizes da educação pré-escolar indígena, que seria implementada com a criação do Centro Unificado de Cultura Indígena (CECI), nas aldeias indígenas do município.

Como assessora técnica da SDTS, não tive conhecimento da participação de representantes dessa secretaria pelo programa renda mínima, junto a essa discussão. Se essa discussão ocorreu, as informações não foram socializadas com os diversos técnicos de diferentes secretarias que atuavam nas aldeias. Há desinformação dos técnicos dos diversos órgãos municipais que atuam numa mesma localidade, sobre os respectivos projetos, objetivos, metas, atividades e contrapartidas. Este é o caso, por exemplo da contrapartida prevista pelo programa renda mínima com relação à frequência escolar, que não estava adequada aos princípios da escola indígena. Mas seria óbvia e imprescindível a inclusão nas discussões da educação pré-escolar, o diálogo com a SDTS, uma vez que grande parte das crianças a serem integradas pela proposta do CECI, também serem beneficiárias do programa de transferência de renda mínima, outro programa municipal, desenvolvido por outra secretaria.

Apesar do conflito acerca da obrigatoriedade da contrapartida pela comunidade indígena, para LADEIRA (2002), as famílias indígenas Guarani que residem nas aldeias situadas no município de São Paulo, encontram-se em condições de pobreza similares às descritas nos critérios de acessibilidade ao programa, embora vivam numa terra indígena (patrimônio da União). Em razão do processo de espoliação de seu território, os indígenas Guarani, em São Paulo, vivem em pequenas áreas, com recursos naturais insuficientes ou não apropriados para o exercício de suas atividades econômicas tradicionais.

Com terras escassas, a prática das atividades tradicionais tais como de caça, coleta, pesca e agricultura tornaram-se inviáveis, obrigando a

essa população indígena a adquirir novas habilidades de sobrevivência econômica, tornando-os dependentes de produtos provenientes da sociedade de consumo. As famílias moradoras na aldeia Morro da Saudade mantêm relações comerciais com o mundo exterior e necessitam adquirir alimentos, e outros itens básicos, que os recursos provenientes da venda de artesanato, ou de aposentadorias dos mais velhos (INSS) não suprem. Além disso, ainda atendendo as regras do programa renda mínima, as aldeias guarani situadas no município de São Paulo, embora mantendo seus próprios sistemas de transmissão de ensinamentos, possuem escola formal de 1ª a 6ª série, garantida pela rede estadual de educação.

Podemos concluir que os critérios do PGRFM não podem servir de pretexto para discriminar os indígenas, impedindo-os de usufruir dos mesmos direitos de que são titulares os cidadãos brasileiros. A constituição e a legislação indígena não tem por objeto privá-los de direitos, porém adequar o seu usufruto ao respeito da especificidade das diversas etnias indígenas. No caso dos Guarani-Mbya, a frequência escolar é também, necessariamente, uma contrapartida do direito à educação que lhes é assegurado. Aplicar o critério em si não constitui um problema, desde que se possa assegurar adequação do ensino e do calendário à cultura daquele grupo. Portanto se algum erro houve foi o de impor um procedimento inadequado e não o princípio do controle da educação indígena o qual poderia perfeitamente ser apresentado como uma relação de reciprocidade, à qual os Guarani estão acostumados. Aliás, e corroborando a ausência de articulação institucional, no mesmo momento em que se implantava o renda mínima na aldeia, se acordavam, junto a Secretaria Estadual de Educação, os instrumentos que iriam permitir a implantação da escola indígena diferenciada no município de São Paulo.

6. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA E O PGRFM

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 efetiva-se a construção de um novo quadro jurídico para a regulamentação do Estado com as sociedades indígenas contemporâneas em que “são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. A carta constituinte assegura também aos indígenas o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem e garante a prática do ensino bilíngüe em suas escolas, cabendo ao Estado o papel de integrar a educação escolar indígena, aos sistemas de ensino regular. Neste capítulo tentamos demonstrar a inclusão da escola indígena do Morro da Saudade no sistema oficial de ensino e sua articulação com o programa de transferência de renda.

6.1. A educação escolar indígena

“Quando os primeiros brancos chegaram na região do alto Rio Negro, nossos avós já sabiam que eles vinham para fazer a guerra. Nós sabemos muito bem que o livro [Bíblia] é a arma do missionário. O outro branco possuía como arma uma espingarda” . (Torami-kehíri, do povo Desana, Amazonas, 1992)

A questão educacional indígena é bastante complexa. É importante contextualizar o problema da educação indígena tentando relacionar períodos históricos em que o Estado brasileiro se preocupou com políticas educacionais para estas sociedades. A história da educação no Brasil colonial teve início com os jesuítas, cujo interesse essencial foi o de

transplantar para cá as “formas de pensamento e idéias dominantes na cultura medieval européia”. (ROMANELLI, 1978)

AZEVEDO & SILVA (1995) recuperam a trajetória do projeto de educação escolar voltado para povos indígenas, lembrando que esse processo tem início com os primeiros missionários que durante o período colonial dedicaram-se à tarefa de submeter, catequizar e integrar o indígena ao processo de colonização, através de uma proposta educacional civilizatória.

CAMARGO & ALBUQUERQUE (2003), fazem menção sobre a existência de uma bula papal referente ao Papa Nicolau V datada de 1454, dando a Portugal o direito de conquistar novas terras aos “bárbaros” e “infiéis” e de submeter seus povos à escravidão através da guerra. Em 1529, um outro Papa, Clemente VII, confirma a mesma autorização mediante nova bula. Portanto, para os colonizadores as populações indígenas, eram escravos por direito, e assim, a captura de índios para trabalhos forçados, os aprisionamentos, a catequese, a educação oferecida nos internatos, a exploração de terras, os realocamentos, eram considerados “ações justas”. Uma outra concepção foi a de considerá-los primitivos, incapazes, baseando-se no entendimento de que a natureza do indígena era incompatível com o progresso e a civilização.

Em meados do século XVI, os jesuítas aportam no Brasil. Integrados a uma ordem religiosa de caráter missionário, seu propósito a princípio foi o de ir ao encontro dos fiéis. Realizaram o processo da catequese, imbuídos de um projeto de propagar e manter a fé católica. Os jesuítas se colocaram a serviço do Papado reforçando a unidade doutrinária da Igreja.

HILSDORF (2003), partilha da mesma tese de autores como BAËTA NEVES E HOONAERT, os quais conceberam a “missão” dos jesuítas no

século XVI em dois momentos de atuação: o período da colonização, com o projeto invasor; e o da Igreja, com o projeto missionário. Do projeto missionário, “os jesuítas se propuseram a tornar o outro, o não-cristão – seja indígena, seja infiel, ou herege, em cristão para tornar os homens o mais possível iguais”. Viviam nas aldeias com os índios, adotaram seus costumes, sem reconhecer a existência de diferentes culturas indígenas, nomeando-os pelo coletivo “gentio”, desconsideravam também a diferença deles em relação aos brancos. No primeiro momento os jesuítas estavam convencidos de que os indígenas não ofereciam resistência quanto aos ensinamentos do Evangelho e da cultura portuguesa. Num segundo momento devido às ações de resistência praticadas pelos indígenas, os jesuítas percebem a necessidade de alterar as estratégias de aproximação e convencimento, e partem para suprimir a cultura indígena, para depois ensinar a doutrina. Data desse período a formação de aldeamentos de adultos e recolhimentos de crianças. O padre Manoel da Nóbrega tinha um programa com atividades de aprendizado oral do português e do contar, do cantar, tocar flauta e outros instrumentos musicais, do catecismo, e da prática cristã, além de escrever e ler português e gramática latina para os postulantes à Companhia, bem como o ensino agrícola, profissional e artesanal nas oficinas. Essa programação com ênfase na oralidade é que segundo a autora provavelmente continuou sendo praticada nos séculos seguintes, com as crianças recolhidas nos aldeamentos. (p.4-8)

Do projeto colonial, segundo HILSDORF (2005), os jesuítas tornaram-se colonos proprietários de escravos, consideravam os escravos como coisas. KOSHIBA, citado pela autora, revela que o Padre Vieira aceitou a escravidão africana como oportunidade para expiação dos pecados dos cativos. No século XVIII, a relação de identidade de interesses e propósitos entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus entra em conflito, quando na metrópole uma reforma no governo estava

sendo conduzida através do Marquês de Pombal, sob a égide de uma aliança da burguesia mercantil com setores da aristocracia.

A partir de 1750, Pombal edita uma série de medidas em relação ao Brasil, em que os jesuítas passam a ser recusados tanto como grupo religioso, quanto como colonizadores e educadores. A reforma pombalina, como passou a ser conhecida no Brasil, instituiu em 1757, a Lei do Diretório, que substituiu os religiosos missionários por dirigentes civis (homens de confiança do Estado) nas administrações das aldeias, transformadas em vilas. Estabeleceu a secularização¹² da educação, com a criação da instituição do ensino público nas Aulas régias e a obrigatoriedade do emprego da língua portuguesa pelos nativos catequizados e aculturados, proibindo o uso da língua tupi. Com essa reforma, o pensamento dominante era de que os índios seriam estimulados a aderir à vida civilizada dos brancos, aprendendo a trabalhar na agricultura, a negociar, a exercer um ofício, a apreciar as riquezas e gostar de ter propriedades.

Durante o período do Império, a concepção de incapacidade mental e jurídica para com o indígena foi tão expressiva que através de um decreto imperial em 1845 se declarou o seu caráter de orfandade, o que concedeu aos portugueses o direito de tirar grande parte das terras indígenas, tendo como justificação uma política paternalista.(CAMARGO, ALBUQUERQUE, 2003).

As relações de dominação opressão, assim como de extermínio dos povos indígenas, não ficaram restritas ao período colonial, mas se

¹² Secularização da educação- processo pelo qual o ensino deixa de ser ministrado pela Igreja e passa a ser de responsabilidade do Estado ou de instituições privadas não-religiosas (ensino laico). Para mais informações ver Francisco Teixeira, Brasil História e Sociedade. Ed. Ática. p.99

perpetuaram ao longo do processo de desenvolvimento político e econômico do país. O panorama da questão da educação escolar indígena, até meados do século XX, foi marcado pelas palavras de ordem: "catequizar", "civilizar", e "integrar".

No final do século XIX e início do século XX, com a penetração militar na Amazônia para a construção da linha telegráfica de Mato Grosso ao Amazonas, "denúncias de uma política de extermínio circularam em foros internacionais obrigando o governo brasileiro a estabelecer em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)". Em 1907, o diretor do Museu Paulista, o cientista Hermann von Ihering, escreveu um artigo sobre os aborígenes meridionais e suas relações com imigrantes defendendo ou justificando o extermínio dos índios hostis. "Para Von Ihering, os índios não traziam nenhuma contribuição para a civilização, ao contrário, eram um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio". (RIBEIRO, 1970).

De acordo com CAMARGO & ALBUQUERQUE, o SPI não impediu o avanço em terras indígenas como também não evitou ações armadas realizadas por seringalistas e castanheiros. O SPI teve um papel facilitador na promoção da religião entre os indígenas, através de alianças com padres salesianos (AM/MT), e com igrejas inglesas e norte-americanas. Em 1967, esse órgão é substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a proposta de resolver a questão indígena, integrando-os à nação e assimilando-os culturalmente.

Ainda sobre os auspícios do SPI, chega no Brasil, na década de 1950, o Summer Institute of Linguistics (SIL), posteriormente renomeado de Sociedade Internacional Lingüística, organismo ligado a uma fundação norte-americana cujo objetivo principal era a tradução da Bíblia em

diferentes línguas. Esta organização se apresentava como portadora de novas metodologias e de técnicas desconhecidas nos países periféricos, trazendo uma proposta de educação indígena. Com uma concepção etnocêntrica, este projeto foi considerado por SILVA & AZEVEDO (1995) de *"modelo alternativo, cuja questão não era abolir a diferença, mas sim domesticá-la"*. Este projeto teve como estratégia impor aos indígenas a adoção de normas e sistemas ortográficos artificiais, sem negar o direito de se expressarem em suas próprias línguas.

A presença do SIL no Brasil teve respaldo acadêmico segundo FRANCHETTO (2001, p.151) "por meio de sucessivos convênios com instituições oficiais brasileiras, acadêmicas ou não, e monopolizou durante décadas a pesquisa, a formação e a assistência educacional a grupos indígenas". É assim que as línguas indígenas passaram, portanto a representar meios de "educação" desses povos a partir de valores e conceitos "civilizados". Para tal objetivo foi concebido um interlocutor entre as sociedades indígenas, que recebeu a denominação de "monitor-bílingue", e que desempenhou o papel de professor indígena domesticado e subalterno. Esse modelo de escola bilíngüe passou a ser difundido no meio indigenista, a partir da década de 1970.

É importante destacar que a questão da educação indígena ganha expressão na década de 1970, através da mobilização de um movimento social indígena organizado, que reivindicava "quer o direito a uma educação bilíngüe, quer à escola como meio de acesso a informações vitais de caráter econômico, político, lingüístico, legal, para os povos indígenas em sua relação com a sociedade não-indígena, propiciando a sua inserção na sociedade brasileira". (SILVA 2001, p.101).

Esse debate da questão indígena na década de 1970 se amplia também com a introdução de importantes instrumentos internacionais em

forma de declaração ou de convenção, na defesa de seus interesses e direitos. O Brasil referendou muito desses instrumentos o que lhe deu a condição de reconhecer o direito à diferença de grupos minoritários e do respeito e valorização dessa diferença. Vários organismos internacionais elaboraram compromissos em apoio às demandas sociais das populações autóctones, abordando a questão do direito dessas populações a manterem suas tradições culturais e assegurando o direito educacional diferenciado.

Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU); a Organização Internacional do Trabalho (OIT); a Organização dos Estados Americanos (OEA); Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaboraram uma série de instrumentos e convenções internacionais que estabeleceram princípios direcionados ao reconhecimento, ao respeito e à valorização sobre o modo de vida e as visões de mundo de grupos minoritários que precisam ser conhecidos e levados em consideração pelas políticas públicas.

No campo político nacional e internacional é cada vez mais visível a presença e atuação de lideranças indígenas. Esse movimento configura a força desses povos, e seu desejo de um mundo cada vez mais marcado pela globalização de manterem suas tradições e práticas culturais. No cenário das discussões sobre a problemática indígena, a diversidade das culturas e a riqueza de conhecimentos, saberes e práticas a ela associada, foi reconhecida e valorizada, abrindo espaço para o reconhecimento e a aceitação da diferença e do pluralismo (GRUPIONI 2001, p.87).

6.2 A discussão indígena no quadro dos movimentos sociais

No Brasil, a questão indígena é relevante devido, sobretudo ao passado colonial, cujas forças colonizadoras sempre optaram pelo enfrentamento através da violência, pela via do extermínio físico, ou pela assimilação forçada e a descaracterização étnica. MONTEIRO (1995), ao abordar a questão da historiografia indígena, traz à tona idéia de que os “órgãos indigenistas oficiais”, mesmo os mais progressistas, trabalharam com o objetivo da integração do povo indígena na nação brasileira, pois o impacto no processo civilizatório lhes seria fatal, era apenas uma questão de tempo.

Para GOHN (2000), a discussão indígena ganhou destaque como movimento, uma vez que concentrou demandas culturais, histórico-sociais, econômicas e também políticas. Pondera ainda, que o número de ONGs internacionais envolvidas na questão indígena foi expressivo, o que deu visibilidade mundial às lutas e demandas dos mais isolados e distantes povoados e aldeias do planeta.

MONTEIRO (1995); GRUPIONI (2001), figuram entre alguns autores que confirmam o avanço em prol dos direitos históricos dos povos indígenas no mundo contemporâneo. MONTEIRO (1995) refere-se à proliferação de novas organizações indígenas e indigenistas no Brasil, com a presença atuante de lideranças indígenas. Essas organizações indigenistas, devido ao seu peso nacional ou internacional contribuíram para uma reformulação do modo de pensar o futuro das sociedades indígenas, com repercussões positivas tanto no campo teórico, como também no legislativo. Por sua vez, GRUPIONI (2001), ressalta a existência de novos ordenamentos institucionais e legais no país, em prol do reconhecimento do direito dos povos indígenas de serem diferentes e

de terem respeitadas suas práticas socioculturais, seus valores tradicionais e suas próprias visões de mundo.

O apoio de vários segmentos da sociedade civil no movimento indígena encontra-se estreitamente vinculado ao período histórico em que, na sociedade brasileira, despontaram novos movimentos sociais. Para SADER (1988), os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política daquele momento histórico (1978 a 1985), e expressaram a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social, apontando para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados, através da participação.

Para AZEVEDO & SILVA (1995) e CAMARGO & ALBUQUERQUE (2003), no campo de mobilização social e política há que se referir ao apoio de organizações governamentais e não-governamentais aos indígenas, entre o final de 1970 e o início da década de 1980.

O movimento indígena no Brasil começou a ganhar expressão na estruturação de diferentes organizações indígenas, com o objetivo de defesa dos territórios, bem como de luta por outros direitos. Essa ação possibilitou a criação da União das Nações Indígenas (UNI), a primeira organização indígena de âmbito nacional, e que posteriormente deu origem à criação de organizações de representação mais regional ou étnica, e que se estruturaram posteriormente em associações e organizações de professores e de agentes de saúde indígenas.

No âmbito das discussões que levariam à nova Constituição Federal e em decorrência à lei da Educação Indígena, surgiram as primeiras organizações de cunho educativo entre as nações indígenas. Em julho de 1988, foi realizado o I Encontro dos Professores Indígenas, com o apoio do

Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que deu seqüência a realização de outros fóruns, com a produção de vários documentos, com ênfase na reivindicação por escolas diferenciadas, por região, por povo, Estado.

O trabalho de professores índios, suas comunidades e assessores, que ocorreu a partir de meados dos anos 1970 resultando, em experiências escolares originais, o que aliado à mobilização articulada de organizações indígenas, universidades, associações científicas, etc., consolidaram reivindicações que estão hoje impressas em textos como a Constituição Federal em vigor, na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), e em outros documentos, portarias, regulamentações, que expressam as políticas públicas direcionadas à educação indígena. (SILVA 2001)

No Brasil, o movimento indígena começou a ganhar expressão durante a década de 1970, se integrando a ampla atuação de outros movimentos sociais que caracterizaram os últimos anos de ditadura militar no país, cuja atuação se dava pela participação na luta pela conquista de direitos.

É durante esse contexto político que, no enfrentamento do processo de dominação e da perda de contingentes de população, várias comunidades e povos indígenas passam a se reorganizar para fazer frente às ações integracionistas do Estado brasileiro. Como consequência, verificou-se uma articulação entre as sociedades indígenas e organizações não-governamentais, com mudanças importantes para a afirmação dos direitos indígenas, abrindo espaços sociais e políticos para que a questão indígena se impusesse no Brasil, exigindo mudanças. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

A Carta Constitucional Federal de 1988 rompe com uma tradição de cerca de cinco séculos de pretender integrar o índio à comunhão nacional,

reconhecendo o índio como pessoa, com os direitos e deveres de qualquer outro cidadão brasileiro, concebendo-o como membro de uma comunidade e de um grupo, como membro de uma coletividade que é titular de direitos coletivos e especiais. A Constituição Brasileira desenvolveu pela primeira vez, um quadro jurídico que reconhecia o respeito e aceitação da diversidade étnica e cultural dos povos indígenas, e o “direito de se perpetuarem como tal, e de terem suas manifestações culturais protegidas e respeitadas”. (GRUPIONI 2001, p.89)

O Título VIII, “Da ordem social” contém um capítulo denominado “Dos Índios”, onde se diz que “são reconhecidos aos índios a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998, p.31).

CAMARGO & ALBUQUERQUE (2003), consideram que o Brasil possui uma Constituição das mais avançadas com relação aos direitos indígenas, sendo concebida como um marco diferencial com relação às políticas integracionistas que vigoraram até quase o final da década de 1980.

GRUPIONI (2001), ao analisar a legislação nacional, refere-se também à LDB, datada de 1996, que incorporou dispositivo legal da Constituição nos documentos normativos editados pelo Ministério da Educação (MEC), cujo teor também está presente em documentos elaborados por organizações indígenas, e nas demandas de professores.

O conjunto de dispositivos legais contidos no texto da LDB faz referencia às responsabilidades e às especificidades da educação escolar indígena. Outros dispositivos abrem a possibilidade para que a escola indígena, na definição de seu projeto pedagógico, estabeleça não só a sua

forma de funcionamento, mas os objetivos e os meios para atingi-los. Outros dispositivos ainda devem ser regulamentados pelo Conselho Nacional de Educação, órgão normativo do Ministério da Educação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 1998, p.34)

GRUPIONI (2001) atenta para o fato de que nenhuma legislação específica para a educação escolar indígena no Brasil, que tenha abrangência nacional, poderá prever ou dar conta da imensa diversidade de situações históricas e culturais vividas pelas inúmeras sociedades indígenas contemporâneas. Os princípios contidos na LDB possibilitam a criação de uma escola diferenciada para povos indígenas tendo como princípio o respeito de suas práticas culturais, e o acesso a conhecimentos a práticas de outros grupos e sociedades.

6.3 A construção do Referencial Curricular e sua aplicabilidade na escola indígena da aldeia Morro da Saudade

Uma década depois das conquistas educacionais inscritas na Constituição Federal, foi elaborado em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas indígenas (RCNE/Indígena) como parte de uma política de descentralização e diversificação da formulação curricular. Esse documento tem como objetivo servir de base para subsidiar a elaboração de propostas curriculares para as escolas indígenas, apoiando os professores em suas práticas escolares. O RCNE/Indígena é resultado de discussões coletivas realizadas em diferentes situações tais como: cursos de formação de professores indígenas; encontros de organização dos professores indígenas em algumas regiões do país; análise de práticas escolares indígenas documentadas; depoimentos de assessores pedagógicos de comprovada experiência na área. O documento foi submetido à avaliação de educadores, especialistas e instituições

indígenas e não indígenas, envolvidos com a questão da educação escolar indígena.

Apesar disso, o que se observa é a valorização da cultura da sociedade envolvente que continua hegemônica. Entrevistas realizadas com lideranças locais da aldeia Morro da Saudade revelaram que a prática da política integracionista em que a escola deveria transmitir conteúdos valorizados pela cultura nacional foi vivenciada por esse grupo até recentemente: *"no passado houve uma tentativa das lideranças de enviar alguns jovens para a escola estadual localizada fora da aldeia, era preciso estudar. A experiência não foi positiva. Tivemos muitos problemas com os brancos, as crianças não falavam bem o português e não compreendiam as professoras. A outra dificuldade é que as crianças iam e voltavam a pé, não tinha dinheiro para pagar o ônibus, uma passagem para ir, outra para voltar.. todos os dias para mais de quatro ou mais crianças ...era difícil. Algumas crianças iam descalças e as crianças brancas falavam mal das crianças índias* [professora indígena, janeiro 2005].

Esse contato interétnico com as crianças não indígenas acirrou o sentimento de discriminação em relação à população jovem indígena, na forma de preconceitos com relação à cultura, e ao modo de ser indígena Mbya, dificultando o acesso dessas crianças na escola não indígena. Em 1990, baseados na Carta Magna, e na Convenção da UNESCO (ver Anexo 15), sobre princípio da não discriminação no campo do ensino, as lideranças da aldeia com apoio de organizações pró-indígenas, entram em contato com gestores municipais (que naquele momento tinham a atribuição da educação primária) e solicitam do governo alternativas educacionais para as crianças indígenas. Naquele ano, uma edificação escolar simples foi erguida no interior da aldeia pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Embora o artigo de nº 210 da Carta Magna de 1988 tivesse assegurado às comunidades indígenas o direito ao ensino fundamental regular, o uso de suas línguas maternas, e processos próprios de aprendizagem, a ser viabilizado pelo Estado, estava longe de acontecer na aldeia Morro da Saudade. Em 1998, após uma década da Constituição Federal, e sete anos de transferência em nível federal da responsabilidade pela educação escolar indígena da FUNAI para o MEC, é que o edifício da escola inserida na aldeia, começa a ser equipado pela Secretaria Estadual da Educação, mas a gestão e o currículo escolar continuavam sendo regulados pelos moldes escolares tradicionais .

A escola estadual foi inaugurada na aldeia com o nome de “Guyra Pepo” com vínculo na Escola Estadual de 1º Grau Belkice Guimarães Reis, do bairro Novo América. É interessante notar que mesmo depois dos princípios legais inseridos na C.F, e de instrumentos existentes na LDB, a educação diferenciada indígena na aldeia ainda não havia sido implementada, não observando o direito do reconhecimento do universo sociocultural específico daquela comunidade. Outra liderança comentou que “... até 2003, as crianças que completavam a 4ª série do primeiro grau interrompiam os estudos, não havia como continuar estudando”. [liderança indígena, janeiro 2005]

Em junho de 2003, houve uma reunião na aldeia Morro da Saudade, com a procuradora Dra. Ana Lucia Amaral em que dos temas tratados, um dos principais foi o de traçar estratégias com os parceiros e os indígenas, para a audiência pública que ocorreria nos próximos dias sobre a questão da educação indígena no município, e que havia uma proposta de mudança para o mês de agosto daquele ano. As lideranças reivindicaram para a promotora a elaboração de um projeto pedagógico indígena para a escola estadual. Com relação à questão da educação pré-escolar comentaram que a discussão estava avançando com a prefeitura de São Paulo, mas que tudo era bem demorado para sair do papel.

O currículo da escola estadual correspondeu até 2002 ao ensino fundamental I (de 1ª até a 4ª), em 2003 ampliou para a 5ª, 6ª e 7ª séries, e, em 2005, será estendida até a 8ª série. Está prevista para o ano de 2006, a introdução do ensino médio.

Na escola estadual inserida na aldeia, o corpo docente sempre foi composto por professores não indígenas, e somente em 2004, após uma formação de cerca de 18 meses com professores da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, é que alguns indígenas conseguiram o certificado do magistério, e puderam ser contratados pelo Estado para ministrar aula nessa escola, ainda em 2004.

O corpo docente é composto por quatro professores não índios e um professor Guarani que atende as quatro primeiras séries; as outras séries subseqüentes também são atendidas por cinco professores não indígenas e um professor indígena, que leciona Guarani, língua e cultura.

O público inscrito na escola é de aproximadamente 170 alunos, variando entre 7 a 18 anos, e distribuídos entre a 1ª série e a 8ª séries. Contempla a edificação um refeitório, uma cozinha, dois banheiros (masculino e feminino), bebedouro e uma sala que funciona como secretaria. No ano 2002 foram ampliadas salas de aula com a extensão do currículo escolar para a 5ª, 6ª e 7ª séries.

Embora a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação tenha elaborado o documento "RCNE/Indígenas", abarcando os dispositivos contidos na LDB, os indígenas que vivem no Estado de São Paulo não tinham tido a oportunidade de participar de cursos formais, legalmente constituídos para a formação de professores indígenas. Somente no período de 2002/2003, é que foi proposto um projeto

pedagógico de formação do professor indígena para a educação infantil e série iniciais (1ª e 4ª) do ensino fundamental para o magistério indígena, atendendo pela primeira vez os indígenas do município.

Esse projeto possibilitou a formação na área de Didática, com a proposta de discutir objetivos, currículo e projeto pedagógico da educação escolar indígena, análise de diferentes técnicas e processos de ensino adotados em escolas indígenas e não indígenas, bem como preparar os professores na elaboração de planos de aulas por disciplinas e por projetos. Na avaliação da professora guarani da aldeia Morro da Saudade, o curso de magistério indígena *"não foi muito bom, não teve seleção de material didático adequado para ser aplicado"*. Um outro problema abordado pela professora relacionado à formação foi comentado da seguinte forma: *" pelo fato do nível dos alunos indígenas ser muito variado, não houve equilíbrio no curso, muitos colegas não sabiam do que os professores estavam falando, e isso dava um sentimento de estar ali para nada. Muitos temas foram abordados, mas sempre valorizando o ponto de vista do branco (Juruá). Houve pouca participação indígena na organização do curso. Parecia até que os organizadores não tinham visto a escolaridade de cada participante antes das aulas começarem. Depois passado já tanto tempo da conquista do certificado, até agora não tivemos uma reciclagem, não fizemos intercambio para saber o que deu certo, ou errado, em todas as escolas onde estamos atuando"*. [professora indígena, janeiro 2005].

Com relação à escola estadual comenta que *"... há necessidade de se introduzir um posto de coordenador pedagógico guarani para orientar os professores, pois se a escola indígena é diferenciada porque tem que acatar as leis de Juruá? Há necessidade dos professores indígenas serem melhor preparados para dar aula, para dar ensino de melhor qualidade às crianças indígenas. Até o material pedagógico com que trabalham, não está direcionado à crianças e sim para adultos, são textos longos"*..[professora indígena, janeiro 2005].

A professora também salienta que tem conhecimento de reuniões que são realizadas pelo Núcleo de Educação Indígena no centro da cidade de São Paulo, na Secretaria Estadual de Educação, mas que os dois indígenas indicados para acompanharem as discussões não tem recursos para depois percorrerem todas as aldeias indígenas que estão trabalhando nessa linha e transmitir o que foi discutido, e nem os novos encaminhamentos.

A professora diz que no mês de abril será realizado o primeiro encontro de professores indígenas em Sete Barras perto da Ilha do Cardoso, e que tem muitas indagações que pretende por em discussão, tais como: *"discutir qual o papel do professor Guarani na escola indígena dirigida pelas leis de juruá; pensar qual o sentido de ensinar as crianças indígenas com material pedagógico juruá, é para eles serem como Juruá, e depois saírem por aí em busca de ter coisas, de quererem comprar carro ou casa, ou a gente quer ensinar coisas para eles terem mais orgulho de sua origem, para defender e fortalecer seu povo?"*[janeiro, 2005].

A professora conclui dizendo que *"as crianças guarani precisam ter conhecimento dos seus direitos, e também precisam saber mais, aprender mais para ajudarem seu povo dentro da aldeia, do seu grupo, e não ficarem na rua pedindo esmola, e viver de auxilio maternidade. O Estado, o governo vê você índio como um nada". É preciso pensar em aumentar o nível de escolaridade dos indígenas, em abrir escolas técnicas"*. [janeiro, 2005].

A Constituição Federal de 1988, através de seu artigo 210, assegura às sociedades indígenas o direito ao ensino fundamental, e conforme o artigo 2º, "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem". O Ministério da Educação e Cultura (MEC), publicou em 1993, as "Diretrizes para a política nacional de Educação escolar indígena" que define os parâmetros de atuação das instituições governamentais de Educação e

recentemente o RCNEI/Indígena, “objetivando oferecer subsídios para a elaboração de projetos pedagógicos para as escolas indígenas, de forma a melhorar a qualidade do ensino e a formação dos alunos indígenas enquanto cidadãos. A portaria 559/91 determina a criação dos Núcleos de Educação Escolar Indígena – NEIs, nas Secretarias Estaduais de Educação, para atuar na educação escolar indígena. O NEI/SP, foi criado junto ao Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, por resolução SE nº 44, de 18/04/97.

Em maio de 2004, a prefeitura de São Paulo inaugurou o Centro de Educação Cultural Indígena (CECI), cujas atividades estão voltadas para crianças com até 06 anos de idade. O espaço está aberto a toda comunidade e com possibilidades para usos diversos. As atividades serão planejadas respeitando o cotidiano das comunidades, e foram desenvolvidas 4 áreas temáticas: história e memória; artesanato; brinquedo e brincadeiras; culinária.

A edificação do CECI, com ampla cozinha e refeitório, recebe produtos que são fornecidos pela prefeitura e pelo menos em dois dias da semana, a merenda tem um cardápio tradicional Guarani, definido pela própria comunidade e que envolve as crianças em seu preparo, como parte de atividade de aprendizagem. No momento, o número de crianças menor de 6 anos de idade, freqüentando o CECI está em torno de 234 crianças. Matriculadas até seis anos temos 194 crianças, que apresentaram documentação e puderam ser inseridas, entretanto há cerca de 40 crianças que ainda estão na dependência da Administração Regional de Bauru da FUNAI encaminhar para a aldeia Morro da Saudade documentação de certidão de nascimento, para serem matriculadas, mas, entretanto estão freqüentando normalmente as atividades desenvolvidas no CECI.

6.4 A educação escolar indígena e o programa de garantia de renda familiar mínima

Do exposto percebe-se que a questão educacional como a da territorialidade, são pontos de inflexão quando se trata de analisar o peso que tem nas políticas públicas dirigidas aos indígenas. Assim, do mesmo modo que chamamos a atenção para o fato de a implantação do PGRFM ter ignorado valores intrínsecos especiais dos indígenas em relação à mobilidade espacial, aponta-se na questão da educação a ausência de instrumentos apropriados que permitissem a distribuição de renda observando as normas próprias da comunidade no tocante à educação das crianças.

Os objetivos do programa renda mínima se concentram na melhoria das condições atuais de vida do seu *público-alvo preferencial*, as crianças e adolescentes. Para atender esses objetivos é realizada uma transferência monetária às respectivas famílias, com o compromisso destas em assegurar a permanência e um bom desempenho das crianças e adolescentes na rede pública de ensino, contribuindo com o aumento dos anos de escolaridade. Pode-se concluir que o PGRFM no município ao focalizar sua ação num determinado segmento da sociedade contribuiu para que seu amplo público alvo, cerca de 72% dentro das famílias,¹³ tivessem acesso e permanência na política universal que é a educação. Estes são os parâmetros colocados para o programa de transferência de renda mínima para a sociedade não indígena.

¹³ O programa renda mínima de São Paulo incluiu mais de 190 mil famílias com suas 655.638 crianças e adolescentes das quais 476.751 em idade escolar, sendo exemplar no sentido do acesso e permanência na política universal que é a educação. In: Pochmann M. (org). Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo. São Paulo: Ed.Cortez; 2003.p.78

A aplicação do PGRFM reconheceu em certa medida que para os indígenas o aluno, a criança, (o público alvo do PGRFM), participa desde muito cedo na produção e na coleta de alimentos, além de participante ativo da vida ritual da comunidade, o que significa diferença entre a matrícula e a frequência escolar. Entretanto foi solicitado pelos gestores do programa às lideranças, que as faltas decorrentes de aspectos culturais fossem justificadas, tendo em vista atender as regras do PGRFM.

No nosso entender, a contrapartida do programa para a sociedade indígena Guarani-Mbya da aldeia Morro da Saudade, poderia ter sido a elaboração de uma proposta de organização curricular por ciclos, com construção de calendários diferenciados e integrados nos próprios ciclos agrícolas e rituais da comunidade, conforme dispositivos contidos no Decreto 1904/96 que “assegura às sociedades indígenas uma educação escolar diferenciada, respeitando seu universo sociocultural” (MEC, 1998).

Nas reuniões realizadas durante o processo de construção de diagnóstico da consultoria elaborada por Ladeira, foi apontado pelos Guarani a intenção de *“envolver e incentivar os demais membros das comunidades, idosos e jovens, a aprofundarem saberes tradicionais ou adquirirem e novos conhecimentos e técnicas”*. Dentre os novos conhecimentos mostraram interesse em cursos sobre *legislação ambiental e indigenista, computação, contabilidade, vídeo (câmara), criação de viveiros de mudas. Das atividades tradicionais indicaram recuperar, ou socializar os conhecimentos sobre culinária guarani, confecção de artefatos (peças de uso), contos e cantigas, técnicas de parto, construção de casas, etc.* Deste consenso obtido durante o diagnóstico, poderia também ter sido colocado pelos gestores à comunidade, a oportunidade de aliada à transferência de renda em valor monetário, sua participação em ações de formação no aprofundamento de saberes tradicionais, ou na aquisição de novos conhecimentos e aprendizagem de novas técnicas.

Essa formação poderia ter sido vinculada, com outras secretarias municipais que direta ou indiretamente estavam atuando junto à aldeia Morro da Saudade, como por exemplo, a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente que desenvolve um trabalho de Educação Ambiental junto à escola estadual local; à Secretaria de Assistência Social que havia conveniado uma entidade para trabalhar no interior daquela comunidade no resgate à cultura guarani no tocante ao artesanato indígena; a Secretaria Municipal de Educação que já estava atuando com as lideranças indígenas desde 2001 na proposta da concepção do CECI.

A própria SDTS poderia ter identificado entre as entidades promotoras de formação que já atuavam junto à sociedade envolvente no município, no quadro dos programas sociais com o sistema de parceria via UNESCO, instituições competentes que pudessem atender à demanda solicitada pela comunidade, ou conveniar as próprias instituições municipais já atuantes na comunidade. Uma ação nesse sentido poderia ter tido um impacto significativo como, por exemplo, quando identificamos nos primeiros meses de recebimento do benefício, a dificuldade que os indígenas estavam tendo no reconhecimento, na identificação dos valores nas notas em papel moeda, e de como estavam sendo enganados por comerciantes locais estabelecidos próximo à aldeia, ou pela ação de mascates que circulam livremente pela aldeia, e realizam a venda de produtos de primeira necessidade como bens de consumo supérfluo, a preços exorbitantes.

Uma outra possibilidade teria sido trabalhar junto com os profissionais do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas que realizam o serviço de atendimento à saúde daquela comunidade indígena, estabelecendo uma proposta de parceria entre a renda mínima, a saúde, o meio ambiente, no conhecimento de hábitos alimentares e consumo das famílias, numa proposta de melhoria da qualidade do padrão alimentar

(procedência dos alimentos consumidos), tipo e gasto de energia utilizada na preparação do alimento; tipo de produção de resíduos (lixo) durante as refeições e o destino do lixo.

No quadro dessas propostas de formação poderiam ter sido integrados os jovens, os adultos beneficiários do programa com a responsabilidade de multiplicar os conhecimentos adquiridos junto ao restante da comunidade indígena, favorecendo a relação entre a educação escolar e a própria vida em sua dinâmica histórica.

Estes desencontros resultam em grande medida da falta de um diagnóstico prévio à implantação do PGRFM, com a participação da comunidade, procurando identificar os problemas que enfrentavam os indígenas, mas também os atores, projetos e instituições em operação na aldeia, as suas experiências e insuficiências, e assim poder elaborar soluções apropriadas aos problemas, em sinergia com as outras intervenções. O desconhecimento da SDTS com respeito à problemática da implantação da escola indígena e suas vicissitudes espelha a forma como o PGRFM foi levado à prática, com critérios elaborados para a sociedade envolvente, sem a participação e o planejamento conjunto com os interessados. Seguiu, neste sentido, o caminho inverso daquele que é preconizado para trabalhar junto a comunidades, e o que é mais grave, com respeito aos indígenas, deixou-se de tomar em conta, de maneira integrada, os direitos estabelecidos pela Constituição Federal e as leis pertinentes, realizando as necessárias adaptações sob pressão e ao sabor de improvisações pontuais. Com outras secretarias municipais já atuando na aldeia, teria sido extremamente facilitador a proposta de criação de uma coordenadoria municipal indígena que integrasse no seu quadro técnico antropólogos com conhecimento na sociedade indígena Guarani.

7. A SAÚDE INDÍGENA E O PGRFM

7.1 A assistência à saúde indígena pelos órgãos oficiais

A política oficial indigenista no país é bastante controversa. Ao extinguir-se em 1967 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI, criado em 1910), cria-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, órgão ligado atualmente ao Ministério da Justiça), o qual atua apenas administrativamente, além de padecer de falta de recursos financeiros e humanos. Segundo CARVALHO (1997, p-148), ao longo da história, a instituição imprime uma maneira de lidar com a questão indígena, atuando com um aparato de Estado, cuja função é, na realidade, a de administrar os pontos de intersecção das comunidades indígenas com os interesses das elites político-econômicas da sociedade nacional, a serviço destas últimas.

O SPI, criado para funcionar como intermediador entre os grupos indígenas e as frentes de expansão econômica, não continha no quadro de seu programa ações de saúde voltada àquela população, tampouco incluía em suas missões profissionais da saúde. Para CONFALONIERI (1993), no período do SPI, as intervenções sanitárias eram eventuais e se realizavam principalmente em momentos de surtos que acometiam os grupos indígenas, após contato com a sociedade nacional. Programas de saúde voltados a essas populações surgiram apenas no início dos anos cinquenta, no âmbito do Ministério da Saúde, dirigidos apenas para as áreas do Centro-oeste e Norte do país, e para o controle da tuberculose. Em 1967 o SPI é extinto passando a tutela da questão indígena para outro órgão oficial, subordinado ao Ministério do Interior, a FUNAI.

De acordo com CARVALHO (1997), a FUNAI órgão de proteção oficial criado para tratar a questão indígena, esteve no período militar administrada por militares, e posteriormente por tecnocratas e políticos, não contemplando, portanto, os interesses dos indígenas, e apenas atuando com o papel de mediador de conflitos entre os indígenas, e as frentes nacionais de expansão, valorizando e apoiando as demandas destas últimas. Se no período de atuação do SPI o que permeava como proposta em última instância era a ação integracionista, com a FUNAI a política desenvolvida teve o caráter de assimilação.

Com relação à questão da saúde indígena, segundo CONFALONIERI (1993), a FUNAI deu início a um processo de sistematização das ações de saúde junto às comunidades indígenas, quando implantou as "Equipes Volantes de Saúde" (EVS). Este serviço era constituído por um pequeno grupo de profissionais como médico, (odontólogo) dentista, enfermeira, laboratorista, que realizava visitas periódicas às aldeias, e que atuavam na atenção curativa e emergencial, medicalizando a população, acudindo a surtos epidêmicos e implantando ações de vacinação. Casos cujo atendimento exigiam maiores cuidados eram encaminhados para a rede de saúde na cidade mais próxima.

Data também desse período à criação das "Casas de Índio", entendidas como "unidades diferenciadas de saúde indígena", voltadas para a hospedagem dos doentes com necessidades de tratamentos mais complexos na rede secundária ou terciária de saúde. Essas casas não apresentavam infra-estrutura adequada de serviços médicos e de enfermagem, sendo reconhecidas pelos indígenas que necessitavam de tratamentos específicos, ou diagnóstico e atendimento mais especializado, como locais de apoio. Estas casas estão localizadas em algumas capitais de cidades importantes, e com condições desse nível de atendimento.

LANGDON (2004) sintetiza a atuação da FUNAI de 1967 até 1991 dizendo que os problemas de saúde indígena foram basicamente resolvidos nos Postos de Saúde mantidos nas áreas indígenas e atendidos pelas equipes volantes de saúde e auxiliares de enfermagem. Casos necessitando de tratamento ou diagnóstico mais sofisticado eram remetidos aos hospitais ou serviços do Ministério da Saúde, com o qual a FUNAI mantinha convênios. Casos graves eram encaminhados à Casa do Índio. Entretanto, a autora faz uma crítica ressaltando a falta de uma rede eficiente de atendimento, de infra-estrutura conveniente, de profissionais preparados para trabalhar com a especificidade cultural dos povos indígenas e de recursos financeiros adequados. Uma outra questão abordada é com relação à ausência de dados sobre a questão epidemiológica dos grupos indígenas assistidos pela FUNAI.

Sobre essa questão específica, a antropóloga e pesquisadora BUCHILLET (2004) reitera que a avaliação do estado de saúde de uma sociedade, ou comunidade, é geralmente feita por meio da coleta de indicadores socioeconômicos, ambientais, demográficos, e epidemiológicos tais como: natalidade, mortalidade geral, infantil e materna, número de nascidos vivos/nascidos mortos, morbidade, esperança ou expectativa de vida, estatísticas relativas à demanda por serviços de saúde, esperança ou expectativa de vida, estatísticas relativas à demanda por serviços de saúde entre outros. Quando não há o conhecimento da totalidade dos indicadores obtém-se uma visão fragmentada do perfil epidemiológico e sanitário da comunidade.

Ainda sobre essa questão, CARVALHO (1997) aponta de forma crítica que a descontinuidade no acompanhamento da FUNAI a cada grupo indígena, e a irregularidade nas visitas dos profissionais de saúde acabaram por privilegiar o atendimento às emergências. Um outro ponto abordado é a atenção desses profissionais como voltada exclusivamente

para o indivíduo doente, não havendo pela FUNAI nenhum movimento no sentido de planejar e de implantar ações de prevenção ou de promoção da saúde nas áreas indígenas. As equipes envolvidas com a questão da saúde indígena não estavam preocupadas para os reais problemas que afetavam essas populações tais como: a falta de território, a falta de saneamento básico, poluição da água, mudanças ambientais e conseqüentes danos nas técnicas de subsistência tradicionais. Por outro lado, havia um total despreparo e desconhecimento dos profissionais que compunham essas equipes quanto aos processos históricos dessas populações, assim como às transformações a que foram submetidas e que de alguma forma acabaram afetando a saúde dessas populações.

A percepção para muitos autores que têm se debruçado sobre a questão de modelos de assistência à saúde para povos indígenas é a necessidade do atendimento das necessidades diferenciadas e o respeito às especificidades culturais. A Organização Mundial de Saúde (OMS), em documento sobre atenção primária à saúde, inclui um capítulo sobre "populações especiais" orientando para a "necessidade de serviços específicos em países com populações aborígenes claramente identificadas".

Em 1986, com a realização da VIII Conferência Nacional de Saúde, foram acordadas várias propostas que seriam posteriormente inscritas na nova Constituição. Um documento pela reforma sanitária (Carta da 8ª Conferência), foi elaborado sistematizando várias sugestões, que haviam sido pactuadas. Um dos produtos da reforma sanitária brasileira é a criação do Sistema Único de Saúde, que é norteado por dois princípios independentes de grupos ou classes particulares: a inclusão da participação da comunidade na gestão dos serviços de saúde, através de órgãos colegiados (Conselhos de Saúde), e a saúde concebida como direito de todos e dever do Estado, articulada às demais políticas sociais,

dentro dos princípios de universalidade, equidade, integralidade, descentralização e controle social. (GOUVEIA & PALMA 1999; BERTOLLI 2000; LANGDON 2004).

Em decorrência da proposta da reforma sanitária, foi também realizada no ano de 1986, a I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, que, além de avaliar a questão da saúde indígena, criou as primeiras diretrizes para uma política de saúde efetiva direcionada a populações indígenas.

Em 1988, com a nova Constituição Brasileira ficou reconhecido o caráter pluricultural do Estado, sendo a política de saúde no Brasil guiada pelos "princípios sobre a Tolerância", aprovados pela UNESCO em 1995. Em consequência dessas novas diretrizes, o Estado brasileiro organizou para os povos indígenas, um subsistema de atenção básica nas áreas indígenas, fazendo referências na legislação sobre a necessidade do respeito às práticas culturais e aos saberes tradicionais das comunidades, inserindo-os sempre que possível nas rotinas do trabalho em saúde.

Como resultado formal das propostas apresentadas na I Conferência Nacional de Saúde Indígena, foi estabelecida uma Coordenadoria de Saúde Indígena (COSAI), em fevereiro de 1991, através do Decreto presidencial nº23. À COSAI cabia a responsabilidade pela organização dos serviços de saúde junto às populações indígenas, e, embora criada no interior do Ministério da Saúde, esteve vinculada à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Observa-se uma dupla responsabilidade institucional em nível federal na organização da atenção à saúde dos povos indígenas, através da FUNASA (Ministério da Saúde) e da FUNAI (Ministério da Justiça). O decreto de 1991 provocou desentendimentos e conflitos entre a FUNASA e a FUNAI, até que em 1994 por outro Decreto presidencial, o de nº 1141, a função de órgão gestor dos serviços de saúde indígena retorna a FUNAI,

ainda que compartilhando as atividades preventivas com a FUNASA (CONFALONIERI 1993; LANGDON 2004).

A II Conferência de Saúde Indígena, realizada em 1992 propôs a criação de um modelo baseado em “Distritos Sanitários Especiais Indígenas” (DSEI). Somente em 1999 é que essa proposta foi viabilizada através da Lei nº 9.836, ano em que o Ministério da Saúde outorgou à FUNASA a responsabilidade de gerir o subsistema de atenção à saúde indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS), e tendo como base uma Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos indígenas, preconizada na Constituição de 1988 e aprovada pela Lei Orgânica de Saúde nº 8081, de setembro de 1990. (CONFALONIERI 1993; CARVALHO 1997).

A despeito das controvérsias existentes entre os diversos órgãos federais envolvidos na questão da saúde indígena, houve, a partir de 1986, um avanço significativo na questão da saúde indígena, relacionado à discussão quanto ao controle social em nível nacional. Foi instituída a Comissão Intersectorial de Saúde do Índio (CISI) em 1992, com a “função de assessorar o Conselho Nacional de Saúde na elaboração de princípios e diretrizes de políticas governamentais no campo da saúde das populações indígenas”.(CONFALONIERI 1993, p.40). Além da representação de membros natos da FUNAI e FUNASA, originalmente estiveram presentes junto a CISI representantes da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e representantes de três organizações indígenas e de três instituições de ensino, pesquisa e extensão com experiência em saúde indígena. Com relação a esta última, houve um consenso e eleito apenas um representante que necessariamente deveria estar entre os pesquisadores associados a essas instituições de ensino.

LANDGON (2004) destaca que em 1999 a administração e a gerência da saúde indígena atravessaram várias fases, ocorrendo mudanças importantes e destacando-se, entre elas, a constituição de um subsistema de atendimento integrando as atividades das instituições governamentais e não governamentais. As universidades, às quais estão vinculadas a maior parte dos antropólogos, foram consideradas parte importante nas parcerias entre FUNAI e FUNASA, municípios e organizações não governamentais (ONGs). Esse papel, nem sempre bem definido, incluía pesquisa, consultoria, provisão de serviços e oferta de cursos para profissionais e indígenas. Privilegiou-se a participação de antropólogos no campo da saúde em geral, bem como a aceitação da antropologia da saúde como um campo legítimo no ambiente acadêmico. (p.37-8).

Com uma visão mais ampliada da problemática, LANGDON (2004) é categórica ao afirmar que durante os anos de implantação do sistema de DSEIs os aportes financeiros para a política de saúde indígena foram insuficientes; que a condição sanitária indígena continua sendo precária, não tendo sido possível a realização de um banco de dados que resultasse num diagnóstico do perfil epidemiológico dessa sociedade tão complexa. Afirma ainda ter sido verificada a ocorrência de surtos de doenças sem atendimento adequado; dificuldades na implantação conselhos locais ou regionais que impedem a participação indígena; e que o Conselho de Saúde Indígena a CISI tem fraca atuação e que suas recomendações são ignoradas pelo Conselho Nacional de Saúde. (p.38).

Um estudo realizado no Estado do Amazonas em 2003 avaliou o impacto do processo de distritalização sanitária indígena, e teve como objeto dois eixos: o do controle social, e o da gestão da FUNASA. A conclusão foi de que houve avanços na melhoria das condições de vida dos

índios e que resultou em formas de “empoderamento”¹⁴ do movimento indígena. Com relação à capacidade gerencial da FUNASA e das agências conveniadas, houve muita crítica, tendo sido trazidos à tona problemas crônicos nos serviços de saúde indígena, tais como falta de um sistema de informação eficiente, o que comprometeu a resolutividade técnica dos DSEIs.

Esse estudo teve uma importância fundamental, pois apontou também falhas na articulação entre os DSEIs e a rede de referência do SUS. Um dos pontos importantes mencionado foi o fato dos DSEIs terem sob sua responsabilidade uma vasta extensão de território, o que é desproporcional à sua capacidade, dificulta o atendimento diferenciado e impede a atenção necessária nas inúmeras diferenças culturais existentes no grupo de sua área de abrangência. (LANGODN 2004).

Para BUCHILLET (2004) e OLIVEIRA (2004), transcorrida mais de uma década desde a I Conferência de Saúde Indígena, algumas ações foram inseridas na questão da saúde desses povos, tais como a formação de quadros indígena para categorias de agentes de saúde, auxiliares de enfermagem, enfermeiros, etc. Entretanto, os profissionais inseridos nos programas de atenção à saúde indígena continuam valorizando o atendimento curativo, com atenção apenas na doença, ignorando os fatores sócio-ambientais onde o público alvo está inserido, e sem o conhecimento do processo histórico vivido ao longo de décadas por essas sociedades e dos fatores responsáveis pelas novas práticas adotadas, que incidiram sobre a saúde, no decorrer das várias formas de contato a que foram expostos.

¹⁴ Segundo definição da organização Pan-Americana de Saúde as estratégias de empoderamento para uma comunidade supõem entre outras iniciativas a educação para a cidadania, a socialização de informações, o envolvimento na tomada de decisões dentro de um processo de diagnóstico, o planejamento e a execução de projetos e ou iniciativas sociais. Sobre o assunto ver Paulo Freire: Conscientização, teoria e prática da libertação. SP.Ed.Moraes:1980

Com a realização da III Conferência de Saúde Indígena em 2001, observou-se que das recomendações aprovadas, foi novamente reafirmada a necessidade de implantar um modelo que leve em conta as especificidades culturais e os saberes tradicionais de cada grupo indígena nas ações executadas por profissionais envolvidos na assistência à saúde das populações indígenas. Dessa forma, fica claro que grande parte dos profissionais envolvidos nessa ação é despreparada, com total desconhecimento da realidade sociocultural e ambiental dos grupos a que assistem, o que reitera a necessidade de inserção de assessoria antropológica, na questão da saúde indígena. Para BUCHILLET (2004), “o conhecimento antropológico é necessário para estabelecer o perfil epidemiológico e sanitário de uma população, como também para subsidiar o planejamento e a execução de ações de saúde (preventivas ou terapêuticas), bem como a organização dos serviços de saúde”. (p.65).

A professora LANGDON (2004) comenta que em janeiro de 2004, através de portarias elaboradas pelo Ministério da Saúde, de nºs 69 e 70, já há evidências de uma nova proposta de modelo de gestão na relação entre FUNASA e parceiros na questão da saúde indígena. O processo ainda está por acontecer, pois algumas ONGs indígenas manifestaram-se contrárias a mudanças do modelo atual, sem uma fase de transição.

7.2 A saúde da comunidade indígena na aldeia Morro da Saudade

Com o cenário da saúde indígena acima exposto, e focando as aldeias indígenas localizadas no município de São Paulo, é importante frisar que as aldeias de Parelheiros estão subordinadas a Administração Regional de Bauru, e que a atenção à saúde, baseada no modelo dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, tem como referência o DSEI de

Curitiba no Paraná (incluindo todas as aldeias do litoral), com atendimento pode-se dizer, portanto, ausente para as aldeias do município.

Antes de 1991, não havia atendimento médico no interior das áreas indígenas de Parelheiros pela FUNASA, ocorrendo mesmo a ausência de assistência. Os doentes eram obrigados muitas vezes a vencer obstáculos geográficos, pois vivem distantes dos equipamentos de saúde disponíveis em sua área de abrangência. O fator econômico, outro obstáculo a transpor, obrigava-os a deslocarem-se a pé até a Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próxima, o Posto de Atendimento de Parelheiros, uma unidade municipal que dista 12 km da Aldeia Morro da Saudade, e 17km da Aldeia Krukutu.

Para a socióloga do Instituto da Criança (ICR) do Hospital das Clínicas que atua desde 1998 na saúde indígena dessa comunidade, além da dificuldade financeira os indígenas, estes deparavam-se também com *"a barreira lingüística, aliada ao desconhecimento dos procedimentos burocráticos, e permaneciam muitas horas sentados na porta da UBS sem serem atendidos, porque não tinham a concepção de que precisavam fazer um registro de formalização em um determinado balcão, e que o atendimento médico era realizado em outro espaço interno no prédio da UBS. Dessa forma ficavam aguardando a aproximação de alguma pessoa, ou desistiam retornando à aldeia, sem o atendimento devido à demora. Somente nos casos mais graves é que não desistiam". [entrevista realizada em 2004].*

É importante afirmar que até o final de 2003, antes da implantação do sistema interligado Parelheiros/Rio Bonito/Santo Amaro com a implantação de terminais monitorados eletronicamente, e da instalação de faixas exclusivas de circulação de ônibus com 30km de extensão (corredor de acesso), o transporte coletivo naquela região era bastante deficitário, o que também dificultava o deslocamento tanto da população em geral moradora em Parelheiros, como da população indígena, que pela sua

especificidade padecia de maiores constrangimentos na circulação na tentativa de encontrar soluções para os mais diversos problemas, sendo o principal a questão da saúde.

O atendimento do ICR, nas aldeias de Parelheiros, inicia-se quando uma epidemia de tuberculose acometeu seus membros entre 1997 e 1998. Alguém conhecia o diretor executivo do ICR e solicitou ajuda. Foi realizada uma visita pelo pessoal da divisão de tecnologia que procedeu ao atendimento médico emergencial, constatando a necessidade de um trabalho contínuo com aquela comunidade, pois os problemas de saúde não se restringiam apenas ao surto de tuberculose. Foi então que o setor de assistência comunitária foi acionado no final de 1998, e designadas duas pessoas desse setor, um médico, e uma socióloga, para prestarem atendimento às aldeias. Inicialmente os dois profissionais atuaram sozinhos até que um outro profissional uma pediatra foi incluído na equipe. Posteriormente, devido à necessidade de melhorar o atendimento daquela população houve uma parceria com a Secretaria de Saúde do Estado (SES) que resultou em um investimento permitindo a contratação pelo ICR de uma equipe multiprofissional voltada exclusivamente para o atendimento da saúde nas duas aldeias existentes em Parelheiros: Morro da Saudade e Krukutu. Foi essa parceria da SES com a FUNASA que oportunizou convênio com a Fundação da Faculdade de Medicina (FFM) em 2000, para a contratação de uma equipe multidisciplinar composta por um médico, uma enfermeira, um auxiliar de enfermagem, um dentista, um auxiliar de consultório dentário, e de três agentes comunitários de saúde. Através de uma parceria entre a FUNASA e a Fundação Rondon houve a possibilidade de contratar no interior das aldeias cinco agentes indígenas de saúde, distribuídos entre as duas aldeias.

Quando a equipe do ICR iniciou seu trabalho, o atendimento foi realizado em dependências não apropriadas, que foram adequadas para o

fim a que se destinavam. Naquele momento estava sendo construído o posto de saúde na aldeia Morro da Saudade, por iniciativa de um indivíduo singular, da sociedade não indígena.

A história da constituição do Posto de Saúde, que nos foi relatada informalmente por algumas lideranças, teve início no momento em que tinha falecido uma criança que estava em estado nutricional muito crítico, segundo relatos das mesmas lideranças. As aldeias sempre receberam visitantes da sociedade não indígena, pessoas condoídas pela situação de penúria em que essa comunidade indígena se encontrava que acabavam por levar doações em roupas, gêneros alimentícios, no sentido de aliviar aquela situação. Uma das visitas foi ex-prefeito de uma cidade do interior do Estado, que ao visitar a aldeia Morro da Saudade justamente no período do falecimento daquela criança, ficou muito sensibilizado com a pobreza e a falta de atenção para com a saúde daquela população. Mostrou interesse em apoiar a aldeia na construção de um posto de saúde, sendo esta uma antiga reivindicação dessa comunidade junto à FUNAI, e depois para com a FUNASA. Esse senhor, que também era escritor, acabou sensibilizando outras pessoas, e, ao lançar um livro de poesias, incluindo poemas escritos no momento de sua passagem pela aldeia, inicia um processo de captação de recursos financeiros com objetivo na construção do posto de saúde. Em 1998, teve início a construção, sem nenhuma atenção às normas para a edificação de um posto de saúde. Houve um momento da construção em que a FUNASA teve que intervir e impor certas normas fundamentais para o funcionamento de um posto de saúde. Para o pessoal do ICR *"a comunidade queria tanto o posto que a construção terminou e a FUNASA teve que realizar uma pequena reforma para tentar adequar as instalações. O posto foi erguido e hoje traz um benefício imenso para a comunidade"*.(entrevista março 2004).

A construção deste posto no interior da aldeia é tão importante que muitas vezes o ponto de encontro entre os diferentes atores externos e mesmo as lideranças locais ocorrem no alpendre. Este espaço tornou-se um ponto de referência para poder também localizar algumas lideranças indígenas, os agentes de saúde indígena, com os moradores que estão a espera para atendimento médico, sempre colaborando na tentativa de apoiar na localização das lideranças.

A FUNASA que desde 1999 tem a responsabilidade de gerir o subsistema de atenção à saúde indígena, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS) estabeleceu para as aldeias indígenas de Parelheiros, além do convenio com o ICR, critérios para tratamentos que requerem diagnóstico mais especializado, determinando que em caso de atendimento secundário a referência é a Unidade Básica de Saúde localizada em Parelheiros no bairro Jardim América que tem condições de atendimento para especialidades no campo da ginecologia, da pediatria e da clínica geral. Para casos que necessitem de internação, as alternativas de convênio foram com o Hospital de Pedreira que, na ótica dos profissionais do ICR, tanto ao nível da equipe da direção, como grande parte de funcionários, tem extrema sensibilidade para o atendimento da população indígena. No atendimento voltado para saúde materno-infantil, utiliza-se a Maternidade de Interlagos, e como outra opção o Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina.

A equipe multidisciplinar junto com os profissionais do ICR passou a exercer o trabalho junto às aldeias de Parelheiros em 2000, e a proposta de trabalho compreendia uma estratégia para a implementação de uma série de ações contidas em relatório da Secretaria Municipal da Saúde, Coordenadoria de Desenvolvimento da Gestão Descentralizada (COGEST), as quais discriminamos abaixo:

- Aumentar a adesão das gestantes ao acompanhamento pré-natal;
- Implementar o acompanhamento mensal de desenvolvimento de crianças entre 0 e 5 anos de idade;
- Implementar o diagnóstico precoce das infecções respiratórias agudas.
- Estimular o aleitamento materno exclusivo até os 56 meses de idade;
- Realizar tratamento das parasitoses intestinais a cada semestre;
- Estimular a identificação imediata e a notificação das doenças diarreicas;
- Implementar o diagnóstico, tratamento e prevenção das hipovitaminoses e anemias;
- Diagnosticar precocemente e tratar os casos de hipertensão arterial e diabetes mellitus;
- Reduzir casos de tuberculose: tratamento supervisionado; busca ativa de sintomáticos respiratórios; investigação dos comunicantes;
- Incentivar ações de prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS;
- Garantir a cobertura vacinal para 100% dos habitantes;
- Incrementar ações preventivas e curativas em saúde bucal;
- Realizar a capacitação das equipes tanto técnica quanto antropológicamente;
- Promover ações educativas em saúde;
- Articular com outros órgãos para melhoria do saneamento básico do meio;
- Articulação com outros órgãos ou entidades para ações de melhoria de qualidade de vida das populações indígenas.

A equipe multidisciplinar inicia o atendimento em convênio entre a SES e o ICR nas aldeias de Parelheiros para uma população de aproximadamente 707 pessoas, conforme Tabela 15. abaixo:

Tabela 15.- População residente atendida nas aldeias de Parelheiros/ 2001

	Morro da Saudade	Krukutu
Faixa Etária	Número de atendidos	Número de atendidos
< de 1 ano	30	13
1 - 4	112	27
5 - 9	90	29
10 - 14	83	19
15 - 19	72	13
20 - 49	132	40
50 - 59	15	2
60 e +	23	7
TOTAL	557	150

Fonte: FUNASA – Município de São Paulo_ 2002

Durante o primeiro ano de implantação da proposta de atuação multidisciplinar, ocorreram em 2001, segundo dados da FUNASA, cerca de 12 óbitos entre as aldeias de Parelheiros, conforme pode ser observado na distribuição dos óbitos por aldeia e faixa etária nas tabelas 16A e nº 16B

Tabela 16A – Mortalidade por faixa etária nos moradores aldeia Morro da Saudade em 2001

< de 1ano	1-4 anos	5-9 anos	10-19 anos	20-49 anos	50 anos⁺
5	3	0	0	1	0

Fonte: FUNASA / Município de São Paulo/ 2001

As causas dos óbitos durante 2001 no Morro da Saudade estavam relacionadas segundo informações da FUNASA pelas seguintes causas: desconhecidas: 3 casos; Púrpura Transbocitopênica: 1 caso; Broncopneumonia: 1 caso; Sepse: 2 casos; e Insuficiência Respiratória Aguda: 1 caso.

Tabela 16B – Mortalidade por faixa etária nos moradores aldeia Krukutu-SP em 2001

<u>< de 1ano</u>	<u>1-4 anos</u>	<u>5-9 anos</u>	<u>10-19 anos</u>	<u>20-49 anos</u>	<u>50 anos⁺</u>
1	1	0	0	0	1

Fonte: FUNASA – Município de São Paulo 2001

As causas da mortalidade para os moradores da aldeia Krukutu durante 2001 estiveram relacionadas com parada cardiorespiratória 1 caso que afetou a pessoa de mais de 50 anos; broncopneumonia (2-4 anos) e de arritmia cardíaca para menor de 1 ano.

Com relação à morbidade, a FUNASA elaborou um quadro com os dados coletados pela equipe multidisciplinar, com a coordenação do ICR, sobre a ocorrência de casos de doenças ocorridas no interior das aldeias atendidas para o período de 2001. Segundo o relatório da COGEST, a ocorrência de doenças ocorreu de maneira relativamente homogênea entre as aldeias de origem Guarani no distrito de Parelheiros, conforme distribuição abaixo na tabela 17 abaixo:

Tabela 17- Doenças incidentes na população das aldeias Guarani Morro da Saudade e Krukutu – São Paulo/ em 2001

DOENÇAS MAIS INCIDENTES	< DE 1 ANO		1 a 4 anos		5 a 9 anos		10 a 14 anos		15 a 19 anos		20 a 49 anos		50 anos +	
	Morro da Saudade	Krukutu	Morro da Saudade	krukutu	Morro da Saudade	Krukutu	Morro da Saudade	krukutu	Morro da Saudade	Krukutu	Morro da Saudade	krukutu	Morro da Saudade	krukutu
IRA	35	13	52	28	8	7	6	3	9	0	12	9	1	0
Pneumonia	29	0	73	13	1	1	0	0	1	0	11	1	4	1
verminose	3	3	22	18	7	2	9	1	10	3	7	1	1	0
Diarréia	13	0	32	7	2	0	2	0	1	0	2	0	0	0
Dermatite	9	4	9	0	0	0	1	0	3	2	3	0	0	0
Escabiose	4	0	8	3	5	1	3	0	0	0	2	1	3	0
Otite	5	0	11	2	2	1	1	0	3	0	4	0	0	0
conjuntivite	1	0	4	1	3	0	5	0	2	0	4	0	0	1
Asma	6	2	9	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Impetigo	5	0	8	2	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
bronquite	4	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Anemia	2	0	2	0	0	0	0	0	3	0	0	2	0	0
Lesao	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	4	0	0	0
Desnutrição	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pediculose	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Hip. Arterial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
TB. Pulmonar	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cardiopatia	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Casos	118	23	241	74	30	12	32	4	33	5	55	14	9	2

Fonte/FUNASA/ Município de São Paulo/ 2001

Dados referentes à saúde indígena ao longo do ano de 2002 sobre a população da aldeia Morro da Saudade obtidos pela Fundação Nacional do Índio (ver Anexo 6) dão conta apenas de referenciar as Doenças mais Incidentes que numa breve análise observa-se serem doenças típicas de pobreza urbana entre as quais destacamos: i) doenças de pele em geral, ii)verminoses; iii) infecções respiratórias agudas (IRA); iv) pneumonias; v)infecções intestinas; vi) diarréias; vii) casos de desnutrição. Essas doenças, com maior incidência nas crianças, evidenciam um quadro sanitário caracterizado pela alta ocorrência de agravos, que, poderiam ser significativamente reduzidos com a introdução de ações sistemáticas e continuadas de atenção básica à saúde nas comunidades. Foram utilizadas

duas variáveis como a faixa etária, e, o número de casos de uma determinada doença. Não houve informação sobre mortalidade por faixa etária ou por qualquer outro indicador. A FUNASA coletou dados nas aldeias do município sobre novos casos notificados de desnutrição em 2002, que pode ser observada a seguir na tabela 18 abaixo:

Tabela 18. – Casos de desnutrição ocorridos nas aldeias indígenas em São Paulo

Aldeias Indígenas de São Paulo	Casos notificados de desnutrição -Casos novos 2002	Casos em controle dezembro - 2001
Morro da Saudade	51	63
Krukutu	25	0
Jaraguá	0	16

Fonte:FUNASA/ Pólo Base São Paulo/Janeiro a Dezembro 2002

Observa-se que em algumas regiões do país, em especial onde as comunidades indígenas estabeleceram um relacionamento mais estreito com a população não indígena, o surgimento de novos problemas de saúde relacionados à mudanças introduzidas no seu modo de vida, tais como a hipertensão arterial, o alcoolismo, a depressão, o diabetes, os atropelamentos e o suicídio que se apresentam como problemas cada vez mais freqüentes em diversas comunidades indígenas. (PELLEGRINI, 2000).

Lamentavelmente não pudemos obter dados mais recentes sobre a questão nutricional da população indígena do Morro da Saudade, a natalidade ou mesmo doenças mais prevalentes, que pudessem servir de indicador para uma avaliação do PGRFM pois, até o termino desse estudo, a FUNASA não tinha os dados consolidados para serem divulgados oficialmente.

Para a socióloga do ICR, a parceria com a Secretaria Estadual de Saúde *“permitiu que o trabalho com a equipe multidisciplinar contribuísse para a redução*

da mortalidade infantil nas aldeias indígenas de Parelheiros que era bastante expressiva até o momento de nossa ação junto a essa comunidade” [entrevista realizada em março de 2003].

Desde 2001, com a municipalização plena da saúde, iniciou-se a discussão entre a SMS/SES/FUNASA para a inclusão dos povos indígenas do município na gestão da atenção básica, sem a participação de lideranças indígenas nesse processo. No final do semestre de 2003, o convênio da FUNASA com a Fundação da Faculdade de Medicina que mantinha a equipe multidisciplinar e a parceria com o ICR foi interrompido intempestivamente. Quando a prefeitura de São Paulo assinou a gestão plena do SUS com o Ministério da Saúde, o governo do Estado, em meados do mês de julho, recolheu o recurso orçamentário disponível para o pagamento da equipe contratada para exercer o atendimento à saúde das aldeias em Parelheiros, procedendo à demissão dos profissionais que constituíam a equipe por rescisão de contrato, restando somente os profissionais ICR que são funcionários públicos.

Nesse cenário, com o súbito rompimento do contrato relativo à equipe multiprofissional que prestava atendimento à saúde da comunidade indígena do Morro da Saudade e Krukutu, houve por solicitação da coordenação do Programa de Atenção à Saúde das Populações indígenas de Parelheiros (seção de assistência comunitária ICR HC/FMUSP) uma reunião no interior da aldeia Morro da Saudade, com a presença de representantes da FUNASA, da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo; da coordenação e supervisão técnica do ICR (HC/FMUSP), equipe contratada pela FFM; 2 agentes de saúde indígena (F.Rondon); e lideranças das aldeias Morro da Saudade e Krukutu, tendo justificado ausência as duas representantes da procuradoria, ambas da Procuradoria Geral da República. A reunião aconteceu em 23 de julho de 2003, ficando acordado entre todos os presentes a utilização de gravador pela equipe do ICR, para posterior elaboração de Ata de Reunião que seria encaminhada

a todos os presentes para aprovação. Esse documento foi aprovado e distribuído como documento oficial do ICR a todos os parceiros das comunidades indígenas de Parelheiros. Pela riqueza dos registros apontados pelas lideranças indígenas durante essa reunião, julgamos importante utilizar esse documento no corpo de nosso trabalho de forma a espelhar as dificuldades que os Guarani-Mbya do Município de São Paulo ainda enfrentam no atendimento à saúde em virtude da burocracia estatal ou municipal em todos os setores oficiais de que dependem, apesar da legislação favorecer o atendimento diferenciado para essa sociedade. Por outro lado, é interessante observar como as lideranças necessitam apreender as nuances que envolvem os setores públicos municipais ou estaduais de que dependem.

A reunião é iniciada pelo coordenador da equipe do ICR que retoma o trabalho realizado desde outubro de 1998 pelo ICR, com o compromisso de proporcionar assistência à saúde para as duas comunidades indígenas de Parelheiros, tendo entre outros objetivos a redução da mortalidade infantil. O cacique da aldeia Morro da Saudade ao se manifestar revela uma grande preocupação com a situação atual em sua comunidade dizendo *“uma equipe sai, e não há outra para o seu lugar. Lembra que a doença não espera, ela acontece do dia para a noite, de uma hora para outra. Montar uma equipe e trabalhar com Guarani, não é tão fácil, não porque somos ruins, mas porque somos diferentes, de uma cultura diferente, e o atendimento tem de ser diferente”*. Quando houve discussão sobre a mudança política na assistência da saúde indígena, São Paulo demorou a se posicionar, mas nunca participei de conversa em que me dissessem que o atendimento passando para o município a equipe aqui iria sair da aldeia. Nunca houve condição para que pessoas do município assumissem o serviço. A manifestação da comunidade é o mais importante, o pessoal do ICR deve ficar, a comunidade não vai aceitar a troca”. [documento de reunião realizada em julho 2003]

O representante indígena do Conselho Indígena de Saúde para São Paulo e que também é morador do Morro da Saudade concorda com a fala do cacique e acrescenta... *" a burocracia do Juruá é muito complicada, demorada, não gosta, mas tem que aprender a conviver com isso, e que se a transição acontecer tem que ser feita de forma civilizada"*. Com relação à demissão da equipe que assistia às aldeias fala: *"não se deu satisfação aos índios, a médica por exemplo trabalhou um dia, e no outro estava despedida. O índio merece satisfação, uma explicação do que acontece. Juruá deve mostrar mais civilização. Sabemos que temos que nos entender com a prefeitura que é nosso primeiro vizinho, mas estamos vendo que a coisa não é bem do jeito que falaram. Parece que só pensam em dinheiro, o que queremos é saber quem e como vão trabalhar aqui. O dinheiro? Juruá se vira, ele aparece, o importante é que o nosso direito seja respeitado"*. A liderança indígena com assento no Conselho aproveita a presença da representante da FUNASA e lembra que na última reunião do Conselho Regional de Saúde Indígena ocorrido no sul no início de 2003, e no qual esteve presente, foi denunciado que *"a Fundação Rondon teria mandado um carro para atender a comunidade indígena, e ninguém da comunidade viu. Onde estão os carros? Será que a FUNASA não está muito aberta? Não está na hora de fechar?"*. Soubemos posteriormente, em conversa com os agentes de saúde, que os carros seriam duas peruas Kombi destinadas às respectivas aldeias, com o compromisso de utilização exclusiva para deslocamentos no atendimento à saúde da população moradora.

Uma outra fala interessante que ocorreu ao longo dessa reunião reforça a necessidade da capacitação de profissionais de saúde com povos indígenas, cujo problema muitas vezes está na falta de sensibilidade do profissional. É relatado então por uma outra liderança o atendimento realizado na aldeia Krukutu pela médica contratada pela FFM, diz a liderança: *"uma índia,, trouxe a filha para o posto, e não explicava o que tinha a filha. A médica que estava atendendo como tinha a boca dura disse: então o que você veio fazer aqui? Acontece e todos sabem que essa pessoa é muda. Como ela iria falar? A paciente ficou brava, muito brava"*. Nesse momento uma outra liderança lembrou também que

"não foi nada fácil para essa equipe do ICR entender como os Guarani são e como devem ser tratados, e, isso só foi possível devido ao interesse da socióloga, e do médico, que sempre investiram para formar uma equipe boa, e trabalhar nas aldeias. Muitos problemas surgiram, e foram se resolvendo aos poucos. É preciso lembrar que sempre houve índio e sempre eles foram colocados de escanteio". [documento de reunião realizada em julho 2003].

Como encaminhamento dessa reunião a equipe profissional do ICR dispõe-se a continuar prestando o atendimento uma vez por semana na aldeia Morro da Saudade, e uma vez por semana no Krukutu, constituída de dois médicos e a socióloga, mas que isso deveria ser renegociado com o vice-diretor da Faculdade de Medicina da USP. Pelo governo de Estado, a representante da Secretaria de Saúde afirmou na reunião, que a contratação dos motoristas pela FUNASA, e dos agentes indígenas de saúde pela F.Rondon, não sofreu nenhuma alteração, *"isso é conquista à parte"*. Não foi garantida a continuidade de uma equipe tão completa como a que vinha trabalhando até o momento, mas a representante pelo governo do Estado afirmou ser necessário estabelecer prioridades devido a restrições orçamentárias. Sugeriu como proposta que o ICR continuasse na coordenação da atenção da saúde indígena em Parelheiros, lembrando que esse encaminhamento deveria ser levado à apreciação tanto do Secretario Municipal de Saúde, como também à Procuradoria Pública, que sempre se posiciona a favor do que julga melhor para os índios.

Transcrevemos considerações da parte da FUNASA em que o seu representante reafirmou na reunião o compromisso da *"presença dos profissionais do ICR para com a assistência à saúde nas duas aldeias"*. Este representante reiterou ainda que até o desfecho desse processo entre Prefeitura Municipal e Secretaria de Estado, *"a FUNASA é o canal oficial de comunicação, e que durante essa fase a instituição enviará diariamente às aldeias uma equipe composta de uma médica, uma dentista, uma enfermeira, todas funcionárias da*

Coordenação de Saúde Indígena /FUNASA/São Paulo, para prestar assistência complementar nas duas aldeias". [documento de reunião realizada em julho de 2003].

Da parte indígena, o cacique da aldeia Morro da Saudade terminou a reunião com colocações que julgamos extremamente importantes registrar apontando uma postura política contundente e crítica com relação à negociação da passagem da municipalização da saúde e a ausência das lideranças indígenas nas discussões, afirmando que *"a solicitação dos índios ali presente é a mesma da comunidade: ... "os profissionais do ICR devem permanecer na coordenação do programa. Afirma que a palavra de índio é válida e eu quero daqui para frente participar de qualquer reunião de negociação"*. [documento de reunião realizada em julho de 2003]

É importante mencionar que o processo de transição não foi assim tão simples. Outras entidades institucionais como a Universidade de Santo Amaro (UNISA), e, a Escola Paulista de Medicina (EPM) mostraram interesse em assumir a coordenação do serviço de saúde daquela comunidade. Notou-se que houve um vácuo, um hiato nesse período.

Por cerca de duas semanas, profissionais da EPM estiveram presentes na aldeia para prestar atendimento, mas não houve aderência da comunidade; a população não se deslocava até o posto para receber qualquer atendimento. Notou-se um despreparo abismal dessa equipe no contato com a comunidade indígena Guarani. Pudemos observar em nossas visitas de campo, a dificuldade que aquela equipe da EPM enfrentou no relacionamento com as lideranças, devido ao despreparo, ao desconhecimento da cultura Guarani. Em uma de nossas visitas, estávamos reunidos com três lideranças numa das salas no interior do posto de saúde para ajustarmos os últimos detalhes de uma semana Guarani que estávamos organizando na PUC de São Paulo, quando uma médica adentrou pela sala sem qualquer restrição ou ponderação,

dirigindo à minha pessoa perguntas sobre o valor monetário do programa renda mínima pago para cada família, tentando identificar os valores recebidos com as próprias lideranças ali presentes. Pudemos perceber que não havia diálogo entre os profissionais da EPM e a comunidade indígena, os agentes de saúde indígenas também se mostraram bastante constrangidos com a nova equipe.

Quanto à participação da UNISA no atendimento à saúde indígena seria compreensível essa parceria se tomarmos como elemento principal a proximidade daquela Faculdade com as aldeias. Em termos de regionalização teria uma certa coerência, uma vez que o Hospital Escola da UNISA é o hospital de Grajaú, de maior proximidade com as aldeias. Entretanto, para o atendimento indígena, essa possibilidade não é viável uma vez que a rotatividade dos profissionais desse hospital escola é bastante alta, não havendo possibilidade de fixação, o que exigiria assessoria antropológica permanente entre os diferentes profissionais, bem como outras ações no sentido da garantia do respeito às tradições culturais Guaranis.

Após algumas semanas de impasse com relação ao atendimento da saúde indígena em Parelheiros, a equipe do ICR é informada no mês de agosto pela FUNASA da impossibilidade da continuidade do convenio com FFM para a contratação da equipe multidisciplinar, mas reafirma a parceria com o ICR no atendimento, uma vez por semana, em cada aldeia, com uma equipe bem reduzida (dois médicos e uma socióloga) tendo como apoio nas aldeias, os agentes de saúde indígena.

Para a socióloga do ICR, a Prefeitura Municipal ao assinar a gestão plena com o Ministério da Saúde, *"passou a ter responsabilidade da atenção primária à saúde e tentou incorporar o atendimento da saúde indígena no mesmo sistema da assistência da rede municipal, ignorando que a atenção especial à saúde indígena era uma*

conquista. Houve uma pressão muito forte das aldeias de Parelheiros na Secretaria Municipal de Saúde, até que o anterior Secretário (da gestão Marta Suplicy) retrocedeu e retomou a parceria com a FUNASA". Novamente, é importante mencionar o desconhecimento dos gestores de políticas públicas com a questão indígena, que a ausência de uma boa assessoria leva à tomada de atitudes que comprometem todo um trabalho, um processo de construção com o programa que estava sendo desenvolvido com aquela comunidade indígena. A profissional do ICR ressalta ainda na entrevista que "a prefeitura não precisaria abrir mão de nenhum recurso orçamentário para continuar com o convenio entre FUNASA e ICR, porque existe um recurso especial para atenção da saúde indígena no Ministério da Saúde e que entra no orçamento da prefeitura". [entrevista de março 2004].

Perguntamos como foi a postura da FUNASA nesse processo, como ela reagiu, uma vez que cabe a essa instituição gerir o subsistema de atenção à saúde indígena, articulado com o SUS. *"A nossa percepção é que a FUNASA tentou negociar o tempo todo da melhor maneira que ela considerou, isso sem exigir uma postura imediata da prefeitura que pessoalmente deveria ter acontecido. Na verdade para a FUNASA era confortável essa situação até porque em outros municípios já haviam delegado a responsabilidade da atenção primária da saúde das populações indígenas para as prefeituras" [entrevista de março 2004].*

Apesar de todo esse conflito entre as esferas de governo, que de certa forma desestruturou o trabalho de rotina da equipe do ICR, os agentes de saúde indígenas continuaram a desempenhar sua função, encaminhando os doentes da aldeia para a UBS de Parelheiros ou em casos mais graves para o Hospital de Pedreira. Quando perguntamos aos agentes de saúde indígenas como eles se sentiam em relação às decisões que tinham que tomar, sem ter o respaldo dos profissionais do ICR, um dos agentes respondeu que *"a qualificação dele como agente de saúde é bastante precária e diz que participou apenas de um curso e não pode ingressar em outros porque a FUNASA não tinha recurso financeiro, então a gente está parado. Eu nem fiz nada, o*

primeiro curso que a gente fez não vai valer, vai começar tudo de novo. Vão entrar novos agentes de saúde. Eu gostaria de fazer o curso de auxiliar de enfermagem, depois de enfermeiro até médico. A gente pensa alto mas tem que começar por baixo. Nós agentes de saúde trabalhamos mais mesmo é com documentação, com papel. Fazer o curso vai ser bom. Quando os outros agentes forem escolhidos e fizermos esse curso com cinco módulos, vamos depois ser avaliados. Um vai ser auxiliar de ortopedista, outro auxiliar de pediatra, outro auxiliar de enfermagem, essas coisas. Não é ficar um dia e já está aprovado, vai ter mesmo que estudar, vai ter aula pratica e aula teórica. Na prática a gente está bem, na teoria precisamos mais explicação. É como falei trabalhamos mais com papel... A aldeia cresceu muito, sempre chega mais pessoas aqui, e está nascendo muita criança, aumentou a população infantil e nós precisamos fazer um trabalho diferente precisamos dar informação, precisamos ensinar as pessoas, e para isso precisamos primeiro aprender”.[entrevista de março 2004].

Fomos informados em uma das visitas na aldeia, nos primeiros três meses de 2005, pelos profissionais do ICR “que somente no final do ano passado, em dezembro de 2004 é que a FUNASA conseguiu recurso orçamentário via Ministério da Saúde e prefeitura (pela SMS), para um novo financiamento, o que permitiu a gente começar a contratar uma nova equipe. Até o momento temos tido dificuldade de contratação de médico. A expectativa é de reorganizar o atendimento dentro do modelo que vinha sendo atendimento entre 2001/2002, e que a saúde daquelas comunidades venha a melhorar. [entrevista de março de 2005].

O Agente de Saúde da aldeia Morro da Saudade alerta também para a dificuldade que enfrentam com a freqüente mudança de profissionais na área de saúde para trabalhar na aldeia (caso da equipe multidisciplinar), e da dificuldade de relacionamento que se estabelece pela ignorância dessas pessoas para com a cultura indígena. A esse respeito diz “também temos que ter tempo para conversar com o pessoal da saúde porque às vezes chegam uns médicos aqui contratados que não conhecem o costume aqui da aldeia e já chegam dando ordem, mandando as pessoas fazerem isso ou aquilo. Falar que uma criança não pode fumar

cachimbo ou que não pode ficar em volta da fogueira é ir contra a nossa cultura, não sabe que a fumaça não faz mal pra gente é como remédio. Os médicos e as outras pessoas que vem aqui trabalhar tem que saber como vivem os índios [entrevista de março 2004].

Com relação à questão abordada pelo agente de saúde acerca do conhecimento da cultura Guarani e o estabelecimento da relação de confiança, a socióloga do ICR comenta que “quando o ICR dá início ao trabalho na aldeia, não foi nada fácil, o Guarani aprendeu a acreditar na gente e a aceitar a nossa presença a partir do momento que perceberam que a redução da mortalidade era possível. Quando passaram-se dois, três meses ou mesmo um mês sem morrer criança, a gente ganhava um ponto positivo. Apesar de não ser a nossa filosofia de trabalho, a gente no momento inicial se dispôs a cuidar basicamente da assistência. O trabalho do médico coordenador era atender a demanda por opção, porque a gente via que a demanda era atender, nós queremos a assistência e enquanto isso muitas vezes ajudava o médico em coisas que dá para fazer, mas a maior parte do tempo eu ficava tentando conversar com um com outro, com as mães, as pessoas mais idosas. Uma das primeiras pessoas que conheci e que abriu muito a possibilidade de trabalho nosso lá na aldeia foi a D^a... uma das índias mais velhas e que faleceu ano passado (com mais de 100 anos), brincadeira com as crianças, conversa com um com outro que tinha disponibilidade para estar conosco, ou mesmo aqueles que conseguem se expressar melhor no português, e a FUNASA logo que começamos implantou o trabalho do agente indígena de saúde, o que permitiu esse conhecimento. O nosso maior problema realmente era não deixar morrer criança. A cada morte que acontecia era muito difícil para gente, a exigência do atendimento era cada vez maior, era difícil eles entenderem que a gente estava ali numa ação enquanto profissionais de uma outra instituição e que nós não tínhamos nenhum outro tempo disponível a não ser um dia da semana em cada uma das comunidades. Daí a importância de uma equipe multidisciplinar, de encontrarmos profissionais que possam estar na aldeia diariamente. No passado chegamos a desenvolver algumas atividades de educação em saúde com as professoras não guarani da escola estadual, para elas estarem desenvolvendo junto com os alunos, mas isso era muito incipiente” [entrevista de junho de 2003].

A indigenista da FUNAI comentou que no passado a *"saúde daqui da aldeia não tinha nenhum apoio, nem mesmo da FUNAI, só Nhanderu (Deus), mesmo é que pode dizer como essa comunidade conseguiu sobreviver até hoje"* [entrevista realizada em fevereiro 2004].

7.3 A saúde indígena e a renda mínima no Morro da Saudade

Das doenças que mais acometem essa população, a socióloga do ICR tece comentários sobre *"aquelas relacionadas com a higiene pessoal, até porque para os índios segundo a concepção que nós temos, é muito difícil, estar sujos ou a própria sujeira para eles é uma coisa diferente. O contato pessoal é diferente. O cuidado com a escabiose por exemplo com uma toalha de banho, já é diferente, porque a toalha muitas vezes não existe, é um pano ou uma roupa com a qual enxugam o corpo, e não tem o hábito de ter essas peças individualizadas. A questão do tratamento maciço, por exemplo se eu tenho um pouco de escabiose na pele e moro com você, a gente vai ter um certo cuidado até para você se prevenir. No caso dos indígenas isso não ocorre, se isso acontece será o ultimo a se cuidar"*. [entrevista realizada em março 2004].

Um outro problema identificado, além das questões ligadas à higiene pessoal e do ambiente doméstico, foi a questão dos animais. Segundo a profissional, desde o início do trabalho na aldeia, *"já tínhamos percebido que os animais eram muito contaminados, morrendo em decorrência de complicações de escabiose. A solução que encontramos foi fazer uma parceria com a Escola de Veterinária da USP que nos ajudou muito fizeram diagnostico dos cães e gatos e detectaram um tipo de escabiose nos cachorros que é o tipo transmissível para o homem e até hoje fazem o trabalho de tratamento nesses animais, que tem ajudado na redução. Isso aliado ao trabalho de educação que estamos fazendo e que muitas pessoas da comunidade hoje tem, vamos dizer assim, tem um cuidado melhor com a sua higiene pessoal. O trabalho com o pessoal da Veterinária da USP ajudou muito, nós não conseguimos exterminar a doença nem nos animais, até porque o animal na concepção indígena é da natureza, vive solto, então não é sempre que se consegue completar o ciclo de tratamento em todos os animais, e a reinfestação também é grande, mas*

o problema podemos dizer que está bastante minimizado. [entrevista realizada em março 2004].

A melhoria do estado de saúde da comunidade indígena não está restrita a atenção à saúde, depende também de um conjunto de atividades que deve contemplar práticas sanitárias, administrativas e gerenciais importantes, que fazem parte do conjunto de ações imprescindíveis para a prestação da assistência. A Fundação Nacional de Saúde direciona ações de saneamento para as comunidades cujos indicadores de saúde denotam a presença de enfermidades causadas pela falta e/ou a inadequação de saneamento. A instituição realizou nas aldeias de Parelheiros, além de outros trabalhos, obras para o abastecimento de água, além de melhorias sanitárias como tanques, pias, fossas sépticas e vasos sanitários. Com a utilização de água potável, *"a expectativa é diminuir os índices de incidência de doenças como diarreias e parasitoses"* (Ministério da Saúde 2004, p.24-27). Para a socióloga do ICR, *"a própria estrutura da FUNASA coloca o saneamento como o setor diferente daquele que está fazendo a assistência à saúde. A comunicação entre os dois setores vamos chamar assim,... é difícil. Apesar da possibilidade de água na aldeia, até hoje temos problema com o sistema implantado, recentemente nós tivemos problemas na aldeia Krukutu, ficamos quase um mês sem água. Não chega água nas torneiras, a situação chegou ao ponto que tanto o enfermeiro e o médico não tinham como lavar a mão... e aí a gente fala com a FUNASA, e dizem vou ver... a direção da saúde indígena manda ligar para o saneamento, e vem uma pessoa....que volta daqui um mês e não resolve o problema, até que a gente mandou por escrito, formalizando para os dois setores, e o problema foi resolvido rapidamente. Muitas vezes o CECI, que também tem caixa d'água, chegou a emprestar água, mas da última vez que isso aconteceu até a creche ficou sem água. [entrevista realizada em fevereiro 2005].*

Para o agente de saúde indígena que trabalha no posto de saúde da aldeia desde o ano 2000, das doenças que acometem os adultos na aldeia Morro da Saudade não considera que tenha doenças graves, mas *"quem*

sofre mais é mulher depois que ganha nenê. A mulher sempre tem dor de barriga, não sei se é estomago, e isso sempre tem. Não sei o que é. Tem que fazer exame, às vezes não passa, e às vezes é espiritual, tem que passar no pajé, aí faz remédio e às vezes passa. Comenta também que no inverno às vezes tem ocorrido casos de tuberculose, mas "isso ocorre porque a pessoa vive com alguém que já teve esse problema, e pode não ser daqui da aldeia. Pode acontecer de um adulto ir para qualquer lugar em outra aldeia, ter contato com alguém que já ficou doente, que já sarou e está ali. Quando retorna para nossa aldeia, traz essa doença e pode passar para outra pessoa. Como agente de saúde tenho a responsabilidade de dar medicamento para esse doente, e você tem que fazer o controle, tem que levar todo dia a medicação e acompanhar para ter certeza que ele tomou, tem que estar olhando, se deixar ele joga tudo fora e não toma" [entrevista realizada em março de 2004]

"..... agora com as crianças temos muitos casos de desnutrição e é bastante, a gente recebe doação, algumas famílias recebem aposentadoria, outras tem a renda mínima para comprar alimentos, mas tem falta de orientação para essas mulheres. Olha tem fubá, tem farinha, tem mingau, tem trigo, mas se a gente não orienta não faz. Aí em vez de dar comida, dá o leite, o salgadinho ou o guaraná. A gente briga com elas e dá bronca... Aí depois uma semana faz comida, faz comida mesmo. A gente ajuda, mas tem pessoas que precisa mesmo que a gente vai lá todo dia falar, vou dia sim dia não, se não fica assistindo televisão e não faz mais nada. Na segunda eu vou, na terça vai o outro atente indígena, e vai assim, vamos acompanhando para não ter que ficar doente quando a criança é desnutrida. Quando a criança vai ao hospital, assim que volta, a gente tem que acompanhar [entrevista realizada em março 2004].

Uma outra liderança ligada ao desenvolvimento das atividades culturais indígenas comenta que... apesar de não ser da área de saúde percebe que frequentemente as crianças pequenas, os bebezinhos são atingidos pela pneumonia no período de inverno, e que sobre a saúde é melhor mesmo o agente indígena falar" [entrevista realizada em março 2004].

Comentamos com o agente de saúde, a informação que recebemos do pessoal do ICR sobre a observação de famílias beneficiárias do PGRFM

cujas crianças estão apresentando quadro de desnutrição, e de mães gestantes com anemia que estão recebendo atenção especial no acompanhamento de sua saúde. O agente de saúde fica extremamente constrangido com a observação e diz..."*eu não gosto muito de falar mas isso é verdade, quando o marido recebe o dinheiro ele gasta de qualquer jeito..e tem uma outra coisa, muitas vezes a mãe não faz comida para essa criança que precisa mais atenção, ou não faz direito ou por falta de orientação ou por preguiça mesmo. Pra falar a verdade é a televisão que está prejudicando. Tenho certeza que isso prejudica um pouco também, porque em vez de fazer alguma coisa, já senta e diz pra criança come rapidinho porque quer assistir alguma coisa, já sei, sobre isso também, e isso prejudica muito. O cacique e mesmo o mestre xondaro, já falaram um monte de vezes na Casa de Reza para cuidar primeiro da criança do que ficar assistindo televisão. Não é proibido, mas tem que manejar um pouco, se não, não dá. Coloca no colo, dá o leite, depois vai olhar a televisão, a criança já não quer mais leite, chora, aí a mãe bate, mas ela tem que trocar o nenê fazer a sopinha, fazer o suco, nós temos a banana, o limão aqui na aldeia. A gente procura dar orientação, mesmo que não queiram, que não gostem, é nosso trabalho a gente orienta todo o dia.*[entrevista realizada em março de 2004].

Um dos profissionais da saúde do ICR relatou informalmente que é necessário levar em conta a complexidade das relações de parentesco, onde a característica da solidariedade é marcante. Foi relatado um caso de uma família beneficiária do PGRFM, que a titular grávida estava apresentando quadro de anemia. Problemas internos na família impediam a melhoria da qualidade da dieta daquela família. A beneficiária estava dividindo o valor do benefício com uma outra parente, no caso uma irmã, (também beneficiária do programa), pois o marido havia contraído dívidas em uma casa comercial na cidade através do sistema de prestações. Foi comentado, também, que em outras famílias o pagamento de prestação pela aquisição de eletrodoméstico dificultava o acesso a uma dieta mais equilibrada. Em casos mais agudos, o pessoal do ICR procurava dar um atendimento diferenciado acompanhando mais atentamente os casos mais

graves, inclusive solicitando às outras instituições que desenvolvem projetos na aldeia voltados à alimentação de crianças na rede escolar de fornecer a mesma dieta para essas pessoas identificadas pela saúde, e que necessitam de atenção especial.

Dos diversos projetos que são hoje desenvolvidos na aldeia, a socióloga do ICR aponta como positiva *“a contratação da gerente do CECI por ser uma ex-professora da escola estadual existente na aldeia. Essa situação foi positiva, pois ela já conhecia o nosso trabalho. E com isso a gente tem a liberdade, e ela própria se dispôs a ajudar, de encaminhar para ela nomes de crianças que são realmente crianças desnutridas que é preciso investir, que a mãe precisa ser ajudada para levar a criança para comer, porque se não for orientada, não vai, porque não são todas famílias, todas as crianças que estão freqüentando o CECI. Existem muitas famílias que acham que aquilo é coisa de não índio e preferem não ir. Têm mães que tem vergonha daquela questão da comida coletiva, de famílias comerem junto. E com a gestora, a gente tem conseguido uma combinação assim... olha fulano está precisando, então nós pedimos para um agente de saúde vir aqui, pegar comida por um determinado período, você fornece... vamos fazer a mãe acostumar... dar para a criança, para ver se devagar a gente consegue trazer a mãe para comer aqui. Esse sistema tem funcionado para a maioria das famílias mais resistentes em freqüentar o Ceci”*. [entrevista realizada em janeiro 200]).

Lamentavelmente, comenta a profissional do ICR *“não foi possível desenvolvermos um trabalho conjuntamente... quer dizer o ICR e o PGRFM, naquelas ações sobre Hábitos Alimentares com a comunidade indígena. Alguma coisa fizemos, a gente conseguiu organizar uma compra, por exemplo, você e a Cristina (a indigenista da FUNAI), experimentamos a compra coletiva com uma série de problemas é verdade, mas infelizmente não houve tempo e continuidade para reforçar esse tipo de comportamento para que virasse um aprendizado. É claro que não foi só devido à falta de tempo ou de organização, acho que teve uma série de intercorrências inclusive no nível da própria comunidade, e infelizmente das instituições, com afastamentos dos técnicos, mudanças de pessoas, ausências. Para um trabalho com indígena é importante ter uma constância do profissional.”* [entrevista realizada em janeiro, 2005]

Nós do ICR *"sempre vimos a renda mínima como algo muito positivo para a comunidade porque a nossa principal preocupação foi sempre a mortalidade, como consequência de um processo de desnutrição. Quanto à questão do atendimento nutricional, podemos dizer que nas crianças, 90% dos problemas de saúde estão relacionados à questão de deficiência nutricional. Alguns adultos também apresentam problemas, mas isso ocorre mais em gestantes. Temos também adultos obesos e na sua maioria são mulheres. Nesses casos é uma obesidade por um hábito alimentar inadequado, pela ingestão de farinha, doce, refrigerante, açúcar, que foi muito assimilado pelos indígenas em contraposição ao sal que até hoje eles relutam em aceitar, em usar. Tínhamos uma expectativa positiva do trabalho de vocês, com a possibilidade de introdução pela compra de mais alimentos. E com isso outras ações iriam surgir, como a possibilidade de orientar consumo, de melhorar a divisão de alimentos internamente, de orientar na valorização da importância do alimento para a gestante, para o idoso, e para crianças acima de seis meses, de forma que pudessem receber uma alimentação mais adequada para além do leite materno. Quando o ICR inicia o atendimento à saúde na aldeia, a grande maioria das famílias tinha por hábito dar o peito até a criança ter três anos de idade, havia uma grande resistência de inserir alimentação além do leite. Ao longo desses anos todos, conseguimos hoje que um pouco menos da metade das crianças menores de cinco anos, receba uma alimentação além do leite materno em torno de oito meses a um ano de idade, daí até mais ou menos dois anos, para que a introdução do alimento seja realizada. [entrevista realizada em março 2004].*

Nas crianças, do nascimento até a idade de 10 anos, é na faixa entre seis meses três anos de idade que a ingestão do ferro é essencial, pois é nesse período que ocorre proporcionalmente maior aumento de massa corpórea, maior crescimento do tecido consangüíneo e onde se observa proporcionalmente maior percentual de crianças anêmicas, pois o desmame é um processo que deve ser realizado por etapas, iniciado aos seis meses e finalizado aos dois anos de idade, pela introdução de alimentos apropriados. (Ministério da Saúde 2004, p.127-9)

Ao abordar essa questão da expectativa da saúde com relação à renda mínima e alimentação, perguntamos à socióloga do ICR se

amamentação prolongada é uma prática tradicional, e se é correto afirmar que as crianças não tinham esse problema de desnutrição no passado porque haveria algum alimento que era introduzido e que hoje não é mais possível pelas condições ambientais em que essa comunidade está submetida hoje de fato. A entrevistada confirma dizendo *"sim, no passado eles tinham a mata, havia a fruta e as crianças absorviam elementos importantes do ferro, havendo consumo de vitamina C, por exemplo, atualmente eles convivem com a impossibilidade de existência de pomares para obtenção de frutas ou de roças com verduras. No passado podiam exercer também a prática da caça e assim ingerir proteínas, e hoje não tem mais nada, fica só no leite. Com relação a caça, eles exercem a caça do gambá e eu acredito que a ingestão dessa caça seja mais comum do que a gente pensa, porque eles percebem que a gente tem um certo preconceito em relação ao gambá. Certa vez me chamaram para comer,... uma outra vez mostraram como fazem para tirar o cheiro quando abatem o animal, mostrando que a carne não fica mal cheirosa, quase que um convite para uma próxima vez. Eu acho que eles escondem de nós essa prática, pelo relato deles, essa é a caça que existe por ali em maior abundância. O problema do solo para outros alimentos é sério, há uma necessidade de correção do solo, houve várias tentativas de outras organizações na correção do terreno, mas acredito que eles não estão convencidos disso. A questão para o Guarani, para esse grupo, é o reflorestamento e a reconstituição do ambiente. Hoje se pode perceber através de intenções bem individuais que algumas poucas roças como a do ex-cacique, por exemplo, que consegue colher abacaxi, mandioca, feijão, mas em quantidade reduzida, isso sem pensar na dificuldade do espaço para plantar, para o cultivo".* [entrevista realizada em março 2004].

Ainda com relação à melhoria da qualidade nutricional na aldeia Morro da Saudade, a absorção de alguns fatores essenciais na dieta alimentar poderia ser complementada com a criação de peixes no açude que existe na aldeia. Entretanto apesar dos esforços de outros parceiros que doaram alevinos de tilapia e iniciaram o processo de criação de peixes, a socióloga do ICR comenta que na aldeia Morro da Saudade houve um problema no açude no ano passado (2004), e que *"no período de muito frio e muita chuva no mês de setembro houve a questão de inversão térmica da água, a*

saída de água do açude não conseguiu suportar a quantidade de água da chuva, uma boa parte dos peixes foram embora com a água e uma outra por alguma razão de contaminação morreram. Técnicos da Faculdade de Veterinária da USP fizeram um diagnóstico do problema, encaminharam para a FUNASA, sugerindo o aprofundamento ou a construção de um outro açude, com normas mais adequadas para suportar esses fenômenos. Então hoje no Morro da Saudade a criação de peixes ainda é um sonho. A pesca na represa Billings é realizada por eles, mas a gente da saúde reza até para que não consigam pescar, porque a poluição é muito grande. [entrevista realizada em janeiro de 2005].

Um dos agentes de saúde indígena beneficiário do PGRFM nos relatou que, para a aldeia, o PGRFM *ajuda muito mesmo, mas a maioria das pessoas não sabe gastar também. Pior de tudo é isso, poucos sabem como gastar o dinheiro que recebem. Outros sabem aproveitar, compra roupinha para as crianças, cesta básica uma ou duas... Outros gastam em coisas que não precisam. A gente fala, poucos são aqueles que aproveitam, mas a maioria a gente fala, o cacique também não tem mais controle...Quando as pessoas estão doentes e vem aqui, eu procuro conversar, elas me ouvem, mas é o que eu disse, compram o que não precisam. O cacique fala lá na "Opy", não vão gastar de qualquer jeito, compra coisas para as crianças, compra nas suas casas comidas e roupas para as crianças, não gastar a toa com bobagens, isso ele não quer, sempre fala isso [entrevista realizada em março de 2004].*

Uma outra liderança indígena comentou no mesmo momento "que na parte de alimentação a renda mínima melhorou um pouco. A sobrevivência das pessoas depende mesmo é só da renda mínima. Guarani não tem costume de procurar emprego, mas quem sabe daqui uns tempos a gente precisa ir procurar essa coisa de emprego. [entrevista realizada em março 2004].

Uma outra liderança, também faz comentários acerca do tema dizendo "olha toda essa questão que está sendo falada é verdade, mas também é preciso dizer que nós temos uma sabedoria, que é o ensinamento ... como é que nós podemos estar plantando e melhorando na alimentação das crianças... agora para 2004 estamos pensando em fazer uma roça comunitária, mais afastada, e uma outra idéia é de cada morador plantar

coisas no seu quintal também. Temos que tentar trabalhar com o plantio de hortas para apoiar na alimentação das crianças. No meu caso, a renda mínima ajudou muito, tenho seis filhos e comprei coisas de vestuário, material escolar, nesse sentido foi bom. Em casa gasto mais com alimento para as crianças, porque compro mais é carne, uns gostam de carne de porco, outro come frango, tem um que não come nada, tem que variar tem outro que gosta de costela de boi assada. Não é sempre isso, mas quando o dinheiro dá a gente compra.[entrevista realizada em março de 2004].

Ao perguntar para um dos Agentes de Saúde se a autoridade do cacique foi afetada com o PGRFM, se no período em que não havia a possibilidade do recebimento mensal de dinheiro a comunidade acatava mais as orientações do cacique, o agente de saúde respondeu que “nas decisões individuais o comportamento das pessoas seria o mesmo”. “O cacique sempre fala, avisa que a gente recebe esse dinheiro, mas que não é assim vida inteira. Avisa que é só até um ano, até acabar o governo da Marta. Vamos supor até que vem outro prefeito, vem outro alguém, é lógico que não vai querer saber mais da gente. Renda mínima pra índio? Outra pessoa que chegar pode não querer fazer mais nada pra índio não. A comunidade aqui sabe disso, o cacique avisa, se vocês não souberem gastar, vão perder dinheiro. A gente ouve um monte toda a semana, o cacique dá muita bronca quatro, cinco vezes as lideranças falarem. Assim o pessoal quando acorda pensa mais onde gastar, se não falar nada, se não orientar é pior”. [entrevista realizada em março de 2004].

Colocamos então outra pergunta, se ao contrário de dar um cartão magnético bancário individual e uma renda diferenciada para cada família beneficiada, se o PGRFM tivesse feito a opção de apoiar a associação indígena, isso faria diferença? Para o entrevistado isso faria diferença com certeza, porque “aí o cacique tem mais controle, e isso combina mais com o cacique, com o vice-cacique, com os conselhos da aldeia. Aí, na conversa, vai falar assim: agora com a gente é assim: já que a gente fala tanto, tanto, e que vocês não sei o que..., agora a gente vai fazer diferente, vai fazer o contrário, assim todo mundo recebe um pouquinho, mas já vai poder ajudar todo mundo aqui da aldeia” [entrevista realizada em março de 2004].

As diretrizes que embasaram a proposta do PGRFM voltadas para a sociedade envolvente não abarcam as necessidades da sociedade indígena, e especificamente as da comunidade Guarani-Mbya do Morro da Saudade. No caso específico do município de São Paulo (população não indígena), a concepção do programa foi focada na melhoria das condições de vida das crianças e adolescentes, através da complementação de renda para suas respectivas famílias, de modo a atender as necessidades básicas de seus membros, tendo como contrapartida a permanência de seus filhos ou dependentes legais na escola. Além do objetivo de contribuir para romper com a reprodução intergeracional da pobreza (através da frequência escolar), outros objetivos permearam essa concepção, dos objetivos mais significativos identificamos a retirada de crianças em situações de vulnerabilidade a que estão submetidas nas ruas da cidade e o combate à desnutrição infantil. No caso das comunidades indígenas a concepção do programa poderia ter sido olhada do ponto de vista da base material dessa comunidade que é o espaço territorial e ambiental onde estão confinados. Teria sido imprescindível como contrapartida o monitoramento tanto nutricional como da saúde, do agregado familiar inserido no PGRFM.

Como a biodiversidade no espaço onde habitam sofreu um certo desequilíbrio ambiental, gerando a interrupção na cadeia alimentar, houve o desaparecimento de plantas nativas, e a fuga de animais de determinadas espécies nativas devido à falta de alimentação e de zonas de refúgio, para outras áreas da Mata Atlântica, ocasionando para esta comunidade uma grande dificuldade na extração de elementos básicos tradicionais para a manutenção de sua subsistência, pela escassez da caça, da pesca e coleta.

Ainda para as aldeias indígenas de Parelheiros, com a drástica redução territorial em que vivem, cerca de 26 hectares, a comunidade do

Morro da Saudade, está confinada em uma área improdutiva, de solo pobre em substâncias minerais nutrientes, o que impede a reprodução do seu modo de vida tradicional cultural devido a impossibilidade de não produzir milho suficiente para celebrar o “nomongarai”, o batismo do milho, (momento em que é atribuído aos membros dessa comunidade “nome-alma”), para o cumprimento de suas tradições culturais, e pelo sistema tradicional de manejo agrícola, caracterizado pelo cultivo itinerante.

Essas comunidades indígenas estão hoje restritas a um espaço onde “as condições ambientais para o desenvolvimento do conhecimento das técnicas, mitos e rituais, comportamentos e práticas que respondem a uma função adaptativa ao meio e reguladora da reprodução cultural estão comprometidas” (LEFF 2001, p.266).

Apesar dessa comunidade estar em terras legalmente demarcadas, o espaço que ocupam é de tamanho reduzido, e por outro lado esse fator dificulta e até mesmo obstrui o hábito do cultivo rotativo pelo território onde estão confinados. Esses fatores interferem sobremaneira nas práticas culturais, sociais e econômicas, bem como no modo de provimento da alimentação. Há casos em que para suprir as necessidades de comunidades indígenas em que sua estrutura produtiva foi drasticamente reduzida, “a FUNAI em casos mais graves, promove a distribuição de cestas básicas, de caráter assistencial” (SANTILLI 2000, p.110).

SANTILLI (2000), reforça ainda que o apoio da FUNAI às atividades produtivas dos indígenas é precário. A experiência tem demonstrado que aumentou o número de comunidades que abandonaram suas roças e dependem substancialmente do fornecimento das cestas básicas para garantia de alimentação. Isso acaba gerando impacto negativo nas aldeias, acirrando conflitos entre os grupos indígenas na distribuição de

alimentos, e acarretando danos à saúde dessa população com o crescimento de casos decorrentes da subnutrição. A proposta para o autor é concentrar esforços no sentido de preservar as práticas tradicionais de subsistência dos índios, restabelecer a produção agrícola, respeitando as características culturais e promovendo a sustentabilidade do território. A questão da segurança alimentar dos povos indígenas guarda relação direta com a política de saúde e com outras formas de produção econômica que não a simples subsistência, como a demarcação das terras indígenas que é a condição básica para implementação de políticas afirmativas de interesse dos índios.

As aldeias de Parelheiros foram, antes da introdução do PGRFM contempladas com cestas básicas da FUNAI e de outras instituições governamentais e não governamentais, além de doações de roupas, sapatos e outros utensílios que não fazem parte do universo indígena. A partir do momento em que passaram a fazer parte da política pública da prefeitura do município de proteção social, as lideranças comentam que houve uma drástica redução das doações, o que prejudicou as famílias não inseridas no PGRFM, e que sofreram um impacto negativo.

Nesse momento chamamos a atenção para a contrapartida de monitoramento epidemiológico das famílias beneficiárias, que poderia ter sido concebido com técnicos da FUNASA e ICR, implementados pelos profissionais do ICR com acompanhamento da SDTS através de assessoria antropológica. Retomamos o pensamento de BUCHILLET (2004), que recomenda a presença de assessoria antropológica na formulação e aplicação de programas ou políticas públicas destinadas à população indígena, devido sua qualificação para identificar o perfil epidemiológico e sanitário de uma população indígena. Essa contribuição poderia evitar que as respectivas diretrizes dos programas implementados não empobrecam

as dietas dessa sociedade contribuindo ao contrário de sua proposta inicial para deficiências carenciais como a subnutrição ou mesmo a desnutrição.

Também no caso das implicações do PGRFM sobre a saúde indígena, podemos revisitar as mesmas observações já assinaladas em outros contextos. Em primeiro lugar, a falta de uma visão intersetorial abrangente dos processos sociais e sanitários em curso nas aldeias indígenas, o que conduz à unilateralidade na ação. Concomitantemente, a ausência de um diagnóstico prévio que pudesse identificar os principais problemas enfrentados pelos indígenas e a interrelação particular entre os mesmos. Com isso, o PGRFM, assim como quaisquer outros projetos, acabou por implementar-se sem planejamento, tendo que ajustar-se às circunstâncias, apresentando-se como pretensas soluções a problemas mal conhecidos.

No caso do Morro da Saudade, como ficou acima demonstrado, o problema-chave é o da escassez da terra para a reprodução das práticas culturais dos Guarani e, portanto, para a sua própria sobrevivência. Sem a possibilidade de obtenção de alimentos, segundo os métodos tradicionais de agricultura itinerante e da caça, os indígenas se vêm confinados e submetidos a diversas formas de assistência e doações. Isso ocorre, em particular, com a alimentação, em que na falta de condições para a prática das formas tradicionais de subsistência, precisa ser suprida através de ações de caridade, como as cestas básicas, o que já vinha acontecendo antes da implantação do PGRFM. Embora pelas razões acima expostas, não houve maior atenção aos problemas nutricionais da comunidade, na prática, com o trabalho de esclarecimento pelo cacique, e do trabalho de orientação dos profissionais do ICR, e dos agentes de saúde indígena houve tentativa, esforço em melhorar pelo menos para os beneficiários do programa, as condições nutricionais e reduzir assim os processos de desnutrição, que já eram marcantes pelo confinamento em que se

encontra a aldeia. Porém, com a possibilidade do término do programa devido a troca de gestão municipal em 2005, e sem a resolução do problema estrutural da terra, a situação nutricional dos indígenas pode retornar provavelmente à situação anterior, sem ter conseguido desencadear um verdadeiro processo de mudança.

A desarticulação das políticas públicas e projetos dos diversos níveis de governo e a sua falta de foco em questões centrais da problemática indígena, bem como a ilusão, muitas vezes bem intencionada, a respeito da aplicabilidade dos programas de combate à pobreza gestados na sociedade envolvente, correm o risco de assimilar os problemas de reprodução social e cultural em meras situações de pobreza. Há assim, por via indireta, um exercício de avaliação em que as conclusões já se encontram embutidas nos seus pressupostos. Os problemas sanitários e nutricionais da Aldeia Morro da Saudade, ou são emergenciais, devendo portanto ser resolvidos através de intervenções imediatas, como cestas básicas ou urgências médicas, ou são problemas homólogos aos da sociedade envolvente, e então terão que ser respondidos através de tecnologias e infraestruturas alheias ao mundo indígena. Outros projetos começaram a compreender e redefinir sua atuação perante a especificidade indígena; por falta de visão sistêmica e de articulação, o PGRFM ficou aquém desta necessidade.

8 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

"When the whites first arrives in this area, they thought we were wild animals and chased us into de forest. Now that they have found out that we are people they are chasing us out again"¹. (Okiek, Kenia, 1992)

Neste estudo procuramos demonstrar que as idas e vindas do processo de implantação do PGRFM em aldeias indígenas permitiram apontar um conjunto de problemas, resultantes, em grande medida, de uma certa improvisação e despreparo da administração municipal em questão. De fato, a falta de adequação do planejamento e da gestão da atividade, em particular no que se refere às exigências de cunho administrativo, ao desconhecimento ou à falta de atenção devida às especificidades da cultura indígena, tiveram efeitos mais ou menos graves sobre a comunidade indígena estudada.

A análise que fizemos tomou por base, principalmente, o quadro de referencia da saúde ambiental, no qual nosso trabalho se insere, como estratégia integradora, e cujo conceito pode ser assim desdobrado:

- a) A visão de saúde como estado de bem estar físico e psíquico (conforme definição da OMS). No caso da comunidade indígena focalizada, compreende todos os aspectos que conformam os fundamentos e as práticas sociais dos indígenas, tanto ligadas à organização social, à reprodução material e aos costumes, como quanto às crenças e às múltiplas relações com o sobrenatural.

¹ Quando os brancos chegaram pela primeira vez nesta área, pensaram que nós éramos animais selvagens e nos expulsaram para dentro da floresta. Agora que descobriram que nós somos pessoas, estão novamente nos expulsando, mas para fora da floresta. Okiek (caçador e coletor), Kenya, 1992. in: International Institute for Environment and Development (IIED),. An Overview of Community and Approaches to Wildlife Management. Report. UK; July 1994.

- b) Meio ambiente como um processo dinâmico de relacionamento entre grupos humanos e ecossistemas naturais ou mais menos modificados por eles, de maneira a assegurar a reprodução social e a sustentabilidade do conjunto. No caso dos indígenas, a terra, e o habitat quer do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, constitui o recurso natural de base de toda a cultura indígena.
- c) Abordagens intersetoriais compreendendo a integração de todos os aspectos que conformam dimensões interdependentes, que configuram a saúde ambiental nas sociedades humanas.
- d) Atenção particular às práticas comportamentais e às percepções sociais que informam as vivências humanas, o que confere um papel crucial à subjetividade e às formas de consciência dos atores e, em última instância, à educação e à autonomia cultural. (JACOBI, 1999).

Esclarecido o conceito com o qual trabalhamos, reiteramos o fato de que a implantação do PGRFM em aldeias indígenas não foi objeto de um planejamento que considerasse o conjunto das implicações que o programa poderia trazer à comunidade indígena – a questão da saúde ambiental em particular – apesar do tempo decorrido entre a decisão da implantação e o início efetivo das transferências de renda no Morro da Saudade.

Ou seja, o programa foi implantado sem a preocupação mais decisiva de proceder a adaptações legais ou requisitos de ordem administrativa. Além disso, o programa só se viabilizou após um ano e meio dos primeiros contatos com a comunidade do Morro da Saudade, o que gerou inevitavelmente uma certa quebra de confiança por parte das lideranças indígenas, elas mesmas comprometidas após o primeiro anúncio do programa na aldeia. Os tempos burocráticos são de difícil

compreensão e provocam uma sensação de desperdício e abandono, não compatíveis com a expectativa gerada na comunidade.

Nesta mesma ordem de idéias, a inserção de um novo programa na aldeia, para quem valores comunitários são fundamento de vida, não poderia ter ocorrido sem a identificação prévia de outros programas governamentais ou mesmo de instituições atuantes na aldeia. A FUNAI, em particular, deveria ter exercido papel central em todo o processo, desde o início, e sua participação formalizada, de modo a permitir o acompanhamento contínuo e co-responsável de toda a ação, em complemento às consultorias, limitadas no tempo e afastadas necessariamente dos problemas de gestão que foram surgindo ao longo da implantação do programa. Por outro lado, também não poderia ser ignorada a existência de outros projetos e intervenções nas áreas de educação e saúde, de responsabilidade dos governos municipal e estadual. Embora não tivessem sido objeto de planejamento conjunto e interdisciplinar, uma vez detectado o problema deveria ter havido uma orientação clara de cooperação e articulação no terreno, com vista a resultados convergentes. O que ocorreu, no entanto, foi uma contínua desarticulação institucional, apesar de alguns esforços isolados ainda que sem muito respaldo do pessoal técnico trabalhando na aldeia.

A segmentação de ações e projetos acabou por ignorar queixas das comunidades indígenas bem como direitos adquiridos. Sobre a questão tão essencial da terra encontrava-se, e ainda se encontra em curso, um processo de demarcação de novas terras, que constitui demanda fundamental para assegurar a reprodução social dos padrões de vida comunitária. Hoje, a aldeia do Morro da Saudade comporta 26 alqueires e abriga cerca de 700 pessoas, o que significa cerca de 35m² por pessoa, algo absolutamente irrisório para o exercício das práticas culturais da comunidade, de acentuado caráter nômade. Por outro lado, a construção

de linhas de alta tensão sobre as terras indígenas havia dado origem ao documento Termo de Ajustamento e Conduta (TAC), bastante benéfico para os indígenas, cuja aplicação poderia representar um impulso único à sobrevivência e sustentabilidade da cultura guarani. Contudo, o fato foi ignorado pelo caráter fragmentário das intervenções na aldeia, entre elas o PGRFM. Uma ação sistêmica, intersetorial, teria permitido agregar componentes dispersos e permitir que estes e outros tivessem uma ação mais conseqüente e positiva para a comunidade indígena. A experiência mostrou, que mesmo no nível local, a forma mais adequada de o setor público responder à complexidade dos desafios que enfrentam os povos indígenas no Brasil, é criar um órgão, com a participação de membros das aldeias sob a forma de uma Coordenadoria Municipal de Assuntos Indígenas.

Comparada aos programas sociais da Prefeitura do Município de São Paulo aplicados à sociedade envolvente, a intervenção no Morro da Saudade pode ser considerada parcial e limitada, na medida em que a aplicação do PGRFM não se inseriu de um ponto de vista estratégico, com as adaptações que o caso requereria e tampouco na progressividade com que a política social da Prefeitura havia sido delineada. O fato é que a ação municipal previa que os programas de transferência de renda, designados como redistributivos, deveriam evoluir para intervenções de caráter emancipatório, compreendendo atividades de capacitação e de aquisição de cidadania, de modo a preparar os beneficiários para a reinserção plena na sociedade. E que os programas de geração de trabalho e renda deveriam criar mecanismos e instrumentos de suporte que permitissem às pessoas, progressivamente, ganhar autonomia econômica. É somente desta perspectiva que programas como o PGRFM fazem sentido, pois se afastam do mero assistencialismo para ganhar uma dimensão de melhoria contínua das condições de vida da pessoa e também do usufruto de saúde ambiental pelo conjunto da comunidade. O que se viu foi justamente o

contrário. A implantação do PGRFM no Morro da Saudade não foi capaz de provocar desdobramentos benéficos para o conjunto da comunidade como revelou a falta de visão estratégica e de planejamento da coordenação do programa, configurando ainda um claro contexto de assistência pura e simples aos indígenas pelos poderes públicos da sociedade envolvente.

A existência de tantos programas e intervenções, sendo o PGRFM tão somente um deles, provocou inevitavelmente a ida e permanência na aldeia de uma multiplicidade de atores, com propostas diversificadas e, o que é pior, de diferentes pessoas, o que constituiu um grave problema, para as lideranças indígenas. Ocorre que o PGRFM envolveu o trabalho de várias pessoas, sucessivamente, obrigando as lideranças à aceitação de uma certa impessoalidade nas relações. Isto feriu completamente o padrão de sociabilidade dos indígenas, alicerçado nos laços humanos e de parentesco e, portanto, acostumados a uma grande proximidade social, num processo em que a confiança e o conhecimento recíproco têm um grande peso. Mudanças contínuas de pessoas põem à prova a necessidade da reconquista da confiança e colocam em risco acomodações entre as chefias e os grupos indígenas por elas liderados. Uma ação pública que levasse em conta esses pressupostos culturais teria, forçosamente, procurado construir relações permanentes entre pessoas, como condição de sucesso do programa.

No plano do enquadramento administrativo também ocorreram alguns desacertos, decorrentes da inadaptação de exigências legais. Mencionem-se, em particular, os problemas de documentação e de comprovação de renda. O fato de que as transferências de renda eram feitas via cartão magnético bancário, o que além das dificuldades próprias à manipulação, expunha os indígenas a critérios que não se coadunam com a forma como se estruturam as relações formais de indígenas com o Estado brasileiro. Da mesma maneira, os indígenas, via de regra, não

dispõem de renda, situação diversa daquela encontrada na sociedade envolvente, em que mesmo as pessoas em situação de indigência dispõem de algum recurso monetário, por mais escasso e irregular que seja, como condição para sua própria sobrevivência. Nestes casos, adaptações *ad hoc* foram feitas, sempre no sentido de superar obstáculos e muito pouco em termos de busca de soluções ou políticas específicas para os problemas concretos das comunidades indígenas.

Por sua vez a aplicação do PGRFM no contexto indígena teve efeitos negativos, em escala mais ou menos pronunciada, com respeito a aspectos fundamentais das práticas e costumes tradicionais. Isto é particularmente significativo com respeito ao foco familiar do programa de transferência de renda, como adotado no município de São Paulo. Embora a família nuclear tenha vigência na sociedade Guarani, ela é parte de uma família mais extensa, constituída pelos parentes mais próximos, com predominância da linhagem paterna, a qual, por sua vez, é parte integrante de uma rede mais ampla de laços de parentesco. Diferentemente da sociedade envolvente, portanto, nas comunidades Guarani-Mbya, há fortes e ativos laços sociais unindo todos os indivíduos e suas famílias, os quais se caracterizam pela solidariedade e a reciprocidade. Isto faz com que a sua organização social adquira uma soldadura baseada na igualdade entre seus membros e entre as famílias, independentemente da sua situação particular, em termos de idade, número de filhos, riqueza aparente ou laços matrimoniais. Ao implantar um programa de transferência de renda a famílias, vinculando-o à existência de filhos e à permanência na aldeia, o PGRFM excluiu, logo de início, um certo número de pessoas, estabeleceu preferências artificiais por famílias nucleares com filhos e talvez tenha contribuído para alterar práticas de nomadismo, fixando ou atraindo pessoas para a aldeia. Além disso, mais que duplicou, de maneira rápida e brutal, a renda média de posse das famílias e aprofundou as desigualdades já existentes. Neste

aspecto, a experiência parece ter demonstrado que no tocante às sociedades indígenas ou se criam programas específicos que levem em conta os modos tradicionais de produção e distribuição, por exemplo, através da criação de fundos comunitários, ou se aplicam alocações individuais nos moldes propostos pelo Senador Suplicy².

O mesmo se pode dizer com relação à exigência de frequência escolar e da sua comprovação, para viabilizar as transferências de renda às famílias. Aí a implantação do PGRFM tornou-se particularmente delicada, devido a que uma parte da educação das crianças indígenas resulta da sua participação em eventos comunitários e da interação social com outras crianças e com adultos, no quadro de festas, rituais e celebrações, bem como nas práticas que aproximam e provocam uma relação de proximidade com a natureza. Frente a esta situação, os indígenas Guarani-Mbya da capital deparam-se com obstáculos administrativos para obter da Secretaria Estadual de Educação o reconhecimento dos princípios da educação escolar indígena. A inclusão de currículos e calendário diferenciados indígenas nos sistemas oficiais de ensino se encontra em difícil processo de construção. Uma visão intersetorial e articulada da ação municipal teriam permitido exercer alguma pressão no sentido de regulamentar o calendário escolar indígena, ou mesmo iniciar uma experiência piloto a este respeito. No entanto, optou-se por manter a exigência de frequência às aulas, o que levou à produção de documentos provavelmente fictícios ou a se fazer vistas grossas ao descumprimento da norma.

A aplicação do PGRFM provocou ainda alguns efeitos negativos quanto aos hábitos de consumo e de alimentação dos beneficiários do programa. O aumento brusco de renda em mãos das pessoas incitou-as a

²Suplicy EM. **Renda de cidadania: a saída é pela porta.** 3rd São Paulo: Editora Cortez; 2002.

adquirir bens supérfluos, guloseimas, refrigerantes e outros produtos de baixa qualidade alimentícia, assim como ao endividamento em estabelecimentos comerciais populares, alguns deles despejando propaganda avassaladora. Longe de representar uma melhoria das condições de vida das pessoas, como propunha o programa, o acréscimo de renda trouxe, num primeiro momento, um potencial de alienação com respeito a práticas enraizadas na cultura Guarani, sobretudo no tocante à reprodução da vida material. Ainda que esforços tenham sido realizados, como foi acima descrito, permitindo corrigir as situações de maior gravidade, ficou mais uma vez bastante claro que teria sido mais apropriado atentar para a necessidade de uma educação da comunidade para o consumo, a qual pudesse servir de anteparo aos automatismos de mercado. Estas mudanças forçadas de hábitos e outros efeitos sobre os padrões culturais vigentes na aldeia em apreço favoreceram alguns efeitos de diluição em aspectos decisivos para a coesão social da comunidade, como por exemplo, a do comparecimento regular à Casa das Rezas, onde se realizam os encontros e se discutem as questões em comum, num quadro de comunhão espiritual. Talvez este resultado não tenha sido tão grave, devido aos contatos freqüentes que os indígenas vivendo numa megalópole costumam ter com a sociedade do entorno.

Para os indígenas, a sua relação como grupo humano com o meio ambiente é parte de uma totalidade material e espiritual, cuja reprodução é necessária para a sua sobrevivência como cultura e como modo de vida (tekoa). A saúde ambiental para a comunidade Guarani só pode existir em sua plenitude se as condições de existência dessa totalidade são respeitadas, ou seja, se a terra é abundante e adequada para as atividades tradicionais, se permite manter vivo o mito fundador da cultura, assim como permite que a vida e a organização social possam seguir os cânones da cultura.

O contato com a cultura do colonizador e os efeitos resultantes da formação histórica da sociedade circundante, com toda sua seqüela de destruição e massacres, não foi capaz de extinguir a cultura Guarani, o que demonstra a fortaleza e a capacidade de sobrevivência cultural deste povo. Isso inclusive contribuiu para mudar a visão predominante nos meios indigenistas, os quais evoluíram de ideologias integracionistas e assimilacionistas, para o consenso crescente em torno do direito à diversidade cultural e, portanto, à coexistência e ao codesenvolvimento. Porém, na sociedade em geral essas idéias não são ainda integralmente compreendidas mesmo entre setores progressistas que implícita, ou explicitamente, continuam a esposar idéias e práticas reducionistas com respeito às culturas indígenas, muitas vezes embasadas na crença de que a intensidade do contato estabelecida no nível de aldeias urbana já teria produzido mudanças de tal ordem que o tratamento diferenciado não se justificaria. Ora, é verdade que a sobrevivência dos indígenas não teria sido possível sem um contínuo processo de adaptações e de formulação de novas estratégias de sobrevivência, conformes às novas realidades históricas. Neste contexto, naturalmente o padrão de saúde ambiental evoluiu também, porém sempre conservando um núcleo básico de formas de vida e de comportamento, com grande ênfase na relação da comunidade com o meio ambiente, e no caráter harmônico, tanto no plano social como simbólico.

O tekoha é nesse sentido o *nec plus ultra* da cultura Guarani, sem o qual esta não poderia sobreviver, sendo extinta. A questão de saber ou de poder avaliar os efeitos de qualquer ação ou projeto sobre a comunidade indígena ou, para retornar ao nosso tema, sobre a saúde ambiental indígena, resume-se, portanto, aos seus efeitos sobre o tekoha. Neste sentido, mais que a duplicação da renda na aldeia, o aumento do consumo e a introdução de bens com uma diversidade inabitual podem ter provocado acentuado desvio dos padrões culturais da aldeia.

Concluindo, seria importante dizer que o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima voltado para a sociedade indígena condiciona a transferência de renda às famílias mais pobres da aldeia a certas exigências, obrigando os beneficiários a se submeterem a averiguações de toda sorte.

Este processo pode ser visto sob duas óticas. A primeira é a da busca de equidade, através da qual critérios de justiça e de objetividade são plasmados. O que torna possível ajustar o benefício a determinadas normas e instituições sociais que fazem parte e são comumente aceitas pela sociedade envolvente. A segunda poderia ser a da burocratização da concessão do benefício, através da constituição de um aparelho operando dispositivos e controles, com vista a referendar a aplicação concreta da referida lei. Neste caso, corre-se indiretamente o risco de cometer e propagar injustiças, as quais ficarão perdidas nos desvãos da Lei.

Como a organização social das aldeias indígenas Guarani-Mbya não compartilha dos mesmos pressupostos da sociedade envolvente, a ótica da equidade social pode revelar-se precária, ao condicionar a obtenção do benefício a fatores exógenos, não próprios à sociedade indígena. Por exemplo, ao obrigar, ou circunscrever práticas ou comportamentos ligados à família, tal como esta é concebida e institucionalizada na sociedade envolvente, obrigando os indígenas a ajustes ou deturpações das relações de parentesco reais, a fim de obter o benefício. No caso das aldeias indígenas, a aplicação do PGRFM pode ressaltar processos burocráticos de controle, possivelmente desinformados, em detrimento de uma afirmação de direitos sociais respeitadores de diferenças e, portanto, emancipatórios.

Diferente seria o caso da aplicação nas aldeias indígenas da Lei de Renda Básica de Cidadania de autoria de SUPACY (2002), "que prevê uma renda básica incondicional, que será de igual valor para cada cidadão

brasileiro ou estrangeiro residente há pelo menos cinco anos no Brasil, pagável mensalmente, e suficiente para cobrir as despesas mínimas com alimentação, habitação, educação e saúde, levando em consideração o grau de desenvolvimento do país e suas possibilidades orçamentárias” (p.368-69). A sua aplicabilidade tornaria desnecessárias as *démarches* e preocupações com respeito aos ajustes da legislação e dos princípios que a informam, a realidade das sociedades indígenas. Assim, a atribuição a cada membro da aldeia indígena de uma determinada quantia seria totalmente independente de filtros burocráticos e sociais, com alto risco de incompatibilidade.

Esta hipótese implicaria no aumento da circulação monetária e, portanto, numa inserção de caráter permanente na economia mercantil, o que poderia acarretar o surgimento de formas de propriedade individual e de exploração. Melhor seria estudar um caminho de criação de fundos comunitários, constituídos pela somatória das alocações de renda aos membros da aldeia ou de uma certa percentagem destas alocações para o financiamento de projetos de interesse coletivo, dotadas de regulamentações discutidas e aprovadas pelos próprios indígenas.

Em suma, podemos dizer que a Lei de Renda Básica de Cidadania se adequa melhor ao mundo indígena, porque dispensa quaisquer controles exógenos e estranhos à organização e as normas sociais indígenas. Porém, ela precisa ser adaptada e regulamentada pelos próprios indígenas, para não padecer do mesmo mal, ainda que em outra escala. A Lei de Renda Básica de Cidadania é universal como direito, mas a fonte desse direito no caso indígena deve incluir a diversidade da estrutura social indígena na unidade do gênero humano. A necessidade de uma regulamentação própria responde a essa diversidade da fonte do direito indígena.

9. REFERÊNCIAS

Albuquerque JG, Camargo DMP. Projeto Pedagógico Xavante: tensões e rupturas na intensidade da construção curricular. Arte & manhãs dos projetos políticos pedagógicos. São Paulo: Cortez, Campinas. **Cadernos de Estudo Educação e Sociedade**: 2003; (61): 339-344.

Arruda RSV. Imagens do índio: signos de intolerância. In: Fischmann & Grupioni & Vida (organizadores). **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: EDUSP; 2001.

Azanha G, & Ladeira MI. **Os índios da Serra do Mar**. Centro de Trabalho Indigenista. São Paulo: Ed. Nova Stella; 1988; p.70

Azevedo MM, Silva MF. Pensando as escolas dos povos indígenas no Brasil: o movimento dos professores indígenas do Amazonas, Roraima, e Acre. In: Silva AL & Grupioni LDB (orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO; 1995.

Azevedo MAP. **Maternidade e transmissão cultural: o que os Guarani, residentes na periferia da capital paulista tem a dizer...** São Paulo; 2004.[Dissertação de Mestrado - Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Azevedo M. Censos demográficos e "os Índios", dificuldades para reconhecer e contar. **Povos indígenas no Brasil, 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental ; 2000.p.79-80.

Barbieri JC. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes; 1997.

Borelli SHS e Luz MLM. Introdução. In: vários autores: **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração** -. São Paulo: Ed.Yankatu; 1984. p.13.

Buchillet D. Cultura e saúde pública: reflexões sobre o distrito sanitário especial indígena do Rio Branco In: Langdon & Garnelo organizadores. **Saúde dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria/ Associação Brasileira de Antropologia; 2004.p.53-56.

Campos AG. **Pobreza e direitos na cidade de São Paulo**. São Paulo; 2004. [Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo].

Capucci PF.& Chaves ICL. **Políticas de saúde e a questão do meio ambiente: análise de legislação selecionada.** São Paulo; 2000. [Trabalho de conclusão do Curso de Gestão Ambiental- Faculdade de Saúde Pública da USP].

Carvalho MLB. **Saúde de populações indígenas: tendências após os impactos do contato.** São Paulo; 1997. [Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)]

Carvalho GI, Santos L. **Sistema Único de Saúde: comentários à lei orgânica da saúde, lei 8080/90 e lei 8142/90.** São Paulo: Hucitec; 1985.

Cavalcanti NF. & Ribeiro H. Condições socioeconômicas, programas de complementação alimentar e mortalidade infantil no Estado de São Paulo (1950-2000). **Saúde & Sociedade.** 2003; 12 (1); 31-42.

Chizzotti A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4ª ed. São Paulo: Cortez; 2000. p. 13-4.

Clastres, H. **Terra sem Mal.** Ed. Brasiliense; 1978. p. 49

Clastres, P. **A fala sagrada: mitos e cantos sagrados dos índios Guarani.** Campinas: Papirus, 1990. 144p.

Confalonieri UEC. In: **Saúde de populações indígenas: uma introdução para profissionais de saúde.** Manguinhos. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 1993. p.35-40.

Cohen E Franco R. **Avaliação de projetos sociais.** Petrópolis: Vozes; 1999. p. 77.

Crivelli E. modelo corporativo no Brasil: ensaio para uma teoria da transição. In: **São Paulo em Perspectiva: políticas públicas, o Estado e o social.** Rev. Fundação SEADE. 1997; vol 11 (nº3):p.42-51.

[CTI] Centro de Trabalho Indigenista. **Seminário sobre terras Guarani no litoral: Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, contexto fundiário e ambiental.** São Paulo. In: **Seminário 2004.** dez 15-16; São Paulo, Brasil. Centro de Trabalho Indigenista & Comunidades Guarani do Litoral; 2004. Disponível em URL: <http://www.trabalhoindigenista.org.br> [2005, Abr 03].

[CTI] Centro de Trabalho Indigenista. **Terras Guarani no Litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós.** In (orgs) Maria Inês Ladeira e Priscila Matta. São Paulo: CTI; 2004.

[CTI] Centro de Trabalho Indígena. Disponível em URL:<http://www.trabalhoindigenista.org.br/comunidades/Guarani/asp>[2003 Mai 31].

[CTI] Centro de Trabalho Indigenista. **Relatório Antropológico Furnas S/A sobre Comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu e a Linha de Transmissão de 750 kv Itaberá – Tijuco Preto III**. São Paulo; 2000.(CTI)

[CTI] Centro de Trabalho Indigenista. **Relatório Antropológico sobre as Comunidades Guarani do "Litoral" do Estado de São Paulo**. São Paulo; 1986.(CTI)

Diegues ACS. Culturas e Populações tradicionais. In: **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB-USP; 1994. p 3-78.

Escorel S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1998. p-25-26.

Felipim AP. **O sistema Agrícola Guarani Mbya e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia Guarani da Ilha do Cardoso, Município de Cananéia, São Paulo**. Piracicaba; 2001. [Dissertação de Mestrado - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo].

Filho CB. **História da saúde pública no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Ática; 2000.p.39-41.

Fonseca, AMM. Programa de renda mínima no município de São Paulo. In: Pochmann M. (org). **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo & Cortez Editora; 2002.

Fonseca AMM. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Ed.Cortez; 2001. p. 91-99.

Fundação IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em:[URL:http://seade.gov.br](http://seade.gov.br) [2005 Mar 03].

Fundação SEADE. **Informações dos municípios paulistas**. Disponíveis em: [URL:http://www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br) [2005 Mar 03].

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Polo Base-São Paulo. Coordenação Regional de São Paulo. **Assessoria de Saúde Indígena. Distrito especial Indígena do Litoral Sul. Instrumentos de informações Básicas de Saúde. Dados de Janeiro a Junho de 2002**.

GIL AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas; 2002 p. 143

Godoy MGG. **O misticismo Guarani MBYA na era do sofrimento e da imperfeição**. São Paulo: Terceira Imagem; 2003. p.135-38.

Gohn MG. **Movimentos Sociais e educação**. São Paulo: Ed.Cortez;1999.

Grupioni LDB. Os povos indígenas e a escola diferenciada: comentários sobre alguns instrumentos jurídicos internacionais. In: (orgs) Fischmann & Grupioni & Vidal. **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: EDUSP; 2001.

Gravina MER. Lesões por esforços repetitivos : uma reflexão sobre aspectos psicossociais. **Saúde & Sociedade**. 2002; 11 (2); 65-87.

Harnecker M. **Tornar Possível o Impossível**. São Paulo: Ed.Paz e Terra; 2000 (p.239)

Hogan DJ. A relação entre população e ambiente:desafios para a demografia. In: (orgs) Torres H e Costa H. **População e meio ambiente; debates e desafios**. São Paulo: Ed.SENAC; 2000.

Ianni AMZ. **Meio ambiente e saúde na periferia da metrópole: Capela do Socorro, São Paulo**. São Paulo; 1999. [Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo].

[ISA] Instituto Socioambiental. **Almanaque: Brasil Socioambiental**. São Paulo; 2005.

[ISA] Instituto Socioambiental. Conflitos socioambientais e a proteção da Mata Atlântica. In: André Lima (org). **Documentos ISA 7: Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica**. São Paulo; 2001.

[ISA] Instituto Socioambiental. **Povos indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo; 2000.

Jacobi P. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo: ANNABLUME; 1999.

Ladeira MI. **Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado constituição e uso.** São Paulo. 2001. [Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo]. p 35-6.

Ladeira M I. **Comunidades Guarani da Barragem e do Krukutu e a Linha de transmissão de 750 kv.** Relatório Antropológico: Furnas S/A, 2000.p.40.

Ladeira MI. **A Necessidade de novas políticas para o reconhecimento do território Guarani.** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista; 1997a. [Texto Apresentado no 49º Congresso Internacional de Americanistas; 1997; Quito – Equador].

Ladeira MI. coordenador Práticas de subsistência e condições de sustentabilidade das comunidades Guarani na Mata Atlântica. São Paulo.In: **Annais do 2º Seminário 1997** set 22-25; São Paulo, Brasil. Centro de Trabalho Indigenista; 1997b.p.

Ladeira MI. Migrações Guarani MBYA. **Travessia: Revista do Imigrante.** 1996; 9 (24): p 21-4.

Ladeira MI. **O Caminhar sob a Luz: o território Mbya à beira do oceano.** 1992. [Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)].

Langdon EJ. Uma avaliação critica da atenção diferenciada e a colaboração entre a antropologia e profissionais de saúde. In: Langdon & Garnelo, organizadores. **Saúde dos povos indígenas;** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia; 2004.p.33-40

Laurell, A C. Avanço em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Laurell (org) **Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo.** São Paulo: Ed. Cortez; 1997 p.153

Leff E. **Saber Ambiental.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Ed.Vozes; 2001

Lüdke M. & André M. **Pesquisa em educação:abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU; 2004.

Magalhães R. **FOME: Uma (re) leitura de Josué de Castro.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1997.

Maricato E. **Brasil, cidades; alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Ed.Vozes; 2001.

Minayo MCS. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro-São Paulo: ABRASCO-HUCITEC; 1994.

Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília; 1998.

Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Manual de Atenção à Saúde Indígena Brasileira**; 2004.

Monteiro CA. Fome, desnutrição e pobreza: além da semântica. **Saúde & Sociedade**. 2003; 12 (1); 7-11.

Monteiro JM. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, AL; Grupioni LD. (orgs). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO; 1995.

Monteiro JM. Vida e Morte do Índio: São Paulo Colonial. In: Monteiro JM & Rangel LH & Andrade LMM & Luz MLM & Gomes RS; Guerriero S & Borelli SHS, (organizadores). **Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Ed.Yankatu; 1984. p.21-44.

Moraes JC. **Condições dos solos em áreas de pousio dos cultivos praticados por índios Guarani, em Ubatuba (SP)**. 2002 [Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências Agrônômicas da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP)]. p.17.

Oliveira, JP. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: Oliveira, JP. (org) **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro; Contra Capa: 2004. p.21-25.

Oliveira M. A intervenção como um processo em construção: notas para a redução do uso de bebidas alcoólicas e alcoolismo entre os kaingang. In: (orgs) Langdon & Garanelo. **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Associação Brasileira de Antropologia; 2004.p.76.

Oliveira RC. O conhecimento antropológico. In: Oliveira R. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Ed. UNESP; 2000.

Palos CMC. **Vozes da Cratera: representações, sentidos, significados e práticas da questão socioambiental no cenário urbano.** 2004. [Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo]. P. 42-4

Pasternak S. Como anda São Paulo. **Cadernos Metrpole;** So Paulo: EDUC; 2004.p.24.

Pasternak S. Um olhar sobre a habitao em So Paulo. **Cadernos Metrpole;** So Paulo: EDUC; 2003.p.81-117.

Paula. LR. **Relatrio de Avaliao da Implementao do PGRFM nas aldeias indgenas Morro da Saudade e Krukutu.** SMDTS; dez. 2004. p.2.

Pellegrini M. Povos Indgenas e a conquista da cidadania no campo da sade. In: **Povos Indgenas no Brasil, 1996-2000.** So Paulo: Instituto Socioambiental; 2000.

Pelicioni. MC. As inter-relaes entre educao, sade e meio ambiente. **Jornal da USP.** 1999 nov 08 a 14; cad. Opinio.

Penna CG. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradao ambiental:** Rio de Janeiro; ED.RECORD. 1999.p.110-111.

Pochmann M. Proteo social na periferia do capitalismo: consideraes sobre o Brasil.So Paulo. **So Paulo em Perspectiva.**Rev.Fundao SEADE. 2004.vol.18 (n2).

Pochmann M. **Polticas de Incluso Social: resultados e avaliao.** So Paulo: Ed.Cortez; 2004.

Pochmann M. **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a incluso social.** So Paulo:Fundao Perseu Abramo/Cortez Editora; 2002.

Ribeiro D. **Os ndios e a civilizao.** Rio de Janeiro:Civilizao Brasileira; 1970.p.129.

Ribeiro H, Gnter WR, Arajo JM. Avaliao Qualitativa e participativa de projetos: uma experincia a partir de pesquisa em educao ambiental e saneamento do meio. **Sade & Sociedade.** 2002; 11 (2); 107-132.

Romanelli OO. **Historia da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes; 1978.p.33.

[SDTS] Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. **O Banco de dados do cidadão: uma chave para a gestão de informações das novas políticas sociais da cidade de São Paulo**. Cadernos Temáticos SDTS, nº1.

[SDTS] Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. Coordenadoria do Programa de Renda Mínima. **Relatório parcial sobre avaliação da implementação do Programa Renda Mínima nas aldeias Morro da Saudade e krukutu, população indígena Guarani**; São Paulo; dez. 2004.

[SDTS] Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. Coordenadoria do Programa de Renda Mínima. **Relatório parcial sobre avaliação da implementação do Programa Renda Mínima nas aldeias Morro da Saudade e krukutu, população indígena Guarani**; São Paulo; mar. 2004.

[SDTS] Secretaria Municipal do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade. Programa de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Paulo e Comunidades Indígenas. **Implantação do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima nas Aldeias situadas no Âmbito da Administração regional da Capela do Socorro: relatório antropológico**: São Paulo; 2002.

[SMSSP] Secretaria Municipal das Subprefeituras de São Paulo. **Gestão Local nos Territórios da Cidade: ciclo de atividades com as subprefeituras**. (orgs); Garibe R. e Capucci.P. São Paulo: Mídia Alternativa; Secretaria Municipal das Subprefeituras; 2004.

[SMVMA] Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **APA do Capivari-Monos - Área de Proteção Ambiental Municipal - Histórico**. Disponível em <URL: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente/apa_Capivari_monos/0003 >[2005 Mar 03].

[SMVMA] Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; **Atlas Ambiental**. Disponível em <URL:<http://www.atlasambiental.prefeitura.sp.gov.br/metropole>.>[2005 Mar 03].

[SMVMA] Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Prefeitura do Município de São Paulo. Departamento de Educação Ambiental e Planejamento. **Área de Preservação Ambiental Municipal do Capivari-Monos- Caracterização Sócio Ambiental – Relatório Preliminar**, 1997.

Sacardo GA. **Participação e subjetividade num programa de educação ambiental**. 2001[Tese de Doutorado – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo].

Sader E. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Ed. Paz e Terra; 1988. p.313-14.

Santilli M. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Ed.SENAC; 2000. p.11-13.

Santos JLF e Westphal MF. **Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade**. Revista Estudos Avançados USP. V.13, n. 35, 1999 p.76.

Santos M & Silveira ML. A questão: uso do território. In: (orgs) Santos M & Silveira ML. **O Brasil: território no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record; 2001.p.19.

Schaden E. **Aspectos Fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Ed. EDUSP; 1974, p. 2.

Scherer-Warren I. Movimentos sociais e participação. In: Sorrentino M. (coord). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EUC; 2001.

Sen A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras; 2000.

Silva AL. Educação para a tolerância e povos indígenas no Brasil. In: (orgs) Fischmann & Grupioni & Vida. **Povos indígenas e tolerância**. São Paulo: EDUSP; 2001.

Silva RHD. A autonomia como valor e articulação de possibilidades: o movimento dos professores do Amazonas, de Roraima e do Acre e a construção de uma política de educação escolar indígena. In: Mori AG, Nascimento AC (orgs) **Educação Indígena**. Campinas: Cadernos do Cedes/Centro de Estudos Educação e Sociedade (49); 1999.p.63

Silva M O da Silva, & Yazbeck M C & Giovanni G. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Ed.Cortez; 2004. p.87-9.

Soares L T. O desastre social. In: (org) Sader. **Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização.** Rio de Janeiro/São Paulo: Ed.Record; 2003. p.34.

Sobral H.R **O meio ambiente e a cidade de São Paulo.** São Paulo: Ed.McGraw-Hill Ltda; 1996.

Souza AJ. e Fonseca A.M.M. e Cazzuni D.H. e Almeida, R.M.A. Programas Redistributivos. In: (org) Pochmann. **Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social.** São Paulo: Ed.Cortez e Ed. Fundação Perseu Abramo; 2002. p.73-100.

Souza RS. **Entendendo a questão ambiental.** Santa Catarina/Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2000 p.16-50.

Sposati A. **Cidade em pedaços.** São Paulo: Ed. Brasiliense; 2001. p.29.

Sposati A. Sobre os programas brasileiros de garantia de renda mínima PGRM. In: (org) Sposati A. **Renda Mínima crise mundial: saída ou agravamento?** São Paulo: Ed. Cortez: 1997. p.100-13.

Suplicy. EM. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. **Saúde & Sociedade.** 2003; 12 (1); 61-71.

Suplicy EM. **Renda de cidadania: a saída é pela porta.** 3rd ed. São Paulo: Ed. Cortez; 2002.

Teixeira FMP. **Brasil história e sociedade.** São Paulo: Ed. ATICA; 2000. p.100.

Véras MPB. **DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo.** São Paulo:EDUC; 2003.

Yazbeck MC. Fome Zero: uma política social em questão. **Saúde & Sociedade.** 2003; 12 (1); 43-60.

ANEXO 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O presente termo apresenta informações referentes a um trabalho de pesquisa que se pretende realizar junto à comunidade Indígena Guarani do Município de São Paulo, localizada em Parelheiros, nomeadamente a aldeia do Morro da Saudade.

Nessa pesquisa serão realizadas entrevistas com os beneficiários do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima. Além disso, oficinas com a comunidade beneficiária aberta a outros membros serão realizadas no sentido de identificarmos os principais problemas enfrentados pela comunidade, com objetivo de poder formular, conjuntamente, uma proposta educacional que corresponda às necessidades demandadas pela comunidade participante.

Objetiva-se firmar um acordo por escrito, mediante o qual, a liderança desta comunidade indígena, representada por seu Cacique, autoriza a participação dos membros dessa comunidade, tendo sido informado e esclarecido sobre a natureza da pesquisa.

NOME: _____

Assinatura: _____ Data ____/____/____

ANEXO 2 - Mapa do Território Guarani

Fontes

CTI - CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA

INAL-COOPERACIÓN INTER-ALTERNATIVA:MISIONES/ARGENTINA

BARTOMEU MELIÀ - PUEBLOS INDIGENAS EN EL PARAGUAY - 1997

Executado por

Maria Ignez Maricondi

Helena Cesar Gonçalves

DEZ/2000

TERRITÓRIO GUARANI

***ANEXO 3- Mapa da Área de Proteção Ambiental de
Capivavi-Monos***

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
MUNICIPAL CAPIVARI-MONOS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO,
EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E
PONTOS DE MONITORAMENTO DE FAUNA

***ANEXO 4 - Mapa de Localização das aldeias indígenas
Guarani em Parelheiros, zona sul de São Paulo.***

Municípios São Paulo e São Bernardo do Campo / SP

-46 33 23
-23 49 47

- Antiga aldeia
- Núcleo de Moradias
- Mundeó - Monde
- Roca - Kokue
- Plantio de frutíferas
- Anta - Mbore
- Jacu
- Jaguatirica - Xn'i
- Macaco - Kai
- Macuco - Inambu
- Paca - Jaixa
- Quati - Kuaxi
- Tatu
- Cipó imbé - Guembe
- Erva mate - Ka'a
- Ervas Medicinais - Poé
- Guaricanga (palha)
- Jervá - Pindovy
- Madeira - Yyira
- Pakuri - Frutas nativas
- Palmito Jussara - Jeji
- Plantas Ornamentais
- Taquara - Takua

-46 43 06
-23 59 31

Barragem: 26,3 ha
Área homologada
Dec. nº 94.223, de 14/04/1987

Krututu: 25,88 ha
Área homologada
Dec. nº 94.222, de 14/04/1987

Caminho Guarani

Linha de transmissão

Rios

Ferrovia

Gasoduto

Escola

Posto de Saúde

Rodovias e estradas

Centro de Trabalho Indigenista

IMAGEM DO SATELITE LANDSAT 7 - junho/2002

***ANEXO 5 –Sancionada pelo Presidente da Republica a
Lei 10.835 da Renda Básica de Cidadania em 08 de
aneiro de 2004***

Lei nº 10.835, de 08 de janeiro de 2004

Institui a renda básica de cidadania e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É instituída, a partir de 2005, a renda básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário.

§ 1º A abrangência mencionada no caput deste artigo deverá ser alcançada em etapas, a critério do Poder Executivo, priorizando-se as camadas mais necessitadas da população.

§ 2º O pagamento do benefício deverá ser de igual valor para todos, e suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do País e as possibilidades orçamentárias.

§ 3º O pagamento deste benefício poderá ser feito em parcelas iguais e mensais.

§ 4º O benefício monetário previsto no caput deste artigo será considerado como renda não-tributável para fins de incidência do Imposto sobre a Renda de Pessoas Físicas.

Art. 2º Caberá ao Poder Executivo definir o valor do benefício, em estrita observância ao disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º O Poder Executivo consignará, no Orçamento-Geral da União para o exercício financeiro de 2005, dotação orçamentária suficiente para implementar a primeira etapa do projeto, observado o disposto no art. 2º desta Lei.

Art. 4º A partir do exercício financeiro de 2005, os projetos de lei relativos aos planos plurianuais e às diretrizes orçamentárias deverão especificar os cancelamentos e as transferências de despesas, bem como outras medidas julgadas necessárias à execução do Programa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Antonio Palocci Filho

Nelson Machado

Ciro Ferreira Gomes

***ANEXO 6 –Texto de autoria de Eduardo Suplicy – A
solidariedade como marca das comunidades indígenas***

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

RENDA DE CIDADANIA

A SAÍDA É PELA PORTA

3ª Edição Aumentada

IV. DA RENDA MÍNIMA À RENDA BÁSICA NO BRASIL

*É dos campeões do impossível muito mais do que dos escravos
do possível que a evolução emana a sua força criadora.*

B. Wotton

Algumas reflexões sobre a evolução da história dos índios, dos negros, dos mestiços e das mulheres servirão para mostrar a consistência da proposição da garantia de uma renda para todos com os anseios dos principais movimentos de emancipação e defesa dos direitos à cidadania. Se examinarmos as revoltas do povo ao se organizar na formação dos quilombos, nos episódios dos Cabanos, dos Farrapos, dos Alfiates, da Chibata, do Contestado, dos trabalhadores rurais pela terra, veremos que tiveram um sentido de luta pelo direito à vida, relacionado com o que se poderá conquistar com uma renda de cidadania.

A economia brasileira se fundou em uma relação de conflito entre culturas diversas e até mesmo opostas. Aqui viviam povos que tinham uma concepção de riqueza bem diferente da visão branca cristã ocidental. Os anseios de igualdade e cidadania, é importante registrar, estavam presentes nas sociedades indígenas tradicionais, antes de começarem a participar desta que resultou da vinda de outros povos para o Brasil, nos últimos cinco séculos. Conforme mostra a antropóloga Betty Mindlin, que colaborou comigo nesta parte do livro, há na sociedade indígena uma igualdade econômica maior do que na nossa, uma vez que entre eles não existe a propriedade privada da terra ou dos meios de produção.

1.1. A solidariedade como marca das comunidades indígenas

A propriedade da terra na sociedade indígena é de todos, e entre eles não há patrões nem empregados. Para ter o direito de usufruir a terra, é preciso

apenas haver laços étnicos e de parentesco. A produção não é coletiva, mas comunitária, caracterizada pela cooperação de grupos familiares em todas as tarefas, como as de derrubada, queima, plantio e colheita, ou caça, com troca de trabalho e bens, baseada no sistema de parentesco. A cooperação cotidiana envolve grupos familiares e, só ocasionalmente, toda a comunidade, em festas, situações rituais ou celebrações religiosas. Os laços de parentesco são fundamentais no mundo indígena, com regras muito bem definidas para o casamento e o trabalho, para o território de caça ou os locais de roça. A compreensão dos complexos sistemas de parentesco é fundamental para entender as trocas, os dons, as obrigações e a organização econômica.

Salvo no que diz respeito à marcante divisão social entre homens e mulheres, com tarefas definidas, no mais quase todos têm a mesma habilidade. Eles vivem numa sociedade sem mercado, sem dinheiro, com tecnologia relativamente simples, com pouca acumulação material, com um padrão de consumo que compreende um número limitado de bens. A escala é pequena, no que se refere ao número de habitantes. Em compensação, a ligação com o sentido cósmico, com o lúdico, o artístico, o prazer, a alegria e o momento presente, bem como com o sobrenatural, é muito intensa. É forte o olhar para a natureza e para o ambiente, a preservação da terra e de rochas, cachoeiras, cavernas como locais sagrados, uma extensão da sociedade humana, densos de espíritos e de deuses que os habitam.

Calculam os antropólogos que na sociedade indígena não sejam gastas mais que quatro horas diárias de trabalho para a sobrevivência – incluídas as tarefas domésticas. Todo o resto do tempo é dedicado a existir e viver, e não ao reino da necessidade. Os afetos, as relações com cada pessoa são centrais.

A chave da sociedade indígena é a reciprocidade, não o coletivo. Todas as retribuições são bem-vindas, mesmo que pequenas. O produtivismo não é a diretriz – os pequenos bocados são apreciados. Daí a flexibilidade nos horários para produzir, dormir ou comer, sem rigidez alguma.

A organização e a participação políticas têm características muito especiais. Há muitas chefias, correspondentes aos grupos de parentesco ou às divisões rituais. É muito raro uma única chefia centralizada. As chefias coincidem com frequência com as atribuições mágicas e de cura – chefes e pajés têm poder. Os chefes devem manter sempre sua legitimidade – têm que distribuir bens e dons, não podem acumular, ou perderão o prestígio e o cargo. A persuasão e o discurso são armas fundamentais – a fala é central, as decisões se dão por meio da escuta dos membros da comunidade. Não há o Estado centralizador. Eis por que o antropólogo Pierre Clastres caracterizou a sociedade indígena como sendo uma sociedade contra o Estado⁴². A chefia precisa disseminar-se e redistribuir os bens para ser mantida. Não é possível impor a autoridade e as decisões – é necessário o reconhecimento do valor e da generosidade dos chefes.

A relativa igualdade social e econômica da sociedade indígena tradicional não é suficiente para que possa ser vista como um paraíso, uma idade de ouro da humanidade. Há guerras e crueldade, violência, infanticídio ou abandono dos velhos. Há desigualdades latentes, originadas pelo próprio sistema de parentesco ou pelo poder xamânico – os que têm mais parentes e mais mulheres podem ter mais bens e poder. Há desnível entre homens e mulheres. Estas raramente atingem posições de chefia ou têm acesso à totalidade dos rituais voltados para o além e o sobrenatural. São trocadas pelos homens entre si, e têm menos autonomia de decisão sobre os próprios destinos do que seus companheiros.

Que lição fica da sociedade indígena para a nossa, feito um balanço? A importância dos seres humanos, com qualidades únicas, com mais valor que os bens materiais e a acumulação pelo mercado. A distribuição, o direito igual à terra. A fala, a persuasão, a democracia em que todos, ou quase todos, participam. A arte, o prazer, a brincadeira, a risada, o respeito e a intimidade com a natureza.

42 CLASTRES, Pierre, HURLEY, Robert e STEIN, Abe. *Society against the State*. Cambridge MA, The MIT PRESS, 1987.

Nos dias de hoje, em que os índios participam da sociedade de consumo, mercantil e industrial, todos esses valores são de difícil preservação. Há necessidades monetárias, tecnológicas – com razão os índios querem ser cidadãos brasileiros e ter acesso ao sistema educacional, ao mesmo repertório material e cultural que todos os cidadãos, poder votar e ser votados. Influências religiosas, processos dramáticos de conversão, devastação de recursos naturais, exploração econômica, omissão do Estado na defesa dos interesses indígenas, grandes grupos econômicos tomando terras, construindo estradas, hidrelétricas, minerando e explorando a madeira em território indígena põem em perigo uma grandiosidade cultural que conta com séculos de existência. Políticas públicas, organizações indígenas e nacionais, apoiadas nessa complexa reflexão, são importantes para combinar tradição e cidadania ao longo de transformações, mantendo formas de vida, sociais, políticas, culturais, que são um patrimônio da humanidade.

1.2. Da escravidão aos movimentos de libertação dos negros

Nossa estrutura econômica ressen-te-se de uma história de coleta e devastação, ocorridas desde os primórdios do período colonial. As naus que transportavam o pau-brasil, as capitanias hereditárias, a monocultura da cana-de-açúcar são hoje símbolos de um processo civilizatório que continua retardando um melhor desenvolvimento de nosso país. Como podemos constatar em Caio Prado Júnior, excetuando-se alguns setores da vida brasileira, nosso país conserva em suas relações sociais – e econômicas – profundos resquícios do período colonial. Diz ele, no livro mais importante de sua bibliografia, *Formação do Brasil contemporâneo*:

“Quem percorre o Brasil de hoje fica muitas vezes surpreendido com aspectos que se imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros

ANEXO 7 – Lei Municipal Nº 12.651 de 06 de maio de 1998 que institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM).

Dispõe sobre a instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal – PGRFMM, na cidade de São Paulo, e dá outras providências

(Projeto de Lei n.º 467/95, do Vereador Arselino Tatto)

Nelo Rodolfo, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal de São Paulo, de acordo com o § 7º do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal – PGRFMM, que beneficiará famílias residentes e domiciliadas no Município de São Paulo, cuja a renda bruta mensal seja inferior a 3 (três) salários mínimos e que tenham todos seus filhos e/ou dependentes com idade de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos, matriculados em escolas públicas ou creches.

Art. 2º O PGRFMM consistirá na complementação mensal do rendimento familiar em valor equivalente a 33% (trinta e três por cento) da diferença entre esse rendimento e o limite estabelecido no artigo anterior.

Parágrafo único. Para fins desta lei considera-se família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo um dos pais ou responsável legal e pelos filhos e/ou dependentes em idade de zero a quatorze anos que estejam sob a tutela ou guarda, devidamente formalizados pelo juiz competente.

Art. 3º A aferição da renda familiar, a inscrição no programa e sua renovação serão feitas anualmente por ocasião do período de matrículas escolares.

Art. 4º O pagamento da complementação da renda será automaticamente interrompido se:

I – a renda familiar superar o limite estabelecido na artigo 1º;

II – qualquer filho ou dependente mencionado no artigo 1º tiver frequência inferior a 90% (noventa por cento) das aulas do mês do benefício;

III – os beneficiários infringirem outros dispostos previstos pelo artigo 6º.

Parágrafo único. Nos casos de redução da renda familiar para nível inferior ao limite estabelecido no artigo 1º ou de normalização da frequência do aluno beneficiário do programa, o pagamento da complementação será restabelecido, sem direito a benefício retroativo.

Art. 5º Ao Poder Executivo é facultado:

I – em função da disponibilidade de recursos e da experiência acumulada na execução do PGRFMM:

a) elevar a alíquota prevista no caput do artigo 2º desta lei até 66% (sessenta e seis por cento);

b) celebrar convênio com quaisquer entidades de direito público, visando o acompanhamento, execução, avaliação e fiscalização do PGRFMM e dos demais programas previstos na lei.

Art. 6º As hipóteses de exclusão do Programa e as respectivas punições para o servidor público ou agente de entidade parceira que concorram a concessão ilícita do benefício, serão fixadas no regulamento.

Art. 7º Os benefícios deste Programa serão concedidos, a cada família, pelo período de um ano, prorrogável, nos termos da regulamentação desta lei.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente em 30 dias contados da sua publicação.

Art. 9º As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 10º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO 8- Decreto Municipal Nº 40.400 de 05 de Abril de 2001, que regulamenta a Lei Nº 12.651 de instituição do PGRFM

DECRETO Nº 40.400, 05 DE ABRIL DE 2001

Regulamenta a Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, na Cidade de São Paulo.

MARTA SUPPLY, Prefeita do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, que instituiu o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, na Cidade de São Paulo;

CONSIDERANDO a situação de penúria em que vivem milhares de famílias em nosso município, em virtude da inadequada distribuição de renda, agravada pelo desemprego, que atinge drasticamente grande número de crianças e adolescentes em fase de formação física e intelectual;

CONSIDERANDO que o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, também tem o propósito de contribuir para que as famílias promovam o ingresso e a permanência de suas crianças e adolescentes na rede escolar, e

CONSIDERANDO, finalmente, que o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, está em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), devendo integrar a política municipal a ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS,

DECRETA:

Art. 1º - O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM beneficiará as famílias residentes e domiciliadas no Município de São Paulo, há no mínimo 2 (dois) anos, cuja renda bruta mensal seja inferior a 3 (três) salários mínimos e que tenham filhos ou dependentes entre 0 (zero) e 14 (quatorze) anos de idade, sendo que aqueles com idade entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos deverão estar matriculados em escolas públicas, com frequência escolar igual ou superior a 90% (noventa por cento).

§ 1º - Para efeitos do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, considera-se como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes com idade entre 0 (zero) e 14 (quatorze) anos, que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizadas pelo juízo competente, bem como parentes ou outros indivíduos que residam com o grupo sob o mesmo teto e contribuam economicamente para sua subsistência.

§ 2º - Para o enquadramento na faixa etária, considera-se a idade da criança em número de anos completados até o primeiro dia do ano em que ocorrer sua participação no Programa de que trata este decreto.

Art. 2º - O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal consistirá na complementação mensal do rendimento familiar em importância equivalente a 33% (trinta e três por cento) da diferença

entre o total de rendimentos da família e o valor de 3 (três) salários mínimos.

Parágrafo único - O pagamento do benefício será feito mediante crédito bancário, em nome do responsável legal cadastrado no Programa.

Art. 3º - A comprovação da renda, para fins do Programa, levará em conta a soma dos rendimentos brutos de todos os membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de qualquer natureza, incluindo-se os benefícios e valores concedidos por órgãos públicos ou entidades particulares, excetuada apenas a importância relativa ao benefício instituído por este decreto.

Parágrafo único - A aferição da comprovação da renda será realizada no momento do cadastramento inicial da família e em qualquer fase do Programa, a critério do órgão responsável pela coordenação geral do programa.

Art. 4º - Para se habilitarem no Programa, as famílias deverão cumprir os requisitos previstos no "caput" do artigo 1º, cumulativamente, apresentando os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento e/ou documento de guarda ou tutela dos dependentes entre 0 (zero) e 14 (quatorze) anos;

II - comprovante de residência e domicílio neste município, por no mínimo 2 (dois) anos: carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, conta de luz ou documento equivalente, julgado apto pela Coordenadoria do Programa;

III - certidão ou documento de matrícula de todos os dependentes entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos em escolas públicas;

IV - comprovantes de rendimentos brutos da família: recibos, "holleriths", carteira profissional, declaração do empregador, do tomador de serviços ou de próprio punho, na hipótese de atividade eventual ou economia informal e outros, julgados adequados pela Coordenadoria do Programa.

V - Termo de Compromisso e Responsabilidade, no qual o responsável pela família declarará que tem conhecimento das regras do Programa e se sujeitará às punições decorrentes da falsa informação prestada para fins de obtenção do benefício, previstas no artigo 10, § 1º, deste decreto.

§ 1º - O prazo de validade dos documentos mencionados nos incisos do parágrafo anterior será estabelecido pela Coordenadoria do Programa.

§ 2º - Os cadastros das famílias beneficiárias do Programa e a documentação comprobatória das informações deles constantes serão mantidos pelo Município de São Paulo pelo prazo de 10 (dez) anos ou por aquele que venha a ser fixado em regulamento expedido pelos órgãos federais competentes.

Art. 5º - O benefício mencionado no artigo 2º deste decreto será concedido pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, desde que mantidas as condições que ensejaram a inclusão da família beneficiada no Programa e cumpridas as cláusulas firmadas no Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Parágrafo único - As famílias estarão sujeitas à avaliação sistemática e controle periódico, na forma determinada pelo órgão responsável pela coordenação geral do Programa.

Art. 6º - O Programa será implantado gradativamente, observada a disponibilidade de recursos financeiros, de forma a priorizar os distritos com maior índice de exclusão social, baseado na conjugação dos seguintes fatores: maior índice de violência, maior taxa de desemprego e menor renda familiar.

Art. 7º - A implantação do Programa conferirá prioridade às famílias em situação agravante de pobreza, observando-se os seguintes critérios, pela ordem, sem prejuízo do disposto no "caput" do artigo 1º deste decreto:

I - menores faixas de renda familiar "per capita";

II - filhos ou dependentes com até 23 (vinte e três) meses de idade e em estado de desnutrição;

III - filhos ou dependentes menores de 14 (quatorze) anos e portadores de necessidades especiais;

IV - famílias monoparentais;

V - maior número de filhos e/ou dependentes menores de 14 (quatorze) anos;

VI - filhos ou dependentes menores de 14 (quatorze) anos, sob medidas específicas de proteção ou sócio-educativas, previstas, respectivamente, nos artigos 99 a 102 e 112 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VII - dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;

VIII - condições de moradia.

Parágrafo único - A renda familiar "per capita" referida no inciso I deste artigo será determinada pelo resultado da soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, dividida pelo respectivo número de componentes, excluídos apenas os valores provenientes do Programa.

Art. 8º - O Poder Executivo Municipal poderá celebrar convênios e parcerias com entidades de direito público ou privado, para os fins previstos na alínea "b" do inciso I do artigo 5º da Lei Municipal nº 12.651, de 6 de maio de 1998.

Art. 9º - O pagamento da complementação de renda será interrompido se:

I - a renda bruta familiar superar o limite estabelecido no "caput" do artigo 1º;
II - qualquer filho ou dependente em idade escolar tiver frequência inferior a 90% (noventa por cento) das aulas do mês do benefício, sem justificativa aceita pelo órgão responsável, acompanhada de

documento comprobatório;

III - houver descumprimento das cláusulas estabelecidas no Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Parágrafo único - Nos casos de redução da renda bruta familiar para nível inferior ao limite estabelecido no "caput" do artigo 1º ou de regularização da frequência escolar, o pagamento da complementação da renda será restabelecido, mas sem direito a pagamento retroativo.

Art. 10 - Será excluída do Programa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, a família cujo responsável prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito para a obtenção de vantagens.

§ 1º - Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o beneficiário que gozar ilicitamente do auxílio será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida indevidamente, corrigida na forma disposta na legislação municipal aplicável.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

§ 3º - A restituição da parcela indevidamente recebida, relativa à participação financeira da União, obedecerá as normas estabelecidas em regulamento expedido pelo órgão federal competente.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Educação definirá as normas para a rede municipal de ensino, estabelecendo a obrigatoriedade de a direção das unidades certificar a frequência e os casos de evasão e/ou abandono da escola.

Art. 12 - A Prefeitura do Município de São Paulo buscará firmar termo de cooperação com a Secretaria Estadual de Educação, visando à implantação de mecanismos semelhantes aos estabelecidos no artigo anterior, para o acompanhamento mensal dos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 13 - A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, por intermédio da Coordenadoria de Projetos Sociais, será responsável pela coordenação geral do Programa, estabelecendo normas e

procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização.

Art. 14 - O Programa contará com uma Comissão de Apoio, constituída pelos titulares ou representantes dos seguintes órgãos governamentais e não governamentais:

I - Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF, que a presidirá;

II - Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS;

III - Secretaria Municipal de Educação - SME;

IV - Secretaria Municipal da Saúde - SMS;

V - Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;

VI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

VII - Conselho Municipal da Assistência Social - COMAS;

VIII - Entidades Sindicais;

IX - Entidades Empresariais.

§ 1º - A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões objetivando o aperfeiçoamento do Programa;

§ 2º - Os membros da Comissão e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados;

§ 3º - A Comissão reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu presidente, ou por solicitação da maioria de seus componentes, dirigida à mesma autoridade;

§ 4º - As decisões da Comissão serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto ordinário e, no caso de empate, o de qualidade;

§ 5º - As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas relevante serviço público, não sendo remuneradas.

Art. 15 - Em função da disponibilidade de recursos e da experiência acumulada na execução do Programa, o Poder Executivo poderá elevar até 66% (sessenta e seis por cento) a alíquota estabelecida no "caput" do artigo 2º deste decreto.

Art. 16 - Os recursos para a execução deste Programa correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 05 de abril de 2001, 448º da fundação de São Paulo.

MARTA SUPLICY, PREFEITA

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

FERNANDO JOSÉ DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Educação

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Secretário Municipal de Assistência Social

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde

MARCOS QUEIROGA BARRETO, Respondendo pelo Cargo de Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 05 de abril de 2001.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO 9– Lei Municipal Nº 13.265 de 02 de janeiro de 2002 que altera as disposições sobre a Lei Nº 12.651 do PGRFM.

LEI Nº 13.265, 02 DE JANEIRO DE 2002

(Projeto de Lei nº 549/01, do Executivo)

Altera disposições da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, que dispõe sobre a instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, e dá outras providências.

HÉLIO BICUDO, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 19 de dezembro de 2001, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM, cujo objetivo é complementar a renda de famílias que atendam aos seguintes requisitos, cumulativamente:

a) serem residentes e domiciliadas no Município de São Paulo há, no mínimo, 2 (dois) anos;

b) tenham renda familiar bruta mensal per capita inferior a 1/2 (meio) salário mínimo nacional;

c) tenham filhos e/ou dependentes, sendo pelo menos um deles com idade inferior a 16 anos;

d) estejam os filhos e/ou dependentes com idade entre 7 (sete) e 15 (quinze) anos matriculados em escola pública, com frequência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento);

e) sejam constituídas por, pelo menos, um dos pais das crianças e/ou adolescentes na faixa etária de 0 (zero) a 15 (quinze) anos, ou por responsável legal formalmente designado pelo Juízo competente.

Parágrafo único - A família beneficiária poderá ser constituída por outras pessoas que com ela possuam ou não laços de parentesco, formando um grupo doméstico com relação de interdependência."

Art. 2º - O artigo 2º da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal consistirá na complementação mensal da renda familiar, mediante a concessão de benefício, calculado da seguinte forma:

a) apura-se a renda base pela multiplicação do número de todos os componentes da família pelo valor de 1/2 (meio) salário mínimo nacional;

b) do valor da renda base apurada, subtrai-se o valor da renda familiar bruta mensal efetivamente auferida pela família;

c) multiplica-se a importância obtida na alínea "b" deste artigo por 0,66 (sessenta e seis décimos), obtendo-se o valor do benefício a ser percebido.

§ 1º - Para os fins desta lei, considera-se renda familiar bruta mensal o resultado obtido mensalmente pela somatória dos rendimentos monetários do trabalho formal ou informal, auferidos por todos os membros da família que tenham idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos completos, bem como de benefícios previdenciários e de outros provenientes de programas de complementação de renda instituídos em âmbito federal ou estadual, ou mantidos por instituições não-governamentais.

§ 2º - Do cálculo do benefício, serão descontados os valores porventura recebidos concomitantemente de programas de complementação de renda familiar, instituídos pelo Governo Federal ou Estadual, ou por instituições não-governamentais.

§ 3º - O valor do benefício não poderá ser inferior a um décimo do salário mínimo nacional, nem superior a uma vez e um décimo do salário mínimo nacional."

Art. 3º - O artigo 4º da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O pagamento do benefício será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar bruta mensal per capita passar a ser igual ou superior a 1/2 (meio) salário mínimo nacional;

II - qualquer filho e/ou dependente mencionado no artigo 1º desta lei tiver frequência inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) das aulas do mês do benefício;

III - os beneficiários infringirem as disposições mencionadas no artigo 6º desta lei.

Parágrafo único - O benefício poderá ser novamente requerido quando a observância dos requisitos previstos no artigo 1º desta lei for restabelecida."

Art. 4º - O artigo 5º da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, passa a

vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com quaisquer entidades de direito público ou privado, visando ao acompanhamento, execução, avaliação e fiscalização do PGRFMM, bem como para o desenvolvimento de suas atividades e dos demais programas a ele vinculados."

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal, em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, viabilizará iniciativas que incentivem a permanência das crianças e adolescentes na rede escolar.

Art. 6º - O PGRFMM contará com uma Comissão de Apoio e Controle Social, presidida pelo Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e constituída por titulares ou representantes de órgãos governamentais e não-governamentais.

§ 1º - A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aprimoramento do PGRFMM.

§ 2º - A composição da Comissão será estabelecida em decreto, sendo suas atividades consideradas serviço público relevante, pelas quais seus membros não perceberão qualquer remuneração.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua publicação.

Art. 8º - As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 02 de janeiro de 2002, 448º da fundação de São Paulo.

HÉLIO BICUDO, Prefeito em Exercício

ILZA REGINA DEFILIPPI DIAS, Respondendo pelo Cargo de Secretária dos Negócios Jurídicos

FERNANDO HADDAD, Respondendo pelo Cargo de Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

MÁRCIO POCHMANN, Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 02 de janeiro de 2002.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

ANEXO 10 Decreto Municipal Nº 41.836 de 25 de março de 2002, que regulamenta a Lei nº 13.265 de 2002, e que altera disposições da Lei Nº 12.651 de 1998.

DECRETO Nº 41.836, 25 DE MARÇO DE 2002

Regulamenta a Lei nº 13.265, de 2 de janeiro de 2002, que altera disposições da Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, a qual dispõe sobre a instituição do Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, e dá outras providências.

HÉLIO BICUDO, Vice-Prefeito, em exercício no cargo de Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
DECRETA:

Art. 1º - O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal, instituído no Município de São Paulo pela Lei nº 12.651, de 6 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 13.265, de 2 de janeiro de 2002, fica regulamentado na conformidade das disposições constantes deste decreto.

Art. 2º - O Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima Municipal - PGRFMM beneficiará as famílias que atendam aos seguintes requisitos, cumulativamente;
I - sejam residentes e domiciliadas no Município de São Paulo há, no mínimo, 2 (dois) anos;

II - tenham renda familiar bruta mensal "per capita" inferior a 1/2 (meio) salário mínimo nacional;

III - tenham filhos e/ou dependentes, sendo pelo menos 1 (um) deles com idade inferior a 16 (dezesseis) anos;

IV - estejam os filhos e/ou dependentes com idade entre 7 (sete) e 15 (quinze) anos matriculados em escola pública, ou em escola particular desde que com bolsa integral, com frequência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento);

V - sejam constituídas por, pelo menos, um dos pais das crianças e/ou adolescentes na faixa etária de 0 (zero) a 15 (quinze) anos, ou por responsável legal formalmente designado pelo juízo competente.

§ 1º - A família beneficiária poderá ser constituída por outras pessoas que com ela possuam ou não laços de parentesco, formando um grupo doméstico com relação de interdependência, mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.

§ 2º - Para o enquadramento na faixa etária, considera-se a idade da criança e/ou adolescente em número de anos completados até o primeiro dia do ano em que ocorrer sua participação no Programa de que trata este decreto.

Art. 3º - O PGRFMM consistirá na complementação mensal da renda familiar, mediante a concessão de benefício, calculado da seguinte forma:

I - apura-se a renda base pela multiplicação do número de todos os componentes da família pelo valor de 1/2 (meio) salário mínimo nacional;

II - do valor da renda base apurada, subtrai-se o valor da renda familiar bruta mensal efetivamente auferida pela família;

III - multiplica-se a importância obtida no inciso II deste artigo por 0,66 (sessenta e seis décimos), obtendo-se o valor do benefício a ser percebido.

§ 1º - Para os fins do PGRFMM, considera-se renda familiar bruta mensal o resultado obtido mensalmente pela somatória dos rendimentos monetários advindos do trabalho formal ou informal, auferido por todos os membros da família que tenham idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos completos, bem como de benefícios previdenciários e de outros provenientes de programas

de complementação de renda instituídos em âmbito federal ou estadual, ou mantidos por instituições não governamentais, excetuados aqueles previstos no § 2º deste artigo.

§ 2º - Do cálculo do benefício serão descontados os valores porventura recebidos concomitantemente do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", instituído pela Lei Federal nº 10.219, de 11 de abril de 2001, e do Programa Renda Cidadã, instituído pela Resolução SEADS 15, de 27 de setembro de 2001, do Governo do Estado de São Paulo, ou de instituições não governamentais.

§ 3º - O valor do benefício não poderá ser inferior a um décimo do salário mínimo nacional, nem superior a uma vez e um décimo do salário mínimo nacional.

§ 4º - Na hipótese de ocorrer diminuição da renda familiar bruta mensal "per capita", após a inclusão da família no PGRFMM, o seu responsável legal deverá requerer o recálculo do benefício à Coordenadoria do Programa, apresentando os documentos comprobatórios do fato.

Art. 4º - O pagamento do benefício será feito mediante crédito bancário, em nome do responsável legal cadastrado no Programa.

§ 1º - Os recursos não movimentados pelos respectivos beneficiários no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do depósito, serão transferidos pelo agente de crédito para a conta corrente do Programa.

§ 2º - Nas hipóteses de falecimento do responsável legal pela família, de sua efetiva separação desta, quer de fato, quer judicial e da perda do pátrio poder ou da guarda dos filhos e/ou dependentes, em razão de cumprimento de decisão judicial, o sucessor ou o novo responsável deverá imediatamente comunicar o fato à Coordenadoria do Programa, para as alterações necessárias no procedimento de pagamento do benefício.

§ 3º - Havendo impedimento temporário, de qualquer natureza, do responsável legal pela família beneficiária, será aceita procuração por instrumento particular por ele outorgado, com firma reconhecida, conferindo a outro membro da família, maior e capaz, poderes específicos para receber o benefício, por prazo expressamente determinado e enquanto perdurar o impedimento.

Art. 5º - A aferição da renda, para fins do PGRFMM, será realizada no momento do cadastramento inicial da família e em qualquer fase do Programa, a critério da Coordenadoria do Programa.

Art. 6º - Para se habilitarem no PGRFMM, as famílias deverão cumprir os requisitos previstos no artigo 2º deste decreto, cumulativamente, apresentando os seguintes documentos:

I - certidão de nascimento e/ou documento de guarda ou tutela dos dependentes entre 0 (zero) e 15 (quinze) anos;

II - comprovante de residência e domicílio neste município por, no mínimo, 2 (dois) anos, tais como: carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, contas de luz, gás ou água, ou documento equivalente, considerado hábil pela Coordenadoria do Programa;

III - certidão ou documento comprobatório de matrícula de todos os dependentes entre 7 (sete) e 15 (quinze) anos em escola pública, ou em escola particular desde que com bolsa integral;

IV - comprovantes de renda familiar bruta mensal, tais como: recibos, "holleriths", carteira profissional, declaração do empregador, do tomador de

serviços ou de próprio punho, na hipótese de atividade eventual ou informal, ou outros documentos equivalentes, considerados hábeis pela Coordenadoria do Programa.

V - Termo de Compromisso e Responsabilidade, no qual o responsável pela família declarará que tem conhecimento das regras do Programa e se sujeitará às punições decorrentes da falsa informação prestada para fins de obtenção do benefício, previstas no artigo 9º, § 1º, deste decreto.

§ 1º - O prazo de validade dos documentos mencionados nos incisos deste artigo será fixado pela Coordenadoria do Programa;

§ 2º - Os cadastros das famílias beneficiárias do Programa de Renda Familiar Mínima Municipal e a documentação comprobatória das informações deles constantes serão mantidos pelo Município de São Paulo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do exercício subsequente àquele em que ocorrer o pagamento da participação financeira da União ou do Estado, ou pelo prazo que vier a ser fixado em regulamentos expedidos por órgãos federais ou estaduais competentes, caso superior àquele.

Art. 7º - O benefício mencionado no artigo 3º deste decreto será concedido pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado, desde que mantidas as condições que ensejaram a inclusão da família beneficiada no Programa e cumpridas as cláusulas do Termo de Compromisso e Responsabilidade firmado, conforme formulário elaborado pela Coordenadoria do PGRFMM.

Parágrafo único - As famílias estarão sujeitas à avaliação sistemática e controle periódico, na forma estabelecida pela Coordenadoria do Programa.

Art. 8º - O pagamento do benefício será automaticamente interrompido se:

I - a renda familiar bruta mensal "per capita" passar a ser igual ou superior a 1/2 (meio) salário mínimo nacional, devendo o responsável legal comunicar imediatamente o fato à Coordenadoria do Programa;

II - os filhos e/ou dependentes mencionados no artigo 2º deste decreto tiverem frequência inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) das aulas do mês do benefício, sem justificativa aceita pela Coordenadoria do Programa, acompanhada de documento comprobatório, excluindo-se a parte do benefício cabente àquele que apresentar frequência escolar inferior a esse percentual;

III - os beneficiários descumprirem as condições previstas neste decreto e estabelecidas no Termo de Compromisso e Responsabilidade.

Parágrafo único - O benefício poderá ser novamente requerido quando a observância dos requisitos previstos no artigo 2º deste decreto for restabelecida, não havendo direito a pagamento retroativo.

Art. 9º - Será excluída do Programa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou definitivamente, se reincidente, a família cujo responsável prestar declaração falsa ou usar de qualquer outro meio ilícito para a obtenção de vantagens.

§ 1º - Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o beneficiário que gozar ilicitamente do auxílio será obrigado a efetuar o ressarcimento integral da importância recebida indevidamente, corrigida na forma disposta na legislação municipal aplicável.

§ 2º - Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou parceira que concorra para a concessão ilícita do benefício, aplicam-se, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas cabíveis, multa equivalente ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, corrigidos na forma prevista na legislação municipal aplicável.

§ 3º - A restituição da parcela indevidamente recebida, relativa à participação financeira da União ou do Governo Estadual, obedecerá às normas estabelecidas em regulamento expedido pelo órgão federal ou estadual competente.

Art. 10 - Fica mantido o pagamento mensal dos benefícios concedidos a famílias já cadastradas e selecionadas anteriormente à data da publicação deste decreto, até que seja completado 1 (um) ano do início de sua concessão.

Parágrafo único - Na hipótese de prorrogação da concessão do benefício para as famílias mencionadas no "caput" deste artigo, deverão ser adotados os critérios estabelecidos no artigo 3º deste decreto.

Art. 11 - À Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade incumbe implantar e coordenar o PGRFMM.

Parágrafo único - O Programa será implantado gradativamente, observada a disponibilidade de recursos financeiros, de forma a priorizar os distritos com maior índice de exclusão social, baseado na conjugação dos seguintes fatores: maior índice de violência, maior taxa de desemprego e menor renda familiar.

Art. 12 - A implantação do Programa conferirá prioridade às famílias em situação agravante de pobreza, observando-se os seguintes critérios, pela ordem, sem prejuízo do disposto no artigo 2º deste decreto:

I - menores faixas de renda familiar "per capita";

II - filhos ou dependentes com até 23 (vinte e três) meses de idade e em estado de desnutrição;

III - filhos ou dependentes menores de 15 (quinze) anos e portadores de necessidades especiais;

IV - famílias monoparentais;

V - maior número de filhos e/ou dependentes menores de 15 (quinze) anos;

VI - filhos ou dependentes menores de 15 (quinze) anos, sob medidas específicas de proteção ou sócio-educativas, previstas, respectivamente, nos artigos 99 a 102 e 112 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

VII - dependentes idosos ou portadores de necessidades especiais;

VIII - condições de moradia.

Art. 13 - O Poder Executivo poderá celebrar convênios e parcerias com quaisquer entidades de direito público ou privado, visando ao acompanhamento, execução, avaliação e fiscalização do PGRFMM, bem como para o desenvolvimento de suas atividades e dos demais programas a eles vinculados.

Art. 14 - O Poder Executivo Municipal, em parceria com instituições governamentais e não governamentais, viabilizará iniciativas que incentivem a permanência das crianças e adolescentes na rede escolar.

Art. 15 - A Secretaria Municipal de Educação definirá as normas para a rede municipal de ensino, estabelecendo a obrigatoriedade de a direção das unidades certificar a frequência e os casos de evasão e/ou abandono da escola.

Art. 16 - A Prefeitura do Município de São Paulo buscará firmar termo de cooperação com a Secretaria Estadual de Educação, visando à implantação de mecanismos semelhantes aos estabelecidos no artigo anterior, para o acompanhamento mensal dos alunos da rede estadual de ensino.

Art. 17 - O PGRFMM contará com a cooperação dos órgãos da Administração Direta Municipal e da Comissão de Apoio e Controle Social, presidida pelo Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade e constituída por titulares ou representantes dos seguintes órgãos governamentais e não governamentais:

- I - Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico - SF;
- II - Secretaria Municipal de Assistência Social - SAS;
- III - Secretaria Municipal de Educação - SME;
- IV - Secretaria Municipal da Saúde - SMS;
- V - Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB;
- VI - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- VII - Conselho Municipal da Assistência Social - COMAS;
- VIII - Entidades Sindicais;
- IX - Entidades Empresariais.

§ 1º - A Comissão mencionada no "caput" deste artigo terá por atribuições o contínuo acompanhamento, a avaliação e a formulação de sugestões visando ao aprimoramento do PGRFMM.

§ 2º - Os membros da Comissão e seus suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos representados.

§ 3º - A Comissão reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros, mediante convocação de seu presidente, ou por solicitação, dirigida à mesma autoridade.

§ 4º - As decisões da Comissão serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao seu Presidente o voto ordinário e, no caso de empate, o de qualidade.

§ 5º - As atividades exercidas pelos membros da Comissão serão consideradas relevante serviço público, não sendo remuneradas.

Art. 18 - Os recursos para a execução deste Programa correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 19 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 40.400, de 05 de abril de 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 25 de março de 2002, 449º da fundação de São Paulo.

Hélio Bicudo, Prefeito em Exercício

ANNA EMILIA CORDELLI ALVES, Secretária dos Negócios Jurídicos

JOÃO SAYAD, Secretário de Finanças e Desenvolvimento Econômico

MARIA APARECIDA PEREZ, Respondendo pelo Expediente da Secretaria Municipal de Educação

ALDAÍZA DE OLIVEIRA SPOSATI, Secretária Municipal de Assistência Social

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO, Secretário Municipal da Saúde

LUIZ PAULO TEIXEIRA FERREIRA, Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

MARCOS POCHMANN, Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
Publicado na Secretaria do Governo Municipal, em 25 de março de 2002.

RUI GOETHE DA COSTA FALCÃO, Secretário do Governo Municipal

***ANEXO 11- Estratégias de intervenção para os
Programas Sociais implementados pela Secretaria do
desenvolvimento Trabalho e Solidariedade.***

Fonte: SDTS/PMSP.

ANEXO 12 – Mapa de Distribuição dos Programas Sociais na cidade de São Paulo gestão 2001-2004, implementados pela SDTS.

**Mapa 1 - Distribuição Distrital de
Implementação dos Programas Sociais por
de Ano de Atendimento**

ANEXO 13 - Convenção da OIT 160, que trata de povos indígenas e tribais em países independentes.

*** Retirado de "Legislação Indigenista": Senado Fedral, Brasília, 1993**

**CONVENÇÃO N.º 169 DA OIT
DE 7 DE JUNHO DE 1989**

Convenção relativa aos povos indígenas e tribais em países independentes.

A Conferência Geral da Organização do Trabalho.

Convocada em Genebra pelo Conselho da Repartição Internacional do Trabalho e tendo ali se reunido a 7 de junho de 1989, em sua septuagésima primeira sessão;

Observando as normas internacionais enunciadas na Convenção e na Recomendação sobre populações indígenas e tribais, 1957;

Lembrando os termos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e dos numerosos instrumentos internacionais sobre a prevenção da discriminação;

Considerando que a evolução do direito internacional desde 1957 e as mudanças sobrevindas na situação dos povos indígenas e tribais em todas as regiões do mundo fazem com que seja aconselhável adotar novas normas internacionais nesse assunto, a fim de se eliminar a orientação para a assimilação, das normas anteriores;

Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram;

Observando que em diversas partes do mundo esses povos não podem gozar dos direitos humanos fundamentais no mesmo grau que o restante da população dos Estados onde moram e que suas leis, valores, costumes e perspectivas têm sofrido erosão freqüentemente;

Lembrando a particular contribuição dos povos indígenas e tribais à diversidade cultural, à harmonia social e ecológica da humanidade e à cooperação e compreensão internacionais;

Observando que as disposições a seguir foram estabelecidas com a colaboração das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, da Organização das Nações Unidas, Saúde, bem como do Instituto Indigenista Interamericano, nos níveis apropriados e nas suas

ANEXO 14– Termo de Ajustamento e Conduta entre Furnas e FUNAI – que trata da comunidade indígena do Morro da Saudade/ capítulo V.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

de conformidade com a necessidade observada, os municípios onde serão realizadas as atividades e a sua frequência.

3. FURNAS compromete-se a contratar estudo, a ser elaborado por consultoria independente e de renomado saber na área, sobre os efeitos da exposição sócio-ambiental às emissões dos campos eletromagnéticos – CEM – provocadas por linhas de transmissão, no prazo de 18 (dezoito) meses, a contar da homologação do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

4. O IBAMA compromete-se a analisar o estudo referido no item 3 supra, no prazo de 6 (seis) meses, visando, dentre outros encaminhamentos cabíveis, a apresentação de proposta ao CONAMA de regulamentação para o licenciamento das atividades geradoras dos CEM.

CAPÍTULO V - DAS COMUNIDADES INDÍGENAS

1. FURNAS compromete-se a colaborar com a FUNAI, por meio de instrumento jurídico próprio a ser definido, no processo de Identificação e Demarcação das áreas propostas para ampliação das Terras Indígenas Guarani Morro da Saudade (Barragem), Krukutu e Jaraguá, de acordo com as indicações constantes do Mapa de Ocupação Guarani e da Planta de Demarcação da Terra Indígena Guarani da Aideia Jaraguá apresentados no Relatório de Interferências (Maria Inês Ladeira), (Anexo VIII) nos seguintes termos:

1.1. Custear as despesas relativas aos planos operacionais do(s) grupo(s) técnico(s) nomeado(s) pela FUNAI responsável(is) pela realização dos estudos de natureza etno-histórica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à identificação e delimitação das áreas de ampliação referentes as Terras Indígenas Guarani Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá, conforme normas e prazos definidos nos termos do Decreto nº 1.775/96.

MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

1.2. FURNAS compromete-se, ainda, a custear as despesas relativas aos trabalhos de demarcação física das áreas em questão, incluindo o cercamento adequado relativo ao perímetro dessas áreas, conforme estabelecido pela FUNAI, bem assim a implantação de porteiros.

1.3. FURNAS compromete-se a custear despesas relativas ao pagamento de indenizações de benfeitorias de boa fé levantadas nas áreas de ampliação das Terras Indígenas acima mencionadas.

1.4 FURNAS compromete-se a custear despesas com diárias e deslocamento dos técnicos designados pela FUNAI encarregados de proceder ao pagamento das benfeitorias de boa fé acima referidas.

2. FURNAS compromete-se a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da assinatura do presente Termo de Compromisso, com acompanhamento de técnico indicado pela FUNAI, os trabalhos de recuperação do sistema de eletrificação das áreas coletivas e da rede de distribuição interna junto às residências das aldeias Guarani Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá, com vistas a promover sua adequação às normas de segurança das instalações, devendo apresentar à FUNAI (DEPIMA-BSB) e à FUNASA (CORE-SP), com cópia ao Ministério Público Federal, relatório das atividades desenvolvidas, 45 (quarenta e cinco) dias após sua conclusão. 15/06

2.1 FURNAS compromete-se a custear as despesas com diárias e deslocamento dos técnicos designados pela FUNAI encarregados de proceder ao acompanhamento mencionado no item anterior.

3. FURNAS compromete-se a destinar recursos, pelo período de 5 (cinco) anos, prorrogáveis por igual período, para o desenvolvimento do "Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência", junto às Aldeias Guarani Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá, após devida aprovação pelo DEPIMA/DPC

19

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

FUNAI, de acordo com o documento "*Valorização Cultural e Ambiental das Aldeias Guarani, no Município de São Paulo*" onde são estabelecidos os objetivos de referido Projeto, acompanhado da "*Estimativa de Custos*" (Anexo VI).

3.1. O "*Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência*" será coordenado por consultor indicado pela FUNAI e contratado por FURNAS, de maneira integrada às diversas ações em curso nas aldeias atingidas, devendo contar, em todas as suas fases, com a participação das comunidades indígenas e com o respeito aos seus princípios de autoridade e decisão.

3.2 O "*Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência*" será acompanhado, supervisionado e fiscalizado por técnico indicado pela FUNAI, comprometendo-se FURNAS a custear as despesas relativas ao pagamento de diárias e deslocamento de referido técnico.

3.3. O "*Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência*" será implementado pelas próprias comunidades indígenas, respeitando-se suas técnicas de manejo e conhecimentos tradicionais, comprometendo-se FURNAS a custear as despesas relativas à aquisição de sementes, adubos orgânicos, mudas, ferramentas, alimentação para mutirões de trabalho, fretes, deslocamentos entre aldeias para busca e/ou troca de cultivos tradicionais, aluguéis de equipamentos e máquinas, apresentadas de acordo com as necessidades e dinâmica dos trabalhos desenvolvidos.

3.4. O "*Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência*" abrange as seguintes ações:

3.4.1. Construção de cercas de arame farpado e mourões nas divisas das áreas indígenas com estradas e ruas nas aldeias Morro da Saúde, Krukutu e Jaraguá, bem como entre os espaços de cultivo e criação de animais.

20

3.4.2. Construção de cercas vivas nas divisas das áreas indígenas com estradas e ruas nas aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá, bem como entre os espaços de cultivo e criação de animais.

3.4.3. Implantação de porteiras com "quebra-costela" nas entradas das aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá visando a defesa das terras?

3.4.4. Povoamento das áreas Guaraní Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá com espécies de vegetação nativa, sobretudo das mais utilizadas pelos índios como fonte de alimento, saúde e em sua cultura material?

3.4.5. Apoio às atividades de agricultura de subsistência e artesanato a serem desenvolvidas pelas comunidades das aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá.

3.4.6. Implantação, no sistema de agrofloresta, de pomares de frutos silvestres e exóticos que fazem parte da dieta Guaraní nas aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá?

3.4.7. Construção de açude na aldeia do Krukutu para criação de peixes, como fonte alimentar ou lazer, em local escolhido pela comunidade, após a devida aprovação dos órgãos competentes. (SIMA, DPEN)

3.4.8. Recuperação do açude existente na aldeia Morro da Saudade e diagnóstico para aproveitamento ao aquífero na aldeia Jaraguá, visando a criação de peixes, como fonte alimentar ou lazer para crianças.

3.4.9. Aquisição de espécies de alevinos a serem definidas de acordo com critérios técnicos visando o povoamento de espécies nos açudes construídos e recuperados nas aldeias Morro da Saudade, Jaraguá e Krukutu.

21

3.5. Deverão ser apresentados a FUNAI (DEPIMA-BSB), com cópia ao Ministério Público Federal, relatórios trimestrais de acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do "Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência", subscritos pelo consultor contratado por FURNAS.

4. FURNAS compromete-se a construir, na aldeia Krukutu, em terreno escolhido pela comunidade para essa finalidade, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, Unidade Multifuncional com área aproximada de 120 metros quadrados, destinada à implantação de cozinha comunitária e de unidade básica de saúde, conforme "Projeto da Unidade Multifuncional", previamente discutido e aprovado pela comunidade indígena, apresentado no Anexo VII.

4.1. A cozinha comunitária, com área aproximada de 58 metros quadrados, será destinada a preparação e oferta de comidas tradicionais, sobretudo às crianças, como incentivo ao consumo da culinária Guarani, à produção de gêneros necessários na própria aldeia e à recuperação nutricional dos seus membros.

4.2. FURNAS compromete-se a fornecer, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os equipamentos necessários ao funcionamento da cozinha comunitária, na aldeia Krukutú, de acordo com a "Relação de Móveis e Utensílios para Cozinha", apresentada no Anexo VIII.

4.3. A unidade básica de saúde, com área aproximada de 62 metros quadrados, será destinada ao atendimento à saúde de nível primário, nos termos do programa de atenção à saúde indígena coordenado pela FUNASA.

4.4. FURNAS compromete-se a entregar, em 180 (cento e oitenta) dias, os equipamentos necessários ao funcionamento da unidade básica de saúde na aldeia Krukutu, conforme padrão estabelecido pela FUNASA e de acordo com as relações de "Material Permanente para Equipe de Saúde e de Apoio" e de

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

"Material Permanente para Equipe de Saúde de Odontologia", apresentadas no Anexo IX.

4.5. A implantação da cozinha comunitária e da unidade básica de saúde deverá ser aprovada pela FUNAI e pela FUNASA (CORE-SP), efetuada com acompanhamento dessas instituições e do Projeto de Saúde-Martim-de-Lima, por intermédio de seu coordenador Sr. Uwe Weibrecht (telefone: 5920-2807).

5. FURNAS compromete-se a executar, duas vezes por ano, pelo período de 3 (três) anos, nas aldeias Morro da Saudade e Krukutu, Programa de Comunicação Social que informe os objetivos da LTC III e suas interferências sobre o meio ambiente e a paisagem local, destinado aos membros das comunidades e aos técnicos em saúde e educação que atuam nessas aldeias.

5.1. O programa de Comunicação Social referido no item acima abordará, no mínimo, os seguintes temas: riscos de acidentes na faixa de servidão, sobretudo durante incursões nas matas; medidas preventivas para minimização da exposição prolongada aos campos eletromagnéticos.

6. FURNAS compromete-se a realizar, concomitantemente à retomada das obras de implantação do empreendimento, com acompanhamento da FUNASA e orientação antropológica, Programa de Comunicação Social Especial em Saúde, destinado às comunidades das aldeias do Krukutu e Morro da Saudade, abrangendo orientação e prevenção de doenças contagiosas e as sexualmente transmissíveis; alcoolismo e drogas.

6.1. FURNAS compromete-se a apresentar relatórios à FUNAI e à FUNASA, com cópia ao Ministério Público Federal, 90 (noventa) dias após a execução do Programa de Comunicação Social mencionado no item 5 e do Programa de Comunicação Social Especial em Saúde mencionado no item 6.

23

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

7. FURNAS compromete-se a realizar, em 120 (cento e vinte) dias, Programa de Comunicação Social orientado por antropólogo, junto às aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá destinado a informar as comunidades sobre eletricidade e o uso adequado e seguro da energia elétrica.

7.1. O Programa de Comunicação Social referido no item acima contará com a participação dos professores índios e não índios das aldeias Morro da Saudade, Krukutu e Jaraguá.

7.2. FURNAS compromete-se a apresentar, 90 (noventa) dias após a realização do Programa de Comunicação Social referido no item acima, relatório à FUNAI e à FUNASA, com cópia ao Ministério Público Federal.

8. FURNAS compromete-se a realizar, concomitantemente à retomada das obras de implantação do empreendimento, Programa de Comunicação Social destinado a orientar os técnicos das áreas de planejamento da LT e os trabalhadores das obras sobre aspectos básicos da cultura indígena Guarani, direitos indígenas, noções básicas da legislação indigenista, sobretudo o artigo 58 do Estatuto do Índio (Lei nº 6001).

8.1. FURNAS compromete-se a apresentar relatório à FUNAI, com cópia ao Ministério Público Federal, 90 (noventa) dias após a realização do Programa de Comunicação Social referido no item acima.

9. Os Programas de Comunicação Social referidos nos itens 5, 6, 7 e 8 serão submetidos à aprovação da FUNAI, que designará técnicos com a incumbência de acompanhar e fiscalizar as ações relativas à execução desses Programas, comprometendo-se FURNAS a custear as despesas com diárias e deslocamentos de referidos técnicos.

24

***ANEXO 15– Convenção da UNESCO de 1960, relativa à
luta pela discriminação do ensino. .***

* Retirado de "Legislação Indigenista": Senado Federal, Brasília, 1993

**CONVENÇÃO DA UNESCO
DE 14 DE DEZEMBRO DE 1960**

Relativa à luta contra a discriminação no campo do ensino.

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 14 de novembro a 15 de dezembro de 1960, em sua décima primeira sessão,

Lembrando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma o princípio de não-discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação,

Considerando que a discriminação no campo do ensino constitui violação dos direitos enunciados nesta Declaração,

Considerando que, nos termos de sua Constituição, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura se propõe a instituir a colaboração entre as nações para assegurar a todos o respeito universal dos direitos do homem a oportunidade igual de educação,

Consciente de que incumbe conseqüentemente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, dentro do respeito da diversidade dos sistemas nacionais de educação, não só prescrever qualquer discriminação em matéria de ensino, mas igualmente promover a igualdade de oportunidade e tratamento para todos neste campo,

Tendo recebido propostas sobre diferentes aspectos da discriminação no ensino, questão que constitui o item 17.1.4 da ordem do dia da sessão.

Tendo decidido em sua décima sessão que essa questão seria objeto de uma convenção internacional, assim como de recomendações aos Estados-Membros.

Adota, neste décimo quarto dia de dezembro de 1960, a presente Convenção:

Artigo I

1. Para fins da presente Convenção, o termo "discriminação" abarca qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência que, por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião pública ou qualquer outra opinião, origem nacional

***ANEXO 16– Ministério da Saúde/FUNASA-Relatório de
doenças mais incidentes nas aldeias indígenas
localizadas na cidade de São Paulo. 2002.***

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Coordenação Regional de São Paulo
 Assessoria de Saúde Indígena

POLO BASE - SÃO PAULO
JANEIRO A JUNHO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá			
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
5 a 9 anos	Abscesso ã especificado	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Amigdalite aguda	0	0%	1	4%	0	0%	1	1%
	Bronquite asmática	8	10%	2	8%	0	0%	10	8%
	Conjuntivite	1	1%	2	8%	1	4%	4	3%
	Dermatite/eczema	4	5%	1	4%	1	4%	6	5%
	Dermatofitose	0	0%	0	0%	1	4%	1	1%
	Diarreia	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Escabiose	4	5%	5	21%	0	0%	9	7%
	Estomatite/afta	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	Ferida infectada	0	0%	0	0%	2	8%	2	2%
	Fratura braço direito	0	0%	0	0%	1	4%	1	1%
	Impetigo	7	9%	3	13%	5	21%	15	12%
	IRA	13	16%	5	21%	7	29%	25	20%
	Micose de pele	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	Otite média aguda	7	9%	4	17%	0	0%	11	9%
	Piodermite	0	0%	0	0%	2	8%	2	2%
	Pneumonia	9	11%	1	4%	0	0%	10	8%
	Vermínose	13	16%	0	0%	0	0%	13	10%
10 a 14 anos	Agressão animal	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Amigdalite aguda	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Bronquite asmática	0	0%	1	5%	0	0%	1	1%
	Conjuntivite	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Dermatite/eczema	3	4%	0	0%	0	0%	3	3%
	Diarreia	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Escabiose	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Estomatite/afta	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Furunculose	3	4%	0	0%	0	0%	3	3%
	Gastrite	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Impetigo	3	4%	0	0%	0	0%	3	3%
	IRA	8	10%	2	9%	0	0%	10	9%
	Lombalgia	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Micose de pele	1	1%	1	5%	0	0%	2	2%
	Odontalgia	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Otite média aguda	2	3%	2	9%	1	7%	5	4%
	Pediculose	1	1%	0	0%	2	13%	3	3%
	Piodermite	3	4%	0	0%	0	0%	3	3%
	Pneumonia	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Vermínose	8	10%	0	0%	0	0%	8	7%

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Coordenação Regional de São Paulo
 Assessoria de Saúde Indígena

POLO BASE - SÃO PAULO
JANEIRO A JUNHO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá			
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
15 a 19 anos	Abortamento espontâneo	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Amigdalite aguda	1	1%	0	0%	2	14%	3	3%
	Artralgia	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	Bronquite asmática	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Celulite	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Condiloma acuminado	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Deficit visual	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Dermatite/eczema	0	0%	1	9%	0	0%	1	1%
	Diarreia	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	Escabiose	1	1%	0	0%	1	7%	2	2%
	Impetigo	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	IRA (Resfriado comum)	5	7%	1	9%	2	14%	8	8%
	Mastite	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Micose de pele	2	3%	0	0%	0	0%	2	2%
	Otite média aguda	4	6%	0	0%	0	0%	4	4%
	Pediculose	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Sinusite aguda	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Tuberculose pulmonar	1	1%	0	0%	1	7%	2	2%
	Vermínose	4	6%	0	0%	0	0%	4	4%

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Coordenação Regional de São Paulo
 Assessoria de Saúde Indígena

POLO BASE - SÃO PAULO
JANEIRO A JUNHO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá		Nº CASOS	%
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%		
20 a 49 anos	Abortamento espontâneo	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Amigdalite aguda	1	1%	2	5%	0	0%	3	1%
	Anemia	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Artralgia	3	2%	0	0%	0	0%	3	1%
	Bronquite asmática	3	2%	1	2%	0	0%	4	2%
	Bursite	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Conjuntivite	3	2%	0	0%	0	0%	3	1%
	Deficit visual	1	1%	0	0%	1	2%	2	1%
	Dermatite/Eczema	5	4%	0	0%	0	0%	5	2%
	Diarreia	5	4%	1	2%	1	2%	7	3%
	Dispepsia	12	10%	3	7%	0	0%	15	7%
	Escabiose	0	0%	1	2%	1	2%	2	1%
	Faringite	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Ferimento na perna	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Furunculose	5	4%	0	0%	0	0%	5	2%
	Hipertensão arterial	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Infecção urinária	2	2%	0	0%	1	2%	3	1%
	IRA (Resfriado comum)	9	7%	2	5%	2	5%	13	6%
	Lombalgia/Mialgia	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Mastite	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Micose de pele	5	4%	0	0%	0	0%	5	2%
	Odontalgia	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Otite média aguda	4	3%	2	5%	1	2%	7	3%
	Pneumonia	2	2%	0	0%	0	0%	2	1%
	Queimadura	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Sinusite aguda	1	1%	0	0%	1	2%	2	1%
	Tuberculose pulmonar	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Vaginite inespecífica	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Vermínose	9	7%	3	7%	0	0%	12	6%
50 anos e mais anos	Artralgia	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Bronquite asmática	2	5%	0	0%	0	0%	2	4%
	Dermatite/Eczema	1	3%	0	0%	1	9%	2	4%
	Diarreia	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Dispepsia	3	8%	0	0%	0	0%	3	5%
	Escabiose	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Fratura de fêmur	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Furunculose	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Impetigo	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	IRA (Resfriado comum)	4	11%	0	0%	1	9%	5	9%
	Lombalgia/Mialgia	0	0%	0	0%	1	9%	1	2%
	Neoplasia prostática	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Pneumonia	2	5%	0	0%	0	0%	2	4%

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Coordenação Regional de São Paulo
Assessoria de Saúde Indígena

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

POLO BASE - SÃO PAULO
JANEIRO A JUNHO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá			
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
< 1 ANO	Anemia	1	3%	2	17%	0	0%	3	5%
	Broncopneumonia	1	3%	2	17%	0	0%	3	5%
	Bronquite asmática	58	157%	27	225%	3	23%	88	142%
	Conjuntivite	1	3%	1	8%	1	8%	3	5%
	Dermatite atópica	26	70%	3	25%	0	0%	29	47%
	Desidratação	3	8%	0	0%	0	0%	3	5%
	Desnutrição	17	46%	5	42%	9	69%	31	50%
	Diarreia	33	89%	6	50%	4	31%	43	69%
	Escabiose	3	8%	10	83%	0	0%	13	21%
	Impetigo	11	30%	3	25%	2	15%	16	26%
	Infecção respiratória aguda(IRA)	51	138%	22	183%	9	69%	82	132%
	Insuficiência respiratória aguda	0	0%	1	8%	0	0%	1	2%
	Monilíase oral	11	30%	2	17%	1	8%	14	23%
	Otite média aguda	4	11%	1	8%	0	0%	5	8%
	Piodermite	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Pneumonia	62	168%	20	167%	0	0%	82	132%
	Sepse	1	3%	1	8%	0	0%	2	3%
	Vermínose	4	11%	0	0%	2	15%	6	10%
1 a 4 anos	Abscesso ã especificado	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Amigdalite	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Anemia	4	4%	1	3%	1	4%	6	4%
	Broncopneumonia	5	4%	0	0%	0	0%	5	3%
	Bronquite asmática	97	86%	32	103%	1	4%	130	77%
	Cardiopatia a esclarecer	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Celulite	0	0%	1	3%	0	0%	1	1%
	Conjuntivite	3	3%	2	6%	2	8%	7	4%
	Dermatite atópica	12	11%	3	10%	0	0%	15	9%
	Desidratação	6	5%	0	0%	0	0%	6	4%
	Desnutrição	26	23%	18	58%	9	36%	53	31%
	Diarreia	67	59%	9	29%	10	40%	86	51%
	Escabiose	12	11%	4	13%	1	4%	17	10%
	Estomatite/afta	8	7%	1	3%	0	0%	9	5%
	Ferida infectada	0	0%	0	0%	4	16%	4	2%
	Impetigo	29	26%	10	32%	6	24%	45	27%
	Infecção respiratória aguda(IRA)	49	43%	28	90%	18	72%	95	56%
	Infecção urinária	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Insuficiência respiratória aguda	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Monilíase oral	2	2%	2	6%	0	0%	4	2%
	Otite média aguda	12	11%	4	13%	1	4%	17	10%
	Pediculose	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Pneumonia	85	75%	17	55%	1	4%	103	61%
	Vermínose	46	41%	5	16%	6	24%	57	34%

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Coordenação Regional de São Paulo
Assessoria de Saúde Indígena

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

POLO BASE - SÃO PAULO
JULHO A DEZEMBRO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá		POLO	
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
< 1 ANO	Anemia	3	5%	0	0%	0	0%	3	3%
	Broncopneumonia	0	0%	1	7%	0	0%	1	1%
	Bronquite asmática	15	25%	9	60%	1	7%	25	28%
	Conjuntivite	3	5%	0	0%	0	0%	3	3%
	Dermatite / Eczema	4	7%	0	0%	1	7%	5	6%
	Desnutrição	6	10%	1	7%	1	7%	8	9%
	Diarreia	33	55%	8	53%	4	27%	45	50%
	Escabiose	0	0%	1	7%	0	0%	1	1%
	Estomatite/afta	2	3%	0	0%	1	7%	3	3%
	Impetigo	3	5%	7	47%	0	0%	10	11%
	IRA (Resfriado comum)	104	173%	20	133%	12	80%	136	151%
	Monilíase oral	1	2%	0	0%	0	0%	1	1%
	Otite média aguda	5	8%	0	0%	0	0%	5	6%
	Pediculose	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Piodermite	13	22%	10	67%	1	7%	24	27%
	Pneumonia	9	15%	7	47%	0	0%	16	18%
	Vermínose	1	2%	0	0%	0	0%	1	1%
1 a 4 anos	Amigdalite aguda	0	0%	0	0%	2	8%	2	1%
	Anemia	5	4%	0	0%	0	0%	5	3%
	Broncopneumonia	0	0%	1	3%	0	0%	1	1%
	Bronquite asmática	10	9%	8	26%	2	8%	20	12%
	Conjuntivite	3	3%	0	0%	0	0%	3	2%
	Dermatite / Eczema	4	4%	1	3%	1	4%	6	4%
	Desidratação	1	1%	1	3%	0	0%	2	1%
	Desnutrição	2	2%	1	3%	1	4%	4	2%
	Diarreia	115	102%	28	90%	28	112%	171	101%
	Disenteria	3	3%	1	3%	0	0%	4	2%
	Escabiose	0	0%	3	10%	3	12%	6	4%
	Faringite	0	0%	0	0%	2	8%	2	1%
	Impetigo	9	8%	15	48%	0	0%	24	14%
	IRA (Resfriado comum)	202	179%	63	203%	40	160%	305	180%
	Monilíase oral	5	4%	0	0%	1	4%	6	4%
	Mordedura animal	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Otite média aguda	4	4%	5	16%	1	4%	10	6%
	Piodermite	45	40%	18	58%	15	60%	78	46%
	Pneumonia	13	12%	14	45%	0	0%	27	16%
	Vermínose	13	12%	10	32%	8	32%	31	18%

Observação: As aldeias Morro da Saudade e Krucutu não enviaram, em todos os meses do 2º semestre, o mapa de controle de peso das crianças de 1 a 4 anos.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
Coordenação Regional de São Paulo
Assessoria de Saúde Indígena

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

POLO BASE - SÃO PAULO
JULHO A DEZEMBRO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá			
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
5 a 9 anos	Anemia	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Bronquite catarral	0	0%	1	4%	0	0%	1	1%
	Conjuntivite	2	3%	1	4%	1	4%	4	3%
	Desnutrição	0	0%	0	0%	1	4%	1	1%
	Diarreia	11	14%	0	0%	4	17%	15	12%
	Impetigo	1	1%	4	17%	0	0%	5	4%
	IRA(Resfriado comum)	48	61%	5	21%	7	29%	60	47%
	Otite média aguda	5	6%	1	4%	2	8%	8	6%
	Piodermite	2	3%	1	4%	2	8%	5	4%
	Pneumonia	4	5%	2	8%	0	0%	6	5%
	Vermínose	1	1%	2	8%	0	0%	3	2%
10 a 14 anos	Bronquite catarral	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Cefaléia	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Condiloma acuminado	1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
	Diarreia	3	4%	0	0%	0	0%	3	3%
	Escabiose	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Furunculose	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	IRA(Resfriado comum)	30	38%	1	5%	6	40%	37	32%
	Micose de pele	0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
	Otite média aguda	1	1%	1	5%	1	7%	3	3%
	Piodermite	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Vermínose	0	0%	1	5%	0	0%	1	1%
	15 a 19 anos	Adenite a esclarecer	1	1%	0	0%	0	0%	1
Amigdalite aguda		0	0%	0	0%	2	14%	2	2%
Conjuntivite		1	1%	0	0%	0	0%	1	1%
Escabiose		0	0%	0	0%	1	7%	1	1%
IRA(Resfriado comum)		11	16%	0	0%	2	14%	13	14%
Micose de pele		1	1%	0	0%	0	0%	1	1%

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DO LITORAL SUL
INSTRUMENTOS DE INFORMAÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
 Coordenação Regional de São Paulo
 Assessoria de Saúde Indígena

POLO BASE - SÃO PAULO
JULHO A DEZEMBRO DE 2002

2. DOENÇAS MAIS INCIDENTES

Faixa Etária	Doenças (+) Incidentes	São Paulo						TOTAL POLO	
		Morro da Saudade		Krucutu		Jaraguá			
		Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%	Nº CASOS	%
20 a 49 anos	Amigdalite aguda	0	0%	0	0%	3	7%	3	1%
	Broncopneumonia	0	0%	1	2%	0	0%	1	0%
	Bronquite catarral	0	0%	1	2%	0	0%	1	0%
	Condiloma acuminado	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Conjuntivite	4	3%	0	0%	0	0%	4	2%
	Dermatite/Eczema	6	5%	1	2%	1	2%	8	4%
	Diarreia	7	6%	1	2%	5	12%	13	6%
	Epigastralgia	1	1%	1	2%	0	0%	2	1%
	Escabiose	2	2%	0	0%	2	5%	4	2%
	Furunculose	0	0%	0	0%	2	5%	2	1%
	Hipertensão arterial	1	1%	0	0%	0	0%	1	0%
	Infecção urinária	4	3%	0	0%	0	0%	4	2%
	IRA (Resfriado comum)	36	29%	5	12%	1	2%	42	20%
	Labirintite	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Mastite	1	1%	1	2%	0	0%	2	1%
	Otite média aguda	0	0%	2	5%	2	5%	4	2%
	Piodermite	0	0%	0	0%	2	5%	2	1%
	Sinusite aguda	0	0%	0	0%	1	2%	1	0%
	Vaginite inespecífica	0	0%	3	7%	0	0%	3	1%
	Vermínose	0	0%	2	5%	3	7%	5	2%
50 anos e mais anos	Bronquite catarral	0	0%	0	0%	1	9%	1	2%
	Dermatite/Eczema	0	0%	1	11%	0	0%	1	2%
	Diarreia	3	8%	1	11%	1	9%	5	9%
	Dispepsia	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Hipertensão arterial	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	IRA (Resfriado comum)	3	8%	1	11%	1	9%	5	9%
	Mialgia	1	3%	0	0%	0	0%	1	2%
	Pneumonia	0	0%	1	11%	0	0%	1	2%
	Vermínose	0	0%	1	11%	0	0%	1	2%

ANEXO 17- Painel Fotográfico .

Foto 01 - Foto área aldeia indígena Morro da Saudade

Foto 02 - Fotos aéreas aldeias indígenas Parelheiros – Morro da Saudade e Krukutu

Foto 03 - Aldeia Morro da Saudade - Caminho da OPY

Foto 04 - Casa de reza Morro da Saudade OPY

Foto 05 - Cena de uma habitação - Morro da Saudade

Foto 06 - Atividades de trabalho - construção de casa Morro da Saudade

Foto 07 - Atividades de trabalho agrícola - Morro da Saudade

Foto 8 - Atividades de Artesanato: Arco e Flecha utilizado na caça

Foto 9- Atividades de Artesanato: Aldeia Morro da Saudade

Foto 10 - Crianças e jovens da aldeia Morro da Saudade em cenas de ensaio das atividades culturais tradicionais

Foto11 – Cenas de brincadeiras das crianças – Morro da Saudade
ao fundo Construção do Centro de Educação Cultural Indígena – CECI

Foto 12 - Crianças em atividade cultural agrícola - Morro da Saudade